



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

BIANCA SOTERO DE MENEZES

IMPrensa E GêNERO:
A CONDIÇÃO FEMININA E AS REPRESENTAÇÕES DA MULHER AMAZONENSE
NA IMPRENSA PROVINCIAL (1850-1889)

MANAUS
FEVEREIRO DE 2014



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

BIANCA SOTERO DE MENEZES

IMPrensa E GêNERO:
A CONDIÇÃO FEMININA E AS REPRESENTAÇÕES DA MULHER AMAZONENSE
NA IMPRENSA PROVINCIAL (1850-1889)

ORIENTADORA:
PROF^ª DR^ª MARIA LUIZA UGARTE PINHEIRO

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

MANAUS
FEVEREIRO DE 2014

Ficha Catalográfica
Biblioteca Central da UFAM)

(Catalogação realizada pela

Menezes, Bianca Sotero de

M543i Imprensa e gênero: a condição feminina e as representações da mulher amazonense na imprensa provincial (1850-1889) / Bianca Sotero de Menezes. - Manaus, 2014.

203 f. il. pto./branca

Dissertação (mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Ugarte Pinheiro

1. Mulheres- Condições sociais 2. Mulheres na imprensa 3. Feminismo I. Pinheiro, Maria Luiza Ugarte (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 1997 070:396(811.3) (043.3)

TERMO DE APROVAÇÃO

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Ugarte Pinheiro
Presidente – UFAM

Prof^a. Dr^a. Cristina Scheibe Wolff
Membro Externo – UFSC

Prof. Dr^a. Patrícia Rodrigues Silva
Membro Interno – UFAM

DEDICATÓRIA

Para Socorro Sotero, minha mãe, Maria Augusta (in memoriam) e Maria de Lourdes, minhas avós. Mulheres que se reinventaram.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho noturno e solitário só foi possível com o auxílio de umas tantas pessoas que, humildemente, tento aqui agradecer. Início por *mainha*, que me recebeu em sua casa todo esse tempo e que fez “vista grossa” ao cenário caótico de meu quarto. Roberto, meu pai, que em vida leu a qualificação, iria se interessar por ler o restante.

Aos amigos: mulheres, homens e crianças que compartilharam comigo esse tempo de dúvidas e alegrias. Ao convívio de alegres conversas *y charlas* devo a Keyla, Mário, Henry, Jimena, Pilar, Vasco, Sabine, Violeta, Marcílio, Hannah, Kaidara, Eduardo, Sophia, Roberta, Jefferson, Vinicius. A Léa pela amizade ácida, e a Miriam e Failo, que sempre me recebem muito bem em sua casa.

À Orlane, pela companhia e amizade nesses tantos anos. As várias questões que envolvem o cotidiano e os sentimentos foram temas das muitas conversas com a Mônica. Ao Welton que, por diversas vezes, “salvou a pátria” em ocasiões que, como ele próprio diz “isso só quem faz é amigo mesmo”. Ao Maurício pela amizade e pelo debate. O bom-humor de Saluz que foi o tempero e o motivo de muitas risadas. Pablo e Nadiele que, tantas vezes, me acudiram no cotidiano. Ao Jackson, que animou os fins de tardes em São Paulo. Ao Pedro pela companhia e pelo abstract. A Gislene, companheira das profundas conversas corriqueiras e diárias. As angústias e vitórias no percurso do curso foram intensamente divididas com Jordana que, com seus telefonemas, sopraram para longe o desânimo.

Não posso esquecer de todas minhas colegas, professoras e pedagogas da Fundação Bradesco, onde leciono. Elas que, ao encher de alegria o minúsculo tempo do recreio, mitigaram o “calor” da sala de aula: Lilia, Lara, Elisângela, Eunice, Lucineide, Ana Paula, Josilaine, Ana Larissa, Maria Fernanda, Kelly e Laís (da biblioteca). Em especial a Ligia, Márcia e Sandra que me “emprestaram” algumas sextas-feiras para que eu pudesse realizar meu estágio-docência. A Cida, nossa coordenadora, pelo apoio e compreensão naquelas horas em que as crianças quase deixam a gente louca.

Agradeço também as estagiárias Jéssica, Simone, Rebeca, Rayane, Andrea e Shirlyne, pela agradável convivência. Sem elas as aulas de pintura, cerâmica e corte-colagem seriam, “meu Deus”, nem sei como.

Sou igualmente grata ao meu contingente de alunos. Eles que me desafiam a ensinar Arte em todos os dias letivos, que me pedem para fazer caligrafia e para ir ao parquinho e que tantas piadas me contaram, tantos beijos e abraços me deram e das muitas cartinhas que me enviaram.

Ao professor Luís Balkar pelo apoio e pelas muitas e importantes leituras que me indicou durante o curso. Ao professor James Roberto por me fazer insistir em olhar as publicidades. A professora Patrícia Silva por estimular o debate e pelas observações realizadas na Banca de Qualificação. Ao professor Almir Diniz que também acresceu de contribuições o projeto. Ao professor Otoni Mesquita pelas revistas e livros que estimularam o tema.

Sou especialmente grata a professora Maria Luiza, que aceitou o desafio de me orientar, de corrigir pontualmente os escritos. Ela que, pacientemente, me aguardou enquanto eu “sumia”, na verdade, eu estava como bem disse o professor Luiz Balkar, “nafragando nas fontes”.

Agradeço a Universidade Federal do Amazonas e a FAPEAM pelo auxílio concedido para realização deste estudo.

RESUMO

A dissertação *Imprensa e Gênero: A Condição Feminina e as Representações da Mulher Amazonense na Imprensa Provincial (1850-1889)* versa acerca das imagens femininas que emanam dos periódicos e que jogam luz sobre uma parcela fundamental da história da província do Amazonas. Neste trabalho realizamos um trajeto onde mapeamos as várias faces da mulher amazonense nos diferentes espaços da cidade. Índia, mestiça, negra e branca, estas mulheres mostraram-se ativas dentro da sociedade e, deste modo, pudemos conhecer suas variadas condições de vida. Num segundo momento, observamos como estas mesmas mulheres entabularam relações e lutas com a esfera do poder, em especial, a do direito legislativo. Mesmo diante de rígidas normas que decretavam a submissão feminina ao pai e ao esposo, as mulheres encontraram meios de burlar estes imperativos e exigir do sistema soluções e direitos que lhe eram negados.

Palavras-chave: Mulheres; Imprensa; Amazonas; Representações; Gênero.

ABSTRACT

The dissertation *Press and Gender: The Female Condition and Representations of Amazonian Women in the Provincial Press (1850-1889)* deals with the female images that emanate from journals and shed light on a key portion of the history of the Amazonas province. In this work, we follow a path in which, in addition to presenting social and cultural aspects of the region, we map the various faces of the Amazonian woman. Indian, mestizo, black and white, these women are shown to be active in that society, and thus we were able to know their diverse living conditions. Secondly, we see how these same women engaged in relationships and struggle with the power sphere, especially legislative law. Even facing rigid rules that decreed the submission of women to father and husband, they found ways to circumvent these imperatives and demand from the system solutions and rights that were depreciated.

Keywords: Women; Press; Amazonas; Representations; Gender.

LISTA DE IMAGENS

Ilustração 1: Anúncios Apresentações Teatrais nos Jornais do Amazonas	56
Ilustração 2: Anúncio de Peça Teatral	57
Ilustração 3: Mestiças em Manaus	110
Ilustração 4: Mestiça em Manaus	111
Ilustração 5: Igarapé do Espírito Santo.	115
Ilustração 6: Lavadeiras em Manaus	127

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
CAPÍTULO 1	
CAMINHOS PARA UMA ANÁLISE ACERCA DO FEMININO: DISCUTINDO OS CONCEITOS	17
1.1. Imprensa, Gênero e Representação	17
1.2. A imprensa durante o Império no Brasil e o gênero feminino	30
1.3. A Imprensa durante o Império no Amazonas	42
CAPÍTULO 2	
DELINEANDO OS PERFIS DA MULHER AMAZONENSE	65
2.1. Das Amazonas as mulheres do Amazonas	65
2.2. A mulher e o espaço citadino: a mulher de elite e a mulher popular	81
2.3. As mulheres e o trabalho: profissões femininas	115
CAPÍTULO 3	
A CONDIÇÃO FEMININA NO IMPÉRIO: DIREITOS, DEVERES, VIOLÊNCIA E MAUS-TRATOS	133
3.1. O poder patriarcal e a mulher no Brasil	133
3.2. A legislação imperial e as mulheres	138
3.3. Faces da violência no Amazonas: da casa a rua	167
CONSIDERAÇÕES FINAIS	187
REFERÊNCIAS	189

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa nasceu de uma outra realizada ao fim da graduação no curso de Artes Plásticas. Ver as obras sem formas exatas e, por isso, inconstantes, nos levaram a ler e conhecer Lygia Clark, essa artista tão emblemática. Assim foi, para nós, o primeiro contato com uma pesquisa que exigia, ademais dos conhecimentos específicos do campo artístico, pensar a condição feminina. O trabalho sobre a mulher-artista, aliado a outras situações, fez brotar a necessidade de estudar a mulher. De uma, a singular Lygia Clark, o tempo levou-nos a ideia, agora no plural, de pensar nas várias mulheres do Amazonas.

A leitura dos viajantes guiou-nos ao Amazonas Imperial, em particular aos trechos nos quais as mulheres são descritas. Estas passagens, às vezes ligeiras, outras mais alongadas, despertaram a curiosidade de saber mais sobre elas. Foi então que descobrimos que muito pouco havia. Era uma interrogação: o que sabemos das mulheres da província? O ingresso no Mestrado de História nos permitiu avançar sobre essa interrogação ao ampliar o conhecimento sobre as mulheres e sua condição naquele particular. Não queremos esgotar o tema, pelo contrário, o desejo que nos impulsionou “ao fim e ao cabo” desta pesquisa radica na profícua quantidade de informações acerca do feminino, que permite futuras investigações.

Ao eleger o período imperial para o estudo, consideramos realizar nosso recorte no arco temporal que vai de 1850 a 1889. Este período, conhecido como provincial, foi o que balizou a escolha de nossas fontes. O conjunto das vicissitudes ocorridas no período provincial do Amazonas como àquelas ligadas a instalação dos equipamentos burocráticos, o “povoamento”, a chegada do incipiente projeto modernizador que avançava da arquitetura no espaço público ao imaginário simbólico e cultural, foram alguns dos aspectos que afetou profundamente os habitantes da região amazônica, especialmente os que viviam em Manaus.

Cabe ressaltar que a composição social da província era composta majoritariamente de índios e mestiços rodeava e que, aos poucos, foram mesclando-se com aquelas de pele alva e com os negros. De modo que, além da cor e dos caracteres físicos peculiares a cada um desses povos, aspectos culturais como o trabalho, a relação com a natureza, as sociabilidades, a escravidão, as relações

amorosas, a vestimenta e os papéis sexuais foram aspectos relevantes e que impactaram a formação sociocultural da região.

No Brasil oitocentista, a imprensa já era detentora de importante prestígio social. Enquanto meio de comunicação, de educação e difusor de novos valores, esta carregava também a insígnia da modernidade e do poder. Assim, ao tornar-se província, o Amazonas ganhou um prelo, uma iniciativa política e inovadora do primeiro presidente. E são esses, os primeiros jornais e os que foram produzidos ao largo do período provincial amazonense que escolhemos como principal fonte, embora não seja a única, para nossa pesquisa. Junto a esse *corpus* uniram-se os relatos realizados por viajantes que passaram pela região no período em questão, os documentos oficiais do governo, etc.

Neste contexto, emerge nosso objeto de estudo, as Mulheres, personagem ainda carente de estudos no seio da historiografia regional como já mencionamos. Nosso objetivo foi identificar as representações mais frequentes do feminino produzidas pela imprensa amazonense. Essas impressões foram analisadas em conjunto com os registros dos viajantes. Buscamos investigar os elementos culturais e de poder que as rodeavam no intuito de conhecer sua condição social.

Assim acredito que este trabalho permite demonstrar que, ainda que estejam carregados de dados políticos e econômicos, os jornais provinciais estão repletos de vestígios que remetem ao universo cultural e feminino. Assim contrariando justificativas que inviabilizavam ou desestimulavam a ideia de vasculhar os periódicos desta época por estarem eivados pelo debate político, pela publicação dos editos do governo e da administração, encontramos para além deles, vestígios fragmentários e dispersos das mulheres amazonenses, inscritos nos relatos do cotidiano da cidade, nas notícias oriundas do interior, no expediente policial e nas publicidades que começavam a fazer parte das publicações desses periódicos.

As mulheres índias, brancas e negras emergem, ora explícita ora indiretamente, dessa documentação, inscrita e escrita a partir de sua relação com o homem, com a moral, com a família e com a igreja. “Naufragamos” nelas, nesses pedacinhos, migalhas de ouro que nos puseram diante de um imenso quebra-cabeça. Assim foi com a costura, habilidade tão comum às mulheres oitocentistas, que buscamos juntar todos esses “retalhos” da vida feminina.

Os conceitos e metodologias emprestados da História Social e Cultural foram os fios condutores, ou melhor, aqueles que alinhavaram nosso percurso. Tendo em vista que não existe um único modelo que prescreva uma condição feminina, uma vez que se apresentam plurais, as perspectivas propostas pela “história vista de baixo” nos auxiliou a entender as insatisfações e, por isso, as resistências e desordens que as mulheres da província encontraram para pilhar de ofícios os escaninhos do escritório do governo. Já os aspectos das representações culturais foram tratados à maneira da Nova História Cultural, no qual o simbólico, muitas vezes silencioso, revelou traços de rebeldia e conflito, no qual as mulheres, por meio de estratégias como a moda afirmaram-se e, com isso, apoderaram-se de poder. O cotejamento dos dados coletados aliados a essas perspectivas brevemente descritas acima, permitiu-nos iluminar uma importante parte da história das mulheres durante os anos provinciais amazonenses.

Nosso primeiro capítulo, intitulado *Caminhos para uma análise acerca do feminino: discutindo os conceitos*, discute os conceitos e os modos historiográficos de usar a imprensa e a representação em nossa investigação que usa o gênero como categoria analítica. Este capítulo está dividido em três partes. A primeira delas, *imprensa, gênero e representação*, aborda detalhadamente cada um dos conceitos citados, bem como suas utilizações dentro do campo da história em um contexto mais amplo.

O segundo item, *A Imprensa durante o Império no Brasil e o gênero feminino*, consiste em um breve painel da imprensa brasileira na segunda metade do século XIX em consonância com a conjuntura da época. O texto tem por base estudos historiográficos que abordam a imprensa e suas articulações políticas e sociais no contexto do recorte. A imprensa feminina, escrita para mulheres e/ou por mulheres, são ainda apresentados neste tópico. O período em questão foi também o momento em que esta imprensa teve seus ecos expandidos, além de estar em sintonia com o aumento da visibilidade da mulher no espaço público e no meio profissional. Em seguida fazemos uma exposição sumária de como esse campo vem sendo explorado e suas possibilidades na historiografia brasileira. Citamos ainda trabalhos e pesquisadoras que se tornaram referências no tema.

A imprensa durante o Império no Amazonas, última parte do capítulo primeiro, tem por objetivo demonstrar o quadro político, social e cultural da

recém-criada província do Amazonas. Seus contrastes evidentes nos mais diversos aspectos culturais são, portanto, o pano de fundo para a análise de nosso trabalho. Em seguida busca-se elaborar um ligeiro perfil dos jornais publicados na época obsevando a predominância da escrita masculina.

O capítulo II, *Delineando o perfil da mulher amazonense*, tem por objetivo apresentar as representações femininas elaboradas e veiculadas pelas folhas e pelos registros dos viajantes, representações produzidas quase que em sua maioria por homens. Inicialmente a imagem mítica das mulheres guerreiras e corajosas, *as Amazonas*, é colocada em contraponto com as imagens femininas propostas pelos viajantes. De modo que foi possível observar alguns estereótipos que recaíam sobre a mulher amazonense.

Outro objetivo nosso foi procurar vestígios dos modos como essas mulheres utilizavam o espaço citadino em Manaus. Em *A mulher e o espaço citadino: a mulher de elite e a popular*, buscamos as modificações arquitetônicas e morais ocorridas no espaço público, e ainda, como as mulheres amazonenses usufruíram e compartilharam desse espaço. Esse usufruto, como verificamos, apresentou-se basicamente de duas formas: para as mulheres da elite sua relação com o espaço público deu-se muito no campo da experimentação com os novos hábitos que a modernidade trazia, isto é, ela viveu os aspectos culturais típicos da urbanidade, como a nova modalidade do casamento, a inserção da moda, etc. Já as populares tinham com a rua, com o espaço aberto, uma relação intensa que ia do trabalho ao lazer e a provocação de “desordens” que incomodavam o poder público. O Amazonas, território rodeado de características culturais tão díspares e singulares, abrigou também o trabalho e a circularidade feminina. No tópico *As mulheres e o trabalho: profissões femininas*, o trabalho das mulheres foi observado sob duas óticas: uma própria do mundo branco e outra própria do universo das mulheres índias.

A condição feminina no Império: Direitos, deveres, violência e maus-tratos é o título do terceiro e último capítulo, cuja proposta é discutir tais problemáticas no seio de uma sociedade patriarcal. Em *O poder patriarcal e as mulheres no Brasil* apresentamos as peculiaridades do patriarcado brasileiro. É constante nos jornais da época notas que comentam, denunciam ou reclamam temas que dizem respeito aos direitos de propriedade, maus-tratos, raptos e defloramento de mulheres.

Aliado a este quadro geral estavam as condições da província. Localizada muito distante dos grandes centros do Império e tendo uma limitada estrutura política e jurídica fez-se necessário estudar os modos como essas mulheres agiram perante tais questões. Assim, no tópico *A legislação imperial e as mulheres*, discutimos as problemáticas femininas num momento no qual as mulheres não eram consideradas cidadãs e, por isso, não possuíam direitos civis. E no último tópico deste capítulo, *Violência e maus-tratos*, abordamos mais especificamente a violência praticada contra as mulheres neste período.

CAPÍTULO 1

CAMINHOS PARA UMA ANÁLISE ACERCA DO FEMININO: DISCUTINDO OS CONCEITOS

1.1. IMPRENSA, GÊNERO E REPRESENTAÇÃO

Superados os impasses pelos quais a imprensa e as mulheres foram relegadas ao limbo da história, atualizamos um momento que a disciplina explora os meandros de tais campos. A imprensa e as mulheres, ora como fonte ora como objeto de investigação, já possuem uma trajetória historiográfica. Há, contudo, pontos nodais ou ainda não iluminados que aguardam pacientemente por pesquisas. Esta investigação, munida de tal sentimento e com o intuito de jogar luz sobre as representações femininas a partir das relações de gênero, vai esquadriñar seu escopo na análise dos periódicos amazonenses de 1850 a 1889. Palmilhar por este caminho pressupõe um breve exame dos postulados teórico-metodológicos, tão caros ao exercício da prática histórica. Vejamos.

Discutindo a imprensa: conceito e usos

O ofício do historiador consiste em demonstrar as variações do passado, ou seja, elaborar um discurso sobre o passado sem, com isso, almejar uma verdade universal. O estatuto desse conhecimento é oriundo dos sinais emitidos pelos documentos, sinais que carregam em si vestígios parciais do passado. Portanto, o historiador não deve fabular a fonte, deve, sim, elencar métodos e abordagens para compreendê-la racionalmente de acordo com o espaço-tempo na qual foi produzida.

O entendimento de fonte histórica foi ampliando-se na medida em que a história desenvolveu metodologias como disciplina científica. O estágio embrionário dessa nova perspectiva historiográfica deu-se na primeira metade do século XX marcada pelas críticas imperativas formuladas pelos fundadores dos *Annales*. Dentre os muitos questionamentos propostos por Marc Bloch e Lucien Febvre destaca-se o posicionamento dos historiadores perante o tema político e as

fontes ¹. O positivismo, enquanto pensamento histórico dominante desde o século XIX, pregava o consenso de que tanto a fonte quanto o conhecimento histórico eram a representação verídica e inquestionável do passado. Estes historiadores consideravam como fontes históricas somente aqueles materiais produzidos a uma certa distância temporal. Era essa distância que garantia ao documento a objetividade, a neutralidade e a verdade. ²

Todavia, foram nos anos de 1960 que mudanças operativas ocorreram no campo da história coincidindo com um quadro de vivacidade e florescimento das demais ciências humanas. Foi um momento de profunda reavaliação epistemológica da história. Era necessário reinventar as problemáticas no âmago da disciplina. Notamos, com efeito, um duplo movimento: por um lado os historiadores franceses ligados aos *Annales* e, do outro, o novo desabrochar da historiografia marxista inglesa. ³

A proposta da nova história, epígono da escola dos *Annales* teve, entre outras frentes, a função de reabilitar e impulsionar os estudos históricos com base na exploração de áreas, conceitos e fontes até então adormecidos. Setores da vida humana como o corpo, a sexualidade e a comunicação foram abordados com astúcia por esses historiadores. Um grande exemplo foi o lançamento da obra, em 1974, *Faire L'histoire* dirigida por Pierre Nora e Jacques Le Goff. Esse conjunto de ensaios buscava demonstrar os avanços da história nova, isto é, como era possível engendrar a história num contínuo movimento através de novas e plurais tomadas de posições. ⁴

Por outro lado, os historiadores ingleses filiados à tradição marxista renovaram seus postulados, até então presos a uma estrutura economicista. Nesse novo voo, historiadores e estudiosos introduziram os estudos culturais no interior da análise marxista, na qual se destacaram E. P. Thompson, Raymond Williams, Eric Hobsbawn entre outros. Tais renovações trouxeram a tona aspectos culturais e sociais incutidos no olhar e na vivência daqueles que estavam a margem. A essa

¹ Sobre o tema ver: BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2002, p. 76; LE GOFF, Jacques. *A história Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 30-31.

² SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciela Henrique. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 158.

³ Tania Regina de LUCA. História dos, nos e por meio dos periódicos in: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 112.

⁴ LE GOFF. *Op. cit.*, p. 21.

perspectiva Thompson chamou de “história vista de baixo”, suscitando, com isso, novos tratamentos metodológicos, além de demonstrar os sofisticados modos de oposição adotados pelos vencidos ⁵. Estes estudiosos também utilizaram diversos tipos de registros, não convencionais, para a elaboração de suas pesquisas. ⁶

É ainda importante salientar que, de acordo com essas novas reformulações, o estatuto do historiador também sofreu modificações. Em ambas as perspectivas o historiador deixa de ser aquela figura que açambarca em si e em seu trabalho um conhecimento que espelha uma verdade absoluta. O olhar e o conhecimento do historiador rumam a perceber as particularidades dos fatos históricos em termos de problematização. O historiador deve compreender o passado para entender o presente e vice-versa buscando, a partir de questões localizadas e específicas, pontos para a compreensão da sociedade em seu quadro mor. ⁷

Esta reviravolta no campo histórico fez com que emergisse a reiteração de temas e a inclusão de outros, até então taxados de impraticáveis dentro da disciplina. Assim, a imprensa e as mulheres ascendem como fonte e objeto do conhecimento histórico.

De acordo com Morel e Barros, a imprensa outrora detinha o *status* de fonte confiável dentro da corrente positivista, pois, era entendida como a “*autêntica narradora dos ‘fatos’ e ‘verdades’*” ⁸. Devido a esse estigma a imprensa ficou por tempos esquecida no fundo do baú. Assim e ao largo, os periódicos não eram bem vistos aos olhos dos historiadores já que deles emanavam uma extrema subjetividade, além de que sua produção resultava, em grande medida, dos interesses dos grupos dominantes ⁹. Desse modo, os periódicos revelavam, ora de

⁵ NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio (orgs). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 49; BARROS, José D’Assunção. *O Campo da História: Especialidade e Abordagens*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009, p. 62-63.

⁶ E. P. Thompson utilizou a imprensa para a elaboração de vários estudos, destaque para THOMPSON, Edward Palmer. *A venda de esposas*. In: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; Eric Hobsbawm também inovou utilizando a música e a literatura de cordel como fontes históricas. Ver: HOBBSAWM, Eric. *História Social do Jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 2008; HOBBSAWM, Eric. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

⁷ LE GOFF, Op. cit., p. 34; THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981, p. 57 e 61; BARROS, Op. cit., p. 13-14.

⁸ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 7.

⁹ Não podemos esquecer que ao longo da história existiram os periódicos de vida efêmera onde muitos estavam a combater os grupos dominantes ou a divulgar projetos diferenciados. Todavia, a maioria deles não possuía aparato econômico e instrumental para sustentar-se. Sobre isso ver

forma camuflada ora explicitamente, os embates políticos e econômicos existentes dentro desses grupos, tornando-se, desse modo, instrumentos de poder e de imposição de poder.¹⁰

O periódico é um material que tem por intuito primeiro informar, comunicar. Diante disso colocamos aqui dois pontos essenciais para a compreensão dessa função mais geral. O primeiro diz respeito a organização formal do material. O periódico por si só é um material controlado por alguém ou por algum grupo, e que possui elementos formais peculiares. Em segundo lugar, devemos observar a construção das informações, ou seja, os usos dos textos. Se o periódico tem por função comunicar determinadas ideias, a elaboração do conteúdo textual e da linguagem a ser empregada é um fator capital.

Tendo em mente tais premissas o historiador que utiliza a imprensa como fonte histórica percebe que estas, assim como quaisquer outras, não dizem muito por si mesmas. Entretanto, elas reagem a uma quantidade de questões que se relacionam a sua especificidade. Dessa reciprocidade emergem as bases substanciais para a pesquisa.¹¹

Ao nos debruçarmos sobre as fontes hemerográficas devemos atentar ao seu aspecto material. Sua visualidade, o modo como foi impresso e ainda as mudanças como a introdução da publicidade, das caricaturas e das imagens, por exemplo, podem revelar um pouco da sua inserção num dado momento e espaço social. É necessário também questionar os periódicos sobre sua função social, isto é, averiguar como eles chegavam às mãos dos leitores. Verificar seus aspectos formais como as medidas, a qualidade do papel e da impressão e se são ilustrados ou não. A organização do conteúdo (hierarquização da informação) e da publicidade, buscar informações sobre quem eram os seus leitores, como se autodenominavam e que relações mantinham com os grupos dominantes. Tópicos esses de extrema relevância para a composição do perfil do periódico.

Para o século XIX, devem-se levar em conta as distinções desses impressos como gazetas, pasquins, folhas e jornais. Devemos ainda verificar que alguns foram

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese de Doutorado em História. PUC-SP, 2001.

¹⁰ CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A Imprensa na História do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988, p. 13; ALBERT, P.; TERROU, F. *História da Imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p. 1.

¹¹ THOMPSON, Op. cit., p. 50.

resultados do esforço de um só indivíduo, ou de agremiações informais ou, até mesmo, de um grupo organizado.¹²

Quanto à organização do conteúdo, Luca informa que é necessário estar atentos à relevância, ou não, que foi dada a determinadas notícias e propagandas. Para tanto, é necessário questionar qual o processo de escolha e de importância daquilo que se tornou noticiável, quais os anseios da publicidade e quais informações ganharam destaque. O relevo dado a determinados assuntos (seu estilo e essência) demonstram as filiações políticas e a relação com seus leitores.¹³

Sobre os leitores do século XIX devemos ter em mente o alto grau de analfabetismo da sociedade brasileira. Além disso, não se pode esquecer que os aspectos econômicos apresentam-se inseridos no meio jornalístico, vide o espaço cada vez mais crescente da publicidade dentro dos periódicos¹⁴.

Segundo Pedro, a atenção despendida num texto jornalístico expõe os desígnios de seus editores.¹⁵ Daí surge também a necessidade de averiguar quem eram os editores, que ideias e intuítos buscavam imprimir nas suas notícias. Outro aspecto a ser analisado é se o editorial acolheu (ou não) em seu bojo, intelectuais com ideias divergentes, promovendo no periódico um debate eclético. Rastrear o agrupamento editorial dos periódicos permite a compreensão de seu dinamismo. Em seus textos é possível ainda resgatar o entendimento e as representações que estes possuíam do passado, o que esperavam do futuro, como viam e analisavam o seu presente e de quais ideias tomavam partido. Todos esses aspectos, engendrados a conjuntura da época, possibilitam estruturar um quadro histórico e ideológico.¹⁶

As fases pormenorizadas acima são indispensáveis para tornar acurado o olhar do historiador em relação à fonte periódica e, nestes termos, ir à busca dos sujeitos a serem investigados. Associar mulheres e imprensa parece, a primeira vista, algo aparentemente simples, mas, é também algo que requer minúcia.

¹² LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 131-132; BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil, 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2010. As autoras demonstram ao longo da obra aspectos metodológicos de como lidar com os jornais.

¹³ CAPELATO, Op. cit., p. 17.

¹⁴ BARBOSA, Op. cit., p. 32.

¹⁵ PEDRO, Joana Maria. *Mulheres Honestas e Mulheres Faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994, p. 37.

¹⁶ LUCA, Op. cit., p. 134; CAMPOS, Raquel Discini. *Mulheres e Crianças na Imprensa Paulista, 1920-1940: educação e história*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 18; PEDRO, Op. cit., p. 9.

Há, ao longo do tempo, um hiato entre a imprensa e as mulheres. Elas mantiveram e mantêm uma relação com os jornais, pois seu contato se dava na intimidade, eles invadiam o ambiente doméstico.¹⁷ Em países da Europa, como na França, por exemplo, na ausência de uma imprensa feminina ou de mulheres que escrevessem para elas mesmas, as mulheres faziam-se leitoras. A historiadora Michelle Perrot nos dá uma dica: *“Elas pouco lêem os jornais diários, cujo conteúdo político se destina mais aos homens. Mas apoderam-se das colunas dos folhetins”*.¹⁸ Acrescentamos a leitura de alguma notícia que, por algum motivo, suscitava sua curiosidade assim como as publicidades.

Em princípios da segunda metade do século XIX, a imprensa já se integrava ao cotidiano feminino em muitos locais, como na Europa, Estados Unidos, América Espanhola e até mesmo no Brasil.¹⁹ Todavia, na acanhada e longínqua província do Amazonas a imprensa estava, a essa época, engatinhando e levaria alguns anos para que se tornasse também uma expressão das mulheres da região.

Grande parte dos periódicos amazonenses do período provincial foi escrito por homens e tinham, como conteúdo central, aquele concernente ao político. Neste particular, nossa investigação, que tem como pressuposto uma abordagem baseada na categoria de gênero, lançando-se aí seu desafio: debruçar-se sobre as fontes periódicas, ler nas entrelinhas, *“garimpar o metal precioso em meio ao cascalho”* e deslindar os jornais manauaras buscando as representações e imagens do feminino naquela conjuntura histórica. A relação entre imprensa e gênero demonstra-se como um campo fecundo e arrojado dentro da historiografia contemporânea.²⁰

Gênero: um modo de análise, um caminho.

É fato já conhecido por nós que a condição feminina é uma construção histórica e social. A diferença entre homens e mulheres é algo concreto na

¹⁷ Gramsci escreveu: “As mulheres pesam muito na escolha do jornal que a família vai ler”. GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968, p. 104.

¹⁸ PERROT, Michele. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 33.

¹⁹ No contexto brasileiro já existiam, na primeira e segunda metade do século XIX, periódicos voltados para o público feminino. Folhas estas que foram escritas tanto por homens como por mulheres. Este tema será melhor abordado no tópico 1.2 *A imprensa durante o Império no Brasil e o gênero feminino*, ainda neste capítulo.

²⁰ LUCA, op. cit., p. 126.

sociedade, ela “*determina a experiência, influi na conduta e estrutura expectativas*”.²¹ Todavia, uma das possibilidades analíticas que visa potencializar o conhecimento dessas diferenças se dá a partir do conceito de *gênero*. Uma primeira observação acerca desta categoria que gostaríamos de registrar é a indicada por Cristina Sheibe Wolff nos seguintes termos:

A categoria “gênero” permite que possamos deixar de lado as categorias “sexo” e “papeis sexuais”, que remetem a uma conotação biológica e naturalizante de uma “condição feminina universal”. O termo surgiu como alternativa a essa visão, carregando consigo uma perspectiva relacional. Os gêneros constroem-se em relação a outro e sobre as diferenças percebidas entre os sexos.²²

Como argumenta a autora, esta categoria pressupõe visualizar e investigar a mulher em e na relação com o homem. Isto porque o feminino, dependendo do contexto, foi ou é atribuído ao masculino. Ou seja, a mulher em um parâmetro com o homem, operação essa que se dá em diversos níveis: simbólico, de poder, práticas e conflitos.

Para tanto, o gênero como categoria de análise age no terreno da cultura buscando averiguar de modo mais particularizado e detalhado as práticas e atuações representativas do feminino no processual histórico. Uma compreensão mais apurada do uso do gênero na prática historiográfica sugere uma breve revisão de sua trajetória, uma vez que é ela que revela seu arcabouço epistemológico.

Como categoria analítica o gênero é oriundo do movimento feminista. Suas bases são lançadas em meados do século XIX e as articulações iniciais das mulheres giravam em torno das questões educacionais. Ou seja, foi uma época em que mulheres e alguns homens reivindicavam para as mulheres um maior acesso a educação. Agenciamentos dessa natureza foram, portanto, as bases para a formação do movimento feminista. Este, de modo mais coeso, se organizou em

²¹ PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social *in Estudos Feministas*. Florianópolis, 2009, v. 17, n.1, p. 162.

²² WOLFF, Cristina Sheibe. *Mulheres da Floresta: Uma História: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 15. O debate sobre o conceito é rico, com muitos autores discutindo, a partir de pontos de vista diferenciados, a relação entre gênero e história das mulheres. Veja-se, à título de exemplo: GONÇALVES, Andrea Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 74-75; PRIORE, Mary Del. História das Mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar. (Org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 232-233; MATOS, Maria Izilda Santos. *Por uma história da mulher*. Bauru/SP: EDUSC, 2000, p. 12.

diversas partes do globo²³ e para uma melhor compreensão do tema utilizaremos das periodizações propostas pela historiadora Joana Maria Pedro.²⁴

A “primeira onda” do movimento feminista se inscreve num período de transição, entre os fins do século XIX e início do XX. Esse momento inicial caracterizou-se pela reivindicação de direitos eleitorais, bem como aquele relacionado ao trabalho remunerado, acesso à educação e as propriedades privadas.²⁵

A “segunda onda” feminista situada no pós Segunda Guerra Mundial atuou em outras frentes como os direitos em relação ao corpo e ao prazer e, principalmente, no ataque ao sistema patriarcal. Foi nesse contexto de lutas que o gênero, como proposta analítica, fincou suas raízes. A década de 1960 foi um momento de grande agitação feminista. Entre o rebuliço causado pelo lançamento de *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir em 1949 na França e o ativismo político de Betty Friedan nos Estados Unidos, dentre outros, nascia a tônica para os estudos mais aprofundados sobre a questão feminina. Esse processual epistemológico inicia com o uso do termo *mulher* seguido por *mulheres* e, por fim, a utilização *gênero*.

O termo *mulher* emergiu da reflexão acerca da universalização do termo *homem*, isto porque este tem o poder de caracterizar todos os seres humanos. A universalidade social adquirida pelos homens era o ponto alto das discussões. O termo excluiu questões eminentemente femininas como “*o direito de ‘ter filhos quando quiser, se quiser’, a luta contra a violência doméstica, a reivindicação de que as tarefas do lar deveriam ser divididas.*”²⁶ Era um momento no qual as mulheres, enquanto movimento, buscavam edificar uma identidade própria. Com este objetivo realizaram encontros exclusivamente femininos nos quais foi possível perceber que, ainda que com experiências singulares, os acontecimentos na vida

²³ Para mais informações ver o capítulo 1, intitulado *Militância feminista* em GONÇALVES, Andréa Lislly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

²⁴ PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica in *História*. São Paulo, 2005, v. 24, n. 1; PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea in *Revista Topoi*, v. 12, n. 22, jan-jun. 2011.

²⁵ PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003, p. 16.

²⁶ PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. Op. cit., p. 80.

das mulheres eram atravessados por um elemento comum: a opressão.²⁷ Sob essa identidade comum o termo universal *mulher* foi utilizado para designar o grupo.

Entretanto o termo *mulher* foi paulatinamente sendo alvo de críticas e divergências. Mais ácidas e operativas foram as que ocorreram no interior do movimento feminista norte-americano. Lá uma gama de mulheres engajadas (índias, negras, operárias, mestiças, intelectuais e pobres) solicitava a diferença em meio a diferença. Ou seja, debatiam que de fato a mulher era/é diferente do homem, todavia, há uma série de outras diferenças entre elas próprias. Cada mulher é diferente da outra, a luta de uma mulher negra é distinta da índia, por exemplo. A questão da diferença entrou na agenda feminista sob o ângulo de que as necessidades são distintas para cada grupo de mulheres, pois, “*o fato de ser mulher não a torna igual a todas as demais*”.²⁸ Foi assim que o termo *mulheres* entrou em cena explicitando as variações femininas.

Tais debates repercutiram no terreno acadêmico e, logo, na disciplina história. Figuras destacadas como Simone de Beauvoir²⁹, Virginia Woolf³⁰, George Duby³¹, Michelle Perrot, Pauline Schmitt, Fabienne Bock e Andrée Michel³² sinalizaram e discutiram, em momentos distintos, sobre a invisibilidade feminina na história. De acordo com Bonnie G. Smith, a história de cunho positivista era uma disciplina fechada e assentada na virilidade. A prática historiográfica se fez, sem hesitar, num compromisso com o profissionalismo científico baseado em uma “*verdade histórica não contaminada pelas questões de gênero*”.³³ Nela predominavam os grandes homens e seus grandes feitos. Todavia, nesta história marcaram presença algumas mulheres que se ligavam a algum episódio

²⁷ SCOTT, Joan. História das Mulheres in: BURKE, Peter (Org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 64.

²⁸ PEDRO, Joana Maria. *Traduzindo o debate*. Op. cit., p. 82.

²⁹ As mulheres, escreveu Simone de Beauvoir em 1949, “não têm passado, não têm história nem religião própria”. BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009, p. 20.

³⁰ “pensei (...) sugerir às alunas dessas famosas universidades que reescrevessem a história, embora deva admitir que, muitas vezes, ela parece um tanto estranha tal como é – irreal, tendenciosa; - mas por que não poderiam elas acrescentar um suplemento à história (...) de modo que as mulheres pudessem ali figurar sem impropriedade?” WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990, p. 57-58.

³¹ “*Mas as mulheres? O que se sabe sobre elas?*” George Duby apud PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 20.

³² Estavam a frente do seminário “Les femmes ont-elles une histoire?” ocorrido em 1973 da Universidade de Paris-Jussieu. PERROT, op. cit., p. 15.

³³ SMITH, Bonnie G. *Gênero e História: homens e mulheres na prática histórica*. Bauru/SP: EDUSC, 2003, p. 13-14.

excepcional de caráter político. Sob elas pairavam conotações e estereótipos que iam desde o sensual/sexual e ou aquele maniqueísta do bem e do mal.³⁴

Em vista da emergência da história das mulheres o tema, dentro da disciplina, caminhou na mesma proporção dos debates feministas. Os trabalhos historiográficos abordavam a categoria mulher, buscando sua integração em um quadro disciplinar mais geral. E, logo, ao salientar as distinções no seio da categoria, o termo mulheres foi assim utilizado. Dentro, então, desse campo que discutia as mulheres (uma espécie de integração da disciplina histórica com o movimento político) que ocorreu, por volta dos anos 1980, a mudança epistemológica que leva o nome de gênero. Assim que *“a emergência da história das mulheres como um campo de estudo envolve, nesta interpretação, uma evolução do feminismo para as mulheres e daí para o gênero; ou seja, da política para a história especializada e daí para a análise.”*³⁵

Com efeito, o ponto irradiador dessa análise foi, sem dúvida, os Estados Unidos.³⁶ Não obstante, a maturação desta reflexão muito se deve aos estudos realizados por Joan Scott. Segundo ela, o gênero é uma categoria abstrata resultante de interações sociais que se estabelecem a partir das distinções sexuais que, nada mais são do que marcadores de poder. Sua proposta baseia-se nas ideias de Michel Foucault e Jacques Derrida e sugere uma aliança dessa categoria com as relações de poder.³⁷

Escrever a história com base na categoria gênero significa dirigir um olhar acurado sobre a diversidade, a contradição e os estereótipos que caracterizam homens e mulheres em meio a uma dada conjuntura que lhes serve como pano de fundo. Um quadro de conjuntura é sempre regido por linhas ideológicas que podem exercer sobre o gênero, isto é, sobre o *ser mulher* e sobre o *ser homem*, em maior ou menor grau, leis e expectativas. É importante neste ponto frisar o alerta dado por Natalie Zemon Davis no qual cada conjuntura, esteja ela distante ou não

³⁴ TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In PRIORE, Mary Del (Org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001, p. 403.

³⁵ SCOTT, Op. cit., p. 65; Tilly descreve brevemente o cenário norte-americano quando das discussões em torno da categoria gênero citando as importantes participações de Joan Kelly e Natalie Zemon Davis entre outras. TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. In *Cadernos Pagu* (3), 1994, p. 42-43.

³⁶ SCOTT, Op. cit., p. 63-64.

³⁷ SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, n.2, jul/dez., 1990, p. 19-20.

no tempo, constrói suas próprias diferenças.³⁸ Neste ponto voltamos, por alguns instantes, a refletir sobre as viscerais marcas deixadas pelo positivismo na historiografia que, por sua vez, privilegiou o gênero masculino.

A disciplina História não era apenas o registro, e sim a forma como os sexos se organizam e dividem as tarefas e funções através do tempo. A história era, ela mesma, responsável pela “produção sobre a diferença sexual”. Pois uma narrativa histórica nunca é neutra, e que apenas relata fatos em que homens estiveram envolvidos, constrói, no presente o gênero. A história, neste caso, é uma narrativa sobre o sexo masculino e constitui o gênero ao definir que somente, ou principalmente, os homens fazem história.³⁹

Os papéis sociais sob viés de uma pesquisa baseada no gênero devem ser compreendidos como construções históricas, próprias de um determinado momento e que, com o passar do tempo, sofrem modificações e/ou cristalizações. Neste sentido, Pinsky nos adverte que a proposta de se trabalhar com o gênero como categoria de análise vai além dos seres, isto é, dos homens e das mulheres. O gênero é também refletido em práticas, objetos, ideias e atitudes, haja vista que todas essas proposições espelham de alguma maneira as distinções sexuais e já se encontram inseridas no plano social como um todo, variando apenas de nuances e especificidades que a localizam em seu espaço-tempo.⁴⁰

A pesquisa historiográfica traçada a partir do conceito de gênero deve caminhar pelo silêncio que determinados grupos sociais legaram as mulheres. Nossa intenção é averiguar pelo mutismo ou, até mesmo, pela fala econômica dos jornalistas da imprensa amazonense o que escapa do feminino. E quando elas são citadas, o que emerge? Quais os motivos de sua inserção na edição? O que há por trás dos assuntos que as envolvem? São questões dessa natureza que o uso do gênero como categoria analítica irá auxiliar nossa empreitada. Buscamos, dessa maneira, entender como foram plasmadas as representações femininas que circularam na imprensa do período estudado.

O debate gerado por esses questionamentos nos levam a avançar na compreensão dos mecanismos utilizados pelos homens, no Amazonas, para afirmarem sua superioridade sobre as mulheres. Sendo assim, é necessário

³⁸ PEDRO, *Traduzindo o debate*. op. cit., p. 88.

³⁹ Idem, p. 87.

⁴⁰ PINSKY, Op. cit, p. 164.

desvendar as forças políticas e culturais que contribuíram na edificação desse modelo dominante representado pelos homens.

Contribuições da noção de representação para o estudo da imprensa e do gênero.

O desenvolvimento da História Cultural trouxe em seu bojo algumas abordagens sensíveis as variações culturais. Dentre elas está a noção de representação que, por sua vez, envolve-se com outra como as práticas culturais.

Representação é um conceito que articula de modo operativo as diversas relações que homens e mulheres têm com a esfera social. Essas relações são sempre intermediadas por componentes culturais. Segundo Roger Chartier, a representação ora pode ser atribuída a ideia de um objeto ausente ou ainda, carregar em si (um objeto, uma pessoa, um grupo) em forma de autoridade a representação de algo mor como uma ideia ou uma instituição.⁴¹

Não obstante, a representação não deixa de ser a construção do mundo social através de práticas culturais. Um grupo, uma classe que pretende se afirmar elabora uma representação que esteja de acordo com suas propostas e se utiliza de meios para se tornar visível. Logo, a partir do momento que ganha visibilidade esse *modo de ser* no mundo passa a ser reconhecido como pertencente a determinada classe.

A noção de representação traz em si uma violência simbólica que, *grosso modo*, pode ser brevemente traduzida pelo fato de que ela é ou foi uma forma simbólica imposta. Uma marca de poder que tem por função afirmar-se, dominar, ser autoritária. Seus ecos são sentidos nas formações sociais de homens e mulheres. Para cada um deles há uma representação que corresponde ao pensamento dominante de cada época. Assim é necessário analisar

as relações entre os sexos, pensadas como a inculcação, pela repetição das representações e as práticas, da dominação masculina e também como afirmação de uma identidade feminina própria, enunciada fora ou dentro do consentimento, pelo rechaço ou a apropriação dos modelos impostos.⁴²

⁴¹ CHARTIER, Roger. *A historia cultural entre práticas e representações*. Algés-Portugal: Difel, 2002, p. 20-21.

⁴² CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação *in* Fronteiras: Revista de História. Universidade Federal da Grande Dourados, v. 13, n. 23, jan./jun. 2011, p. 23.

Neste sentido, a noção de representação é atravessada pelo exercício da prática cultural. Os *modos de fazer* ou práticas são construções culturais realizadas tanto na esfera dos equipamentos coletivos como na esfera dos hábitos e costumes do cotidiano.

Por práticas culturais entendem-se os hábitos, os costumes e os modos de convivência de um determinado conjunto social e/ou uma sociedade. As práticas também podem afirmar-se com a organização e ações de vida que caracterizam uma dada sociedade. Essa gama de aspectos transforma-se em produtos culturais que constituem padrões de vidas. As práticas culturais podem revestir-se de sistemas educativos que buscam introjetar modos e valores a um conjunto amplo de receptores visando estabelecer costumes e hábitos pertinentes a seu projeto.⁴³

As práticas culturais geram representações e vice-versa “*em um emaranhado de atitudes e gestos no qual não é possível distinguir onde estão os começos (se em determinadas práticas, se em determinadas representações)*”.⁴⁴ Nas noções de práticas e representações estão sob análise os componentes culturais e os sujeitos que, de um polo a outro se fazem presentes. Isto porque são esses sujeitos históricos que consolidam ou derrubam as representações e as práticas. Com efeito, a representação afirmativa ou não de uma ideia só ocorre quando homens e mulheres disseminam, comentam, escrevem, leem sobre ela. Do mesmo modo, as práticas só são reproduzidas, passadas de geração a geração, e se tornam costumes e hábitos sociais quando um grupo, uma pessoa faz, usa, fala, dança, canta, come, etc.

A utilização dessas noções permite descortinar todo o processual que envolve os sujeitos produtores, os produtos, os receptores e os modos interpretativos e ainda a cristalização de ideias que circulam em uma dada época. Todo esse processual está circunscrito numa relação de poder que age de modo silencioso e, às vezes, até invisível. O campo das representações pertence a ordem do abstrato misturando-se vez por outra ao quadro ideológico e simbólico de uma

⁴³ BARROS, José D'Assunção. *O campo da história*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009, p. 78; CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFGR, 2002, p. 70.

⁴⁴ BARROS, *O campo da história*, Op. cit., p. 80.

dada sociedade levando em conta seu dinamismo tanto na esfera do individual como na coletividade.⁴⁵

A imprensa, portanto, é um dos meios de difusão cultural que possui um alcance considerável sobre os sujeitos sociais. Para um contexto do século XIX a imprensa era um meio de comunicação e um meio educativo. Ela propunha a seu público leitor representações que tinham por objetivo plasmar comportamentos, gostos e ideias a partir de sua perspectiva que pode, ou não, estar em consonância com o projeto político e dominante da época. Ela também pode fabricar imagens, representações que nem sempre podem coincidir com o real. As representações femininas que emanam dos periódicos devem ser minuciosamente analisadas em busca de saber quais as possíveis estratégias que uma sociedade masculina forja para as mulheres.

1.2 A Imprensa Durante o Império no Brasil e o Gênero Feminino

A Imprensa e a Imprensa Feminina no Império no Brasil

O início do segundo reinado no Brasil teve a prosperidade da lavoura do café como pano de fundo. A opulência decorrente de sua exportação desdobrou-se na fartura de meios proibitivos a fim de assegurar a soberania nacional. A esse período também corresponde a entrada em maior escala de levas de escravos no país. Como disse Sodré: *“o latifúndio absorvia todos os recursos”*.⁴⁶

De acordo com Sodré, os princípios da segunda metade dos oitocentos exalavam estabilidade. Episódios como a Lei das Terras (1850), a guerra contra o Paraguai (1864-1870) e as insatisfações dos proprietários em decadência do nordeste não lesam, por completo, a imagem do império. Do contrário, o Império vai semeando o progresso econômico (comércio, bancos), a modernidade (a urbanização e o progresso das cidades) e o esboço dos novos valores sociais. Tais vicissitudes vão afeiçoar, lentamente, a sociedade brasileira e nessa trilha a mulher emerge esposando um lugar.

⁴⁵ BARROS, *ibidem*, p. 81-84.

⁴⁶ SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999, p. 181.

Nestes termos, a imprensa, quase toda partidária da escravatura e da fisiocracia, tornou-se, quase por completo, uma aliada do governo, auxiliando no projeto de soberania. Detentora de algum prestígio e poder, haja vista as campanhas políticas que encabeçou em épocas anteriores, a imprensa empreendeu um afortunado hiato com a literatura. Desse laço concorreu um vertiginoso *boom* de revistas e magazines, pois foi nessa época que esses elementos impressos passaram a permear mais intensamente o dia-a-dia das pessoas letradas e daqueles que o liam por ouvir.⁴⁷

A imprensa, como articuladora de um discurso sociocultural próprio de sua época, reflete, refrata e propõe realidades. Nesse quadro, as mulheres são peças-chaves ora como leitoras, receptoras e alvos (porção esta que pesa mais), ora também como escritoras e jornalistas. Sabe-se que uma das primeiras ocasiões em que a imprensa brasileira divulgou as solicitações firmadas por mulheres foram publicadas na virulenta folha redigida por Cipriano Barata, em 1823, no *Sentinella da Liberdade*. Seus reclames solicitavam uma maior participação das mulheres na esfera pública, bem como a aquisição de direitos de cidadania. Contudo, este foi somente o início. É digno de nota que desde essa data passaram a ser publicados periódicos exclusivos para o público feminino, como *O Espelho Diamantino*, lançado em 1827, e o *Correio das Modas*, de 1839, ambos no Rio de Janeiro. Em 1831, no Recife, surge *O Espelho das Brasileiras*.⁴⁸ De 1829 a 1832 circulou em São João Del Rei, Minas Gerais, *O mentor das Brasileiras*.⁴⁹

Em 1852, no Rio de Janeiro, saiu do prelo o primeiro jornal feminino escrito por mulheres, o *Jornal das Senhoras*, que foi publicado até 1855. Suas redatoras eram Joana Paula Manso de Noronha⁵⁰ e Violante Ataliba Ximenes de Bivar. Esta última ainda publicou *O Domingo*, também na sede da Corte, que editou de 1855 até seu falecimento em 1875. Em 1862, assistimos a criação da revista *Belo Sexo* no Rio de Janeiro; já *O Eco das Damas* foi lançado em 1879. Nas Minas Gerais, *O Sexo Feminino*, que aludia à idoneidade feminina para as mais diversas áreas do

⁴⁷ SODRÉ, Op. cit., p. 243; BARBOSA, Op. cit., p. 201; MOREL; BARROS, Op. cit., p. 54.

⁴⁸ MOREL; BARROS, Op. cit., p. 61; BUITONI, Dulcilia Schroeder. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Ática, 1990, p. 36.

⁴⁹ JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 18.

⁵⁰ VASCONCELOS, Eliane; SAVELLI, Ivette Maria. *Imprensa Feminina*. Revista *Verbo de Minas: Letras*, 2006, v. 5, p. 91.

conhecimento, circulou de 1873 até 1875, sendo então transferida para a corte por sua proprietária, Dona Francisca Senhorinha da Mota Diniz.⁵¹

No Amazonas o aparecimento da imprensa feminina deu-se muito tardiamente se comparado com os dados citados. Durante o império houve um único jornal que foi escrito por mulheres *O Abolicionista do Amazonas*, que circulou em Manaus em 1884. Contudo, seu programa abordava exclusivamente o tema da libertação dos escravos. Segundo informações de Pinheiro e Campos, o primeiro jornal inclinado para questões eminentemente femininas e escrito por mulheres foi *A Rosa*. Publicada em 1897 na pequena vila de Codajás. A folha era manuscrita e seguia os padrões da imprensa feminina da época: discutiam um pouco de política e assuntos como moda e família, ou seja, temas que eram vistos como “de mulheres”.⁵²

A imprensa dedicada ao público feminino, como as supracitadas, foi também redigida por mulheres. Estava recheada de cartas de amor, poesias e dicas de moda, traduzindo e inspirando os deleites e o orbe femininos, além de sublinhar a mulher no contexto social.⁵³ Não obstante, é importante salientar que a questão educacional permeava a imprensa feminina. Aqui e acolá, o intuito de educar a mulher foi o ponto axial dessas publicações.⁵⁴

Desde os anos 30 do século XIX, o Romantismo foi molemente inserido no seio da imprensa brasileira com os tão conhecidos folhetins contando histórias escritas por literatos estrangeiros. Passada a Independência pairava pelos ares a necessidade de criar uma “nação brasileira”. Tal premência passou a ser suprida pelo movimento romântico brasileiro.⁵⁵ Nessas circunstâncias, e em virtude de a imprensa manter um estreito laço com abastados latifundiários (muitos se tornaram acionistas, diretores e donos de jornais), estes foram os que sulcaram caminhos ou que deram o primeiro empurrão para uma seara de literatos que se converteram nos grandes nomes da Literatura Brasileira.⁵⁶ “*A partir de 1850, os*

⁵¹ TELLES, op. cit., p. 427.

⁵² PINHEIRO, *Folhas do Norte*. Op. cit., p, 235-236; CAMPOS, Luciana Maria Dantas de. *Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*. Dissertação de Mestrado em História, Manaus: UFAM, 2010, p. 142-143.

⁵³ BUITONI, Dulcília Schroeder. *Mulher de Papel*. São Paulo: Summus, 2009, p. 34; MOREL; BARROS, op. cit., p. 62.

⁵⁴ MEYER, Marlise. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Cia das Letras, 1996, p. 298.

⁵⁵ LAJOLO, Marisa (org). *Poesia romântica brasileira*. São Paulo: Moderna, 2003, p. 3.

⁵⁶ SODRÉ, Op. cit., p. 190.

*escritores nacionais, motivados pelo grande sucesso alcançado pela publicação daquelas obras estrangeiras, começaram a ganhar espaço na imprensa.”*⁵⁷

Laço semelhante também ocorreu no Amazonas, todavia para um período situado em fins do século XIX e início do XX. Com o *boom* da borracha os filhos de abastados seringalistas e comerciantes eram enviados para estudar fora do estado. Estes, quando do retorno, reuniram-se em patotas e utilizaram a imprensa para exercer sua verve literária. A imprensa proporcionou a estes intelectuais “*visibilidade e respeitabilidade no interior da sociedade local*”.⁵⁸ O anseio intelectual desses jovens desdobrou-se também para outros setores da sociedade como a criação da *Academia Amazonense de Letras*.⁵⁹

Em um ambiente revestido pelo patriarcalismo o ato de ler forneceu os primeiros traços de uma iniciativa libertária para as mulheres.⁶⁰ Morel e Barros demonstraram que, até aproximadamente os anos de 1830, a grande maioria das mulheres brasileiras não dominava nem a leitura nem a escrita. O quadro mudou no meado do século, quando se verificou o grande interesse desse público para com os folhetins. Os autores explicam que escritores e jornalistas, percebendo tal tendência, “*passaram a escrever para elas e a cortejá-las*”.⁶¹

Esses escritores, ao lado de uma imprensa feminina, escreviam sobre mulheres e para elas, opinando e instruindo.⁶² Os folhetins se alastraram, viraram febre, corriam por todos os cantos do império, ainda que em graus distintos. As histórias relatadas faziam suspirar, sonhar. Era literatura para arrefecer o coração das moças e mulheres. Como expõe Sodré, “*o folhetim espelhava os acontecimentos*” e sobre a chegada da máquina de costurar na corte, autores como José de Alencar

⁵⁷ MOREL; BARROS, op. cit., p. 56.

⁵⁸ PINHEIRO, op. cit., p. 99

⁵⁹ Idem. Para mais informações sobre a vida intelectual ver especialmente o capítulo 3: “Do jornal à academia: elites intelectuais e periodismo no Amazonas”.

⁶⁰ PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Unesp, 1998, p. 10.

⁶¹ MOREL; BARROS, op. cit., p. 60.

⁶² Neste contexto, destacou-se o *Jornal das Famílias*, editado pelo livreiro Garnier no Rio de Janeiro e impresso em Paris, que circulou de 1863 até 1878, tendo como um de seus mais ilustres colaboradores o escritor Machado de Assis. O *Jornal* era todo direcionado ao público feminino e teve algumas mulheres como colaboradoras. MELLO, Kátia Rodrigues. *Jornal das Famílias*; Machado de Assis: um perfil do periódico de Garnier e seu principal colaborador. *VII Jornada Multidisciplinar: Humanidades em Comunicação FAAC/Unesp – Bauru/SP outubro – 2005*. Disponível em: http://www.faac.unesp.br/eventos/jornada2005/trabalhos/67_katia_rodrigues.htm.

manifestou-se avesso: “*Alencar era contra elas: matariam a poesia do trabalho caseiro*”.⁶³

Nesse rastro folhetinesco, Sodré assinala que a maior parcela de leitores dos jornais era constituída de moças e estudantes. Sabendo disso, os escritores e os editores conduziam os temas de interesse. Destacou-se, principalmente, o matrimônio, isto é, um relacionamento salpicado de amor.⁶⁴ Numa perspectiva semelhante, Morel e Barros sublinham que as mulheres, *grosso modo*, foram as grandes fomentadoras tanto da escola romântica como da imprensa, “*já que os romances de folhetins impulsionavam a vendagem dos jornais*”.⁶⁵

A compassada ascensão feminina ao espaço público era seduzida pela moda, algo tão em voga e tão exalado pelos jornais que visibilizavam “*as frivolidades das sinhazinhas e ioiôs*”. Os valores “nobres” que eram fomentados pela família real sob os auspícios nobiliárquicos contribuíram para a euforia dos salões. De acordo com Buitoni a divulgação de modas e figurinos pela imprensa contribuiu para o fortalecimento de uma preocupação fútil que envolvia cada vez mais as mulheres.⁶⁶

Naquele fervedouro literário vieram a lume poetizas como Rita Barém de Melo e Beatriz Brandão. Gaúcha, poetisa e escritora, Barém de Melo se destacou no círculo literário de Porto Alegre, debutando, com apenas dezesseis anos no hebdomadário *O Gauíba* guardada pelo nome de Juriti⁶⁷. A trajetória de Beatriz Brandão inicia em sua cidade natal, Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto, nas Minas Gerais, como professora, e daí para a corte, onde passou a ser colaboradora constante do periódico *Marmota Fluminense* durante aproximadamente cinco anos.⁶⁸

Tão importante foi Nísia Floresta Brasileira Augusta, mulher que se destacou no Império do Brasil. A partir de 1840, Nísia se destaca num ambiente letrado e masculino, passando a colaborar com frequência para jornais “*como*

⁶³ SODRÉ, op. cit., p. 191.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ MOREL; BARROS, Op. cit., p. 59.

⁶⁶ BUITONI, op. cit., p. 31; SODRÉ, Op. cit., p. 198.

⁶⁷ O prefácio da obra *Sorrisos e Prantos* de Rita Barém de Melo foi escrito por Rita Terezinha Schmidt e está disponível no site da Editora Mulheres: <http://www.editoramulheres.com.br/prefacio19.html>; Nelson Werneck Sodré. *Op. cit.*, p. 196.

⁶⁸ PEREIRA, Claudia Gomes. A poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868). *Revista Navegações*, v. 3, n. 1, jan/jul 2010, p. 17; Isabel Lustosa apud JINZENJ, op. cit., p. 15.

Brasil Ilustrado, O Liberal e Diário do Rio de Janeiro".⁶⁹ No ano de 1853, Nísia escreveu aproximadamente vinte artigos para o *Diário do Rio de Janeiro*, além de se adiantar em defesa da emancipação feminina. Neste sentido, Nísia foi uma precursora. A escritora publicou livros sobre a condição feminina no Brasil, França e Itália, por onde foi bastante admirada. É dela a livre tradução da obra de Mary Wollstonecraft *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*.⁷⁰

Por outro lado, ainda que no mesmo contexto, o quadro de conjuntura do Brasil sofre alguns sobressaltos ao final da década de 1860. A crise de 1864 e a prolongação do "conflito militar platino" trouxeram inconvenientes para o setor agrícola (pois metade da mão de obra escrava era deslocada para o *front*). Nesse período houve o impacto da interrupção do tráfico negreiro. Encerrada a guerra, novos ventos prometiam o retorno da estabilidade. Entretanto, o quadro político começou a ferver e a imprensa se mostrou inquieta. Os ideais abolicionistas passaram a ser encabeçados pela imprensa.⁷¹

Neste ínterim abolicionista a mulher negra, escrava e maltratada foi utilizada como alegoria para a imprensa fortalecer e incitar novos adeptos para esta tão nobre causa. Como é o caso citado por Morel ocorrido em 11 de fevereiro de 1886 sobre a escrava Eduarda que palmilhava pela rua sem destino. Tinha o corpo coberto por feridas, pois havia sido cruelmente açoitada por sua proprietária. Uma senhora a encontrou enquanto perambulava e a levou à redação do jornal dirigido pelo líder abolicionista José do Patrocínio alegando que lá receberia mais auxílio do que na polícia. Eduarda denunciou ainda o estado de Joana outra escrava que, junto com ela, também havia sofrido violência. Este caso, amplamente repercutido pela imprensa da corte, demonstra a utilização da imagem da mulher escrava para sustentar a causa abolicionista. Demonstra ainda o poder da imprensa e sua nova feição.⁷²

Sobre este aspecto Sodré informa que, a partir dos anos de 1870, a imprensa brasileira reformulou mais uma vez sua imagem. Aos poucos se

⁶⁹ MOREL; BARROS, op. cit., p. 61.

⁷⁰ MOREL; BARROS, op. cit., p. 62; GONÇALVES, op. cit., p. 19; TELLES, op. cit. p. 405; DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e a educação feminina no século XIX in LÔBO, Yolanda; FARIAS, Lia (orgs). *Vozes femininas do império e da república*. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2008, p. 106; COMPOI, Isabela Candelori. O livro "Direito das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. *Revista História*, v. 30, n. 2, ago/dez 2011, p. 199.

⁷¹ SODRÉ, Op. cit., p. 201; BARBOSA, op.cit., p. 106.

⁷² MOREL; BARROS, op. cit., p. 86; BARBOSA, op.cit., p. 88-89.

desvencilhou da literatura, adotou uma postura liberal e tornou-se mais acessível à população. Passou a espelhar as preocupações da sociedade, como “*combater a pretensa sacralidade das instituições: da escravidão, da monarquia, do latifúndio*”. Foi nessa direção que os jornais abolicionistas ganharam vigor e se alastraram pelo império. São muitos os descontentamentos da sociedade em relação ao governo monárquico, e muitos viam a “*Abolição como prelúdio da República*”.⁷³

Entremeado aos temas abolicionistas, a imprensa brasileira revelou técnicas avançadas. Destacou-se o aparecimento das imagens como caricaturas, desenhos e ilustrações mais elaboradas. A imprensa ilustrada gozou de intensa fama e popularidade no País. Em 1876, Carlos Vivaldi lançou *Ilustração do Brasil* que tinha entre os redatores sua filha, Corina de Vivaldi. A jornalista se destacou na redação das revistas e jornais publicados pelo pai e como colaboradora de tantos outros.⁷⁴ Corina foi um exemplo em um quadro mais geral no qual as mulheres buscavam na escrita e na imprensa um espaço profissional para si. Neste ponto a imprensa, escrita ou não por mulheres, fomentou e cedeu lugar tanto à produção quanto aos reclames femininos.⁷⁵

As técnicas ilustrativas, por seu turno, dilataram as vicissitudes da vestimenta feminina.⁷⁶ Eram os novos tempos. A agitada vida noturna da corte, o teatro, cantoras e atrizes faziam a cabeça das mulheres. A moda e os penteados eram bastante difundidos nos jornais e revistas, oferecendo dicas e modelos franceses e ainda os modos de se pentear: “*as elegantes usam cabeleiras montanhosas, fechando ao alto com chapeuzinho, cheio de frutas, folhas e fitas*”.⁷⁷

Do período de 1870 até o golpe da proclamação da República um tema assaz debatido na imprensa foi o futuro do país, pois, D. Pedro II não possuía herdeiros homens. O próprio imperador, quando da morte de seus dois filhos homens na infância, cogitou o fim do império com a sua morte.⁷⁸ A princesa Isabel, filha mais velha e herdeira do trono, era constantemente atacada pela imprensa. Ataques esses que se intensificaram com a velhice e a delicada saúde de seu pai.

⁷³ SODRÉ, op. cit., p. 233 e 241.

⁷⁴ Idem, p. 221; SCHUMAHER, Schuma e BRAZIL, Erico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000, p. 169.

⁷⁵ TELLES, op. cit., p. 427; MEYER, op. cit., p. 298.

⁷⁶ BUITONI, op. cit., p. 34-35.

⁷⁷ SODRÉ, op. cit., p. 221.

⁷⁸ BARMAN, Roderick J. Redentora e prisioneira. *Revista Eletrônica de História*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/dossie-imigracao-italiana/redentora-e-prisioneira>

Por circunstância da ausência do imperador para tratar da saúde, a princesa assumiu o poder pela terceira vez num período conturbado. Eram fins dos anos 1880 no qual uma imprensa republicana vociferava ser ela “*uma princesa fanática casada com um príncipe estrangeiro*”.⁷⁹ Barman explica que todas as vezes que a princesa assumiu as atividades burocráticas, ocasião última que culminou com a Abolição da Escravatura, a mesma cultivou a imagem da filha devota, fortalecendo a antiga previsão paterna e as críticas jornalísticas. De acordo com este autor, a princesa era uma mulher de seu tempo e fora educada para ser obediente ao pai, à família e ao marido. Seu mundo encerrava-se no privado e na devoção à religião, daí ser chamada de “fanática”. Foi a ela ensinado, e muito bem inculcado pelo pai, que os temas públicos eram da esfera do masculino.⁸⁰

Estudos Sobre o Gênero no Período Imperial

O estudo da imprensa e do gênero que utilizam como recorte o período do império do Brasil é já um campo difundido e estudado na historiografia brasileira. É possível fazer um breve balanço de tais investigações. Todavia, Marco Morel aponta que ainda existem lacunas no estudo da imprensa brasileira para esse período, em especial para contextos regionais, como é o caso do Amazonas.⁸¹

Destacam-se a clássica obra de Nelson Werneck Sodré *História da Imprensa no Brasil*⁸² lançada pela primeira vez em 1966 que é ainda uma referência. O jornalista e historiador Marco Morel, professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, vem trabalhando o tema da imprensa em diversas obras como *Sentinela da Liberdade e outros escritos (1821-1835)* lançado em 2008; junto com Mariana Monteiro de Barros escreveu *Palavra, Imprensa e Poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*, de 2003, no qual acompanha as vicissitudes da imprensa com o quadro conjuntural de época; com Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Tania Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira organizou *História e Imprensa –*

⁷⁹ SODRÉ, op. cit., p. 239.

⁸⁰ BARMAN, Op. cit, nota 74.

⁸¹ MOREL *apud* BARBOSA, op. cit., p. 8.

⁸² SODRÉ, op. cit.

representações culturais e práticas de poder publicado em 2006; em 1986 lançou *Cipriano Barata – o panfletário da independência*.⁸³

Ana Luiza Martins e Tania Regina de Luca debruçaram-se sobre o estudo da imprensa no Brasil. O livro *História da Imprensa no Brasil*⁸⁴ traz a imprensa revisitada por métodos e abordagens atualizadas demonstrando a dinamicidade do tema e da pesquisa historiográfica. De igual importância estão os trabalhos de Marialva Barbosa que há muito se dedica ao estudo da imprensa. *História Cultural da Imprensa: 1800-1900* é um estudo valioso que sob uma ótica atenta e crítica traz a tona novos aspectos da nova e velha imprensa. Há ainda *História Cultural da Imprensa: 1900-2000* publicado em 2007; *Os donos do Rio – Imprensa, poder e público* lançado no ano 2000.⁸⁵

Historiadora e ensaísta Isabel Lustosa é outra intelectual que se dedica ao estudo da imprensa brasileira. Dentre suas obras destacam-se a organização de *Imprensa, história e literatura* de 2008, *O nascimento da imprensa brasileira* lançado em 2003 e *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência: 1821-1823* de 2000.⁸⁶

De acordo com Andréa Lisly Gonçalves, o estudo do gênero no Brasil império se torna assaz favorável pelo modo como se deu sua formação social. Sob essa ótica é possível perceber o hibridismo cultural de raças e elementos sociais que caracterizam de forma bem peculiar os espaços brasileiros. As investigações baseadas no caráter relacional demonstram a diversidade e a diferença no contexto nacional. O gênero estudado a partir de uma realidade brasileira pode elucidar problemáticas que tocam outros recortes e até outros temas.⁸⁷

⁸³ MOREL, Marco. *Cipriano Barata: o panfletário da Independência*. São Paulo: Brasiliense, 1986; MOREL; BARROS, op. cit. ; MOREL, Marco; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz (orgs). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006; MOREL, Marco. *O Sentinela da Liberdade e outros escritos (1821-1835)*. São Paulo: Edusp, 2008.

⁸⁴ LUCCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (orgs). *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

⁸⁵ BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio: Imprensa, Poder e Público*. Rio de Janeiro: Vicio de Leitura, 2000; BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007; BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

⁸⁶ LUSTOSA, Isabel (org). *Imprensa, História e Literatura*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2008; LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da Imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003; LUSTOSA, Isabel. *Insultos impressos: a guerra dos jornalistas na Independência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

⁸⁷ GONÇALVES, op. cit., p. 82.

Ao contrário do que ocorreu em outros países, os dados de até então apontam para as variadas nuances da autonomia da mulher brasileira principalmente quando analisadas pelo viés da resistência, em termos thompsonianos. Os estudos que tem como recorte meados do século XIX e início do XX dão acentuada atenção as questões que flutuam em torno do feminino como: educação, comportamento, sexualidade e prostituição.⁸⁸

No âmbito da pesquisa histórica que envolve mulheres, gênero e imprensa destaca-se, sumariamente, uma mostra de trabalhos e pesquisadores que, em meio a muitos outros, escreveram e escrevem tal trajetória no Brasil. Estas pesquisadoras, feministas ou não, debruçaram-se a fundo nos conceitos e debates teóricos que envolvem as questões femininas.

A obra *Quotidiano e Poder* de Maria Odila Leite da Silva Dias, que teve sua primeira edição em 1984, retira a condição feminina do plano mítico. Num recorte situado no processo de urbanização da cidade de São Paulo “entre fins do século XVIII e as vésperas da abolição” a autora ilumina a trajetória das mulheres desviantes. Dias explica que a ideologia dominante insiste em apagar os traços de um conjunto social que não se encaixa aos moldes sociais burgueses e que, por isso mesmo, vivem a sua margem. A autora adentra o terreno do cotidiano, do conflito e dos valores para demonstrar a vivacidade e a autonomia das mulheres que viviam num limbo social.⁸⁹

Maria Izilda Matos tem sua trajetória acadêmica marcada pelos estudos que envolvem as mulheres. Em uma perspectiva mais voltada para o gênero elaborou uma pesquisa que esmiúça as construções das identidades femininas e masculinas. Esta pesquisa teve por base a análise de letras de músicas compostas por Lupicínio Rodrigues na qual visualizou aspectos da relação masculino-feminino. Ademais, escreveu uma pequena obra elucidativa e didática sobre a história das mulheres.⁹⁰

A historiadora Raquel Soihet se dedica há tempos a estudar as mulheres. Percorrendo as fases analíticas da história das mulheres, a autora publicou *O feminismo de Bertha Lutz* (Editora Mulheres: 2006), *Condição feminina e formas de violência – mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920* (Forense Universitária:

⁸⁸ Idem, p. 83.

⁸⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 2001.

⁹⁰ MATOS, Maria Izilda de S. *Melodia e Sintonia em Lupicínio Rodrigues*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999; MATOS, Maria Izilda de S. *Terceiro Setor e Gênero*. São Paulo: UNESP, 2005; MATOS, Maria Izilda de S. *Por uma história da Mulher*. Bauru/SP: EDUSC, 2000.

1989) entre outras obras. Possui ainda uma série de artigos que contribuem para elucidar questões teóricas concernentes a este campo. Sua atividade profissional é relatada numa entrevista realizada em 2004 por Joana Maria Pedro.⁹¹

Feminista e historiadora por formação Margareth Rago é também um nome ilustre que merece destaque entre as estudiosas de mulheres no Brasil. Com uma carreira docente de destaque na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e como professora visitante em algumas instituições dos Estados Unidos, Rago é também autora de diversos trabalhos sobre a condição feminina. Ressaltamos aqui trabalhos como *Do cabaré ao lar: uma utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930* publicado pela Paz e Terra em 1985; *Os prazeres da noite – prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*, outra obra lançada pela Paz e Terra em 1995, e *Entre a história e a liberdade. Luci Fabri e o anarquismo contemporâneo*, uma pesquisa publicada pela Unesp em 2001.

Mary Del Priore aparece ora como organizadora ora como autora de obras sobre mulheres. Uma contribuição importante é a organização do *História das Mulheres no Brasil* que reúne um número de estudiosos que se inclinam sobre as questões femininas de nosso país.⁹² Destacam-se *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil* (Planeta: 2011); *Ao sul do corpo, condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia* (Unesp: 2009); *Corpo a corpo com a mulher – uma pequena história das transformações do corpo feminino no Brasil* (Senac: 2001); *A mulher no Brasil Colônia* (Contexto: 2000).

No que tange as obras que relacionam gênero e imprensa são relevantes os seguintes trabalhos. Carla Bassanezi em sua dissertação de mestrado *Virando as páginas, revendo as mulheres: relações homem-mulher e revistas feministas, 1945-1964*, defendida em 1992, analisou a relação entre os gêneros a partir dos fluxos de influências de experiências, pessoas e objetos materiais. Essas trocas resultaram em interpretações culturais implicadas com o tempo.⁹³

Os trabalhos de Dulcília Schroeder Buitoni *Imprensa Feminina* (Ática: 1990) e *Mulher de papel* (Summus: 2009) mapeiam os traços conceituais que giram em

⁹¹ Entrevista com Raquel Soihet realizada em 02 de setembro de 2004 no Hotel Quinta da Bica d'Água em Florianópolis – SC por Joana Maria Pedro. Disponível para download em: http://www.bibliotecafeminista.org.br/index.php?option=com_remository&Itemid=53&func=fileinfo&id=175

⁹² PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.

⁹³ PINSKY, op. cit., p. 182-183.

torno de uma imprensa escrita e voltada para mulheres. Apesar de ter características mais gerais se faz necessário para compreender o diálogo dessa atividade no Brasil e num quadro internacional.

A obra *Mulheres Honestas, Mulheres Faladas: uma questão de classe* (Editora da Universidade Federal de Santa Catarina: 1994) de Joana Maria Pedro é o resultado de uma pesquisa que analisou as imagens femininas idealizadas pela imprensa de Desterro (atual Florianópolis). Adentrando o quadro ideológico a que pertencia a imprensa, Pedro demonstrou como as folhas criaram, fortaleceram e excluíram condutas femininas por meio da eloquência.

O trabalho de Raquel Discini dos Campos *Mulheres e crianças na imprensa paulista, 1920-1940: história e educação* (Unesp: 2009) demonstra como crianças e mulheres foram, com o auxílio da imprensa, presas imediatas dos projetos de “instituições formativas e corretivas” dirigidas por homens saturados de trejeitos patriarcais e estereotipados. Há ainda *Cultura imprensa e educação feminina no século XIX* (Editora UFMG: 2010) de Mônica Yumi Jinzenji que analisa o papel do periódico *O mentor das brasileiras* de São João del Rei e sua estratégia sobre a educação feminina na primeira metade do século XIX.

Para o Amazonas são ainda poucos os trabalhos historiográficos que usam a imprensa e as mulheres como objeto de pesquisa. Utilizando a imprensa como objeto de pesquisa destacam-se os trabalhos de Maria Luiza Ugarte Pinheiro *Folhas do Norte: Letramento e Periodismo no Amazonas (1890-1920)*⁹⁴ e *A Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*.⁹⁵ Em ambos é possível visualizar a mulher dentro do contexto investigado. A tese *Portugueses Letrados na Amazônia: Imprensa, Política & Etnicidade (1885-1937)*⁹⁶ elaborada pelo professor Geraldo Pantaleão Sá Peixoto Pinheiro é mais um trabalho que vem iluminar a história do periodismo no Amazonas.

A relação de trabalhos que tem a mulher como objeto de pesquisa e os periódicos como fonte ainda é escassa para o contexto do Amazonas. Destacam-se a dissertação de mestrado de Luciane Maria Dantas de Campos *Trabalho e Emancipação: Um olhar sobre as mulheres de Manaus (1890-1940)*; *Perfis femininos*

⁹⁴ PINHEIRO, op. cit..

⁹⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 2003.

⁹⁶ PINHEIRO, Geraldo Pantaleão Sá Peixoto. *Portugueses Letrados na Amazônia: Imprensa, Política & Etnicidade*. Tese de Doutorado em História. Porto: Universidade do Porto, 2012.

na revista *Redenção* (1924-1932) monografia elaborada por Claudia Amoedo da Silva em 2002; *A prostituição feminina em Manaus no período da borracha (1890-1922)* monografia de Iêda Maria Rocha Bernardes; *De mimosas e catraias: imagens do feminino nos jornais de Manaus (1900-1920)* de Silvana da Silva dos Santos.⁹⁷

1.3 A Imprensa Durante o Império no Amazonas

O recorte temporal de nossa pesquisa (1850-1889) traz em seu bojo duas experiências que fazem do período um momento singular. Num primeiro plano, está a criação e instalação da província do Amazonas, e suas consequências sociopolíticas e culturais para o desenvolvimento da região. Em seguida, o início da imprensa, que vem em decorrência do primeiro, auxiliando não só com as providências decorrentes dessa técnica, mas também no projeto político de divulgação e propagação de novos valores, tão necessários a uma região com características marcantes como nesse momento específico.

O território que constituía a província do Amazonas era parte da província do Pará. Esses dois territórios juntos formavam, até a data de 5 de setembro de 1850, uma única província. Era, portanto, uma plaga colossal, haja vista que as dimensões geográficas que as definiam são imensas se visualizadas sozinhas. Isto, do ponto de vista político e de um processo “civilizador”, tornava-se um entrave para o progresso da região.

A implantação da província acarretou expectativas para todos aqueles que viam numa região “*tão pobre de braços, como rica de recursos naturais – com a civilização dessas hordas numerosas, que por seus extensos ermos vagueam, arredadas da nossa sociedade*”⁹⁸ a possibilidade de modificar esse quadro.

Este ato, segundo Regina Márcia, teve como princípio a concepção de que só era possível desenvolver a região a partir do momento em que o império delegasse poderes para que se constituísse ali um ponto administrativo. Posto que

⁹⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte; PINHEIRO, Luiz Balkar Sá Peixoto. *Gavroche: Boletim do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2007.

⁹⁸ *Exposição do Presidente da Província do Pará, Dr. Fausto Augusto de Aguiar* de 9 de Dezembro de 1851. Belém: Tipografia de Santos & Filhos, 1851, p. 7.

a dimensão continental do império não permitia que um único governo pudesse conduzir as providências necessárias para o desenvolvimento geral e coeso do reino.

Toda a problemática está também fortemente vinculada à fase de transição de uma política administrativa patrimonial, de organização esquemática para a constituição de um aparato de Estado menos irracional, mais centralizado e ligando-se ainda a fatores políticos internos que não podem deixar de ser considerados. A problemática que envolveu a criação da Província do Amazonas refletiu a ideia de que nem toda a força centralizadora de política imperial poderia resultar na onipresença do Estado.⁹⁹

Em virtude disto, busca-se organizar um quadro conjuntural da província do Amazonas a fim de compreender como aquela sociedade, com uma imprensa recém-instalada, forjou imagens e representações do feminino. Neste sentido, recuperamos uma bibliografia já produzida por estudiosos da região. Utilizaremos também a literatura dos viajantes, em especial as de Robert Avé-Lallemant, do casal Agassiz e dos ingleses Henry Lister Maw e Alfred Russel Wallace, nas quais está registrada uma série de dados sobre os componentes materiais e simbólicos da província, além de conter expectativas dos transeuntes sobre os futuros da região.

Quando efetivamente instalada em Manaus em janeiro de 1852, a província pouco possuía de caráter burocrático, de população branca e de instrução. Neste sentido, como nos explica Pinheiro, o Amazonas era *“ainda um imenso território a ser conquistado”*¹⁰⁰. Ou seja, era uma sociedade quase sem traços europeus.

Economicamente, a província não tinha condições de se sustentar e, por isso, continuou dependente de recursos do tesouro paraense. Durante esse período, a indústria têxtil foi impulsionada pelo primeiro presidente, Tenreiro Aranha. Contudo, no quadro geral, grande parte da população indígena e mestiça ocupava-se das atividades extrativistas. A saber: caça, pesca, coleta e beneficiamento dessas matérias-primas.

O comércio era pequeno e incipiente, além de ser uma atividade típica dos homens brancos que o faziam a partir dos produtos já beneficiados e pelas

⁹⁹ LIMA, Regina Márcia de Jesus. *A Província do Amazonas no sistema político do Segundo Reinado (1852-1889)*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense: 1978, p. 20-21.

¹⁰⁰ PINHEIRO, *Folhas do norte*, op. cit., p. 29.

importações de produtos como ferramentas, tecidos e pequenos objetos. Dentre essa classe, era muito comum os regatões que eram comércios volantes (a “loja” funcionava dentro de embarcações que navegavam pela região) e ilegais. De modo geral, os presidentes provinciais se posicionaram contrários aos regatões, tendo como regulamento a lei de 24 de abril de 1852, que geria as transações comerciais de caráter lícito e ilícito.¹⁰¹

Não obstante, se faz necessário descrever alguns aspectos socioculturais no intuito de conhecer o ambiente que acolheu a imprensa como veículo da modernidade.

Aspectos Socioculturais da Província do Amazonas

Contraste. Talvez seja esse o termo, muito utilizado pelos viajantes¹⁰² que percorreram ou viveram na província, para descrever a região, suas pessoas, seus hábitos e suas sociabilidades. Este termo também se ajustava as peculiaridades geofísicas, como as fisionomias da cidade de Manaus, de suas pequenas vilas e da imponência da floresta e dos rios.

Cercando uma pequena população branca, ou aquela que já havia inculcado as práticas sociais ditas “civilizadas” estava presente, de modo imperativo, a população de origem indígena. Mesclava-se a essas duas, e em menor escala, uma porção de negros e cafuzos. Essas três raças, completamente distintas, compunham o quadro populacional da época. Foi essa tríade contrastante que formou e transformou o Amazonas.

À época da instalação da província, os dados censitários apontam para os seguintes números: “29.798 indivíduos – sendo 7.815 homens livres, e 225 escravos; 8.772 mulheres livres, e 272 escravas; 6.776 menores do sexo masculino livres, e 117 escravos; e do sexo feminino 5.685 livres e 136 escravas.”¹⁰³

Os números dados devem ser criticados, pois eles apontam somente uma parcela da população, principalmente no caso da população indígena, que se

¹⁰¹ REIS, Arthur César Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998, p. 194.

¹⁰² LALLEMANT, op. cit., p. 99.

¹⁰³ *Exposição apresentada ao Exmo Presidente da Província do Amazonas, João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha pelo Exmo. Presidente do Grão Pará, Dr. Fausto Augusto de Aguiar*. Belém 9 de Dezembro de 1851. Belém: Tipografia de Santos & Filhos, 1851, p. 9.

encontrava ou destribalizada ou catequizada, ou ainda que habitava as cercanias dos lugarejos visitados. Nesses dados, além da distinção sexual e etária, a assimetria é categorizada pela condição de ser livre ou escravo.¹⁰⁴ Entre os indivíduos livres não havia diferença, pelo menos nesse caso, de brancos, índios e mestiços. Atenta-se para o fato de que essa condição de “livre” era apenas formal. As distinções foram marcantes na superfície simbólica.

Os indígenas¹⁰⁵ eram (e ainda são) para a região Amazônica, assim como outrora foram para o Brasil, a população autóctone. Desde o período da conquista, essa massa indígena foi sendo dizimada, escravizada e catequizada por sertanistas e religiosos amparados por leis reais e divinas. O contato entre brancos e índios foi sempre marcado pela violência. Entretanto, estes foram essenciais para que os colonizadores sobrevivessem na região.

À época da instalação predominava a população indígena. A maioria dos índios ou mestiços (filhos de homens brancos com mulheres índias) que habitavam Manaus eram, em sua maioria, destribalizados, mas isso não significava que haviam perdido por completo seus hábitos nativos. Muitos falavam o português, mas imperiosa era a “língua geral”. *“Falam perante o mundo o português; e, contudo, ouve-se por toda a parte a língua geral”*.¹⁰⁶ Ocupavam-se das atividades extrativistas como pesca, caça, manejo da manteiga e ovos de tartaruga, feitura dos objetos de suas necessidades como redes, vasilhas de cuias, pequenos bancos, além de serem responsáveis pela edificação de suas residências.

Andavam nus ou seminus pela cidade, especialmente os homens. Sua vestimenta se reduzia a uma calça de tecido branco. Sobre isso, Elizabeth Agassiz, em um passeio pela cidade, fez a seguinte observação: *“Quando eu voltava (...) dois índios moços, nus, trepados num tronco de árvore que atravessava horizontalmente a*

¹⁰⁴ Contudo, apesar de serem considerados livres e abrigarem-se sob o termo “indivíduos”, índios, mestiços e brancos eram distintamente tratados do ponto de vista jurídico e moral. Este tema será abordado no capítulo III desta pesquisa.

¹⁰⁵ Aqui nos referimos aos índios no plural não somente no sentido quantitativo. Entre eles haviam e há distinções étnicas. Compreendem diversas nações que, possuem cultura e línguas diferenciadas. Foram e são, portanto, populações possuidoras de uma compreensão de mundo próprias, totalmente ao avesso daquela dos brancos.

¹⁰⁶ LALLEMANT, op. cit., p. 105-106.

*correnteza caçavam peixes a arco e flecha.*¹⁰⁷ As mulheres estavam, em geral, sempre vestidas.

As crianças corriam e brincavam soltas por toda parte, banhavam-se constantemente nus nos igarapés que cortavam a cidade. O hábito de se banhar várias vezes ao dia é algo típico dessa população que vivia muito integrada à natureza. Sobre esse hábito Avé-Lallemant teceu analogias com o povo de Paris, que pouco se banhava e cheirava mal. Em períodos como a época do carnaval, na qual muitas pessoas se reuniam *“se deve chamar fétido”*.¹⁰⁸

Era comum a presença deles nas missas e festividades de santos. Os indígenas eram católicos fervorosos e experimentavam a fé cristã com pitadas de ritos pagãos. *“Havia em Manaus um sincretismo religioso, onde o sagrado e o profano, o oficial e o popular coexistiam e se confrontavam.”*¹⁰⁹ Possivelmente a introdução de cantos, a fabricação e os tipos de objetos para oferendas e a preparação do altar tenha ganhado conotações indígenas, já que estes eram (e são) exímios em habilidades manuais. Avé-Lallemant escreveu sobre o que ouviu da festa de São João na capital. *“Fabricam uma espécie de arco leve, muito enfeitado, além de muitas outras grinaldas, e levam-nas dum lado para o outro, ao som de cantos e danças rítmicas.”*¹¹⁰

Introduzidos na Amazônia nos séculos XVIII e XIX, os negros, ainda que em pequena escala se comparado a outras regiões do império, faziam parte da população local. Mais precisamente no período provincial, a cidade recebeu um grupo de 31 negros-livres oriundos da corte para os serviços de construções públicas.¹¹¹ Outra possibilidade de mensurar sua chegada se refere a uma vinda como cativos de famílias brancas que ali se estabeleceram, ou ainda sua entrada em fuga, isto é, cativos que fugiam de seus proprietários nesta direção, embrenhavam-se na selva e misturavam-se aos índios ou viviam nas cidades.¹¹²

¹⁰⁷ AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil* (1865-1866). Belo Horizonte: Itatiaia, 1975, p. 175.

¹⁰⁸ LALLEMANT, op. cit., p. 109.

¹⁰⁹ SOUZA, Ana Paula Rabelo de, op. cit., p. 42.

¹¹⁰ LALLEMANT, op. cit., p. 106.

¹¹¹ *Relatório do Presidente de Província Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha*. Manaus, 3 de Maio de 1862. Pará: Tipografia de Frederico Carlos Rhossard, 1862, p. 20; MESQUITA, Otoni M., op. cit., p. 38.

¹¹² Para mais informações ver SAMPAIO, Patrícia de Melo (org). *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Belém: Açáí, 2011. Em especial o capítulo 2 “Escravos e escravidão africana na Amazônia” de autoria da organizadora da obra.

A presença negra em Manaus pode ser atestada também pelos anúncios de jornais. Homens e mulheres negros eram procurados por seus donos. Figuravam também na seção do Departamento de Polícia, quando eram presos, forros e escravos, por arruaças e embriaguez. *“Repartição de Polícia (...) forão presos (...) A’ ordem do subdelegado d’esta cidade, os africanos livres Boaventura, Elias e Domingos, por embriaguez.”*¹¹³ Sua mão de obra era utilizada nos serviços ligados à casa, para o caso das mulheres, e aos serviços públicos para os homens.

A comunidade branca na região sofreu um acréscimo depois da criação da província, uma vez que esta dependia dos seus serviços para funcionar. Aqueles que não eram funcionários do governo ou militares eram, em sua maioria, comerciantes, alguns deles portugueses. O clima da região, quente e úmido, não impedia aos brancos que se distinguissem dos negros e índios, ademais de sua cor de pele, pelas vestimentas. O trabalho, as vestimentas e os hábitos “civilizados” tornaram-se os símbolos dessa pequena elite.

Entretanto, havia entre eles, especialmente entre as mulheres, um traço que denunciava sua origem índia. *“Mas entre essas famílias aparecem, sobretudo nos rostos de algumas mulheres, certo ar que me lembra a avó índia.”*¹¹⁴ E mesmo que explicitasse valores e modos de ser dos brancos, sua herança estava ali, marcada sobre alguma parte do corpo visível, e era notada pelos estrangeiros.

Estes viviam na região no intuito de povoar a terra de brancos e, ao mesmo tempo, de trazer à “civilização” os índios e mestiços da região. A cultura indígena, para os brancos, era vista como inferior, primitiva, selvagem. Andar despido ou seminu e comer com as mãos eram indícios intoleráveis a uma “boa-educação” nos moldes europeus. Essa elite buscava reverter o quadro geral da população e modificar seus hábitos que consideravam selvagens. Todas as iniciativas governamentais do período singravam nesta direção.

O viajante, porém, que viu o contraste no ambiente físico, não o viu em seu aspecto humano. No ano de 1859, o médico alemão Avé-Lallemant concebeu uma imagem harmônica da população ao expressar que ainda não havia naquele lugar luta de classes antagônicas. *“Não há ainda intensa luta de vida ou morte entre forças*

¹¹³ *O Catechista*, n. 115. Manaus 27 de Maio de 1864.

¹¹⁴ LALLEMANT, op. cit., p. 150.

*poderosas, antes agradável reconciliação dos diversos elementos.*¹¹⁵ Não obstante, essa ideia de “reconciliação” deve ser cautelosamente discutida.

O fato de Manaus ser uma cidade circunscrita numa sociedade de contornos pré-capitalistas, como afirma Heloisa Lara, não significa que essas forças antagônicas não existam. Pelo contrário, elas eram muito fortes no campo simbólico.¹¹⁶

De acordo com o documento de apresentação da nova província, escrito pelo então presidente do Pará, Dr. Fausto Augusto de Aguiar, registrou-se a índole pacífica e tranquila do povo amazonense, incluindo os indígenas. *“Tenho a satisfação de poder assegurar a V. Exa., que a Província, a que vai presidir, goza de completa tranquilidade, e que toda a sua população predominam o espirito e hábitos de ordem, e de obediencia ás Leis.”*¹¹⁷ É notório que a insurreição indígena se deu em diversos aspectos e momentos, não somente naquele de caráter bélico. Recusa de valores, fuga em bando e assaltos foram algumas formas simbólicas que os nativos encontraram para resistir aos ditames da vida “civilizada”.

Entre as falas presidenciais, são comuns os comentários sobre os saques e crimes provocados pelos indígenas.

Dois factos, porém, notáveis tem occorrido, que no entretanto não affectarão a publica tranquilidade: o 1º com dois negociantes, que navegando para Mato-Grosso forão assaltados pelos Gentio da Tribu Caripuna, vendo-se obrigados a desampararem as suas canoas com todas as mercadorias, fugindo em uma montaria com o Piloto, que tendo desembarcado, foi recebido com quatro frexadas, chegando em Borba em perigo de vida.

Tenho dado todas as providencias para que se não repitão factos similhantes, e mesmo estou resolvido a restabelecer o destacamento do Salto do Theotoneo, logo que possa contar com mais alguma força, pois a que existe escaçamente chega para o serviço da guarnição: o 2º foi um assalto, que os Indios Araras, que habitão no centro do rio Aripuanã derão em um sitio, roubando o que encotrarão, livrando-se de ser assassinado um Indio mundurucu, por ser presentido distinctamente ouviu, que elle se retirarão ameaçando, que havião de voltar com maior numero de gente, e com o próprio Tuxaua, e que então matarião a quanto encontrassem.

Tendo sido sciente deste successo por participação do Director dos Indios do rio Madeira, expedi, sem perda de tempo, positivas e terminantes ordens a este Director, ao Subdelegado de Borba, e ao Commandante de Maturá recommendando-lhes, que por meios pacíficos procurem chamar esses Indios á civilização, e á deixarem a vida errante; repellindo

¹¹⁵ Ibid, p. 100.

¹¹⁶ COSTA, Heloisa Lara Campos. *As mulheres e o poder na Amazônia*. Manaus: Edua, 2005, p. 47-48.

¹¹⁷ *Exposição do Presidente da Província do Pará, Dr. Fausto Augusto de Aguiar*, de 9 de Dezembro de 1851. Belém: Tipografia de Santos & Filhos, 1851, p. 4.

fortemente os seus ataques, prendendo os criminosos; e tractando com brandura e docilidade a todos aquelles, que forem surprehendidos, para assim constar aos outros, e terem elles dezejos de se reunirem á vida social e pacifica.¹¹⁸

Contudo, nessa tranquila e pacata província, como de bom grado sublinham os políticos atuantes na época, episódios de furor provocados pelos indígenas em ataques aos brancos ocorreram com frequência. A declaração do vice-presidente, Dr. Manuel Gomes Correa de Miranda, tinha em vista comunicar a Assembleia de tais casos, mas é claro também que sua intenção é mitigar a gravidade dos fatos e manter a imagem oficial da serenidade em que jazia o Amazonas que lhes era tão cara.

As motivações para os ataques por parte dos índios gravitavam em torno, substancialmente, da presença branca que violentava as tribos, tiravam-lhes as terras e violentavam as mulheres nas práticas tão conhecidas como descimentos. Houve ainda mais. O contato entre brancos e índios trouxe a estes doenças que assolaram tribos. Nações inteiras fugiam em massa para não se sujeitarem aos interesses brancos.¹¹⁹

Em 1865, Elizabeth Agassiz registrou em conversa com mulheres do Lago Janauari, nas redondezas de Manaus, que havia poucos homens por ali. Muitos foram enviados para as frentes na Guerra contra o Paraguai e outros haviam fugido do recrutamento.

(...) elas dizem que a floresta tornou-se agora muito triste: os homens foram recrutados para a guerra, ou então fugiram para o mato a fim de não partir; eram agarrados, asseguravam elas, em qualquer lugar que fossem encontrados, sem considerações de idade ou circunstâncias (...) Esse modo de agir é absolutamente ilegal, mas essas aldeias perdidas nas florestas estão de tal modo afastadas que os recrutadores podem praticar todas as crueldades sem receio de deverem prestar conta; desde que os recrutadores cheguem em boas condições, nenhuma pergunta se lhes faz.¹²⁰

¹¹⁸ *Fala do Vice-Presidente da Província Dr. Manuel Gomes Correa de Miranda*. Manaus 1 de outubro de 1852. Manaus: Tipografia de Manoel da Silva Ramos, 1852, p. 5-6.

¹¹⁹ Tribos inteiras fugiam dos brancos fazendo com que a população indígena passasse pelo que Bessa denominou de “catástrofe demográfica”. FREIRE, José Ribamar Bessa, op. cit., p. 28.

¹²⁰ AGASSIZ, Luiz Agassiz, AGASSIZ, Elizabeth Cary, op. cit., p. 167.

O editorial do jornal *O Catechista*¹²¹ publicou, em março de 1865, na ocasião da despedida dos recrutas amazonenses, que estes se alistaram por conhecer e apoiar a necessidade da Guerra do Brasil contra o Paraguai, num ato descrito como “patriótico”.

Com orgulho dizemos: os dous corpos (...) desta provincia embarcaram no dia 27 do passado e seguiram a bordo do Tapajós, sem que uma só de suas praças desertasse (...) separando-se de seus parentes e amigos, dos seres mais íntimos e queridos, soffocando todos os sentimentos caros a coração humano, para só attenderem ao santo amor da patria; aquelles bravos filhos do Amazonas elevaram-se a altura do heroismo, que as circunstâncias reclamam, e mostraram ao paiz que sabem compreender a importancia do sacrificio que delles exige o Imperador.¹²²

Os dados que divergem aliados a uma população majoritária que se encontra em estado de transição cultural sugerem a possibilidade de que tenha ocorrido, ainda que em escalas não precisas, recrutamento forçado. Principalmente, quando se leva em conta o deficiente aparato burocrático do período, que era composto majoritariamente pelos brancos.

Outra resistência típica dessa época foi a institucionalização do português, a língua oficial do império, e da educação formal. Poucos índios e mestiços falavam o português, alguns negros e cafuzos também eram fluentes na “língua geral”.

Em decorrência das ações provinciais, houve a necessidade de reformular as políticas públicas para a educação, principalmente no tocante à população indígena, em vista de transformá-la na mão de obra necessária ao desenvolvimento econômico da região. Deste anseio, foi criada a Casa dos Educandos Artífices em 1858.¹²³ Lá vivia, em regime de internato, um grupo de meninos que eram educados para servir à província num futuro próximo. A maioria desses meninos era de origem indígena e foram cooptados à força de suas famílias. Era ainda viva na memória dessas famílias a dizimação de seus antepassados. Estas não queriam que seus filhos frequentassem a instituição, muito provavelmente por desconfiarem da educação branca que era, a rigor, baseada no castigo. O casal Agassiz registrou em seus apontamentos a infeliz situação dessas crianças, embora

¹²¹ *O Catechista*, n. 155. Manaus, 4 de Março de 1865.

¹²² *O Catechista*, n. 155. Manaus, 4 de Março de 1865.

¹²³ Para mais detalhes ver ALVES, Márcia Eliane. Educação, trabalho e dominação. Casa dos Educandos Artífices: 1858-1877 in *Amazônia em Cadernos: História em Novos Cenários*. Universidade do Amazonas, Museu Amazônico: 1993/1994, V. 2 no 2/3.

concordassem que *“a civilização, mesmo que imposta pela força, é preferível à barbaria”*.

Mas que contraste quando se compara a expressão de todos esses rostos infantis assim reunidos com as fisionomias do primeiro bando que se encontre de pequenos negrinhos! Estes estão sempre alegres e despreocupados; aqueles reservados, preocupados, quase tristes. (...) Teríamos trazido daí a mais feliz das impressões, se não tivéssemos sabido que, nesse orfanato, às vezes se retêm sob pretexto de instrução a ministrar, pobres criaturinhas que ainda têm pai e mãe e que foram subtraídas às tribos selvagens (...) a civilização, mesmo imposta pela força, é preferível à barbaria.¹²⁴

É, pois, mediante esses dados, que se revelou a resistência simbólica da população nativa. O olhar vivo e maroto de uma gente foi, aos poucos, sendo suplantado por um fugidio e opaco, típico do mundo “civilizado”. O projeto provincial, com todas as suas medidas de pacificação e educação, pretendia aniquilar os traços da cultura indígena.

Fator intrigante, o tempo. Este chamou a atenção dos viajantes e era objeto de constante preocupação dos homens públicos. As manhãs, as tardes e as noites na província não respeitavam muito os ponteiros. Não que ele, o tempo do relógio, não fosse importante, era como se as coisas não tivessem que ser imediatas. Era preciso cultivar a espera.

Exemplo claro foi o ato de instalação da província. A região foi elevada a essa categoria em 5 de setembro de 1850, todavia seu ato só foi efetivado em janeiro de 1852, precisamente 15 meses depois. A atuação do primeiro presidente foi muito curta, impedindo que seus projetos “civilizatórios” e de desenvolvimento da região marchassem para o progresso por ele tão almejado.¹²⁵

A comunicação entre o Amazonas e a capital da província mais próxima, Belém, no Pará, era feita por vapores e levava de 8 a 11 dias. Naquele particular, o tempo deve ser entendido sob duas lentes: o tempo do homem “civilizado” e o tempo da Natureza, que rege a vida dos índios.

O sol, a lua, a enchente, a vazante, as chuvas, o período das tanajuras e das manicoaras, eram algumas das medidas que organizam os afazeres da população da selva. Estes elementos eram muito evidentes na população nativa que vivia em

¹²⁴ AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary, op. cit., p. 128.

¹²⁵ *Relatório do Presidente da Província do Amazonas Snr. João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha*. Manaus 30 de Abril de 1853. Amazonas: Tipografia de Manoel da Silva Ramos.

Manaus. Toda sua vida gravitava em torno das variações naturais. Também podemos observar estas questões a partir da escrita do casal Agassiz que, ademais, nos permite perceber seu olhar preconceituoso e etnocêntrico com relação às populações indígenas.

Era domingo; e pus-me a pensar na estranheza de minha situação. A essa hora, todos os sinos estavam tocando em Boston, e a multidão acorria às igrejas, sob o céu claro e brilhante que os belos dias de outubro dão à Nova Inglaterra; eu, todavia, descia suavemente o curso dum calmo igarapé, sentada numa piroga, no meio de índios semi-nús que moviam seus papagaios em ritmo monótono duma canção bárbara. É nas excursões desse gênero que nos damos conta da fascinação exercida sobre um povo cuja civilização não passa de esboço por esse modo de vida em que as sensações são extremamente fortes sem que nada desperte a inteligência.¹²⁶

A população branca do lugar, muito em virtude da distância dos grandes centros, acabou por incorporar um tempo atípico. Um tempo em consonância com o ritmo mais compassado com a imponente natureza que os rodeava. Não havia uma preocupação com horários de trabalhos pré-fixados. A cidade caminhava sem pressa.

Para o contexto provincial, a Igreja detinha um poder relevante na região. Seus tentáculos agenciavam vários setores da sociedade: o político, as práticas sociais da fé e a educação. Os religiosos faziam parte da sociedade “ilustrada” local e participavam ativamente das decisões políticas da região. Eles estavam na cerimônia de instalação da província em 1852 sob o título de autoridades eclesiásticas.

Notório foi a consubstanciação do poder público com a religião católica. Depois de um período na qual a ordem dos jesuítas foi expulsa do território brasileiro pelo Marquês de Pombal, o laço de confiança foi novamente retomado entre o governo e os religiosos. Eram eles, pois, os grandes responsáveis pela catequização e pela manutenção da moral.

No tocante à relação catequese-índios, os missionários representam, para o governo, um elo que chamava o índio para recolher-se à conduta civil e cristã. Muitos atuaram no Diretório dos Índios que era uma ação, organizada pelo estado provincial, que tinha por função pacificar e catequizar os índios, a fim de enviá-los

¹²⁶ AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary, op. cit., p. 148.

para o exercício do convívio “civilizado”. Nesse processo, o índio aculturado tinha condições de fazer parte da mão-de-obra para suprir as necessidades públicas. Contudo, os religiosos possuíam uma presença ínfima na região, ponto preocupante para as autoridades em vista dos constantes saques chefiados por tribos que se recusavam à dominação branca. Situação outra que inquietava o governo era que, na ausência das Diretorias, muitos Tuxauas ou principais tentavam negociar com o governo descidas pacíficas de suas tribos em troca de favores ou presentes. *“Enquanto jantávamos, começaram a chegar os índios das florestas próximas para apresentarem suas homenagens ao Presidente.”*¹²⁷

Cabia ainda aos religiosos a organização das mesas eleitorais e dos registros de nascimentos, batismos, casamentos e óbito. *“Ao revd. vigário geral da província (...) que ficam expedidas as necessárias ordens para lhe ser fornecido o obituário desde julho de 1862 até esta data, assim como para que se remetam aos parochos relações das pessoas fallecidas.”*¹²⁸

A igreja era um ponto de convergência da população, um sítio comum para essa população heterogênea. Missas e dias santos eram também momentos de sociabilidade para a população de Manaus. Eventos como esses traziam em seu bojo a função educativa, no intuito de converter e afirmar a prática cristã em substituição à “pagã”, típica da cultura indígena. A constante presença da população nas Igrejas era vista como salutar aos olhos do vice-presidente em 1852, pois sua obediência religiosa e a frequência auxiliavam na formação do caráter moral dos cidadãos.

A Religião Santa de Jezus é efficazmente observada, o que atesta o fervor, com que o Povo procura os templos, com devoção e respeito assiste aos officios Divinos: e não desconhecendo vós a necessidade do culto público, como um tributo de homenagem, que é devido ao Ente Eterno, d’onde dimanão resultados proveitosos e fficazes a prol da observancia das Leis, do respeito as authoridades, da repressão dos crimes & e concorrendo poderosamente para este fim o culto esterno, havei de reconhecer que é de mister que existão templos, que sejam dignos dos Misterios Sagrados, que nelles se tem de celebrar, e achando-se a mor parte em estado pouco lisongeiro.¹²⁹

¹²⁷ AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary, Op. cit., p. 162.

¹²⁸ *O Catechista*, n. 116. Manaus, 4 de Junho de 1864.

¹²⁹ *Fala do vice-presidente da província Dr. Manuel Gomes Correa de Miranda*. Manaus, 1 de outubro de 1852, p. 11.

Neste sentido, notamos que uma inculcação religiosa e, principalmente, moral era do interesse do governo e não somente dos religiosos. Destarte, era necessário priorizar as edificações de templos assim como solicitar desta categoria um maior número de eclesiásticos para provir a capital e as Freguesias.

O jornal *Estrella do Amazonas* publicou em 1854 um pequeno aviso conclamando seus sócios a participarem do encontro proposto por uma sociedade amazonense.

Sociedade Recreação Familiar Amazonense: A partida correspondente ao corrente mez tera lugar no dia 25. Os sócios, que desejarem cartões para convidados deverão fazer os seus pedidos até dia 24. Cidade da Barra do Rio Negro, 17 de Fevereiro de 1854.
O Secretario João Antonio Pará.¹³⁰

O anúncio sinaliza para uma organização da pequena elite empenhada em realizar atividades do tipo cidadinas na capital. É muito provável que esse grupo queria construir na cidade opções de lazer dessa natureza como os encontros em clubes ou sociedades, bailes e apresentações teatrais. Essa ideia sempre divulgada na imprensa permite conjecturar uma ânsia em fazer com que tais práticas suplantassem a cultura indígena.

Os bailes foram alguns eventos comuns ao período. Momento de máxima sociabilidade entre a pequena elite. Alguns deles foram organizados ou tinham entre seus convidados os políticos locais.

Partio no dia 30 do mez próximo passado para a côrte, o sr. capitão-tenente José da Costa Azevedo e sua exma família (...) O seu botafóra foi o mais esplendido possível, tendo a concorrência de muitas famílias distintas dessa cidade e de algumas autoridades.¹³¹

O baile representava um evento social e o momento que ia desde a sua organização até o dia em que ocorreria causava entre os moradores e participantes uma grande euforia. Isto se deve à condição pacata da cidade. *“Desacostumada animação reina desde alguns dias em Manaus. Trata-se de organizar um grande*

¹³⁰ *Estrella do Amazonas*, n. 79. Manaus, 21 de Fev. de 1854.

¹³¹ *O Catechista*, n. 116. Manaus, 4 de Jun. de 1864.

baile em homenagem ao Sr. Tavares Bastos. Onde se realizará, E que dia, A que hora?”¹³²

De quando em quando as casas da elite abriam-se às práticas sociáveis tão comuns na época: os chás e saraus. Foi o que aconteceu em Manaus em 1865, quando, por ocasião da saída de Adolpho de Barros¹³³ do seu posto de presidente da província, o senhor Jose Antonio d’Andrada Barra ofertou um chá em sua casa em homenagem aos feitos do político. Sobre o evento a imprensa publicou a seguinte nota:

DESPEDIDA. Os amigos do exmo. Sr. dr. Adolpho de Barros, as vésperas de sua partida, desejando manifffestar-lhe o apreço de suas boas qualidade, e dar-lhe uma prova de estima pela maneira condigna com que se houve na administração desta província; offertarão-lhe um esplendido cha que teve lugar na casa do sr. capitão Jose Antonio d’ Andrada Barra, ao largo do Espirito Santo. A animação e grande concurrencia que teve esta reunião, a ponto de ficarem as salas literalmente cheias, e, onde, como raramente se dá, cerca de 40 senhoras se achavão presentes, mostram bem o quanto era sua exa apriciado, e qual o grão de consideração que gosava na província.¹³⁴

De acordo com a nota, fica claro que a presença feminina no chá “embeleza” o evento e auxilia na afirmação do status social a que pertence.

Aos poucos, foram se intensificando as atividades culturais pela cidade. O carnaval como data comemorativa era também festejado entre as famílias mais abastadas. Os convites eram veiculados pela imprensa e o comércio estava preparado para oferecer à população trajes e acessórios para a data tão esperada. *“Grandes Bailes Carnavalescos!! Joaquim José da Silva Pingarilho, na noite de 28 de Janeiro 4, 11, 18, 26, 28 de Fevereiro dará bailes masqué na casa onde funcionou a assembleia provincial.”¹³⁵*

Outro aspecto da sociabilidade mundana presente na capital foram as apresentações teatrais e espetáculos. A partir de 1858 aparecem informações dessa natureza na imprensa e nos registros do viajante Avé-Lallemant. De acordo com Simone Villanova¹³⁶, essas apresentações nos primeiros anos da província

¹³² AGASSIZ, Luiz; AGASSIZ, Elizabeth Cary, Op. cit., p. 173.

¹³³ Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda foi presidente da província do Amazonas de 7 de abril de 1864 a 24 de agosto de 1865 in REIS, Op. cit., p. 203.

¹³⁴ *O Catechista*, n. 165. Manaus 13 de Maio de 1865.

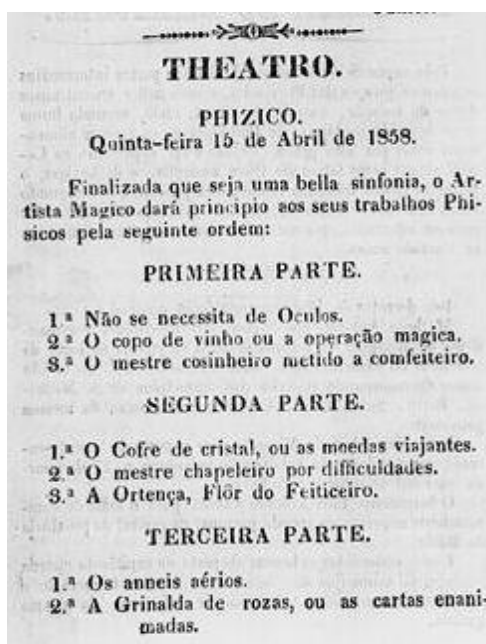
¹³⁵ *O Catechista*, 148. Manaus 14 de Janeiro de 1865.

¹³⁶ VILLANOVA, Simone. *Sociabilidade e Cultura: a história dos “pequenos teatros” na cidade de Manaus*. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2008, p. 67.

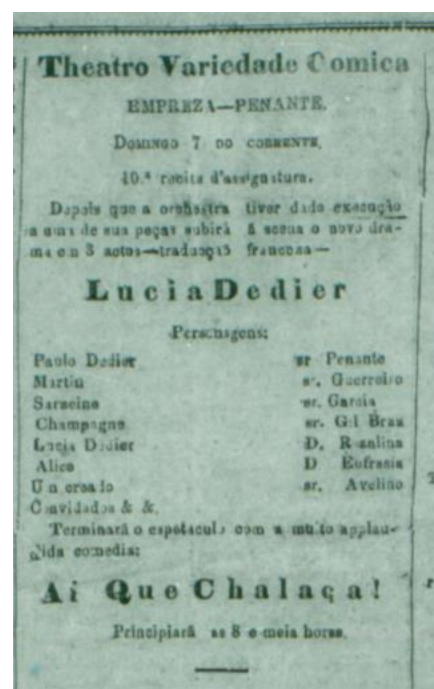
foram raras, tendo ganhado força de expressão somente no final da década de 1860. A partir desta data tornaram-se comuns as apresentações de um agrupamento teatral conhecido por *Variedade Comica*.

Ainda segundo Villanova, chama atenção o fato de que os primeiros espetáculos talvez não correspondessem aos moldes de uma apresentação teatral. Possivelmente, o que ocorreu foi um número coreografado em um espaço que não fosse precisamente um teatro, isto é, um edifício para este fim.

Ilustração 1
Anúncios Apresentações Teatrais nos Jornais do Amazonas



Fonte: *Estrella do Amazonas*, nº 284.
Manaus, 14.04.1858



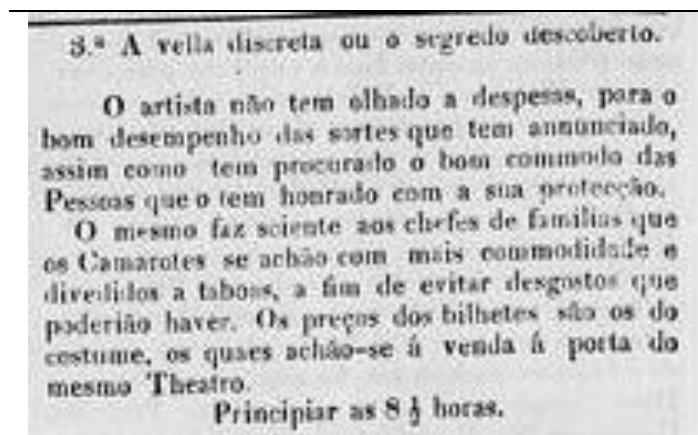
Fonte: *O Catechista*, nº 413.
Manaus, 6.11.1869

Em 1859, a construção de um edifício para este fim foi assunto de um breve comentário de Avé-Lallemant. Isto sugere uma preocupação dos dirigentes em munir a cidade de tais práticas. Ao viajante não agradou o modelo arquitetônico do edifício, comparando-o a um “monstruoso porco-espinho”. Todavia, ele era um símbolo cultural e “*eleva também às mais completas manifestações da vida social duma grande cidade.*”¹³⁷ Com o passar dos anos percebemos, pelos anúncios, a

¹³⁷ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Op. cit.*, p. 151.

apresentação de espetáculos teatralizados. Assim como o apoio da população para com os artistas.

Ilustração 2 Anúncio de Peça Teatral



Fonte: *Estrella do Amazonas*, nº 284.
Manaus, 14.04.1858

No tocante à situação *in loco* da educação no Amazonas, no ato da instalação as próprias autoridades eram unânimes em sublinhar seu aspecto de “atraso”. Ao longo do ano de 1851 a província contava com 8 escolas para educação das primeiras letras, das quais 7 se achavam em funcionamento e eram frequentadas exclusivamente por meninos. Quanto ao ensino de nível secundarista, a única cadeira existente pertencia ao Seminário São José, situado na capital. “*Ahi se ensina Grammatica Latina, língua Franceza, Muzica e Canto.*”¹³⁸ O seminário pertencia à Igreja e era frequentado por 17 alunos.

As cadeiras de professores eram difíceis de serem preenchidas. A região, portanto, não contava com profissionais (assim como em outros setores do serviço público), ou melhor, com professores capacitados para tais ofícios. “*A Lei No. 171 de 29 de Novembro do anno passado creou, na Capital, uma cadeira de língua Franceza, mas não tem sido provida, por não ter apparecido quem a pretenda.*”¹³⁹ A falta de professores foi uma constante em todo o período.

¹³⁸ *Exposição do Presidente da Província do Pará, Dr. Fausto Augusto de Aguiar*, de 9 de Dezembro de 1851. Belém: Tipografia de Santos & Filhos, 1851, p. 8.

¹³⁹ *Exposição do Presidente da Província do Pará, Dr. Fausto Augusto de Aguiar*, de 9 de Dezembro de 1851. Belém: Tipografia de Santos & Filhos, 1851, p. 8.

Snr.es! huma das palpitantes necessidades desta Provincia é a Instrucção primaria, pois custa a crer, porém é uma triste verdade, que (...) não se encontre quem possa servir os lugares mais insignificantes, sendo preciso muitas vezes a um individuo idôneo accumular a todos os lugares, porque pela maior parte não sabem ler¹⁴⁰

Com poucos recursos, a província não teve as condições necessárias para empreender projetos imediatos para a educação. Mediante tal realidade, Tenreiro Aranha criou, em 8 de março de 1852, o regulamento para o funcionamento do ensino primário e elaborou um projeto para uma escola normal com o intuito de formar professores para o ensino público, contudo tal projeto só se concretizou em 1882.¹⁴¹

A educação formal não era muito valorizada pelos índios, haja vista que era algo muito distante de sua cultura e eram obstinados em relação a adquirir os hábitos “civilizados”. Dentre eles, poucos conheciam o português. Havia, portanto, a necessidade de fazer com que a língua portuguesa se tornasse hegemônica. Todas as coordenadas emitidas pelo governo a partir de 1850 tinham esse intuito. O processo de ensinar o português através da escola foi assaz lento. De acordo com Bessa Freire, isso só foi realmente possível quando a Amazônia entrou num processo econômico mais amplo e quando aportaram na região centenas de nordestinos fugindo da seca¹⁴².

Ou seja, nos primeiros anos da província, Manaus contava com algumas poucas escolas nas quais predominavam o ensino das primeiras letras. Com o passar dos anos, as escolas foram aumentando gradualmente. A contratação de professores era dada de modo simples e por intermédio de concurso público, apurando-se os conhecimentos básicos. Ainda assim, Pinheiro nos informa das dificuldades que o governo tinha em encontrar pessoas aptas para o ensino da língua portuguesa.¹⁴³

Concorrente à instrução oficial e pública, tinha-se também a privada. A educação e o cultivo do lazer voltado para uma cultura letrada era algo muito tocante ao projeto político da pequena elite. Para essas famílias, restavam poucas opções. Uma era proporcionar a seus filhos uma educação privada e, muitas vezes,

¹⁴⁰ *Fala do vice-presidente da província Dr. Manuel Gomes Correa de Miranda*. Manaus 1 de outubro de 1852, p. 14.

¹⁴¹ REIS, Op. cit., p. 193.

¹⁴² Para mais detalhes ver FREIRE, Op. Cit.

¹⁴³ PINHEIRO, Op. cit., p. 32.

a domicílio. Contudo, devemos levar em conta que, assim como para a instrução pública eram escassos os professores, talvez para aulas particulares ocorresse o mesmo. Nos periódicos da cidade eram anunciados o início de cursos, os preços, dentre outras informações.

Escola particular na travessa da Olaria. Carlos Gavinho Vianna, participa aos srs. Pais de família desta capital e do interior, que no dia 13 do corrente abre uma aula de ensino primario (...) Mensalidades de cada alumno 2:500 pagos adiantados.
Manaus 10 de Fevereiro de 1865.¹⁴⁴

Dada a incipiência do ensino em Manaus as famílias de posses tinham o hábito de enviar seus filhos para estudarem em outras províncias. Havia ainda a prática de muitos governantes financiarem os estudos de alguns desses jovens que eram enviados para estudar fora, como foi o caso da jovem Anna do Rego Dantas.

Ao Administrador da Fazenda Provincial. A vista do que informa v.m. por seu officio (...) sobre o requerimento do major Joao Rego Dantas, mande v.m. entregar ao referido major a quantia de duzentos e doze mil reis, em trimestres adiantados, a contar de 1º desse mez, de subvenção para ser educada na capital do Pará a sua filha D. Anna do Rego Dantas.¹⁴⁵

Com os dados preliminares, ainda não é possível conjecturar quais os fatores políticos que envolveram tais subvenções. Todavia é um dado que requer análise.

O quadro esboçado permite visualizar as vicissitudes sociais sofridas pela cidade de Manaus. Ainda que permeada pela oposição, a paulatina entrada dos valores “civilizados” gerou, neste princípio, conflitos culturais que assolaram muitas das peculiaridades das populações autóctones. Entretanto, é possível perceber que essas transformações se desdobraram em arranjos culturais que, com o passar do tempo, forjaram uma identidade própria. Uma sociedade na qual índios e negros resistiram arduamente até o inevitável momento do amálgama com o europeu.

¹⁴⁴ *O Catechista*, n. 152. Manaus, 11 de Fev. de 1865.

¹⁴⁵ *O Catechista*, n. 82. Manaus, 10 de Out. de 1863.

Periódicos produzidos na província

Estudos historiográficos demonstram que são necessárias determinadas condições para que a imprensa se propague. Não obstante, ademais das disposições políticas e econômicas, é necessário um componente cultural, isto é, a existência de uma “mentalidade abstrata” para compreender o sentido decorrente das informações que se revelam no formato de jornal.

A sociedade amazonense da época era, majoritariamente, indígena pertencente a uma cultura que desconhece por completo os impressos e a escrita, na qual predominava oralidade. O analfabetismo, nestes termos, está aquém daquele que, mesmo não dominando os signos letrados, compreendem seu valor simbólico em sociedade. Para este último caso, a questão do iletrado, necessariamente não implica a difusão da imprensa, pois sabemos da existência, para o século XIX, dos leitores por “ouvir dizer” ou leitores de segunda e terceira natureza.¹⁴⁶ Tais esclarecimentos são substanciais para compreender o meio no qual a imprensa amazonense foi, aos poucos, se aclimatando.

Alguns vapores aportaram no pequeno porto de Villa da Barra nos primeiros meses do ano de 1851. Mais um em especial, vindo do Pará, trouxe em seu porão uma grande caixa de madeira. Alguns homens a retiraram com cuidado enquanto eram, eventualmente, supervisionados pelo “proprietário” da encomenda. Algumas horas depois, depositada numa rua de Manaus, em uma casa sem numeral, Manoel da Silva Ramos abriu a caixa de madeira. Com os precisos movimentos que a prática do ofício lhe proporcionaram, retirou e montou um prelo. Era o início da imprensa amazonense.

Silva Ramos, tipógrafo paraense, foi convidado, assim como outros profissionais, por Tenreiro Aranha a se estabelecer na cidade a fim de comporem o quadro administrativo da província. Aranha, além de político, era um jornalista engajado¹⁴⁷ e, por isso, sabia quão importante era o estabelecimento da imprensa como força política e social.

Assim, em 3 de maio de 1851, saiu a primeira edição do jornal *Cinco de Setembro* cujo nome foi dado em homenagem à data de criação da província. Sob

¹⁴⁶ BARBOSA, Op. cit., p. 21.

¹⁴⁷ SODRÉ, Op. cit., p. 131.

esse nome, o jornal circulou até 7 de setembro de 1852, quando se transformou no *Estrella do Amazonas*. Tinha a política como seu principal tema. Continha breves notas sobre a circulação no porto e os eventos religiosos. Os anúncios também eram comuns, mas poucos, ora oferecendo alguns produtos do comércio, ora tornando público a procura por escravos em fuga¹⁴⁸.

O *Estrella do Amazonas* foi um dos poucos jornais que circularam na primeira década da província, desaparecendo em 1866. Entre suas quatro páginas, quase que tomadas pelos atos oficiais e pelo expediente da Assembleia provincial, foi possível encontrar um pouco das ideias que fomentavam seus redatores. No editorial intitulado *O Anno Bom*, publicado no dia 4 de janeiro de 1854, é possível notar a inclinação monarquista, além de compartilhar os anseios do projeto “civilizatório” que iriam “transformar” a região. Circunstância essa que lhe proporcionava realizar previsões que estavam em sintonia com o poder político.

É o segundo anniversario d'aquelle em que se investio das prerogativas de Provincia esta grandiosa porção do Imperio do Brasil, e ingratos seriamos se não commemorassemos este facto como principal origem de vários beneficios que já gosamos (...) Ainda muito lenta é a nossa marcha na estrada que deve conduzir-nos á posição de verdadeira grandeza; mas pede a justiça que igualmente reconheçamos que todo o zelo, todo o patriotismo dos Poderes constituídos não podem ser por si só bastantes para transformar de repente as condições e circunstancias de um território vastissimo, pela maior parte inculto e despovoado, e para fazer entrar os seus habitantes no effectivo gozo de todas aquellas vantagens, que cabem aos povos mais adiantados em civilisação. É empresa de muitos annos, e até de séculos; estando porem dados felizmente os primeiros passos (...) se os Amasonenses, reconhecendo o paternal desvelo com que o Governo do Senhor D.Pedro Segundo cura da sorte e dos interesses d'esta extremidade do Imperio, se empenharem em auxiliar a execução de suas patrióticas vistas; se as discórdias civis não vierem desgraçadamente estorvar a marcha que temos encetado, bem próxima estará a epocha em que as artes e a industria comecem a fazer desenvolver de um modo admirável os incalculáveis elementos de prosperidade que nos liberalisou a Natureza (...) Bem limitadas são as nossas forças, mas ninguém nos excede do desejo de prestar algum serviço a esta abençoada terra que nos vio nascer.¹⁴⁹

Era então 1862, quando a região viu nascer outro periódico, *O Catechista*, que teve vida longa e relevância no cenário local e que foi dirigido por João Antonio Pará. Este senhor era membro da pequena elite e seu nome aparece na lista da

¹⁴⁸ FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). *Cem Anos de Imprensa no Amazonas (1851-1950) Catálogo de Jornais*. Manaus: Calderaro, 1990, p. 19.

¹⁴⁹ *Estrella do Amazonas*, n. 73, Manaus, 4 de Jan. de 1854.

Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios em 15 de fevereiro¹⁵⁰, como secretário da Sociedade Recreação Familiar Amazonense em 21¹⁵¹ do mesmo mês e como pessoa apta para o exercício do voto.¹⁵² As três informações foram divulgadas em distintas edições do jornal *Estrella do Amazonas* do ano de 1854. Esses dados, ainda que sumários, indicam que Pará era um homem empenhado e atuante nas práticas de sociabilidade da cidade. O desejo de estender o alcance da vida “civilizada” talvez tenha sido o grande motivo que levaram Pará a editar um jornal numa cidade com tão pouca “vida intelectual”.

À época, princípios de 1860, o jornal de maior expressão era o *Estrella do Amazonas*, que, com seu caráter quase que exclusivamente político, pouco oferecia ao público outra função da imprensa: a educativa. É possível que essa tenha sido a intenção de Pará, pois o sugestivo nome *O Catechista* transmite a ideia de instrução e o deixava em sintonia com uma tendência mais geral da imprensa brasileira.

COMPLETA hoje o CATECHISTA trez annos de existencia. Quem diria nos perguntamos a nós mesmos, que tão longa vida tivesse um jornal creado apenas pelo generoso impulso do amor pela prosperidade deste torrão; tendo por unicos recursos a bôa vontade de seo fundador, e a esperança de um provir mais lisongeiro! (...) combatido por aquelles que timbram em ver sempre a inutilidade encarnada nos actos alheios, mas que nada de útil e de proveitoso inniciam em bem da sociedade (...) Laboriosa e ardua tem sido a existencia do CATECHISTA (...) Em sua marcha sempre assendente, elle tem conscienciad e haver cumprido o seu dever. Profligar se injustiças, elogiar o ...ito, diffundir a instrução, estender os braços ... lavoura e ao commercio, annimar a industria e as artes, taes tem sido os grandes empenhos com que tem assignado a sua gloriosa carreira. (...) A imprensa se transvia as vezes, é verdade, do fim sublime de sua missão, mais ainda assim os males que causa, nada são em comparação dos bens que d'ella frue a sociedade. Annimar e acoroçoar a imprensa, é oppor barreira ao despotismo e criar garantias a liberdade.¹⁵³

É também a partir desse momento que a imprensa provincial passou a ganhar alguma expressividade. De acordo com os dados do catálogo Cem Anos de Imprensa no Amazonas¹⁵⁴, de 1851 a 1884 foram publicados 60 jornais, a maioria em Manaus. Contudo, esse mesmo volume de jornais foi o equivalente às publicações que se deram em um curto período na sequência deste. Ou seja, em 4

¹⁵⁰ *Estrella do Amazonas*, n. 78, Manaus, 15 de fev. de 1854.

¹⁵¹ *Estrella do Amazonas*, n. 79. Manaus, 21 de Fev. de 1854,

¹⁵² *Estrella do Amazonas*, n. 73. Manaus, 4 de Jan. de 1854.

¹⁵³ *O Catechista*, n. 157, Manaus, 14 de Março de 1865.

¹⁵⁴ FREIRE, Op. Cit.

anos, de 1885 até 15 de novembro de 1889, foram publicados 60 jornais. No total, 120 jornais foram impressos no período investigado. Estes números, ainda que imperfeitos, nos permitem uma visão mais ampla do movimento da imprensa neste momento embrionário. A maior parte destas folhas foi de vida efêmera e muitas estão perdidas e, na ausência de um estudo mais acurado sobre o período, não é possível elaborar um perfil mais detalhado da imprensa, mesmo no campo político. Todavia foi possível construir um quadro no qual é dado a aquilatar o peso do gênero masculino na escrita dessas folhas. Alguns nomes femininos parecem surgir a partir dos anos de 1880, entretanto, esses dados ainda requerem análises. A saber: as mulheres que redigiram o *Abolicionista do Amazonas*, em 1884¹⁵⁵; Avedia Augusta Ribeiro Bittencourt, em *A Província do Amazonas*, de 1885¹⁵⁶; Ademira, em *O Paiz*, de 1886¹⁵⁷ e Angelina Canavarro, em *O Papagaio*, de 1889.¹⁵⁸

As relações entre a imprensa e a política local foram muito estreitas. A imprensa foi o epicentro das discussões partidárias e políticas do período. Segundo Bessa *et al*, em seus primeiros anos, a imprensa amazonense foi áulica¹⁵⁹. Ainda de acordo com os autores, o passar dos anos revelou um “*jornalismo político ou de imprensa de opinião, geralmente vinculada a um partido político*”.¹⁶⁰ Para esse período, a província contava com dois partidos aliados à monarquia: o Liberal e o Conservador. A partir de 1870, notam-se os ecos republicanos na imprensa.

O jornal *O Catechista*, por exemplo, se pôs no campo oposto ao do *Estrella do Amazonas*. Ambos se engalfinhavam. As cartas, críticas e notas publicadas demonstravam as animosidades políticas.

Snr. Redactor. – O jornal (pasquim) – Estrella do Amazonas dando noticias d’alguns factos, qe se tem dado nesta cidade, fere-me muito de perto em uma de suas paginas, dizendo: que aqui os vermelhos capitaneados por mim deram estronozas provas de regozijo, sahindo com musica pelas ruas, e dando vivas; que essa demonstração proveio da noticia das nossas complicações com as republicas do Urugay e Paraguay, attribuidas por nós a má direcção que o partido progressista tem dado ao Paiz! (...) é incrível haver ainda brasileiros que tenham arrojo de mentir tão publicamente, procurando tormular os ódios e as injurias com mesquinhos espiritos politicos, quando na actualidade

¹⁵⁵ Ibidem, p. 25.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 177-178.

¹⁵⁷ Ibidem, p. 157.

¹⁵⁸ Ibidem, p. 161.

¹⁵⁹ Ibidem, p. 19.

¹⁶⁰ Ibidem, p. 20.

devem desaparecer essas rixas e todos nós os brasileiros formarmos um só corpo!!¹⁶¹

Conforme o leitor, um funcionário do governo destacado na vila de Tefé, o jornal *Estrella do Amazonas*, por ele pejorativamente denominado de *pasquim*, publicou um boato que comprometia sua integridade moral e política. Esse pequeno trecho foi por nós citado no intuito de demonstrar que a imprensa provincial foi campo de intrigas políticas das mais diversas.

O jornalismo partidário do republicanismo teve alguns representantes, como o *Argos* e o *Diário do Amazonas*, que se posicionaram criticamente em relação ao governo imperial.¹⁶² A questão da libertação dos escravos, que agitou a imprensa brasileira, fez-se aqui com o *Abolicionista do Amazonas*.¹⁶³ Redigido por senhoras da elite amazonense, tinha seu programa todo dedicado à causa da libertação dos escravos e não estavam filiadas a nenhum partido político.

Para Reis, do seu nascedouro até o ano de 1870, a imprensa manteve quase que as mesmas características: com ênfase aos “*assuntos partidários*” ou então debatendo as questões de ordem “*econômica e materiais da Província*”. De modo que não havia espaço para as “*notícias*” das cidades. O autor ressalta ainda o “*ardor pela liberdade dos escravos, pela navegação*”.¹⁶⁴ Segundo Pinheiro, a imprensa, de 1851 a 1880, caracterizou-se pela pouca quantidade de jornais e ainda por sua pouca qualidade formal. Todavia, deve-se salientar que esse momento inicial deve ser compreendido “*como um período de lenta expansão, se confrontado com o ritmo mais frenético que se abre em 1880, o que não significa que ela não tenha sido importante*”.¹⁶⁵

De modo geral e sumário, nesse período inicial, a imprensa no Amazonas teve um alcance microscópico, haja vista o alto índice de pessoas iletradas na região. Foi marcada pela baixa tiragem; isto é, a maioria de suas folhas teve uma vida meteórica. Em suas páginas, era clara a inclinação para o conteúdo político, campo de ação eminentemente masculino.

¹⁶¹ *O Catechista*, n. 159. Manaus, 1 de Abr. de 1865.

¹⁶² José Ribamar Bessa Freire (coord). *Op. cit.*, p. 77; Nelson Werneck Sodré. *Op. cit.*, p. 212.

¹⁶³ José Ribamar Bessa Freire (coord.). *Op. cit.*, p. 25.

¹⁶⁴ Arthur César Ferreira Reis. *Op. cit.*, p. 208-209.

¹⁶⁵ Maria Luiza Ugarte Pinheiro. *Op. cit.*, 62.

CAPÍTULO 2

DELINEANDO O PERFIL DA MULHER AMAZONENSE

Neste capítulo descortinamos as mulheres amazonenses. Indígenas, mestiças, brancas, morenas, escravas, lavadeiras, donas-de-casa entre tantas outras são os perfis que nos apresentaram os jornais e que foram acrescidas das informações retirada dos apontamentos dos viajantes. Uma representação escrita, quase que exclusivamente, com penas masculinas.

De início, partimos de um mosaico na qual a imagem mítica das mulheres guerreiras e corajosas serve como contraponto às representações femininas propostas pelos viajantes versando, desse modo, entre o mítico e o possível real.

Buscamos ainda resgatar os modos como essas mulheres utilizavam o espaço da cidade de Manaus. Um espaço que sofreu modificações arquitetônicas e morais ao longo do período por nos esquadriado. Observamos como o espaço citadino cerceava, em especial, as mulheres. De igual modo, buscamos averiguar como as amazonenses usufruíram desse espaço enquanto significador da urbanidade e modernidade.

Esse espaço, rodeado de características culturais tão díspares e singulares, abrigou também o trabalho e a circularidade feminina. O trabalho foi aqui analisado sob duas óticas: uma própria do mundo branco e outra própria das mulheres índias.

2.1 Das Amazonas às Mulheres do Amazonas

Apareceram as mulheres guerreiras, tão belas e ferozes que eram um escândalo, e então as canoas cobriram o rio e os navios saíram correndo, rio acima, como porcos-espinhos assustados, eriçados de flechas de proa a popa... Tinham ouvido falar destas mulheres, e agora acreditam. Elas vivem ao sul, em senhorios sem homens, onde afogam os filhos que nascem varões. Quando o corpo pede, dão guerra às tribos da costa e conseguem prisioneiros. Os devolvem na manhã seguinte. Ao cabo de uma noite de amor, o que chegou rapaz regressa velho.
Eduardo Galeano¹⁶⁶

¹⁶⁶ GALEANO, Eduardo. *As Amazonas in Mulheres*. Porto Alegre: L&PM, 2011, p. 77.

Entre tantos mitos e façanhas que rondam o imaginário e a história da região Amazônica está o das *amazonas*. Este se refere a um grupo de mulheres valentes e guerreiras que viviam em sociedade matrilinear, na qual o homem tem participação acessória. O mito das *amazonas* personifica a negação do ideal ocidental de mulher: ser frágil e recluso, e que por isso requer a proteção masculina. As *amazonas* representam, portanto, o oposto, a alteridade destas. Fortes, independentes, capazes de governar, guerrear e matar.

Sabemos que mitos e fatos reais são discursos que, em maior ou menor grau, são construídos. Contudo, há às vezes elementos que tocam a um e a outro, de modo que é possível chegar ao conhecimento de dados parciais, ademais de redimensionar questões inerentes ao mito.¹⁶⁷ Guiados por esta lógica é que nos propomos a traçar uma breve relação entre as características femininas e míticas das *amazonas* e as mulheres que habitavam a província no período por nós estudado. Porém, recuperamos inicialmente as circunstâncias que permitiram com que este mito renascesse em plagas amazônicas.

O mito das amazonas revisitado em plena selva americana

O mito das amazonas ressurgiu na América em meio ao desejo e aos atropelos da conquista ibérica. Inicialmente, ainda que não sob a nomenclatura de *amazonas*, temos, ao fim do século XV, as anotações de Cristovão Colombo dando conta de que havia no Caribe uma ilha habitada somente por mulheres. Esta observação feita pelo navegador genovês lançou na mente dos conquistadores a possibilidade de que estes podiam, ao largo da exploração do continente, deparar-se com mulheres governadas por si mesmas.¹⁶⁸ Temos aqui uma primeira alusão ao mito Greco-romano.

Anos mais tarde os espanhóis davam início à conquista ao território que atualmente corresponde ao estado do Amazonas. Foram também eles que a batizaram. O estado e a região devem seu nome ao grande rio que lhe banha, o

¹⁶⁷ "El lenguaje necesita condiciones particulares para convertirse en mito (...) si el mito es una habla, todo lo que justifique un discurso puede ser mito." BARTHES, Roland. *Mitologías*. Coyoacán/México: Siglo Veintiuno, 1999, p. 108.

¹⁶⁸ UGARTE, Auxiliomar Silva. *Sertões dos Bárbaros. O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos - séculos XVI-XVII*. Manaus: Valer, 2009, p. 432.

Amazonas. Este rio-mar que lhe sulca de oeste a leste, foi assim chamado em homenagem a algumas de suas intrépidas habitantes, as *amazonas*.

Tudo principia em 1541 quando corriam pelo reino do Peru os boatos do Eldorado e do País das Canelas. Os colonizadores sedentos de riquezas e de aventuras empreenderam uma grande viagem com o intuito de encontrar tais maravilhas. Foi assim que neste mesmo ano, baixo autorização régia da coroa espanhola, Gonçalo Pizarro embarcou a frente desta empreitada. A esquadra partiu do território peruano e adentrou a densa massa verde. Dali uma série de infortúnios atingiu a esquadra, exigindo do capitão Pizarro uma atitude drástica. Mediante as dificuldades de seguir juntos, vendo escassear a comida, além de enfrentar e sofrer intensos ataques por parte dos índios o grupo se dividiu. Gonçalo Pizarro pôs a frente de um segundo esquadrão o lugar-tenente, Francisco Orellana.

A embarcação partilhada por aproximadamente 57 homens, entre os quais Francisco Orellana, o capitão, e o Frei dominicano Gaspar de Carvajal, tinha como objetivo primeiro buscar alimento e encontrar o caminho do mar. É, pois, através dos relatos de Frei Gaspar de Carvajal que conhecemos os pormenores desta viagem.¹⁶⁹

Ao se tratar de crônicas de viajantes torna-se imprescindível ter consciência de alguns aspectos desta escrita. Primeiramente, devemos observar a posição daquele que escreveu, no caso Frei Gaspar de Carvajal, a fim de delinear o organismo das mentalidades que filtrou seu olhar. Ressaltamos que este olhar estava diante de uma realidade que lhe era estranha e em condições adversas.

Gaspar de Carvajal nasceu na Espanha em 1504, na região de Trujillo. Em tenra idade entrou para a Ordem de Santo Domingo, permanecendo nesta até o final de sua vida. Ao cabo do ano de 1536 Carvajal e mais sete dominicanos foram enviados à América Espanhola, sob insígnia real para dar continuidade ao projeto de expansão do cristianismo. Inicialmente atuou na região onde hoje está o país de Panamá seguindo até o Peru. Na capital desse reino, Lima, conheceu Gonçalo Pizarro e daí em diante passou a ser capelão de todas as atividades exploratórias por ele encabeçado. Sua determinação e convicção cristã eram suas grandes

¹⁶⁹ CARVAJAL, Fray Gaspar de. *Descubrimiento del río de las Amazonas*. Edición y notas de M^a de las Nieve Pinillos Iglesias. Babelia/El País: Madri, 2011.

virtudes.¹⁷⁰ Desse modo, Carvajal esteve ao lado de Orellana nas incursões pelo rio das Amazonas.

A expedição de Orellana, afora a estranheza do ambiente natural, enfrentou uma série de percalços. Ao curso do longo rio-mar, os espanhóis utilizaram de intensa violência para com os autóctones, em especial, na busca de víveres. Os indígenas, por sua vez, não se mostraram nem um pouco passivos. Estas duas forças, os europeus e os indígenas, combateram arduamente. Os nativos eram assaz belicosos e investiam por terra, no combate corpo a corpo; por água, perseguindo os bergantins em suas pirogas; e também pelo ar, das margens voavam negras nuvens de flechas, muitas delas envenenadas. Uma dessas tirou um olho de Carvajal. O frei viu nisto uma provação divina. Com muitas orações angariou forças para seguir, junto dos seus, sua missão.¹⁷¹ Devido a repulsa que os índios sentiam pelos espanhóis, como citamos, estes tinham dificuldade em encontrar comida, e por isso, sofreram com a fome. Mal nutridos, expostos ora ao calor ora as chuvas, ambas intensas na região, acometidos de doenças tropicais, os europeus passaram maus bocados. Estavam, pois, entre mundos diferentes. Todos esses fatores deixaram marcas no registro e, principalmente, naquilo que foi selecionado pela pena de Carvajal. Seus escritos nos proporcionam uma breve ideia das motivações que permitiram ou não certos detalhamentos.

Todo o relato de Carvajal é atravessado por questões inerentes à alteridade, ou seja, o conhecimento do “outro”. Como citamos, os espanhóis nas circunstâncias em que se encontravam eram o “outro” em relação à população nativa. Este ponto é fulcral, pois os europeus, também enquanto “outro”, percebiam-se como superiores aos índios. E mesmo em condições de extrema debilidade essa alteridade era, com frequência, atizada por Carvajal quando, em pregação junto dos seus, acrescentava que eram espanhóis e cristãos. De acordo com Auxiliomar Ugarte “*estas palavras não foram dirigidas para enfeitar predicacões, mas para tonificar e realçar os fundamentos de sua identidade cultural.*”¹⁷²

¹⁷⁰ MEDINA, José Toribio. *Descubrimiento del Río de las Amazonas*. Sevilla: Imprenta de E. Rasco: 1894, pp. XIV-XXIX.

¹⁷¹ “me dieron un flechazo por un ojo que pasó la flecha a la outra parte, de la cual herida he perdido el ojo, y no estoy sin fatiga y falta de dolor, puesto que Nuestro Señor, sin yo merecerlo, me ha querido otorgar la vida para que me enmiende y le sirva mejor que hasta aqui”. Fray Gaspar de Carvajal. *Op. cit.*, p. 53-54.

¹⁷² UGARTE, Op. cit., p. 52.

Assim o reconhecimento do “outro” se dá quando este apresenta traços, noções culturais que desvirtuam por completo a ordem do primeiro. O “outro” é o desconhecido, e por isso, ele amedronta e deve ser combatido. Considerável parcela das populações indígenas que habitavam a região por onde passou a expedição de Orellana foi vista pelo filtro da alteridade. Isto porque esses índios não os aceitaram pacificamente. Eles, também como “outro”, não entabularam com os navegadores “relações amistosas”.

O homem europeu do século XVII era possuidor de uma carga cultural permeada pela religião cristã. E, ademais, era muito doutrinado, uma vez que estamos diante de homens que largaram sua terra e sua família para se aventurar em lugar tão distante, tão desconhecido, tão avesso ao seu. Todo hábito ou toda ideia que contrariasse o projeto de conquista e de sobrevivência do europeu na América devia ser violentamente combatido. Era o caso dos índios e, como veremos adiante, das *amazonas*.

Não à toa, Carvajal tem plena consciência de seu trabalho como religioso e como testemunha ocular dos fatos ocorridos. Contudo, ao registrar a fala do índio prisioneiro que deu notícias sobre as *amazonas* o religioso organizou um discurso radicado na alteridade. O estudo de Auxiliomar Silva Ugarte joga luz sobre a problemática, vejamos:

Gaspar de Carvajal recolheu, evidentemente, não traduções, mas sim meras interpretações, pois acreditava (...) na alta capacidade de seu comandante em aprender, de maneira muito rápida, qualquer língua indígena e, desse modo, “comunicar-se” com os nativos sem maiores problemas.¹⁷³

Sendo assim, é importante frisar que o ponto de vista do cronista pode, muitas vezes, “exagerar na cor”. Logo, acrescer os momentos de elementos simbólicos próprios daquilo que se queria ver.

Depois de exaustivas baixas e de intensos combates com as populações autóctones foi que a expedição de Orellana chegou a singrar o rio das Amazonas. As bordas do grande rio e estacionado em um povoado pacífico frei Gaspar registrou a conversa que tiveram com o índio Aparia. Este informou aos navegantes sobre as *amazonas*: “*Aquí nos dieron noticia de las amazonas y de la*

¹⁷³ Ibidem, p. 430.

*riqueza que abajo hay, y el que la dio fue un índio llamado Aparia, viejo que decía haber estado em aquella tierra.”*¹⁷⁴

Mais adiante, ao interrogarem um índio prisioneiro, os espanhóis souberam que em algum lugar nas costas daquele rio, próximo dali, viviam mulheres sem a tutela masculina.¹⁷⁵ Carvajal relata:

Y le dijera[n] [ao capitão Orellana e seu interprete] que si íbamos a ver las amazonas, que em su lengua las llaman coniu puyara, que quieren decir grandes señoras, que mirásemos lo que hacíamos, que éramos pocos y ellas muchas, que nos matarían.¹⁷⁶

As novas atiçaram a curiosidade destes expedicionários que “ao serviço de Deus e de Sua Majestade” e impulsionados pelo capitão Orellana,¹⁷⁷ enfrentavam quaisquer obstáculos, desde os naturais até o enfrentamento corpo a corpo com os nativos. E foi, desse modo que, conforme Carvajal, tiveram o encontro tão ansiado:

Destá manera íbamos caminando buscando un apacible asiento para festejar y regocijar la fiesta del bienaventurado San Juan Bautista, precursor de Cristo; y quiso Dios que, en doblando un punta que el río hacía, vimos en la costa adelante muchos y muy grandes pueblos que estaban blanqueando. Aquí dimos de golpe con la buena tierra y señorío de las amazonas.

Estos pueblos, ya dichos, estaban avisados y sabían de nuestra ida (...) ellos se rieron y hacían burla de nosotros e se nos acercaban y decían que anduviésemos, que allí abajo nos aguardaban, y que allí nos habían de tomar a todos y llevar a las amazonas.¹⁷⁸

Em meio a muitas controvérsias e muitas especulações e descritas por outros viajantes durante os séculos seguintes¹⁷⁹ a existência dessa tribo de

¹⁷⁴ CARVAJAL, Op. Cit., p. 18.

¹⁷⁵ A viagem da esquadra de Francisco Orellana pelas águas amazônicas não foi nada fácil. Estes usavam da violência para invadir os territórios indígenas e dali saquear alimentos e tudo o mais que necessitavam para a sobrevivência da tripulação. As populações autóctones, por seu turno, mostravam-se extremamente hostis e belicosas quando da passagem da comitiva espanhola. Para mais detalhes ver UGARTE, Op. cit., p. 421, 437-441.

¹⁷⁶ CARVAJAL, Op. cit., p. 23.

¹⁷⁷ É com constância que o Frei Gaspar comenta, em seu relato, as várias virtudes e empenho do capitão Orellana. CARVAJAL, Op. cit.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 50-51.

¹⁷⁹ De acordo com as investidas colonizadoras na região outros relatos apontaram a presença das *amazonas*. As descrições, porém, são quase as mesmas. Cada cronista, diremos assim, acrescentou ao mito o seu tempero. Na expedição de Pedro Teixeira, anotada pelo jesuíta Cristobal Acuña em 1641, os expedicionários receberam notícias da existência destas bravas mulheres, mas passaram ao largo de suas terras. Para mais detalhes, está bem esclarecedor o prefácio escrito por Maria Yedda Leite Linhares em ACUNÁ, Cristobal. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Agir, 1994. La Condamine, súdito francês que viajou pela região entre 1743-44, fez

mulheres belicosas encontra-se sob um véu tecido de tramas míticas. Entretanto, segundo Carvajal, no dia de São João de 1542 a tripulação do capitão Orellana foi por elas atacada. Em meio a um dilúvio de flechas estes homens, mesmo com a visão turva devido à fome e ao cansaço, conseguiram visualizá-las.

Esta mujeres son muy blanca y altas, y tienen muy largo el cabelo y entrenzado y revuelto a la cabeza y son muy membrudas y andan desnudas en cuero, tapadas sus vergüenzas, con sus arcos y flechas en las manos haciendo tanta guerra como diez índios, y en verdade que hubo mujer destas que metió un palmo de flecha por unos de los bergantines y otras qué menos, que parecían nuestros bergantines puerco espín.¹⁸⁰

Claro está que a herança de uma cultura simbólica e europeia marca a escrita de Carvajal. Assim como os vestígios da curiosidade (pois descreve com minúcias tudo o que apura sobre elas) e do medo (a ideia de que o masculino, como representação máxima da razão deve dominar o ímpeto voluptuoso e desordenado da mulher). O uso do termo *amazonas* para logo designar esse grupo feminino capaz de fazer guerra, é também, outro indício de uma mentalidade de época. Mentalidade na qual estavam presentes os históricos/míticos relatos que descrevem as *amazonas* como população guerreira que venceram e subordinaram muitos povos, mas que em algum momento da história foram também subjugadas e exterminadas.¹⁸¹

De acordo com o antropólogo Luiz Mott, o mito das *amazonas* remete a um período histórico no qual a sociedade era regida por um sistema matrilinear/matriarcal.¹⁸² Todavia, depois de contar os grandes feitos desta organização feminina, o mito se encaminha para um desfecho no qual estas mulheres são derrotadas pelos homens. Assim que a história, travestida de mito, conta como o matriarcado foi suplantado pelo sistema patriarcal. Não obstante, homens como Orellana e Carvajal, homens de seu tempo, acreditavam piamente “na inferioridade das mulheres e a idealizar certos padrões de comportamento

eloquentes referências a essas mulheres em suas notas, em especial aquelas relacionadas aos mairaquitãs. LA CONDAMINE, Charles-Marie. *Viagem pelo Amazonas*. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp/Nova Fronteira, 1992.

¹⁸⁰ CARVAJAL, Op. cit., p. 52.

¹⁸¹ As referências clássicas são: Heródoto. *História*. Brasília: Editora da UnB, 1988, pp. 230-232 e 459-460; Homero. *Íliada*. São Paulo: Penguin, 2013. Neste as *amazonas* são citadas nos livros II, III e VI.

¹⁸² MOTT, Luiz. *As Amazonas: um mito e algumas hipóteses*. LPH/Revista de História, v. 1, 1990, p. 13-35, p. 15.

ibéricos, que reação poderia deles esperar quando encontraram as índias".¹⁸³ Daí em diante o mito é revisitado.

Interessante é que, ao tomar ligeiro conhecimento deste agrupamento de mulheres que desvirtuavam as normas de uma sociedade embasada no poder patriarcal, os europeus alçaram-nas de imediato à esfera do simbólico e do mítico. Um grupo de mulheres indígenas unidas para lutar contra os homens era, de fato, algo a ser combatido. Elas eram, pois, o "outro". Porém, vejamos como Carvajal reelabora as informações a cerca dos modos de viver das *amazonas* a partir do contato com o índio prisioneiro:

El capitán preguntó qué mujeres eran aquellas que habían venido a les ayudar [aos índios que estabeleceram o primeiro contato com os espanhóis em território das Amazonas] y (...) el índio dijo que eran unas mujeres que regían la tierra adentro (...) El capitán le preguntó si estas mujeres eran casadas; el índio dijo que no. El capitán le preguntó de qué manera viven; el índio respondió que, como dicho tiene, estaban la tierra adentro y que él había estado muchas veces allá, y había visto su trato y su vivienda y contó delante ao capitán y de algunos de nosotros setenta ciudades, todas de cal (...) Dijo que hay muy grandísima riqueza de oro y de plata y que todas las señoras principales y de manera, no es otro su servicio sino oro o plata (...) mucha cantería de oro y de plata para el servicio del sol y andan vestidas de ropa de lana muy fina, porque en esta tierra hay muchas ovejas de las del Perú: su traje son unas mantas ceñidas desde los pechos hasta abajo, encima echadas y otras como manto abrochadas por delante con unos cordones; traen el cabello tendido en su tierra y puesta en la cabeza unas coronas de oro, tan anchas como dos dedos.¹⁸⁴

Neste trecho percebemos pinceladas espessas da cultura incaica, elementos que, por seu turno, também marcavam a bagagem cultural desses expedicionários. Afora os modos como eram realizadas essas interpretações. A utilização do ouro, da prata, da lã e as construções em pedra são tudo muito peculiar à cultura inca, predominante na porção espanhola da América, especialmente no Peru.¹⁸⁵ O uso de tais elementos não era próprio das populações nativas da Amazônia brasileira.

Outro ponto importante é a minúcia com que o cronista descreveu o corpo e o vestuário das *amazonas*. A nudez era condenada pela Igreja, contudo, se levarmos *ipsis litteris* a descrição, estas mulheres estavam bastante vestidas para o

¹⁸³ MATTOS, Maria Izilda S. Op. cit., p. 261.

¹⁸⁴ CARVAJAL, Op. cit., p. 57-58.

¹⁸⁵ ASTETE, Francisco Hernández. La coya em la organización de Tahuantinsuyo in GUARDIA, Sara Beatriz; ANDREO, Juan. *Historia de las mujeres en America Latina*. Murcia: Universidad de Murcia, España, 2002.

estereótipo construído sobre elas. Porém, dois atributos mereceram a atenção do cronista: o busto e os cabelos. Busto, colo, seios aparecem aqui como zona limítrofe entre a pele nua e a vestimenta de “lã muito fina”, provavelmente deixando transparecer o que devia ser tapado. Elas estavam assim entre “a inocência e o pecado”. Os compridos cabelos das mulheres eram reverenciados desde o medievo. Arranjados em tranças, emolduram o corpo, mas em especial, o rosto feminino. Este sim, objeto de admiração cristã, uma vez que remetia ao semblante pacífico e cabisbaixo de Maria.¹⁸⁶

Gaspar de Carvajal era religioso; logo, celibatário. E, em decorrência de seu ofício possuía uma série de entendimentos sobre o corpo e atuação social da mulher. Nestes termos, convivia com a tensão tão própria da época: a imagem feminina entre Maria (mulher santa, dona de uma conduta exemplar e mãe do menino Jesus) e Eva (a representação da tentação, do pecado e da desordem). Entretanto, como vivia em terras onde os hábitos e as carnes femininas eram por demais opostos aos da Europa, o frei podia ter visto nas ameríndias a sutil presença de Eva. Captou, dentre outras formas, pela geografia do corpo e pelos relacionamentos que tinham com os homens. Sob a ótica da época, o modo de procriação das Amazonas gerado de relações fugazes estava em total desalinho com a ética cristã.

El capitán pregunto si estas mujeres parían, el índio dijo que sí. El capitán que como si no siendo casadas, ni residía hombre entre ellas, se empreñaban, él dijo que estas índias participan con índios en tempos y, quando les viene aquella gana, juntan mucha copia de gente de guerra y van a dar guerra a un muy gran señor que reside y tiene a sus tierra junto a la de estas mujeres, y por fuerza los traen a sus tierras y tienen consigo aquel tempo que se les antoja y, después que se hallan preñadas les tornan a enviar a su tierra sin les hacer outro mal, y después, quando vienen el tempo que han de parir, si paren hijo le matan y lo envían a sus padres y, si hija, la crian con muy gran solemnidad y la imponen em las cosas de la guerra.¹⁸⁷

A sexualidade feminina, tema caro ao cristianismo e a ordem patriarcal, emerge aqui com traços de volúpia, rejeitando assim a submissão proposta pelos sistemas supracitados. As *amazonas*, ao contrário das que seguiam a cartilha cristã,

¹⁸⁶ LE GOFF, Jacques; TRUONG Nicolas. *Uma história do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 141-144; PRIORI, Mary Del. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011, p. 18 e 27.

¹⁸⁷ CARVAJAL, Op. cit., p. 57.

exerciam com extrema liberdade sua sexualidade. Estas mulheres buscavam a companhia do sexo oposto quando necessário “*en tiempos*”, de modo que não se sujeitavam aos desejos deles. Pelo contrário, o macho aparece aqui como objeto. Neste relato o desejo feminino falou mais alto, contudo, ao se converter em mito, este foi logo suprimido. Desejo que espantou os espanhóis, em especial o religioso, que devia as ter associado de imediato a Eva e a Satã. Para elas, a companhia masculina era pontual: uniam-se para copular ou para guerrear. Com exceção destas circunstâncias, as *amazonas* pouco apreciavam o macho.¹⁸⁸ O exercício de tais práticas contradizia por completo a norma patriarcal. O mito, portanto, tinha ainda o intuito de engessar o desejo feminino, afirmando assim os papéis normativos de homem e mulher.

As *amazonas*, portanto, eram mulheres que tinham suas existências circunscritas para além da maternidade e do cuidado com o lar. Eram mulheres que declaravam e lutavam corpo a corpo em combates, chefiavam as várias tarefas dentro da sociedade, que se moviam com liberdade e destreza. Ademais destas características, elas possuíam uma beleza física peculiar e uma sexualidade espantosa aos olhos do europeu. Eram altas, esguias, fortes, claras, com poucos pelos, de vasta e escura cabeleira. Com poucas ou nenhuma vestes corriam, manejavam armas, subiam em árvores, remavam com velocidade, embalavam suas filhas, socializavam-se entre si. Tudo nelas era a perversão e corrupção da natureza feminina. Elas representavam uma ameaça aos homens, ao poder pátrio e por isso, o mal.

Quando alçadas ao discurso do mito, as *amazonas* retiravam-se da ordem racional. Esse feito, elaborado com destreza pela pena de Carvajal, buscava simbolicamente apagar qualquer vestígio, quaisquer possibilidades que as mulheres tinham para imiscuir-se ou desvencilhar-se da ordem patriarcal. Porém, como veremos, as mulheres amazonenses conservaram traços dessa rebeldia que, vez por outra, nos remontam às mitológicas guerreiras.

¹⁸⁸ Luiz Mott comenta da possibilidade que estas mulheres podiam ser adeptas do lesbianismo. MOTT, Luiz. Op. Cit.

Mulheres amazonenses: entre o discurso do mítico e do possível

Em sua versão amazônica ao mito das mulheres belicosas foram acrescentados, além das informações inerentes ao imaginário dos europeus, os caracteres próprios da cultura indígena. Aqui a evidência do mito chega ao imaginário europeu mais pelos ouvidos do que pela visão. Uma vez que, segundo o relato de Carvajal, os espanhóis acreditaram ouvir mais a ver menos as *amazonas*. Neste tópico não temos em vista confirmar a existência destas celebres índias. O que nos propomos é auscultar a relevância, o significado e o impacto deste mito na representação feminina da região.

Durante o período de construção social da Amazônia os papéis sexuais foram assimétricos e, por isso, determinantes. O colonizador em seu processo civilizatório implantou, entre outros aspectos, as normas que demarcavam os papéis de homem e mulher em sociedade. Decurso riscado pela violência e autoridade masculina. Como podemos perceber ao largo deste trabalho, muitos valores foram incorporados, porém, outros nem tanto. E é exatamente nesta zona limítrofe entre o sim e o não, que encontramos modos inusitados e, às vezes, até sofisticados do viver em sociedade. Modos estes que, se observado pelo ângulo do poder instituído, podia converter-se em “não convencional” e, desta maneira, ser socialmente reprimido.

O mito que acabamos de revisitar auxiliou proficuamente na impugnação aos modos menos ortodoxos do viver e do pensar o feminino. Entretanto, dois séculos depois da propagação deste, conseguimos perceber nas mulheres da região pequenos traços, resquícios de atitudes herdadas das *amazonas*.

No Amazonas, a imagem da mulher indígena, mestiça e algumas brancas causaram certa estranheza e mesmo uma admiração em muitos viajantes. Eram mulheres que realizavam uma série de atividades que, aos olhos destes estrangeiros, não cabiam a elas enquanto seres frágeis. Para estes a mulher estava associada à devoção da maternidade e a criação dos filhos. Já neste torrão as nativas atuavam em diversos setores da vida em sociedade. Além do trato com as crianças, elas caçavam, guiavam pirogas e canoas, carregavam cargas, produziam artesanato e os utensílios essenciais ao dia a dia.

Ao ano de 1829 o tenente Henrique Lister Maw, profissional da marinha britânica, viajou ao Brasil a serviço da rainha da Inglaterra. Seu trajeto do Pacífico ao Atlântico lembrava um pouco a rota de Orellana, pois, atravessou o continente singrando em grande parte pelo rio das Amazonas. Maw tinha por objetivo explorar o território amazônico e levar a sua alteza detalhes da geografia do lugar.¹⁸⁹ Ainda, entre informações sobre bacias e planícies não deixou de tomar notas sobre os habitantes e seus costumes. Em passagem pela vila de Ega registrou o cotidiano de mulheres índias:

Continuámos a nossa viagem na seguinte madrugada, e fazendo bom tempo, achamos uma casa situada a extremidade da elevação que tínhamos visto (...). Como chegamos de manhã, as mulheres, por quem as chácaras são geralmente cultivadas, iam indo em canoas para seu trabalho diário, manejando as pás com uma dexteridade e tanta força como os homens. Na entrada do igarapé encontrámos uma galeota equipada por varias mulheres e crianças, e como não é raro, desta parte do Amazonas para baixo, encontrar mulheres navegando canoas, e como elas se armam para se defenderem de quaisquer animais ferozes que encontrem, *é natural que dai origem as histórias das Amazonas, propagadas por Orellana e seus sequazes*. Dizem que os jacarés atacam ás vezes as canoas manejadas por mulheres, e com mais frequência se nela há crianças.¹⁹⁰ [grifo nosso]

Maw viu o mito concretizar-se em realidade. A visão que ele teve da vida cotidiana das mulheres, num ambiente onde a natureza é tão imperiosa, fez com que realizasse imediatamente a associação do real com o mito. Também deste dado podemos depreender que este viajante mostrava-se informado em relação à literatura que tratava da região. Ainda, voltemos nossa atenção para a escrita de Maw e aos pontos que nos permitem cruzar o descrito com o mito.

Em uma passagem do já clássico *O segundo Sexo*, Simone de Beauvoir argumenta que se as mulheres, desde a tenra infância, fossem iniciadas no uso da força muscular, elas seriam tão fortes fisicamente quanto os homens.¹⁹¹ Não entraremos aqui na pauta sobre a estrutura biológica dos músculos femininos e masculinos. Obviamente que há diferenças, mas o que gostaríamos de salientar é

¹⁸⁹ Seu programa de viagem esta descrito em: MAW, Henry Lister. *Journal of a passage from the Pacific to the Atlantic, crossing the Andes in the northern provinces of Peru, and descending to the river Marañon, or Amazon*. London: John Murray, 1829.

¹⁹⁰ MAW, Henrique Lister. *Narrativa da passagem do Pacífico ao Atlântico através dos Andes nas Províncias do Norte do Peru e descendo pelo rio Amazonas até o Pará*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas/ Fundo Editorial, 1989, p. 182-183.

¹⁹¹ BEAUVOIR, Op. Cit., p. 59.

que essas índias desde sempre pilotavam canoas, logo, tornaram-se hábeis no seu manejar.¹⁹² E se isso lhe requer forças físicas, elas foram ao longo do tempo requeridas ao cabo de tornarem-se *experts*. Outro fator observado pelo inglês foi o domínio e o conhecimento que essas mulheres possuíam da natureza. Afora o fato de conhecerem os rios e as plantas havia também os animais. Adestradas no contato dessa exuberante fauna, essas índias mostravam-se alertas. E quando algum animal de grande porte tentava atacá-las demonstravam-se dispostas a combater, afeitas às *amazonas*.¹⁹³

A observação do viajante repousa sobre a “naturalidade” da criação do mito em um local onde mulheres navegam empurradas pelas forças de seus próprios braços e defendem-se sós de animais bravios. Ressaltamos, portanto, que esse olhar era de alguém que estava de fora. Um olhar que percebia a mulher, seu corpo e sua conduta de modo completamente opostos aos da região.

Também na Vila de Ega, atual Tefé, Elizabeth Agassiz observou a força física das mulheres. D. Maria, personagem perscrutada pela viajante em 1865 era uma mulher criada aos sabores da vida rústica.

Fiquei admirada do vigor com que D. Maria, a sogra do nosso hospedeiro, abria o seu caminho nessa vegetação emaranhada, ajudava a desimpedir a passagem e abatia os galhos com o seu facão. Nessa terra tão quente, seria de supor que as mulheres fossem indolentes e moles (...). No Alto Amazonas, porém, as que são criadas no campo, no meio dos índios, são muitas vezes muito enérgicas; põe as mãos ao remo e à rede tão valentemente como os próprios homens.¹⁹⁴

Um corpo habilidoso e bem articulado como era o de D. Maria só podia movimentar-se dentro de um ambiente propício a ele. Permissiva também devia ser a vestimenta principalmente para executar dados movimentos sem preocupar-se com a moral. A autora sai da admiração ao preconceito quando imagina que

¹⁹² É interessante ainda observar que, de modo geral, as atividades femininas estão relacionadas a terra: a casa (família e filhos) e a plantação/colheita (base da alimentação). NOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. Pesca de homem/ peixe de mulher: repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. *Revista Etnográfica*, Vol. III, nº2, 1999, pp. 377-399, p. 396.

¹⁹³ Em trânsito pela região sul, o príncipe Adalberto da Prússia, que visitou o país em 1842, relata que ouviu uma aventura que o surpreendeu. Uma mulher, na ausência de seu marido, teve que defender a si e sua residência de um ataque de tigre. O animal devia ser, se a história tiver um fundo verídico, uma espécie de onça, pois, no Brasil não existem tigres. Príncipe Adalberto da Prússia. *Amazônia-Xingu*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, p. 123.

¹⁹⁴ AGASSIZ;AGASSIZ, Op. cit., p. 147.

devido ao tempo quente as mulheres haveriam de estar ociosas dentro de suas casas.

Alexandrina era dona de pés chatos e grossos. Desajeitada dentro de um vestido branco de algodão, na qual brilhava um colo nu, a jovem exótica prontamente subia em árvores. De modo a atender Elizabeth Agassiz, a senhora a quem servia de auxiliar.

Ágil como um símio, num piscar de olhos ela sobe até o alto de uma árvore para colher um galho florido; e aqui, onde numerosas árvores se elevam a grande altura sem que o tronco se ramifique, uma auxiliar como esta não presta medíocre socorro.¹⁹⁵

A agitação dos corpos de D. Maria e Alexandrina, duas mulheres da terra das *amazonas*, não condiziam com as normas morais do recato e da moda da época. Estas mulheres caminhavam livremente pelos arredores de sua vila. Não usavam crinolina, nem espartilhos, nem vestidos com mangas até o punho como ditava a moda oitocentista. Devido ao calor e ao estilo de vida que levavam estavam cobertas por vestidos e túnicas frouxas. Alexandrina com seus pés grandes, fortalecidos nas caminhadas e na escalada das árvores, andando as voltas com seus cabelos soltos e negligentes¹⁹⁶ desafiou os padrões de beleza do momento. Ao contrário do pulso fino e delicado cantado pelos poetas românticos, D. Maria tinha os punhos encorpados e fortes de onde pendia seu facão. Mulheres que, tais as mitológicas, apresentaram aos olhos do estrangeiro formas não instituídas de viver o feminino.

Quem também teceu comentário sobre a autonomia dos corpos femininos foi o naturalista Alfred Russel Wallace. Em 1851 o inglês visitou um povoado nos limites entre Brasil e Venezuela. Em seu tempo livre baloiçando-se em uma rede fez apontamentos em seu diário de bordo. Entre uma tragada e outra de tabaco da terra, escreveu sobre a liberdade em que cresciam e se desenvolviam a estrutura corporal das mulheres índias. Em Javita, assim se chamava essa vilazinha, a população era tão nativa quanto em terras amazonenses. Ali as mulheres, como as míticas *amazonas*, desabrochavam seu corpo aos moldes da natureza. Estas não

¹⁹⁵ AGASSIZ; AGASSIZ. *Op. cit.*, p. 149.

¹⁹⁶ *Ibid.*, p. 154.

faziam uso de vestimentas que enquadrassem sua forma a um estereótipo de beleza.

De outro lado, alinhavam-se as mulheres e as crianças.
De bonitas e bem arranjadas tranças, e de cujos ombros
Pendem, com muito gosto, seus lenços multicores.
Algumas têm laços de fita nos cabelos.
Como elas se parecem, se não fora escura pele,
A um formoso grupo de aldeãs inglesas!
Todavia, bem mais encantadoras são, pelas suas graciosas formas,
Pelo seu livre crescimento, sem faixas, sem nenhum aperto,
E também pela alimentação simples, ar puro, banhos
E exercícios diários, os quais dão tudo que a natureza pede
Para modelar um corpo belo e sadio!¹⁹⁷

Wallace nestes versos traduziu como ele próprio descreveu, “*minhas ideias e o meu estado de espírito*”.¹⁹⁸ Contudo, não deixa de ser um estrangeiro observando, pacificamente, costumes tão avessos aos seus. O retrato apaziguador destas mulheres indígenas fez com que elas fossem equiparadas as camponesas de Inglaterra. Contudo, ainda que essa “paz reinante” pudesse nublar conflitos (como o da submissão e da violência) não podemos deixar de ressaltar que estas juvenzinhas gozavam de uma liberdade sobre seus corpos que não estava ao alcance de todas as mulheres.

Observador das mulheres, o alemão Robert Avé-Lallemant foi médico e explorador. Criado numa tradicional família alemã na qual predominou os homens. Casou-se três vezes, ficou viúvo duas vezes. Além de viajar pelas províncias do Brasil sob o apoio de D. Pedro II, teve alguma influencia no exercício da medicina na corte.¹⁹⁹ Ainda que breves esses dados auxiliam na leitura de sua obra. Como viajante prestou minuciosa atenção aos detalhes do corpo feminino. Dotado de um vocabulário rico dedicou atenção aos exemplares da fauna e das mulheres *in natura*.

Rumando para o Amazonas, o médico alemão Avé-Lallemant encantou-se com a beleza amazônica das índias do povoado de Cameté no Pará. Como as *amazonas*, estas índias tinham a tez clara e extensos fios escuros. Observamos que,

¹⁹⁷ WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e rio Negro*. Brasília: Senado Federal, 2004, p. 327.

¹⁹⁸ *Ibid.*, p. 326.

¹⁹⁹ MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Robert Avé-Lallemant: viajantes e a febre amarela no Rio de Janeiro*. Anais ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.

de modo geral, quando os viajantes descrevem as índias e mestiças, os elementos da sedução e curiosidade estavam implícitos.

Passeando uma vez por uma vereda solitária, quase intransitável, encontrei quatro dessas jovens, esbeltas como euterpes, banhando-se num tranquilo riacho da floresta. As lindas jovens pardo-claras entraram até os quadris na água fresca e tentadora (...). Depois, uma ou outra nadava em lentas braçadas em volta do grupo, com os bastos cabelos negros flutuando sobre as espáduas (...). Voltaram então todas para a margem, onde se acoraram e, antes de se vestir, expremeram de lado, por cima dos ombros, os opulentos cabelos negros, encharcados, escorrendo a água perlejante por sobre as lindas espáduas.²⁰⁰

É possível conjecturar que o médico era um admirador da beleza índia. Era comum no século XIX a diferença de tratamento que os homens estendiam as mulheres. Às brancas, palavras delicadas para fazer suspirar e sonhar. Palavras sedutoras e linguajar direto estavam destinados às mulheres de cor: índias, mestiças, mulatas, negras. As mulheres de cor estavam mais próximas do pecado, as brancas tinham a cor da pureza e do paraíso. Será que Avé-Lallemant descrevia as mulheres brancas de forma tão erótica? Sabemos, no entanto, é que a pele robusta e clara dessas índias tornava-as mais sedutoras quando sobre elas escorriam “gotículas de seus cabelos encharcados”.

Ao descrever a *amazona* D. Maria do canal do Tajapuru, de origem meio índia, o médico alemão deixou entrever um misto de espanto e admiração. Da sua narrativa saltam traços da “emancipação feminina”, característica que, como temos tido a oportunidade de perceber, estavam presentes nestes espaços mais afastados da capital. D. Maria andava só e gerenciava, ela própria, seu negócio flutuante.

No Canal de Tajapuru vive uma mulher muito conhecida, de origem meio índia, casada com um homem mais escuro. Essa mulher faz, viajando sozinha numa canoa, um grande negocio com artigos que recebe do Pará. Rema só, por todos os pequenos igarapés, para vender seus artigos ou trocá-los, e deve ter junto assim uma fortuna. Para maior segurança, leva sempre consigo uma espingarda carregada e um grande facão; conserva-os junto dela na rede, quando dorme. Vimo-la com toda a família, de pé diante da porta, uma mulher incomumente robusta, bem parecida, rindo gostosamente, quando todas a saudavam em altas vozes; pois quase ninguém passa pelo canal do Pará para Manaus, que não conheça a célebre amazona Dona Maria, do Canal de Tajapuru, e não mostre grande respeito pela corajosa figura.²⁰¹

²⁰⁰ AVÉ-LALLEMANT, Op. cit, p. 46.

²⁰¹ Idem, p. 65.

O médico, pela sua escrita, dá a entender que sentia uma admiração por esta mulher. Como um homem D. Maria andava armada, não lançando mão desta nem na hora da dormida, tal qual Dom José, personagem bandoleiro da novela *Carmem*.²⁰² Avé-Lallemant sugere ainda que D. Maria devia ter juntado uma fortuna. Mal sabemos. Embora casada, talvez fosse esta *amazona* que, com os frutos de seus negócios, mantivesse as rédeas da família, aspecto incomum ao espírito do médico. Segredos guardados em seu sorriso enigmático que, por sua vez, era o cartão-postal do Canal do Tajapuru.

Para homens e mulheres criados aos moldes europeus vivenciar breves relações com as mulheres dessa região, promoveram neles algum impacto. E nessas rachaduras floresceu uma admiração, um olhar diferenciado sobre o “belo sexo”. Mulheres remando, portando armas para se defender e abrir trilhas pela floresta, recolhendo frutos no alto de uma palmeira ou se banhando nas tranquilas águas de rios e igarapés eram comuns neste torrão, em especial nas vilas do interior. Estas são mulheres que por um motivo ou outro eram portadoras de condutas ditas desviantes, pois fugiam aos padrões estabelecidos. Seus comportamentos provocavam o medo e a admiração, uma vez que ao escapar das regras, tornava-as fugidias do domínio do homem oitocentista.

Herdeiras ou não das valentes índias esboçamos, assim, alguns perfis entre tantos que ainda são possíveis de resgatar. Ao longo deste trabalho vamos observar e resgatar as mulheres da província ganhando e lutando por espaço na sociedade.

2.2 A Mulher e o Espaço Citadino: A Mulher de Elite e a Mulher Popular

Num século de distinção os abismos separavam as mulheres da elite das populares. Tinham em comum o sexo e as artimanhas para escapar e se impor no sistema patriarcal. Relembramos aqui que a categoria de gênero prevê em suas análises a pluralidade decorrente de cada condição. As mulheres são muitas e diferentes umas das outras. Assim, a opressão que recaía sobre uma branca era distinta daquela que atingia a índia, a negra. Por isso, as estratégias da imposição

²⁰² MÉRIMÉE, Prosper. *Carmem*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011, p. 19.

feminina não eram as mesmas. Tampouco as percepções e vivências que cada uma possuía e tinha no espaço urbano.

O espaço citadino dos oitocentos representava um desses abismos que dividiam as mulheres. A rua era sempre um lugar desviante, repleto do perigo exatamente por ser um lugar exposto, um lugar que emanava o falatório. Assim, as mulheres da elite, a fim de evitar qualquer dano à imagem de sua família, andavam pelas ruas sempre acompanhadas, a caminho da igreja, de algum baile ou sarau. Do contrário, elas pouco eram vistas. Em oposição estavam as do povo. Donas de casa, pobres, escravas, mães, estas mulheres estavam sempre às vistas e as voltas. Exercendo seus ofícios, em momentos de lazer ou confrontando a ordem.

A cidade era, e é um território cheio de burburinhos. É pela imprensa, pelos memorialistas e pelos trabalhos já produzidos²⁰³ que aprendemos a escutar seus ruídos, suas pessoas, enfim, a vida das mulheres que corria ali. Os tópicos que se seguem almejam situar as mulheres no espaço estriado da Manaus imperial.

Chão de terra, teto de taipa: uma breve cartografia do espaço urbano de Manaus

A 1850 a cidade de Manaus chamava-se Villa da Barra do Rio Negro. Neste mesmo ano tornou-se a capital da mais nova província do Império do Brasil. Esta cidade, por sua posição geográfica, às margens do rio Negro (um dos principais comunicadores com outros tantos importantes rios-estradas), converteu-se numa espécie de embocadura, ponto de partida das demandas do Império em relação às fronteiras ainda não precisamente demarcadas com o Peru e com a Bolívia.

A área da capital do Amazonas estava circunscripta a uma pequena superfície, limitada ao Oriente pelo igarapé da Cachoeirinha e ao Occidente pelo da Cachoeira Grande e ao norte pelas mattas, que tinham então denominação de Campinas, correndo na linha E. O. da cabeceirado igarapé de S. Vicente até encontrar-se com o dos Remédios {Aterro} e ao Sul pelo Rio Negro.²⁰⁴

²⁰³ Para citar alguns: BRAGA, Genesino. *Chão e Graça de Manaus*. Manaus: Grafitec Ltda, 1995; ARANHA, Bento. *Um olhar pelo passado*. Manaus: Imprensa Oficial, 1897; PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Op. Cit.

²⁰⁴ ARANHA, Bento. *Um olhar sobre o passado*. Manaus: Imprensa Oficial, 1897, p. 11.

A área por ela circunscrita era pequena. Suas ruas eram linhas irregulares de terra, mosqueada de pedregulhos e buracos. Subir e descer eram uma constante. Seguindo por várias delas, era comum topar com um igarapé de águas escuras e tranquilas. Para continuar o curso era necessário transpor o córrego sobre pontes de madeiras, construídas sem esmero.

O traçado da capital da Província do Amazonas obedecia praticamente aos ditames da natureza: era desenhado por vários igarapés, seu relevo era bastante acidentado com morros e ladeiras; além disso, era comum nas construções residenciais o uso de materiais da região, tais como a madeira, a palha e o barro.²⁰⁵

Os edifícios que pertenciam ao governo estavam ou em péssimo estado de conservação ou em ruínas, segundo dados do relatório do presidente Tenreiro Aranha. De acordo com esse relatório, o estado de abandono (não só de Manaus, como também das outras localidades da província) era uma circunstância da sujeição da região à província do Pará.²⁰⁶ O restante das construções da cidade era muito simples, quase sem nenhum requinte. Casas de alvenaria contrastavam com as de taipa. Entre um canto e outro se avistava alguma de dois andares. Tenreiro Aranha chegou a organizar um plano urbanístico, embora só tenha conseguido realizar, em seu curto mandato, a reforma da cadeia de polícia²⁰⁷.

A falta de verba e de profissionais especializados nos serviços de construções constituiu para a cidade um grande entrave ao longo do período provincial, tanto que foram necessários quase uma década para que as primeiras obras públicas modificassem as feições da cidade.²⁰⁸ A igreja Matriz, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, foi um exemplo dessa delonga. Às vésperas da criação da província, esta igreja foi consumida por um incêndio. A igreja, uma construção de madeira de lei, era a mais antiga e abrigava em maior quantidade os fiéis da cidade. Por falta de verba e de empreiteiros, a Igreja teve sua reconstrução iniciada em 1858. Foi um longo processo, uma construção que entre mandos e desmandos

²⁰⁵ MESQUITA, Otoni M. *Manaus. História e Arquitetura (1852-1910)*. Manaus: Valer, 2006, p. 36.

²⁰⁶ *Relatório do Presidente da Província do Amazonas Snr. João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha*. Manaus 30 de Abril de 1853. Amazonas: Tipografia de Manoel da Silva Ramos, p. 70.

²⁰⁷ REIS, Op. cit., p. 195.

²⁰⁸ Sobre isso ver, em especial, os capítulos I e II MESQUITA, Op. cit.

levou anos. A nova Matriz, um “templo de pedra”, foi inaugurada em 1878 sob os vivos da população.²⁰⁹

Foi somente a partir do final da década de 1860 que algumas obras avançaram pela cidade. Nesta época também, o espaço urbano passou a ser mais controlado pelos governantes. Os códigos de posturas passaram a reger o espaço público com proibições e leis.

O Fiscal da Camara municipal desta Cidade conformidade ao que determina o Codigo de posturas em vigor avisa a todos os possuidores de terrenos dentro desta Capital que os devem conservar sempre limpos, assim como a frente de suas casas até o meio da rua. Os proprietários de gados terão quando andarem na rua soltos sempre com pastores, e aquelles que forem encontrados de noite soltos serão multados na conformidade com o Codigo de posturas. O mesmo fiscal faz público que no dia 25 do cadente haverá correição. E para que ninguém ignore este será fixado nos lugares de costume e publicado pela imprensa. – Manaós 17 de Maio de 1865. O fiscal Francisco dos Santos Guimarães.²¹⁰

A cidade, que recebeu esse nome em homenagem a uma das nações indígenas que outrora vivia ali, começava a apagar seus traços tapuias. De fato, a cidade só recebeu intensas modificações urbanas a partir de 1890²¹¹, quando as arrecadações da economia gomífera trouxeram abundantes rendas aos cofres públicos. Apesar de ter sua larga exploração a partir dos anos de 1880, o presidente Tenreiro Aranha já havia sinalizado para a comercialização da *hevea* em meados de 1852.²¹²

Enquanto a Matriz não era reconstruída, todas as atividades religiosas da cidade estavam concentradas na capela de Nossa Senhora dos Remédios, que era menor e muito mais singela que a da Matriz. A capela estava localizada a “alguma distância do centro” da cidade e era necessário transpor um igarapé para se chegar até ela. Quando era época de cheia a travessia se fazia em canoas. Não obstante, nenhum desses “entraves” fez com que a população deixasse de frequentá-la.

²⁰⁹ RABELO, Ana Paula de Souza. *Do Templo de taipa ao Templo de pedra: A construção da Igreja Matriz de Manaus (1850-1878)*. Dissertação de Mestrado em História. Manaus: UFAM, 2008, p. 80; MESQUITA, Op. cit., p. 67.

²¹⁰ *O Catechista*, n. 166. Manaus, 20 de maio de 1865.

²¹¹ Sobre o tema ver: DIAS, Edinéa Mascarenhas. *A ilusão do Fausto. Manaus (1890-1920)*. Manaus: Valer, 1999; PINHEIRO, Op. Cit.

²¹² REIS, Op. cit., p. 193.

Ademais, sua localização sobre uma colina propiciava uma bela vista da cidade, do rio e da floresta.

Não conheço um lugar em todo o Rio Amazonas, como a praça dos Remédios, onde reina tão completa e santa paz, uma paz de palmeiras, que não se pode realmente descrever com palavras, e sim se deve respirar naquele lugar, consagrado igualmente pela cristandade e pela Natureza, no coração mesmo da América do Sul.²¹³

Esta citação nos mostra o quanto a cidade ainda estava carregada de contornos silvestres. Manaus era, portanto, bastante diminuta e singela. Ainda que ao longo do período provincial tenha sofrido interferências arquitetônicas e morais, que tinham por fim torná-la mais moderna e menos índia, estas só vieram ocorrer de modo mais incisivo em dias republicanos. Contudo, estas primeiras intervenções deixaram marcas indeléveis na população do lugar, em especial na feminina. Através destas cicatrizes buscamos resgatar os modos como as mulheres viveram e experimentaram o urbano nesta cidade que desabrochava.

A mulher de elite e seus recônditos urbanos

Depois de instalada a província, a cidade de Manaus passou, ano após ano, a ter ares mais urbanos. Em verdade, esses traços foram tímidos, mas legítimos. Como os mecanismos burocráticos estavam sendo criados, houve uma entrada cada vez maior de pessoas que aqui vinham ocupar cargos e, por isso, residir. Os homens representavam uma parcela considerável dessa migração, uma vez que os ofícios públicos eram exclusividade deste gênero. Porém, muitos trouxeram suas famílias, sugerindo acréscimos à população feminina. Estes, por seu turno, se acomodaram junto à pequena elite.

Formavam a elite de Manaus os funcionários públicos, os políticos, os oficiais das forças armadas, os religiosos e também os profissionais liberais, em especial os comerciantes que eram em sua maioria portugueses. Por extensão estavam as esposas, sogras e viúvas, filhos e filhas.

²¹³ AVÉ-LALLEMANT, Op. cit. p. 102.

Por serem os proprietários dos estabelecimentos de comércios e, alguns deles oriundos do mundo europeu, providenciavam tudo o que era de material necessário para manter uma imagem “citadina” em meio aos tapuias, que ia dos hábitos ao vestuário. Essa porção de brancos formou em torno de si um círculo fechado, sustentados por uma ideia comum: a superioridade de sua classe.

Ademais de partilharem das poucas sociabilidades já existentes na cidade, essa casta buscava cultivar novos hábitos urbanos como: o gosto pelas partidas e saraus, o anseio pelo casamento, o interesse pela moda e pelas compras, o apreço pelo teatro e pelos modismos franceses.

Neste século “*Paris dominava o mundo*”.²¹⁴ Os franceses com seus costumes invadiram o Brasil. No segundo reinado a sede da corte brasileira e, em especial a Rua do Ouvidor, eram um enxame de franceses.²¹⁵ O Rio de Janeiro viveu intensamente um período histórico na qual a influência francesa era demasiada. José Murilo de Carvalho refletiu sobre este “ponto”

O Rio de Janeiro foi francês antes de ser português ou brasileiro. A deglutição desenfreada de coisas francesas seria traço marcante da vida carioca até nos dias de hoje. Deglutição e assimilação de roupas, perfumes, estilos, palavras, livros, revistas e ideias.²¹⁶

Os costumes, as ideias, a moda, o teatro, os romances, a arquitetura, o vocabulário e a música de origem francesa tiveram uma forte influência na construção do gosto dos brasileiros que viviam na corte e dali, essa euforia fez eco ao extremo norte. A modernidade e a urbanidade andavam juntas e *à la française*.

Esta euforia também invadiu Manaus, uma cidade desajeitada que tentava se arranjar as normas da vida moderna. Assim observamos a edificação desse imaginário no período provincial. Tudo que chegava de Paris e suas adjacências tinham muito crédito.

²¹⁴ PRIORE, Mary Del. *Histórias Íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2011, p. 71.

²¹⁵ TOUSSANT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. Rio de Janeiro: Capivara, 2003, p. 85; SANT’ANNA, Denise Bermuzzi de. Prefácio in RODRIGUES, Mariana Christina de Faria T. *Mancebos e Mocinhas: Moda na literatura brasileira do século XIX*. São Paulo: Estação das Letras, 2010, p. 15; MENEZES, Lená de Medeiros. À francesa, dos pés à cabeça. *Revista de História*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-francesa-dos-pes-a-cabeça>.

²¹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 390.

Manaus vivia um francesismo expressivo para seu tamanho. Havia profissionais que por aqui se instalavam e ofereciam seus serviços. O Dr. Correia Bittencourt, por exemplo, usava da sua fama na cidade luz para conquistar novos pacientes na cidade.

OCCULISTA.

Acha-se entre nós o illustre oculista dr. Correia Bittencourt que vem temporariamente exercer a sua profissão.

O dr. Correia Bittencourt já tem nome no Sul do Império e em Pariz, onde deixou numerosos admiradores.

Nos o cumprimentamos affectuosamente.”²¹⁷

Depreendemos que os costumes e hábitos afrancesados interessavam a elite amazonense, uma vez que havia o interesse em estudar a língua francesa na cidade. Maria Luiza Pinheiro em sua tese aponta que o ensino da língua francesa fazia parte do programa do ensino secundário da província.²¹⁸ Encontramos também anúncios de professores particulares nos periódicos. “*Mr. Japiot participa as pessoas que desejarem aprender a Lingóa Franceza, e fazer n’esse estudo rapidos progressos, que dará lições em casas particulares.*”²¹⁹. A tradução era o método proposto pelo professor José Pedro Paraguassú. Dizia em seu anúncio que “*recebe alunos, que queirão instruir-se em verter do Francez para o Portuguez e do Portuguez para o Francez prosa e verso, mediante a quantia de 3\$000 rs. mensais.*”²²⁰

Apesar da oferta do ensino estar destinada aos homens é possível conjecturar que um breve conhecimento da língua francesa tenha chegado às mulheres desta classe. Era comum dentro do círculo familiar da elite que primos, irmãos mais velhos e professores particulares dessem alguma instrução a elas dentro de casa. Para auxiliar no estudo desta língua o comerciante Leonardo Ferreira Marques tinha entre seus produtos “*Dicionarios francezes portugueses, e portuguez francez*”.²²¹

²¹⁷ *Equador*. Manaus, 8 de Jan. de 1888, n°2.

²¹⁸ PINHEIRO, Op. cit., p. 33.

²¹⁹ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 2 de Jan. de 1854, n°75.

²²⁰ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 5 de Março de 1855, n°113.

²²¹ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 21 de Jul. de 1855, n°166-117.

Percebemos ainda que palavras francesas foram incorporadas ao vocabulário da sociedade amazonense, como *soirée* e *coquette*. Uma reunião informal e festiva ocorrida na caída da noite, melhor dizendo, à *soirée* foi noticiada. “*Houve hontem uma pequena soirée dansante em casa do Sr. major Gentil Rodrigues, para festejar o aniversario natalício de sua Ex^{ma} espoza.*”²²²

Comportamento sedutor, galante, garboso era o tão conhecido estilo *coquette*. Adjetivo francês carregado de intenções subjetivas e provocantes imprimia seu charme exaltando as virtudes femininas envoltos no ideal romântico.

Qu’á teus pesinhos enleias,
Para aquecê-los talvez;
Do tapete em que tu valsas
Dos sapatinhos que calças
Tenho ciúme outra vez.
Tenho ciúme do leito
Sobre que pousas teu peito
Febricitante, amoroso;
Do vestido de cambraia
Sobre teu corpo sedozo.
Tenho ciúme do encosto
Da cabeceira em que teu rosto
Roça as vezes descuidoso;
Do teclado cor de neve
Que teus dedinhos de leve
Tocando fazem choroso.
Dezembro – 87. Alvarez.²²³

Exaltar os pormenores de suas musas por meio de verso e prosa fazia parte da estratégia *coquette* tão usada por homens ou jovens poetas nos oitocentos. E, como podemos observar pela nota, os periódicos amazonenses abriram espaço para a divulgação desse correio amoroso.

Destas breves demonstrações temos condições de apontar que as sementes do francesismo na cidade foram lançadas bem antes do período conhecido como *Belle Époque*²²⁴ na qual Manaus foi apelidada de *Paris dos Trópicos*.²²⁵

Muito lentamente esses costumes modernos e importados ganharam musculatura e espaço na cidade. Para as mulheres desta casta, em especial, hábitos

²²² Equador. Manaus, 4 de Jan. de 1888, n°1.

²²³ Equador. Manaus, 8 de Jan. de 1888, n°2.

²²⁴ Os trabalhos de Otoni Mesquita e Edinea Mascarenhas Dias sinalizam para um francesismo em Manaus situado no período da *Belle Époque*. Para mais detalhes ver: MESQUITA, Otoni. *Manaus história e Arquitetura (1852-1910)*. Manaus: Valer: 2006; DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.

²²⁵ DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 35-36.

urbanos não significavam circular livremente pelo espaço público. Representavam sim a possibilidade de mostrar-se a um público seletivo, aos seus. Sua imagem, um misto de delicadeza e simpatia, devia refletir a solidez da família, em especial do marido.

As mulheres da elite amazonense tinham, nestes termos, recônditos urbanos. Lugares próprios e privados onde a modernidade, a urbanidade e o francesismo desenhavam a nova mulher. Nos jornais e crônicas de viajantes encontramos dois desses preciosos recantos femininos na nossa modesta Manaus: o casamento e a moda.

No século XIX o casamento era uma instituição radicada sob dois sistemas: a religião católica e o sistema patriarcal. No que tange a religiosidade, o matrimônio estava atrelado a uma série de regras que, para citar algumas, licenciava o sexo para a procriação dos homens e a eterna fidelidade do casal para a construção de uma recatada vida em comum.²²⁶ Pelo viés do patriarcado, o casamento representava um contrato social que garantia a permanência e, logo, a continuidade dos bens familiares dentro de um mesmo clã. Assim que neste enlace pouco espaço havia para os sentimentos, o que importava era a ordem social e política da família. Ou, como ressalta Maria Helena Bueno Trigo, o casamento era o *“fortalecimento de grupos de parentesco e de status, preservação da herança e do poder econômico”*.²²⁷

A partir da segunda metade dos oitocentos, este modelo austero de casamento começava a fraquejar. Gradualmente novos valores começavam a ser inseridos no Brasil, em especial aqueles de cunho burgueses. Discursos que iam da higiene a moral a fim de moldar e inserir a população nas vias do progresso. Neste novo processo moralizador as mulheres foram um alvo em cheio. A imprensa feminina, como anunciado no capítulo 1, já se mostrava expansiva e comprometida com a educação feminina e, logo, com questões que envolviam os sentimentos das moças, em especial, o casamento.

²²⁶ DUBY comenta *“En el ritual del matrimonio, en sus gestos, en sus fórmulas, se expresaban claramente las obligaciones de la mujer”*, como no século XII a Igreja católica forjou as normas do matrimônio, sentimos os ecos de algumas até hoje. DUBY, George. *Mujeres del siglo XII* – vol III. Santiago de Chile: Editorial Andres Bello, 1998, p. 47.

²²⁷ TRIGO, Maria Helena Bueno. Amor e casamento no século XX in Maria Ângela D’ Incao (org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989, p. 88.

A valorização dos sentimentos como o amor e a felicidade teve na expressão romântica, em particular na literatura, seu grande difusor. Esta tendência, aos poucos, pôs em cheque as condições que determinavam o matrimônio. Relações contratuais que priorizavam o patrimônio em detrimento do sentimento, passaram a ser minadas pelo romance. O amor e a felicidade, tal qual na literatura e como já vinha ocorrendo na Europa, deveria compor este ritual.²²⁸

A imprensa, com sua função pedagógica, teve papel fundamental neste novo debate. Seus argumentos e conselhos, ademais das explicações a cerca da importância do casamento, tratava de esclarecer os papéis sociais do homem e da mulher e dos sentimentos no interior deste.

No Amazonas, o casamento estava na pauta da elite e a imprensa dava a tônica:

Hoje reúno conselho de família. Tomem todos assento e prestem atenção, o negocio é serio: trata-se de casamento.
Que? Pois o chronista vais casar-se?
E por que não? Não manda a Santa Madre Igreja que o – multiplicamini – tenha por formula o matrimonio?²²⁹

As histórias de folhetins e as crônicas publicadas na imprensa serviam como pano de fundo para adentrar o tema do casamento. Assim que, pedagogicamente a imprensa passou a informar e reforçar aos seus leitores, em particular, as leitoras sobre os valores e o compromisso exigidos pelo himeneu.

Dentre os temas discutidos estavam as uniões por conveniência. Uma dessas histórias, intitulada “*Os casamentos de conveniência*”²³⁰ narrava o desfecho fatal de um possível casamento de aparências e sem amor ocorrido na França. Compilada de outro jornal²³¹ o enredo centra-se na figura de Eugenia D. Garota rica, de boa família cristã, educada, dona de uma bela aparência, foi levada, como era o trajeto natural feminino da época, ao casamento.

²²⁸ JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 192.

²²⁹ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 3 de Jul. de 1856, n°154.

²³⁰ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 6 de Maio de 1857, n°212.

²³¹ Também no capítulo 1 comentamos sobre o poder de escolha e decisão do editor do jornal. Esta e a próxima história foram recolhidas de outros jornais e passaram, portanto, pelo crivo e pela moral destes jornalistas.

Com a efetivação do contrato de noivado, a família da noiva, Eugenia, mostrou-se tão efusiva que se encarregou de distribuir esmolas para os pobres.²³² O dia chegou, os noivos encaminharam-se primeiramente para a *mairie*, a prefeitura, como é típico da sociedade francesa. Em seguida rumaram para a igreja. As celebrações foram magníficas e a festa luxuosa. Mais ocorreu que o noivo desapareceu. Porém, deixou sua justificativa. Sabendo que o coração da bela Eugenia pertencia a outro, o marido, Carlos, se sentiu ultrajado. Este esperava não encontrar em seu leito uma mulher apaixonada, mas virgem, pura e disposta a ser aprendiz de esposa. Condenou-a, então a uma viuvez figurada. Eugenia passaria todas as noites só.

“Senhor – A culpa foi minha, portanto a separação só a mim pertence, e dou-lhe a única que posso dar-lhe; restituo-lhe a liberdade cortando esse laço que nos ligava, e morro pedindo-lhe que me perdoe”.
Eugenia D.”²³³

A culpa cortou o coração da jovem e sem muitas possibilidades para lidar com sua sina Eugenia se entregou ao suicídio, tal qual a personagem Emma de Flaubert.²³⁴ Devemos observar que mesmo diante de uma revalorização dos hábitos de casar, como temos acompanhado, a sociedade criou poucas opções para as mulheres livrarem-se dele. Desviar do casamento trazia algum estigma. Talvez a opção feminina que vai de contra a essa norma e que era socialmente aceita fosse a entrada para a vida religiosa.²³⁵ Entre as opções, que não eram muitas, estavam a morte, quiçá a mais impactante, o adultério feminino e o divórcio. Entabular uma relação em paralelo ao casamento era para mulher, além de escandaloso, um

²³² Prática cristã criada durante a Idade Média. BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal. Do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006, p. 213.

²³³ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 6 de Maio de 1857, n°212.

²³⁴ FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

²³⁵ Sor Juana Inez de la Cruz viveu no México no século XVII, contudo, seu argumento para a entrada na vida religiosa foi lugar-comum para as mulheres americanas até quase o fim do século XIX. “Yo, desde niña, me sentí inclinada a la actividad intelectual. Quería vivir sola, sin ruido, sin obligaciones que estorbaran la libertad de mi estudio. Siempre sentí total negación al matrimonio. Sabía perfectamente que un convento no era el ambiente ideal para desarrollarme como yo quería, pero los usos sociales no me dejaban otra alternativa. Me hice monja por razones de conveniencia”. ALATORRE, Antonio. *Sor Juana a través de los siglos (1668-1910)*. Cidade do México: El Colégio de México, 2007, p. 242-243; Para o caso brasileiro ver o capítulo 3, “A preservação da honra e da virtude feminina”, de ALGRAN, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

perigo.²³⁶ A separação, também tida como escândalo, era algo difícil e caro, pois a mulher era, por direito, tutelada pelo marido.

Ainda que não esteja acompanhada de nenhum comentário, o editor que escolheu publicar a história de Eugenia lançava o tema. Um tema que se tornava cada vez mais corrente à época e que era evidenciado nos folhetins. Assim foi com Carolina, graciosa e peralta personagem de Joaquim Manuel de Macedo²³⁷. Do mesmo modo com Iaiá Garcia, protagonista astuta de Machado de Assis.²³⁸

Vejamos outra historieta que narra a ousadia “verídica” de uma brejeira. Nesta o assunto do casamento deixa ver que, para a classe camponesa, ele também era um forte arranjo econômico.

Esquisitice Sertaneja.

O *Mosaico* de Guaratinguetá publica a seguinte scena característica: Pessoa fidedigna que diz ter sido testemunha occular, nos refere que em uma das povoações da província, apresentou-se na matriz para casar-se um sertanejo e uma bella roceirinha que já eram conhecidos a não puco tempo.

Presentes as testemunhas e convidados, o parochio dirigindo-se a noiva perguntou-lhe, como é de costume:

- Quer casar-se com o Snr.?

- Xê!... (respondeu a noiva) até que não... nha mai é que anda em cima de mim morrendo por querer que eu case com ele... por fazer o gosto della é que eu vim aqui.

Descrever a vergonha do noivo e a admiração dos circunstantes é impossível.

A vista de tal resposta o sacerdote disse a noiva que não podia realizar-se o casamento, que era necessário a vontade livre della, e não a de outras pessoas; e fechando o livro ia retirar-se para a sachristia quando a noiva diz em voz alta:

- Ah, seu padre, seu padre; pode vir, venha que eu quero agora, venha venha.

O sacerdote voltando, certificou-se da vontade dos contrahentes e realizou-se a cerimonia religiosa.

Findo o acto alguns dos circunstantes interrogam o noivo, e elle responde com toda a simplicidade:

- É luxo della... pois há um anno ella quer casar comigo e estava palliando.²³⁹

Talvez a grande ousadia dessa personagem fosse enfrentar o discurso socialmente imposto. Ela a princípio recusou o casamento. Entretanto, outros

²³⁶ Este aspecto será melhor discutido no capítulo 3.

²³⁷ “*Augusto, eu acabo de obter desta respeitável senhora a honra de te julgar digno de pretenderes a mão de sua linda neta, e agora restas que alcances o sim da interessante pessoa que amas.*” MACEDO, Joaquim Manuel de. *A moreninha*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1997, p. 193.

²³⁸ Iaiá Garcia “*achou no casamento a felicidade sem constraste.*” ASSIS, Machado de. *Iaiá Garcia*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011, p. 215.

²³⁹ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 30 de Jul. de 1862, n°659.

fatores pesaram, influenciando na decisão positiva. Num ambiente rural o enlace era historicamente e economicamente necessário para a manutenção do trabalho e da família. A lida no campo exigia braços e quanto mais, melhor. Salpicado de humor a historieta deixa entrever que era a mãe da noiva quem arranjava a boda e o noivo. Tendo em vista tal ideia podemos inferir que essa matrona, já experiente na faina interiorana e no casamento, buscava resguardar o futuro de sua filha, de sua família e, principalmente, a sobrevivência. O discurso sentimental foi utilizado pelo noivo para livrar-se do vexame imposto pela jovem. Afirmou que a cena era “luxo” de mulher.

As duas historietas comentadas nos serviram como exemplos para demonstrar que os periódicos amazonenses estavam repletos de outras tantas. Ressaltamos, porém que diferentemente das outras províncias,²⁴⁰ os jornalistas amazonenses não acrescentavam a elas nenhum comentário. Elas estavam expostas na seção de variedades ou colocadas entre as notícias oficiosas. Porém isto não as desqualifica. Pelo contrário, sua presença constante informa que a sociedade manauara estava em sintonia com os assuntos sociais que eram debatidos em outras províncias. Ademais, a leitura das historietas permitia ao leitor e a leitora tirar suas próprias conclusões.

O redimensionamento dos novos valores matrimoniais se faziam presentes na mentalidade da elite local. É o que percebemos pelo discurso direto da imprensa. Para ilustrar, vejamos a fala irônica do cronista.

o cronista é obrigado a dizer e asseverar que para o casamento é preciso:
Juízo com abundancia,
Amor quanto baste,
Alma extensa e bem criada,
Boa dose de paciência,
O necessário para viver (pelo menos).
Tudo isto em boa e harmoniosa combinação, segundo a arte.²⁴¹

Em sua ironia, o cronista mostrava ao leitor a nova dimensão do casamento: o equilíbrio entre a racionalidade (econômica e moral) e a emoção (amor e paciência). Como veremos a seguir, esta tônica marcou intensamente os anúncios dos casamentos da pequena elite.

²⁴⁰ JINZENJI, Monica Yumi. Op. cit., p. 192-193.

²⁴¹ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 16 de Jul. de 1856, n°158.

Foi durante o período provincial que esta prática do matrimônio começou a se consolidar na sociedade local. Casar era caro, mesmo na igreja gerava custo²⁴² e, dependendo da pompa os valores podiam chegar às alturas. A questão econômica foi, assim como a sentimental, um dos fatores pelos quais este tipo de união não era acessível a uma parcela considerável da população da cidade. Por outro lado, não podemos esquecer que em Manaus a população branca era rarefeita em relação aos indígenas e mestiços. Cabe ressaltar que o casamento, enquanto prática social exigia também do homem um compromisso viril: ele devia ser o chefe e, por isso, ter condições de sustentar uma família.

Os anúncios de casamentos passaram a ser constantemente anunciados na imprensa. Pelos nomes e sobrenomes dos consortes ficamos a conhecer seu pertencimento à elite. O comerciante²⁴³ português²⁴⁴ José Antonio Pereira Carneiro casou-se “*com a Exma. Sra. D. Ritta Olympia Rodriguez, no dia 18 do corrente mez.*”²⁴⁵ O *status* social das bodas era também confirmado pelo acréscimo de termos como “o nosso mui amigo” dando a entender que estes faziam parte do seleto rol. Outro indicador é o fato do custo do anúncio. Era necessário dispor de determinada quantia para converter o informe em notícia de jornal. O desejo de mostrar-se era típico dessa nova consciência urbana e burguesa.²⁴⁶ Logo, é muito provável que tenha existido, na época, o desejo de que o casório fosse conhecido de um grande número de pessoas. Talvez tenha sido o caso do funcionário público²⁴⁷ Antonio Ponce de Leão: “*No dia 12 receberão-se em matrimonio o ilmo. Sr. Antonio Teixeira Ponce de Leão com a exma. Sra. D. Maria Joaquina Guimarães, sobrinha do nosso amigo o sr. major Clementino José Pereira Guimarães*”.²⁴⁸

Outros anúncios traziam votos de felicidades, exaltando a instituição do matrimônio e as boas índoles dos enlaçados.

²⁴² Em 15 de fevereiro de 1855 o bispo da cidade, Joaquim Gonçalves de Azevedo, apresentou a Tabela de Emolumentos Paroquiais na qual descreve, dentre outros, a quantia total arrecadada no ano anterior relativo a “Certidão de Baptismo, Obito ou Casamento \$640”. *Estrella do Amazonas*. Manaus, 24 de Fev. de 1855, nº112.

²⁴³ *Estrella do Amazonas*. Manaus 18 de Ago. de 1855, nº 121; *Estrella do Amazonas*. Manaus 20 de Jul. de 1856, nº159.

²⁴⁴ *Estrella do Amazonas*. Manaus 12 de Março de 1862, nº 624.

²⁴⁵ *Correio de Manáos*. Manaus 21 de Setembro de 1869, nº5.

²⁴⁶ BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a Modernidade*. Rio de Janeiro: 1996, p. 61; LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 44-45.

²⁴⁷ *Jornal do Amazonas*. Manáos, 1 de Set. de 1876, nº 126.

²⁴⁸ *Correio de Manáos*. Manaus, 19 de Nov. de 1869, nº 19.

Cazamento. – Hontem receberam-se em matrimonio a exma. sra. d. Maria Magdalena Monteiro Tapajoz, filha do nosso amigo o sr. major Francisco Antonio Monteiro Tapajoz, com o ilmo. sr. Raymundo Antonio Fernandes.

As qualidades pessoases dos esposados são garantias que os prende ao elo conjugal e desejamo-lhes muitas felicidades.²⁴⁹

Desta nota podemos depreender como os novos valores como o amor conjugal e o companheirismo entre os consortes eram elementos primordiais para o sucesso do enlace. A amizade seria, entretanto, a afeição que se encarregaria de unir, entre os cônjuges, a paixão à razão. Um casamento repleto de amizade e amor entre os esposos era o ideal para que, juntos, construíssem um casamento sólido e feliz. Estava consolidada a ideia do casamento burguês.

A igreja dos Remédios²⁵⁰ foi a que celebrou a maioria dos casórios da época provincial. Ali, a 18 de julho de 1875, a capela estava cuidadosamente ornada e perfumada, com flores brancas e exóticas colhidas nos arredores da cidade. O templo singelo foi pacientemente decorado para celebrar o matrimônio do eminente médico Aprígio de Menezes²⁵¹ e sua futura esposa, Dona Catharina.

Ante-hontem, ás 6 horas da tarde na igreja dos Remédios contrahirão o doce pacto do perpetuo amor, sellado pelas palavras sagradas da religião o nosso amigo dr. Aprigio Martins de Menezes com a exm. Sr^a d. Catharina Ferreira Mendonça.

Os fundos affectos do coração são sempre indeléveis, e pois o enlace de reciproco amor que os unio, participando da natureza do affecto, deverá, por certo, assegurar a mais seductora perspectiva ante uma nova era que se lhes abrio esperançosa, que perenemente lhes correrá no futuro leda, serena, venturosa.

Felicizamos ao jovem e digno par.²⁵²

Os recém-casados saudaram seus convivas no largo de frente a capela e seguiram em comitiva para a residência que guardava a recepção. Felicitações e alegrias não faltaram em homenagem ao jovem casal.

Enquanto festividade os casamentos eram momentos nos quais a pequena elite tinha a oportunidade para socializar-se, uma vez que eram escassos os lazeres

²⁴⁹ *Correio de Manáos*. Manaus, 26 de Nov. de 1869, nº 21.

²⁵⁰ A igreja da Matriz só foi reinaugurada em 1878.

²⁵¹ O anúncio do Dr. Aprígio M. de Menezes tornando público seu ofício de médico foi publicado na primeira edição do *Jornal Correio de Manáos*. Datado de 7 de Setembro de 1869; Este médico também se destacou ao prestar socorro como médico contratado pela província, aos habitantes das vilas à margem do Rio Negro. *Relatorio apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, na 1ª Sessão da 13ª Legislatura*. Belém: Typographia do Diario do Gran Pará, 1876, p. 13.

²⁵² *Jornal do Amazonas*. Manaus, 20 de Julho de 1875, nº17.

na cidade. Assim que eventos como estes eram motivos de muitos burburinhos pela cidade.²⁵³

Vale lembrar que a comemoração do casamento em si também sofreu, àquele século, algumas modificações a fim de torná-lo mais urbano, burguês e moderno. Foi assim que, com novos desenhos a grinalda, o buquê e o vestido de noiva revalorizaram o casamento em pleno século XIX. ** Fator que contribuía para aumentar o entusiasmo em torno deste ritual.

O casamento, como toda comemoração, carecia de preparativos. Este envolvia um grande número de mulheres entusiasmadas, desde a noiva até suas parentas e amigas. Afinal de contas eram muitas as providências a tomar: o vestido e a grinalda a costurar, o bolo e as demais iguarias da recepção, a escolha das flores para o arranjo do *bouquet*, da igreja e do local da festa, o enxoval da noiva, os convites e ainda tantas outras.

O comércio da cidade estava também alinhado a estas necessidades. Os anúncios comerciais discriminam os produtos essenciais para as celebrações de casamento. Em 1855 a loja de Leonardo Ferreira Marques já disponibilizava a suas clientes “*grinaldas para casamento*”²⁵⁴. Além de outras opções para as candidatas ao altar como “*cortes de vestidos de damasco bordados; ditos gros de naple, ditos de seda escocês, de damasco branco bordado para noiva, ditos de varia sedas de cores, e branca.*”²⁵⁵

Ao longo do período provincial algumas tipografias foram se instalando na cidade.²⁵⁶ Pelos anúncios destas oficinas podemos perceber a ampliação desta arte a partir da produção de convites, diversos tipos de cartões, entre outros.

THYPOGRAPHIA DO CORREIO DE MANÁOS

(...) prepara cartas de enterro, cartões de visita, ditos para casamentos, circulares, procurações (...) possuindo uma machina de cortar papel (...) fornece papel para todos os seus trabalhos inclusive papel de côr para capas.²⁵⁷

²⁵³ Elizabeth Agassiz comentou que quando havia um baile na cidade era um “Deus nos acuda”, só se falava nisso. Imaginem um casamento? AGASSIZ; AGASSIZ. Op. cit., p. 173-174.

²⁵⁴ Trecho da publicidade da loja de Leonardo Ferreira Marques divulgado no Jornal *Estrella do Amazonas*. Manaus, 10 de Abr. de 1855, n°114.

²⁵⁵ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 21 de Jul. de 1855, n°166-117.

²⁵⁶ Maria Luiza Ugarte PINHEIRO, em sua tese, tece um breve painel sobre o número e as condições das tipografias na cidade. PINHEIRO, Op. cit., p. 49-50.

²⁵⁷ *Correio de Manáos*. Manaus 7 de Set. de 1869.

A historiadora Mary Del Priore em *História do Amor no Brasil* comenta as festas de casamentos nos oitocentos e argumenta que estas serviam para ostentar a condição social da família

Era, então, montada uma estrutura para a realização da boda. Comadres ajudavam no aviamento das roupas, dos chapéus e na compra dos tecidos. A festa era motivo de conversa, de troca de ideias, nas tardes em que as senhoras sentavam para bordar em conjunto a roupa da noiva.²⁵⁸

O exercício dos sentimentos, os novos adereços e a festividade que envolvia o casamento eram para as mulheres da elite local recônditos de urbanidade. Momentos nos quais o urbano, enquanto modo de ver e viver apresentava-se a elas. Como explica Michelle Perrot, na cidade oitocentista, as mulheres de classe sondavam o urbano em lugares privados, quase que exclusivamente frequentado por pessoas do mesmo nível social.²⁵⁹ Para Manaus, guardadas as devidas proporções, percebemos quadros semelhantes.

Outro modo feminino de viver a urbanidade foi através da moda. Em pleno século XIX a vestimenta já se mostrava como elemento de distinção e classe. O estilo de vida mais arrojado, os produtos de higiene e beleza e o desenho de roupas importados, em especial os franceses, eram sinônimos de uma elegância e sofisticação urbana. Portanto, é a partir de peças publicitárias que veremos como estes produtos gravitavam ao redor do mundo feminino na Manaus provincial.

No século XIX, grosso modo, a moda se posicionou ao lado da burguesia, classe emergente na Europa e que Tateava no império do Brasil. Esta se mostrou eficiente quando tratou de demarcar o território das classes e do simbólico.²⁶⁰ E, exatamente por isso, por ser um fenômeno plástico e simbólico que redefine posições sociais, que se modificam e transitam no espaço e no tempo, em uma linha que serpenteia entre o alto e o baixo que a moda opera na esfera do efêmero. Assim, concordamos com Gilles Lipovetsky quando expõe a moda como fenômeno

²⁵⁸ DEL PRIORI, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 148.

²⁵⁹ PERROT, Michelle. *Mujeres en la ciudad*. Santiago do Chile: Editorial Andres Bello, 1997, p. 40.

²⁶⁰ SOUZA, Gilda de Mello. *O Espírito das Roupas*. A moda no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 p. 22-23.

transitório e sedutor que atinge todas as esferas sociais de modo semelhante por meio do desejo.²⁶¹

No Brasil oitocentista a moda ganhava força em decorrência do processo de urbanização que se expandia desde a chegada da família imperial.²⁶² Em meio a avalanche do consumismo francês que varria o império, como vimos, a moda se instaurou em nossa cultura. Em Manaus não foi diferente. É comum ler nos anúncios o nome ou referência a *Pariz* colados aos produtos da moda, conferindo-lhe elegância e luxo

NOVIDADE. Para a loja BELLA PARISIENSE de Brinco & C^a á rua da Boa-Vista, contigua ao correio, despacharam-se para este novo e importante estabelecimento, as tão desejadas capas de crochet, e nobresas d'uma só cor, cortes de cambraia branca bordados, ultimo gosto, e um completo sortimento de perfumarias dos autores Piver, Coudrait, Mally, Goutier e outros fabricantes afamados.²⁶³

A nota publicitária nos faz conhecer o uso da vestimenta em *crochet*, que consiste numa malha trançada executada quase que exclusivamente por mulheres.²⁶⁴ Ademais de ser uma palavra origem francesa que se incorporou em nossa língua, o uso de roupas ou detalhes desta malha foi comum em nosso país. Ressaltamos ainda a observação “as tão desejadas” que precede “as capas de crochet”. A expressão do desejo revela que o comércio de Manaus estava atento ao que circulava na moda parisiense radicada na corte. Ademais, o termo *desejo* carrega em seu bojo a ânsia, estratégia da indústria da moda que tinha por intuito disseminar novos valores a partir da construção da aparência, em especial a feminina.

Atentamos também para o destaque dado aos nomes dos perfumistas. Ao cheiro regional, úmido e verde exalado dos igarapés e matas, Manaus igualmente conhecia os perfumes franceses, guardados em pequenos vidros. Odores elaborados, minuciosamente combinados para despertar a elegância e frescor dos

²⁶¹ LIPOVETSKY, Gilles. *O Império do Efêmero*. A moda e seu destino nas sociedades modernas. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 9-11.

²⁶² A moda enquanto fenômeno social próprio do ocidente tem seu desenvolvimento ligado à urbanidade. Para mais detalhes ver: LIPOVETSKY, Op. Cit. p. 37-38; SOUZA, Op. Cit., p. 20.

²⁶³ *Commercio do Amazonas*. Manaus, 27 de Abr. de 1872, n°208.

²⁶⁴ SIMIONI, Ana Paula. Bordado e transgressão: questão de gênero na arte de Rosana Paulino e Rosana Palazyan. *Revista Proa*, n°02, vol. 01, 2010, p. 5. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/proa/ArtigosII/PDFS/anasimioni.pdf> Acessado em 01 de janeiro de 2014.

corpos, dissimulando o natural.²⁶⁵ O cheiro do perfume, assim como a roupa da moda, marcava nos oitocentos a distinção social. Os aromas estavam no centro dos novos hábitos de higiene que se disseminava pelo império. As mulheres, mais precisamente, eram seduzidas e também incorporavam, de bom grado, os modismos e o *goût* francês.

A moda, grande faceta da elegância francesa, e tudo que dela decorria (adornos, espartilhos, desenho dos trajés, aviamentos, costuras, perfumes) eram ventiladas nos mornos ares de Manaus. Apesar de miúda a cidade já estava em sintonia com a ideia de fantasia e do transitório que rondava o mundo *fashion*. A publicidade do período é assaz indicativa.

VILLE DU HAVRE, LOJAS DE MODAS, IMPORTAÇÃO DIRETA.

A MODA – essa entidade fantástica e caprichosa que no mundo elegante tem creado tantos proselytos; que na immensa vastidão do pensamento ainda não pôde achar um repouso permanente; que no passar dos dias apresenta sempre uma mudança; que enfim, em tempo algum achará meio de ser – INVARIÁVEL - só neste estabelecimento poderá saciar a fertilidade de seu espirito creador. Estabelecimento novo e que deseja acreditar-se, é cuidadosamente provido, por todos os paquetes, das fasendas e adornos mais modernos que apparecer possam nos paizes manufactureiros da Europa, e por isso as senhoras e cavalheiros que o procurem acharão constantemente uma variedade de artigos de luxo para apresentar-se deslumbrantes AS SUAS VISTAS INVESTIGADORAS.²⁶⁶

A moda era, e continua sendo, a variação, a mudança, a inconstância. Pela roupa, como bem explicita a nota, se exala o encanto, o luxo, o desejo e também tudo que lhe é oposto. A mulher, independente de sua classe, teve na moda e no seu caráter inconstante várias possibilidades de afirmação. Como portadora da vestimenta, a mulher sustenta sua posição, qualquer que seja. Ou ainda como costureira ou modista, a mulher tinha aí uma função tradicional e uma profissão. É sobre a relação da mulher com o fenômeno da moda que iremos tratar agora.

O aspecto variável da moda sugeria, para as mulheres, um jogo dual: o esconder e o mostrar. Aparecer e ser vista, mesmo que por uma fração de tempo, combina-se intensamente com a imagem da mulher oitocentista. As mulheres populares, que trataremos no tópico a seguir, estavam à mostra. As voltas pela

²⁶⁵ CORBAIN, Alain. *El perfume y el miasma: el olfato y lo imaginario social. Siglos XVIII y XIX*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1987, p. 203.

²⁶⁶ *Diário do Amazonas*. Manaus, 11 de Nov. de 1873, n°1.

cidade e pelas matas, mas que por ser popular e, muitas vezes, desordeira tiveram que ser escondidas e silenciadas pelas falas autorizadas. Neste jogo também figuravam as mulheres da elite. Escondidas em suas casas e propriedades, mostravam-se em ocasiões próprias da sociabilidade de sua classe. Em ambos os casos, o jogo do esconder-mostrar fazia-se presente e a moda acompanhava-a de perto. O traje e os adornos diziam muito sobre a condição feminina na pequena Manaus.

A moda circunscrevia o corpo da mulher. Devido a uma longa tradição que lhes exigia conservar-se dentro de uma série de códigos, à mulher sempre foi solicitada uma imagem que lhe conferisse respeito. Para tanto, sua vestimenta e gestos deviam estar de acordo com esses preceitos. Num contexto social no qual predominava um rígido sistema patriarcal, a mulher esteve por longos períodos de reclusão, possuindo raras oportunidades de apresentar-se em público.

Segundo Gilda de Mello e Souza, a mulher da elite *“atirou-se [na moda] à descoberta de sua individualidade, inquieta, a cada momento insatisfeita, refazendo por si o próprio corpo, aumentando exageradamente os quadris, comprimindo a cintura, violando o movimento natural dos cabelos.”*²⁶⁷ Para essas mulheres, mostrar-se ao convívio de outros homens e mulheres era ainda o momento em que estavam sob o julgamento desses outros. Era por isso que elas necessitavam estar bem arrumadas, precisavam estar na moda, em consonância com esses outros “civilizados” e a isso devia remeter sua “boa reputação” tão cara à preservação e ascensão de sua família.²⁶⁸

Elas estão ligadas as aparências cujo cuidado é grande dever das mulheres, sobretudo das burguesas. A moda, nova forma de civilidade, é um código ao qual convém submeter-se sob pena de cair em desgraça, uma tirania que exerce sobre o corpo das mulheres a toda hora do dia, a cada mês de uma estação.²⁶⁹

As mulheres da pequena elite manauara já tinha inculcado o poder das roupas como signo de elegância e poder. Seu corte, cores, tecidos e detalhes davam

²⁶⁷ SOUZA. Op. cit., p. 100.

²⁶⁸ D'INCAO, Maria Angela. Mulher e família burguesa in DEL PRIORE, Mary (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 229; PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994, p. 35.

²⁶⁹ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru/SP: Edusc, 2005, p. 38-39.

o tom da classe. Pela vestimenta elas se afirmavam e, alinhadas à francesa, destacavam-se ainda mais.

As mulheres sentiam-se intensamente atraídas pelos modelitos, acessórios e produtos de *toilette*. A necessidade de copiar e estar em consonância com as congêneres europeias foi reforçado pela imprensa e seus apelos publicitários.

Mesmo sem contar com jornais ilustrados,²⁷⁰ periódicos e revistas de outras províncias e países chegavam a Manaus trazido por vapores. Isto pressupõe que, especialmente as mulheres da elite mantivessem contato e estariam, no mínimo, informadas das tendências da moda da corte e da Europa. Do mesmo modo informados estavam também os comerciantes. É o caso, por exemplo, da divulgação, em meio a outros produtos, de uma peça pertencente ao traje de D. Maria Pia de Sabóia, rainha de Portugal.

Chegou para o estabelecimento de João Jose Araújo (o maçoneta) um rico sortimento de fazendas como seja: lindos cortes de chalim a Maria Pia, gravatas com fivelas para senhoras (...) bonitos cortes de cassa de cores, um rico sortimento de chitas francesas, inglesas e alemaes, sintos dourados para senhoras, camizinhas para as ditas (...) lenços de seda e muitas outras fasendas e miudezas que seria festidioso especificalos.²⁷¹

Os detalhes do vestuário da rainha, assim como os tecidos importados, estavam presentes no cotidiano e no imaginário dessas mulheres. Elas tinham quase que por obrigação refletir o refinamento e a segurança de sua casta. Perscrutando as publicidades da época observamos que o comércio oferecia uma gama variada de tecidos e materiais afins para a vestimenta feminina. A novidade era logo ventilada, era a *última moda*.

Na loja de Leonardo Ferreira Marques, tem para vender um grande sortimento chegados ultimamente de Paris de vestidos de bareje da ultima moda, um variado sortimento de tafetás, glacé para vestidos (...) fitas lavradas de muito bom gosto para cintos e enfeites de vestidos, ricas fitas de veludo para pintiados e pulseiras, um grande sortimento de rendas, de sedas branca, e preta (...) camisinhas bordadas para Senhoras.²⁷²

²⁷⁰ Segundo PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Op. cit.*, p. 185, as primeiras imagens no periodismo amazonense datam de fins do século XIX.

²⁷¹ *O Catechista*, n. 87. Manaus, 14 de nov. de 1863.

²⁷² *Estrella do Amazonas*. Manaus, 21 de Jul. de 1855, nº166-117.

Podemos observar que tanto os tecidos quanto o tipo da roupa pronta divulgada sugerem o espaço na qual deviam ser usados. A roupa branca e as camisinhas bordadas representavam o interior, aquele da intimidade do lar e da pele. Por outro lado, observarmos ainda que grande parte dos tecidos e dos acessórios em destaque estava associada ao espaço público. Isto revela como o modo de vestir-se estava circunscrito aos modos de sociabilidade em público na qual a mulher espelhava sua classe.

A descrição e o tipo dos tecidos auxiliam no entendimento do tipo da vestimenta. Eles podiam indicar tanto o sexo como a classe de quem os usava. De modo que as questões de gênero se interpunham no percurso da moda. Os vestidos das jovens mulheres e das moças eram esvoaçados e repletos de adornos minuciosamente trabalhados. As cores pertenciam à paleta dos tons pastel, angelicais. Aos detalhes do busto ou à cintura acresciam-se leves toques de brilhos.²⁷³

Devido ao uso do espartilho²⁷⁴ como mecanismo eficiente para definir violentamente a geografia do corpo feminino, Mariana Tavares Rodrigues nos informa que a forma dos vestidos era sempre a mesma. A diferença entre um e outro se localizava em especial, na parte superior, conhecida como corpinho.²⁷⁵ Em vista disso, as mulheres estavam sempre a reformar seus vestidos, uma vez que como eram longos e rodados exigiam metros de tecidos e, tudo isso, sem falar no custo.

As cores escuras, tom da seriedade, eram as mais indicadas para as senhoras casadas e para as matronas. A originalidade e detalhes para uma vestimenta mais sóbria ficavam por conta de adereços cuidadosamente dispostos à gola, chapelinhos e luvas, e ainda do penteado.

Comprava-se o tecido (a peça ou a côvado), os aviamentos, fitas e rendas e todo o processo de feitura era realizado em casa, uma vez que as mulheres eram introduzidas desde a infância neste mister, ou por encomenda às costureiras.²⁷⁶

²⁷³ “Alguns toques” somente, pois, o brilho em excesso ou usado com um pouco mais de ousadia estava relacionado a vestimenta das atrizes e prostitutas.

²⁷⁴ Em Manaus havia quem usasse. Em 1872 a loja *Exposição de Pariz* tinha espartilhos entre seus produtos. *Commercio do Amazonas*. Manaus, 27 de Ab. de 1872, nº208.

²⁷⁵ RODRIGUES, Mariana Christina de Faria T. Op. Cit., p. 116.

²⁷⁶ Luciane Campos comenta, para o período posterior ao nosso, sobre o grande número de costureiras e modistas na cidade. Para mais detalhes ver: CAMPOS, Luciane Maria Dantas. Op. cit., p. 114-115.

Assim que as reformas, ademais de estarem mais acessíveis, permitiam às mulheres lançarem mão de sua criatividade. Isto posto, foi “*prolífico o uso de babados, drapeados, preguinhas, fitas, rendas e rendinhas, bordados, flores – naturais e artificiais – e tudo mais que fizesse um vestido diferente do outro*”²⁷⁷.

Entre chitas francesas e casimiras inglesas o português Leonardo Marques comercializava uma série de aviamentos e miudezas que pretendia tornar um velho e usado vestido em um novo e vistoso: “*um lindo sortimento de franjas, tranças e cordões de seda, de todas as cores, para manteletes e enfeites de vestidos de qualquer qualidade*”²⁷⁸. O comerciante Teixeira Barateiro vendia “*um rico sortimento de lanzinhas e bonitos manguitos*”²⁷⁹ de gosto inteiramente novos a verdadeiros”²⁸⁰. A loja *Ville Du Havre* tinha entre seus variados produtos “*um grande sortimento de enfeites para vestidos*”.²⁸¹ E Antonio Joaquim da Costa & Irmão oferecia às senhoras “*um avariado sortimento de lindas fitas e de botões para enfeitar vestidos*”.²⁸²

Com o passar dos anos os anúncios, carregados de produtos da moda, vão se tornando mais frequentes e ganhando mais espaço nos jornais, a ponto de uma única publicidade ocupar uma página inteira. Descrevendo, assim, com mais detalhes seus ítems. Em proporção crescia a quantidade de produtos que se destinavam às mulheres.

Ville de Pariz. O proprietário deste estabelecimento participa ao respeitavel publico que pelo vapor Tapajós, recebeu um rico sortimento de fazendas da moda, e diversos objectos de phantazia, como ainda não tem apparecido nesta praça (...) Chapelinhos de velludo para Snras (...) Côrtes de lã para vestidos. Enfeites para Senhora. Ditos de seda de todas as larguras. Leques de Sandalo. Lã para bordar (...) Cambraias finíssimas (...) Caixas de muzicas. Alfinetes dourados em caixinhas. Verdadeira agos da colônia. Nobresa preta Hespanhola. Cosmeticos finos. Sabonetes em Caixinhas (...) E muitos outros objectos que seria fastidioso descrevelos todos nesta occasião.²⁸³

Pequenos mimos e objetos de luxo como pentes, espelhos, estojos, caixinhas de músicas, perfumes, sapatos, chapelinhos e luvas deviam encher de prazer os

²⁷⁷ RODRIGUES, Mariana Christina de Faria T. Op. Cit., p. 116.

²⁷⁸ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 15 de Fev. de 1855, nº111.

²⁷⁹ Manguito eram pequenas mangas para enfeite ou resguardo dos punhos.

²⁸⁰ *O Catechista*. Manaus, 14 de Jun. de 1864, nº117.

²⁸¹ *Diário do Amazonas*. Manaus, 11 de Nov. de 1873, nº1.

²⁸² *Jornal do Commercio*. Manaus, 1 de Jul. de 1870, nº259.

²⁸³ *O Catechista*, n. 370. Manaus, 14 de Março de 1869.

olhos das mulheres provinciais. Nesses objetos, as mulheres depositavam seus raros momentos de prazer, pequenos ícones que se ligavam à memória ou onde guardavam alguma recordação de uma amiga, filhos ou familiares queridos. Esses artigos fazem parte dos apegos femininos mais secretos, demonstrando que o comércio local reforçava tais inclinações.

Uma fragrância podia remeter à infância, a um afeto ou -- porque não? -- a uma aspiração, a um sonho. O som das caixinhas de músicas embalava as infinitas horas que passava bordando as roupas da família. Um retrato próprio ou de sua família podia lhe dar a oportunidade de auto-observar sua imagem, ou o conjunto de sua prole.

Eduardo José de Souza continua a tirar retratos pelos sistemas mais modernos Ambrotypo Photographia, e Cronotypo, como mediante ajuste especial se tirão retratos em cazas particulares, e de pessoas fallecidas também tira retratos a Oleo e conserta caixas de muzica e realejos com todo esmero e promptidão; quem do seu prestimo quizer utilizar-se dirija-se a rua Formoza caza numero 11.²⁸⁴

Como podemos perceber pelas notas acima, a moda não previa somente uma couraça têxtil para o corpo feminino. Seus atributos atingiam do seu imaginário à epiderme, à pilosidade. De fato, uma moça ou mesmo uma mulher bem vestida e de pele sedosa refletia uma imagem positiva à carreira do casamento. Elas

restritas aos interesses domésticos (...) se aplicavam com esmero no trato com as roupas. Desde muito cedo. Pois sabiam que a graça, o encanto, a elegância e o frescor eram um dos poucos recursos que dispunham para a conquista de um lugar ao sol.²⁸⁵

Elegância e frescor eram qualidades que deviam ser somadas à vestimenta. Todo o corpo da mulher apresentava outros territórios, um universo de possibilidades explorado pela indústria da moda e arejada com grande entusiasmo pela publicidade. Pés, mãos, face, colo e cabelo mereciam especial atenção das mulheres.

²⁸⁴ *O Catechista*, n. 98. Manaus, 30 de Jan. de 1864.

²⁸⁵ PONTES, Heloísa. *Modas e modos: uma leitura enviesada de O espírito das roupas*. Cadernos Pagu, n°22, 2004: PP.13-46.

Seus traços naturais eram realçados pelo uso dos cosméticos ou levemente disfarçados para a composição de uma personagem no caso de um baile à fantasia, evento assaz prestigiado pela elite local.

Grandes bailes masque.

No pavilhão-Marte, haverá nas noites de 7, 8 e 9 de Fevereiro futuro bailes masque dados por uma sociedade particular (...) O mesmo em nome da sociedade, tem a honra de convidar as todas as famílias para apreciarem aquelles divrtimentos no citado pavilhão (...) Joaquim da Silva Pingarilho.²⁸⁶

Ilustrações de moda com roupas e penteados, e contendo dicas para o cuidado da pele, circulavam restritas pelas casas abastadas de Manaus. O comércio, também atento às novidades, oferecia as amazonenses uma gama de produtos que prometiam, além de adornar, tratar a tez e os cabelos.

Loja exposição de Pariz.

N'este novo e bem montado estabelecimento encontra-se a venda as mercadorias seguintes:

Para Senhoras: lindos chapelinhos de palha e velludo, rendas de seda pretas e tranças, fitas de seda sendo chamalote e setim, flores artificiais próprias para bailes e casamentos, luvas de pelica, pós d'arroz (...) leques, espartilhos, extratos finíssimos (...) pomadas finíssimas.²⁸⁷

O clima quente e úmido da cidade exigia que as mulheres redobrassem o cuidado com a pele. Pela nota percebemos a intensa afinidade entre o comércio e as novidades impostas pela moda. Assim, para acentuar o conjunto da *beauté* a *Exposição de Paris* importava da França cosméticos e acessórios para acentuar traços e esconder defeitos. Para deixar a pele mais pálida, os pós d'arroz. Aplicados na tez e no colo davam o tom do ideal romântico em plena cidade tropical. Chapelinhos eram essenciais para impedir o bronzeamento da pele.

Para ornar a cabeça e a linda face: pomadas, fitas e, novamente, chapelinhos. O primeiro passo era pentear a vasta cabeleira. Joze da Silva Ferreira Pontes tinha pentes novos e fazia ajustes em "*sua officina de pentieiro na rua Formoza*"²⁸⁸. Antonio Joaquim da Costa & Irmão tinha em sua loja "*um sortimento de pentes de casco com feitios modernos*" e "*pomadas e extratos dos melhores autores*"²⁸⁹.

²⁸⁶ *O Catechista*, n. 98. Manaus, 30 de Jan. de 1864.

²⁸⁷ *Commercio do Amazonas*. Manaus, 27 de Abril de 1872, n°208.

²⁸⁸ *O Catechista*. Manaus, 14 de Nov. de 1863, n°87.

²⁸⁹ *O Catechista*. Manaus, 21 de Jan. de 1865, n°149.

Pomadas para cabelos já estavam às mãos das amazonenses a fim de sustentar e lustrar metros de fios entortados e enrolados ao alto da cabeça. Fitas e lenços fechavam em laços os complexos penteados. Chapelinhos completavam o visual superior: protegiam os penteados do sol e do vento ademais de serem símbolo de prestígio. “*Coks enfeitados e singelos, o chiquismo dos chapelinhos*” faziam parte dos produtos vendidos pelos barateiros Antonio Joaquim da Costa & Irmão.²⁹⁰ As flores podiam ser usadas para arrematar penteados ou destacar a alvura do colo.

Colos, mãos e pés brancos, lisos e bem cuidados eram símbolo de estirpe. Os romances de época são ilustrativos emanando o fascínio e sedução desses pormenores do corpo feminino. A delicadeza das mãos deviam ser conservadas e escondidas sob as luvas. Despir as mãos bem cuidadas era um charme, um deleite visual. Antonio Bitancourt vendia em sua casa “*Luvas de seda para Senhoras a 1:000 réis o par*”²⁹¹.

Para proteger o colo a loja de Leonardo Marques tinha sempre “*um rico sortimento de chalés de seda, de todos os tamanhos para Senhoras, um bom sortimento de luvas de seda para Senhora.*”²⁹² E para adornar lindos pés os barateiros Antonio Joaquim da Costa & Irmão tinham “*botinas enfeitadas de cano alto para senhora, ditas inglezas de polimento*”.²⁹³ Joaquim Joze da Silva Pingarilho, comerciante e agitador cultural da cidade tinha “*para vender muito boas botinas francezas a 10\$000 e a 12\$000 o par, bem como broseguins*²⁹⁴ a 8\$000 cada par.”²⁹⁵

O calor excessivo, do ambiente e de tantas roupas, fazia com que as mulheres agitassem sem parar seus leques. Item símbolo da elegância e *status*. Este objeto, ademais de sua função refrescante, era um forte aliado na comunicação entre amantes.²⁹⁶ Leques “*de sândalo e osso*” faziam-se fundamental e eram encontrados nas lojas da cidade.

²⁹⁰ *Jornal do Commercio*. Manaus, 1 de Jul. de 1870, n°259.

²⁹¹ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 10 de Jan. de 1855, n°109.

²⁹² *Estrella do Amazonas*. Manaus, 10 de Jan. de 1855, n°109.

²⁹³ *Jornal do Commercio*. Manaus, 1 de Jul. de 1870, n°259.

²⁹⁴ Borzeguim é um tipo de bota com cano aberto. Havia modelos masculinos e femininos.

²⁹⁵ *Commercio do Amazonas*. Manaus, 21 de Jul. de 1870, n°276.

²⁹⁶ ASSIS, Machado de. Crônica sobre A Honra de uma Família. O Espelho – Revista de Litteratura, modas, industria e artes. Rio de Janeiro, 25 de Setembro de 1859, n°04, página 8; CHRISTO, Maraluz Castro Vieira. *Memórias de um leque*. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/memorias-de-um-leque>. Acessado em 01 de janeiro de 2014.

Deste tópico ligado às mulheres da elite também podemos depreender a ideia de consumismo. A tendência ao consumo, especialmente ligado às mulheres, foi um hábito historicamente construído. Em seu aspecto mais amplo, o contexto em que se insere nossa pesquisa foi o momento no qual a indústria publicitária identificou a mulher como uma potencial consumidora. Por sua vez, os anúncios também explicitavam as distinções sexuais. Como é o caso do anúncio da Loja de Secos & Molhados: “vende coisas para mulheres: pentes lenços de seda, tecidos e enfeites”²⁹⁷. A maior parte dos produtos anunciados era de uso exclusivo das mulheres, salientando as divisões sexuais, além de reforçar os estereótipos de feminilidade associados à fragilidade, à decência, à costura e ao lar.

Vai e vem: mulheres populares em Manaus

Ruas sem pavimentação, água escura escorrendo pelos igarapés, ao som dos pássaros misturavam-se vozes e risos, que conversavam ora em português ora em língua geral. Vez por outra se ouvia o apito do guarda civil e sua discussão com alguma mulher que lavava roupa em local impróprio. À Rua Brasileira uma escrava, tendo um pedaço de chita amarrado a cabeça, varria a terra que insistentemente depositava-se na frente da loja. Dona de largos cabelos escuros, ajustados em trança, uma índia apressadamente dobrou a esquina. Precisava ir à venda de Domingos Souto buscar doce de pêssego.²⁹⁸ Era a sobremesa predileta de seu patrão.

O espaço urbano é construído não só pelo conjunto arquitetônico da cidade, mas também na relação entabulada entre este e seus habitantes, em especial das mulheres. Devido ao seu constante ir e vir, as mulheres populares percebiam e vivenciavam o ambiente, bem como as transformações urbanas de modo distinto daquelas que pertenciam à casta da elite.

A rua, para elas representavam um espaço de autonomia, da liberdade momentânea de seus patrões. Era um espaço de sociabilidade com os seus e também, para o exercício do amor. Era o local onde seus filhos brincavam e por

²⁹⁷ *O Catechista*, n. 82. Manaus, 10 de Out. de 1863.

²⁹⁸ *Commercio do Amazonas*. Manaus, 1 de Jul. de 1870, nº259.

onde transitavam todo domingo para ir à missa. É neste espaço simplório e carregado já de simbologias urbanas e índias que vamos ao encontro das mulheres do povo.

A tez da mulher popular ia dos tons claros do cobre ao azeviche. Sua pele não era nutrida por pomadas, essências ou leites hidratantes. Recebiam sem filtros a luminosidade do astro rei. A umidade de seus rostos não era oriunda somente do calor, e sim da resposta que o corpo dava ao trabalho físico. Em oposição às suas congêneres da elite, as acobreadas secavam sua tez ao sabor do vento ou na barra da saia.

Indígenas, mestiças e negras. Eram elas as mulheres populares da cidade. Também eram, de acordo com o Censo Imperial de 1872, a maioria eminente da população. As brancas representavam 870, e as caboclas (ou índias) somavam 5.545 da população geral da província.²⁹⁹

Oriundas de estruturas familiares soltas, ou não convencionais, o casamento não era uma constante na vida dessas mulheres. Cabe ressaltar que este rito foi introduzido em decorrência do processo colonizador e do projeto modernizador do império na região.³⁰⁰ Jovens índias, mestiças e solteiras carregavam na lida diária, crianças sem pais. Era “*filha da fortuna*”, conforme escreveu Elizabeth Agassiz. Vejamos seu raciocínio:

É habitual que as mulheres índias de sangue mestiço falem a cada instante de seus filhos sem pai; isso num tom sem queixa nem tristeza, e, pelo menos na aparência, sem qualquer consciência de vergonha e de culpa, como se o marido estivesse morto ou ausente. Eis um fato de mais triste significação por denotar a mais absoluta deserção do dever. Mas seria de estranhar que fosse coisa extraordinária: o contrário é que seria uma exceção entre a massa do povo. Quase nunca as crianças sabem coisa alguma sobre seus pais. Conhecem a mãe porque sobre elas recaem os cuidados e toda a responsabilidade, mas ignoram quem sejam seu pai, e, realmente não creio que à mulher ocorra a ideia de que ela e seus filhos tenham qualquer direito sobre tal homem.³⁰¹

²⁹⁹ Censo Demográfico do Império do Brasil de 1879. Disponível em:

<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html;jsessionid=d203e38bfd98a39c60500133cbfe>. Acessado em 02 de janeiro de 2014.

³⁰⁰ Para as outras áreas do Império o casamento, e suas condições, também não estavam ao alcance de uma dada população de mulheres pobres. LEITE, Miriam Moreira; MASSAINI, Márcia Ignez Representações do Amor e da Família in D’Incao, Maria Angela (org.). *Amor e Família no Brasil*, p. 79.

³⁰¹ AGASSIZ; AGASSIZ. Op. cit., p. 165-166.

Desta incisiva observação de Agassiz podemos tecer alguns comentários a cerca das relações amorosas das mulheres indígenas e o quanto esta se distanciava do protocolo previsto pela moral elitista. Este último que, por sinal, se mostra embutido na escritura da norte-americana. Enquanto que, para a lógica patriarcal, uma mãe solteira era sinônimo de escândalo, entre as índias e mestiças a situação demonstrava-se com naturalidade. Essas práticas tornaram-se comuns a época.

Isso se deve, em parte, ao fato de as mulheres índias serem portadoras de um entendimento mais liberado acerca de sua sexualidade, bem como do exercício dela. Tal pensamento ia de encontro às regras do recato tão propalada pela moral cristã. Assim, em suas relações amorosas, as indígenas não se preocupavam em demasia com o arcabouço que velava a moral daqueles que partilhavam da mesma opinião de Elizabeth Agassiz.

Essas ligações breves fossem com homens índios ou negros, fossem com brancos davam-se às escondidas. Com este último, em especial, salientamos a sedução gerada pelo corpo feminino de cor.³⁰² As índias, de modo geral, com suas formas delicadas, cabelos lisos e macios cheirando a flor, atraíram o olhar e o desejo masculino. Este desejo fugaz contribuiu fortemente para um excedente da população mestiça.³⁰³

As vestimentas também caracterizavam as mulheres do povo. Mestiças, índias e negras faziam uso de vestidos soltos que deixavam livre do espartilho seus corpos, ademais de estarem em consonância com o clima da região. Às elas cabia uma vestimenta mais colorida, não usavam chapéus, levavam cabelos soltos e adornados com flores, muitas delas naturais. A maioria caminhava a pé pelas ruas de chão batido. Umhas poucas levavam sapatos ou sandálias baratas, sem enfeites, com a única finalidade de proteger os pés do chão quente.

³⁰² PRIORE, Mary Del. Op. Cit., p. 77.

³⁰³ Maria Odila traça um quadro semelhante para a São Paulo colonial, contudo, ali grande parte da população era de negras e brancas empobrecidas. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 2001, p. 32.

Ilustração 3: Mestiças em Manaus



Fonte: HAAG, Carlos. *As fotos secretas do professor Agassiz*. Disponível em:
<http://revistapesquisa.fapesp.br/2010/09/04/as-fotos-secretas-do-professor-agassiz/>
Acessado em 02 de janeiro de 2014.

Um trecho do aviso de busca da escrava Joaquina dá-nos uma noção dos modos de se vestir das mulheres negras e índias em Manaus.

Pelas 8 horas da noite do dia 21 do corrente mez, fugio a preta crioula de nome Joaquina, escrava de Antonio Jose Lopes Braga, morador nesta Capital, cuja escrava tem signaes seguintes: altura regular, gorda e bem parecida, e é muito falladeira, tem 18 annos de idade e sahio com vestido de chita roxa, e camisa de riscadinho cor de rosa.³⁰⁴

Chitas, riscadinhos, algodão e morim eram tecidos baratos e de malha fresca. Portanto, mais acessíveis àquelas que possuíam poucos recursos.³⁰⁵ Talhada de modo simples e com cores fortes a vestimenta de Joaquina contrastava com sua carne mulata.

Os tecidos que cobriam seu corpo pareciam ter saído da loja de Antonio Joaquim da Costa & Irmão que comercializava “*chitas inglezas de novos gostos a 280, 320, 360 e 400 rs. o côvado, ditas roxas largas a 500rs. (...) riscadinho largos de diferentes gostos a 500 reis o côvado*”.³⁰⁶ Outro comerciante conhecido como *O*

³⁰⁴ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 27 de Out. de 1855, nº128, página 5.

³⁰⁵ GARCIA, Carol. Op. cit., p. 60.

³⁰⁶ *Jornal do Commercio*. Manaus, 1 de Jul. de 1870, nº259.

Sardinha anunciou que vendia “*chitas largas a 400 reis, ditas estreitas a 280 e 320 reis*” e “*murim de 40 jardas a 17\$ a pessa*” recém-chegadas da Europa.³⁰⁷

Os viajantes que passaram pela cidade também registraram os trajés, as modas e os desejos das mulheres. Elizabeth Agassiz, ao participar da entrega de presentes em uma comunidade “de índios civilizados” próxima da capital, acentua que foram entregues “*para as mulheres, adornos de europeu pelos quais se mostram doidas, vestidos de algodãozinho, colares (...) espelhos*”³⁰⁸. O médico Avé-Lallemant observou que “*as mulheres (...) de cor, índias e mestiças ou mamelucas*” levavam “*vestidos claros, domingueiros, de tecidos leves quase transparentes (...) a quem, no corte de bom gosto dos trajés, certamente nenhuma costureira francesa ajudara.*”³⁰⁹

Ilustração 4: Mestiça em Manaus



Fonte: HAAG, Carlos. *As fotos secretas do professor Agassiz*. Disponível em:
<http://revistapesquisa.fapesp.br/2010/09/04/as-fotos-secretas-do-professor-agassiz/>
Acessado em 02 de janeiro de 2014.

³⁰⁷ *Jornal do Commercio*. Manaus, 27 de Dez. de 1870, n°110.

³⁰⁸ AGASSIZ; AGASSIZ. Op. cit., p. 192.

³⁰⁹ AVÉ-LALLEMANT. Op. cit., p. 119.

De acordo com os dados apresentados, é possível conjecturar que os artigos dispostos nas publicidades influenciaram, em menor ou maior escala, os gostos femininos. Igualmente visível é que, estes gostos, também pressupunham uma distinção entre as mulheres populares e as da elite. Não que o encanto pelas coisas seja distinto, mas o fato de ter condições para possuir e ostentar modos de ser e viver plasmava este contraste.

Mesmo vivendo em uma sociedade que segregava os espaços através da autoridade, as mulheres populares eram donas de uma liberdade sem igual. Pelas ruas de terra, o espaço aberto era inerente ao seu cotidiano. Vívida transeunte, a mulher do povo estava por todo canto. Constantemente era acossada pelas autoridades que buscavam ordenar o espaço urbano. Isto se dava a todos os populares, em especial por se tratar de pessoas que ainda viviam com intensidade o modo de indígena. Estes, por seu estilo de vida menos afeito a normas, perturbavam o desejo da ordem pautada nas normas de condutas.

A 1875, o *Jornal do Amazonas* publicou o Código de Postura do município de Manaus. Tinha por objetivo divulgar e popularizar entre os moradores as condutas da convivência em sociedade. A essa altura, o Código ainda não prescrevia sobre a moralidade no espaço citadino. Sua escritura voltava-se, mais exclusivamente, para a legislação da ordem urbana, a melhoria da qualidade de vida dos que nela habitavam (sejam eles cidadãos ou não) e as demandas geradas pelas organizações comerciais e políticas. Suas ações são, nestes termos, decisivas, para a desejada harmonia do local.³¹⁰

Ressaltamos, porém, que do ponto de vista da população autóctone e para os demais populares essas normas tolhiam seu contato e usufruto com o espaço natural. Para os populares a falta de espaços para livre circulação e de condições materiais e financeiras eram empecilhos para adequarem-se as novas regras.

Contudo, homens e mulheres populares, embora também afetados por este novo estilo de vida, resistiam à imposição desta nova cultura. Essa insistência, ainda que abreviada pelas páginas da imprensa, foi nela apresentada como denúncia, foco amoral e protagonizada por mulheres, como podemos depreender pela nota abaixo:

³¹⁰ *Jornal do Amazonas*. Manaus 25 de Jul. de 1875, n°19.

Imoralidades. – Chamamos a atenção da policia para a falta de moralidade que há nas pontes, que tornão-se intransitáveis, logo que começa a escurecer pela libertinagem com que alli se portão os que se querem comparar aos selvagens ou brutos, não guardando honestidade aos seus actos de concupiscência.
Julgamos estar n'uma capital aonde toda moralidade é pouca.³¹¹

A nota deixa claro que casais se encontravam pelas pontes, isto é, em locais públicos da cidade. Ali se tocavam de modo proibitivo aos cânones da boa conduta. Os valores burgueses, que aos poucos iam se acomodando à sociedade brasileira e a manauara, estabeleceu e delimitou espaços para as práticas sociais, em especial aquelas ligadas à intimidade.

Era necessário controlar com rigidez os corpos. Ações e necessidades físicas como arrotar, tomar banho, pentear os cabelos, vestir-se, contatos íntimos e sexuais, tinham que ser realizadas na privacidade do lar.³¹² Se realizadas à rua, em lugares abertos, nas pontes e igarapés tornavam-se escandalosas. Andar em trajés mais leves ou com pouca roupa, que era uma característica da população local, eram taxadas como “selvagens”. E, mesmo no reduto da casa, ao mostrar-se à janela ou à porta da rua, homens e mulheres deviam estar “decentemente” trajados.

Em certo pombeiro desta cidade em que vivem dois interessantes cazais de Antonios e de Margaridas, um delles comette constantemente a immoralidade de se por nu na janela da cintura para cima, offendendo por este modo o decoro e honestidade das famílias que morão na visinhança as quaes não querendo presenciar esta vista repugnante e indecente, se veem obrigadas a sahirem das janellas e de recolherem-se para o interior de sua caza nas horas de recreio.

Roga-se por tanto a esses homunculus que se abstenham de dar ao publico este espetáculo, por que do contrario recorerrão os offendidos a policia para os obrigar a respeitar os seos vizinhos e aguardar as conveniências devidas ao publico, em um paiz civilizado.

Manaus, 16 de Fevereiro de 1865.

O Justo.³¹³

A nota denunciava casais que “indevidamente” se punham a janela, dando a entender que as mulheres também eram coniventes com tais práticas “indecentes”. Ao largo deste trabalho temos comentado acerca do discurso moralizador que recaía sobre a mulher, enquanto guardiã da moral e dos bons costumes. Desta nota,

³¹¹ *Correio de Manaus*. Manaus 14 de set. de 1869, n°3.

³¹² CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. In. PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, vol. 4: p. 417.

³¹³ *O Catechista*. Manaus, 18 de Fev. de 1865, n°153.

depreendemos ainda como as problemáticas sociais próprias de uma mentalidade urbana já se faziam presentes na pequenina Manaus.

É ainda a essa época que o uso da água passou a ser disciplinado. De igual modo, tal disciplina urbana se interpôs entre as mulheres e as águas. Para as populações indígenas a água é um manancial de vida. Trata-se de uma relação espiritual e divina. Não à toa os povos amazônicos ficaram conhecidos como “povos das águas”.³¹⁴

Na região onde está o maior manancial de água potável do mundo está também Manaus. Era comum, pela cidade, ver mulheres e crianças banhando-se pelos igarapés e furos d’água. Ou ainda, mulheres guiando com maestria sua piroga carregada de frutas ou demais produtos extraídos da floresta. Assim como aquelas que pacientemente, sentadas à sombra de uma árvore com os pés enfiados na água, lavavam suas roupas.

É interessante pensar nas tramas que nos levaram até a relação que costura as mulheres, a história, a água e a cidade. E, principalmente, como todas elas nos permitem ver como a sociabilidade das mulheres populares de Manaus foi revertida em uma vivência urbana segmentada.

O território natural da cidade foi, aos poucos, sendo abatido e/ou tinha de dividir espaço com as engenharias da vida moderna. De modo que os detritos resultantes do processo urbano eram descartados nos mananciais aquáticos.³¹⁵ Ato considerado como infração, segundo o Código de Postura de 1875:

Art. 14 (...) §Único. Nos leitos dos riachos e igarapés dentro dos limites da cidade e seus subúrbios, ninguém poderá revolver lama, deitar lixo, pedras, vidros, ou outra qualquer matéria que possa alterar a passagem e pureza das águas ou causar dano ao publico. O infractor será multado em trinta mil réis ou oito dias de prisão.³¹⁶

³¹⁴ Tomamos emprestada a expressão que dá nome ao livro de fotografias de MARTINELLI, Pedro. *Amazônia, o Povo das Águas*. São Paulo: Terra Virgem, 2000. E ainda bastante utilizada pelos antropólogos paraenses: Fourtado, Lourdes Gonçalves; Leitão, Wilma; Mello, Alex Fiúza de. *Povos das águas: realidade perspectivas na Amazônia*. Belém: MCT/CNPq/Museu Goeldi, 1993; Schaan, Denise Pahl; Silva, Wagner Fernando da. *O povo das águas e sua expansão territorial: uma abordagem regional de sociedades pré-coloniais na ilha de Marajó*. Revista Arqueologia, 2004, n°17, pp. 13-32.

³¹⁵ Sobre o tema da história social da água, é interessante ler o trabalho de SANT’ANA, Denise Bermuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo*. São Paulo: Senac/SP, 2007.

³¹⁶ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 25 de Julho de 1875, n°19.

As águas e seus usos foram sendo ajustadas aos novos padrões citadinos e hábitos antigos, como os banhos de igarapés, tornavam-se práticas proscritas. Em 1869, o *Jornal Correio de Manaus* denunciava que “na ponte juncto ao Correio pela manhã e já dia, em banho, grande numero de mancebos reunidos a outro de mulheres practicão actos de immoralidades que merecem ser reprimidos.”³¹⁷

**Ilustração 5:
Igarapé do Espírito Santo.**



Fonte: *Álbum do Amazonas: Manaus - 1901/1902.*
Acervo: Centro Cultural Povos da Amazônia.

Mesmo com os meios forjados para burocratizar as águas dos igarapés e das margens dos rios, estas continuaram a servir de espaço de lazer e de trabalho para as mulheres, como veremos no tópico a seguir.

2.3 As Mulheres e o Trabalho: Profissões Femininas.

Neste tópico falaremos do trabalho humano, em especial, o feminino. Ainda que tenha sido por muito tempo invisível, elas sempre estavam ali, dando conta das necessidades mais essenciais à vida. Nestas linhas que se seguem, todo o corpo feminino se enlaçava misticamente ao labor. Eram braços fortes que aravam a terra ou ensaboavam trouxas de roupas. Ou aqueles delicados e macios que, ora aninhavam uma pequena criança, ora davam fino acabamento no barro ainda cru. Cabeças que se iluminavam ao passar conhecimentos básicos, tanto do português,

³¹⁷ *Correio de Manaus*. Manaus, 14 de set. de 1869, n°3.

ou do bordado, como da vida, para aqueles e aquelas que estavam ao princípio da vida.

Solteira, casada ou viúva elas sempre trabalharam. Estando na primeira condição, a mulher devia trabalhar para sustentar-se ou juntar-se ao auxílio da família, em se tratando de uma abastada.³¹⁸ Sendo casada ou viúva, a mulher devia assumir as responsabilidades internas da casa e dos filhos. Muitas delas sós e pobres, ademais da carga doméstica, recaíam-lhe o trabalho remunerado para o custeio de sua sobrevivência. Em uma época na qual pouco se valorizava o trabalho feminino elas, pertinentemente, deixaram suas marcas. Vamos segui-las.

Cuidado do lar e da família

De fato as mulheres tinham um grande domínio dentro da casa representado, em especial, pelo cuidado do lar e da família. Posto que o serviço doméstico sempre foi essencial à vida em sociedade. Este, de modo geral, era aprendido ali mesmo, na geografia do lar. Cristina Wolff nos lembra que “a categoria ‘trabalho doméstico’ tem escondido, ao longo da história, muitas formas diferentes de trabalho”³¹⁹. Com efeito, desde a tenra infância as meninas eram introduzidas e serviam de auxiliar nas tarefas domésticas e no trato com as crianças menores. Assim, a atividade doméstica “*é um trabalho físico, que depende do corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado.*”³²⁰

Para a elite, a dona-de-casa representava o horizonte desejável tanto para mulheres, quanto para os homens. A organização da casa, os objetos decorativos, a qualidade da mobília e das louças, o esmero na educação dos filhos, eram sinais de uma boa administração doméstica feminina e de uma família bem estruturada.

Em vista das restritas opções de sociabilidade para as mulheres dessa categoria, o lar foi para muitas delas seu único ambiente. Como consequência, elas se voltam para ele, adquirindo assim uma nova característica, historicamente

³¹⁸ HUFTON, Olwen. Mulheres, trabalho e família in DAVIS, Natalie Z., FARGE, Arlette (orgs.). *História das Mulheres no Ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 27.

³¹⁹ WOLFF, Cristina Sheibe. *Mulheres da Floresta*. Op. cit., p. 79.

³²⁰ PERROT, Michelle. Op. Cit., p. 115.

construída, que consistia na atenção, no zelo e na preservação do interior da casa. Elas eram as verdadeiras “guardiãs do lar”³²¹.

Pertencendo a elite, a mulher tinha sua atenção dilatada para uma maior quantidade de objetos. Elementos estes que influenciavam diretamente na afirmação da imagem simbólica da família. Os modos de ser e de viver são, portanto, condições essenciais para a manutenção de um status social. Uma casa de elite devia refletir este ideal. No entanto, as esposas e mães deviam atentar-se à ornamentação da casa com móveis e “*papel para forro de salas*”, objetos de decoração, louças de “*porcelana dourada para chá*”,³²² cuidar da vestimenta de toda a família e agenciar as atividades das criadas.

Nestas casas a faina doméstica estava por conta das escravas.³²³ É ainda possível conjecturar dois pontos. Um na qual a dona de casa tomava de conta de tudo sem o auxílio de serviçais ou criados. Ou ainda aquelas que tinham sob a sua guarda alguma índia ou mestiça trazida do interior que servia nos afazeres da casa em troca de comida, dormida, etc..³²⁴ Contudo, nossos dados apontam, para o período que antecede a abolição, a presença de escravas para a lida doméstica, pois muitas foram anunciadas.

Vende-se com condição de sahir para fora desta Província uma escrava crioula de idade de 18 annos, sadia, sem vicio, sabendo lavar, engomar cosinhar e fazer doces, própria para servir em alguma casa de família. Quem pretender dirija se a esta Typographia que saberá com quem deve tratar. Manaus 10 de Março de 1858.³²⁵

As negras escravas ou libertas eram muito solicitadas para o exercício dos trabalhos domésticos, em especial para as regiões onde sua presença era marcante,

³²¹ A ideia da mulher como “guardiã do lar” e da família é bastante antiga. Embora em um contexto histórico bastante diverso, esse pensamento é visível em uma breve fala da personagem Cleonice, na obra *Lisístrata a greve do sexo*, datada da Grécia Antiga. “Você sabe como é difícil para as donas-de-casa se livrarem dos compromissos domésticos. Uma tem que ir ao mercado, outra leva o filho à academia, uma terceira luta com a escrava preguiçosa que às 6 da manhã ainda não levantou. Sem falar no tempo que se perde limpando o traseiro irresponsável das crianças”. ARISTOFANES, *Lisístrata a greve do sexo*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2005, p. 10.

³²² Muitos objetos domésticos, de decoração ou não, podiam ser encontrados no comércio local como, por exemplo, na loja de Leonardo Ferreira. *Estrella do Amazonas*, n. 109, Manaus 10 de Jan. de 1855.

³²³ Com a abolição da escravatura e o boom da goma, esse quadro se reconfigurou na virada do séc. XIX para o XX. Os contingentes de mulheres pobres e estrangeiras iriam dominar os serviços ditos domésticos. Como observa CAMPOS. Op. cit., pp. 130-137.

³²⁴ Essa prática ainda é muito comum nos dias de hoje em Manaus, algumas famílias requisitam uma parenta ou conhecida do interior para viver e trabalhar em suas casas.

³²⁵ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 17 de Março de 1858, n°277.

como atesta a brasilianista Sandra Graham.³²⁶ Uma casa de elite exigia esforços e braços, uma vez que seu espaço devia estar à altura do prestígio de sua família. A casa e prestígio familiar estavam a cargo da dona-de-casa, essa figura doce e responsável delineada pelos ideais vitorianos e pelos tratados que visavam a boa educação e os bons costumes,³²⁷ “pois , em geral, é as mulheres que cabe o ordenamento da vida privada, bem como a expressão efusiva dos sentimentos.”³²⁸

Os homens, chefes de família, também tomavam algumas providencias no âmbito da domesticidade. Um desses, anônimo, se dirigiu à oficina do Jornal O Catechista, sob o tórrido calor de setembro no ano de 1863, em busca de suprir a necessidade de sua família. Munido de recursos, mandou publicar as seguintes linhas. “*Quem tiver uma escrava abilitada para o serviço de uma casa e queira alugar nesta thypographia se drira’ quem pretende.*”³²⁹

A casa da elite manauara, construída com “ladrilhos de tijolos”,³³⁰ tinha cômodos largos e estavam repletos de móveis, bibelôs, porcelana de luxo e vasos com flores que exigiam um cuidado apurado e minucioso.³³¹ As escravas passavam horas limpando louças finas e importadas. O escritório, cômodo masculino por excelência, tinha uma mesa repleta de papéis, tinteiros, documentos e jornais. Muitas vezes era coibida a entrada de mulheres e crianças. As patroas vigiavam a limpeza. As camas de ferro com seu pesado colchão tinham que ser arrumadas todos os dias. As escravas tinham que organizar tudo o que era necessário para o banho de seus patrões: providenciar a água, encher a banheira³³², dispor toalhas limpas.

Ademais de todo esse trabalho, tinham que preparar as refeições, doces para as sobremesas, fazer as compras dos víveres. Importante frisar que essas criadas estavam sob constante vigilância de suas patroas e, com todas essas

³²⁶ GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

³²⁷ PERROT. Op. Cit. p. 115.

³²⁸ MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida burguesa. PERROT, Michelle (org.). *História da vida privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, vol. 4, p. 176.

³²⁹ *O Catechista*, n. 81. Manaus 3 de out. de 1863.

³³⁰ Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz. *Op. cit.*, p. 125.

³³¹ ALGRANTI, Leila Mezan. Família e Vida Doméstica in SOUZA, Laura de Mello e. *História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa* São Paulo: Companhia das Letras, 2001, vol. 1. p. 101-102.

³³² “Vende-se uma banheira: a tratar nesta Typographia.” *Estrella do Amazonas*. Manaus 5 de Mar. de 1855, nº113.

obrigações, muitas sofriam perseguições e maus tratos. Assim procedeu o Sr. Henrique Barboza d'Amorim que, insatisfeito com a insolência de sua escrava Laura, mandou-a para correção.³³³

Dependendo do tamanho da casa e da família, uma só escrava dava conta dos afazeres. *“Precisa-se de huma Mulher escrava ou forra, para o diário de uma casa de pouca família: quem estiver nesta circunstancia dirija-se a taberna na travessa da olaria para tractar do ajuste”*³³⁴.

Cada vez mais famílias iam se estabelecendo na cidade. Oriundas do interior ou de outras capitais, motivadas pelos atrativos e comodidades que a cidade começava a oferecer. Foram os casos das famílias do alferes Felinto Elyσιο de Queiroz Coutinho³³⁵ e do Dr. Policarpo Lopes de Leão³³⁶ que veio do Pará para assumir o cargo de chefe de polícia da província. Quem não trouxesse a sua escrava e precisasse de uma era só dar uma olhadela no jornal. Ou então, noticiar sua necessidade. Assim, tornava-se cada vez mais comuns anúncios que diziam: *“Aluga-se uma escrava própria para o serviço de uma casa de família; quem precisar dirija-se a esta typographia que se lhe dirá quem deve tractar.”*³³⁷

A pequena elite tomava todas as precauções para que a população branca não diminuísse nas gerações porvir. Uma delas foi a procriação. Ao visitar a casa do Major Sr. Tapajós, em Manaus em 1859, Robert Avé-Lallemant descortina o cotidiano materno desta classe. Assim ficamos a saber que, mesmo sendo uma característica da época, as mulheres brancas tinham muitos filhos: *“têm cada ano um filho (...) na maioria, casam muito moças, esse processo de dar a vida, vai até dúzias de rebentos.”* Assim, as casas dessa classe estavam cheia de crianças e sua imagem *“oferecia um quadro de família perfeitamente europeu.”*³³⁸

A mãe branca dava preferência a educação doméstica, em especial para as meninas, a fim de preservar a mentalidade privada própria a sua classe. Por isso, recebia professores e/ou preceptoras contratadas na sala de estar ou no escritório.

³³³ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 17 de Jan. de 1876, n°70.

³³⁴ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 27 de Out. de 1858, n°330.

³³⁵ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 25 de Fev. de 1854, n°80.

³³⁶ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 14 de Dez. de 1854, n°108.

³³⁷ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 17 de Jul. de 1858, n°306.

³³⁸ AVÉ-LALLEMANT, op. cit., p. 104.

Algumas dessas profissionais recebiam suas alunas em casa, fazendo com que esta criança se ausentasse algumas horas do dia do seu lar.³³⁹

Entre os afazeres domésticos e a vigilância sobre a criada a senhora observada por Avé-Lallemant cuida de seus filhos menores.

O Sr. Tapajós tinha 4 filhos da primeira mulher; com a segunda, ainda robusta e moça, mais dez. Com essas 14 crianças, a ativa e extraordinária dama tinha um trabalho de que, em cidades com todos os recursos para os cuidados e criação de tantos filhos não se pode fazer ideia. Mãe de boa família branca deseja que as crianças, particularmente as meninas que estão crescendo, andem decentemente vestidas, e o pai cuida sejam devidamente educadas. Aprendem música em casa, e estudam francês e italiano, tudo através de infinitas dificuldades. As meninas mostram-se particularmente gentis. As mais velhas ajudavam as mais moças e procuravam tornar mais fácil a vida de sua mãe, enquanto alguns menores e travessos lutavam contra todas as teorias e planos de educação, e corriam dum lado para outro, de camisinhas ou vestidos curtos, para engendrar mais cômodas e fáceis travessuras. E diante disto a mãe não deve nunca mostrar-se impaciente!³⁴⁰

As informações descritas pelo viajante apontam para uma família que preserva os hábitos de educação e modos franceses já mencionados. A quantidade de crianças em casa, a possível falta de espaço e de atividades para entretê-las, os preparos e as horas das refeições, o momento do banho e da dormida eram, sem sombra de dúvidas, cuidados que, o médico, enquanto homem e pai ausente, talvez “não podia fazer ideia”.³⁴¹ A mulher da elite de Manaus, possuindo escassas redes e locais de sociabilidade afora sua família, não tendo um trabalho que lhe permita sair de seu lar, tinha sua vida completamente preenchida pelos ofícios de esposa, dona de casa e mãe.

Não podemos desconsiderar a possibilidade de a maternidade ter sido, para muitas mulheres, uma plena realização. Observar o crescimento pelos retratos e, se houvesse tempo, anotá-los com minúcias no diário. Dar atenção à educação, como citado por Avé-Lallemant exigiam, em especial das mães, a busca fosse por

³³⁹ D. Thereza Sympson recebia meninas na escola que funcionava em sua residência. *Jornal do Amazonas*. Manaus, 31 de Jul. de 1877, nº 198.

³⁴⁰ AVÉ-LALLEMANT. Op. cit., p.104.

³⁴¹ O médico Robert Avé-Lallemant teve duas filhas na Europa, entretanto, passou a maior parte da sua vida adulta no Brasil.

manuais fossem por livros de histórias que a auxiliassem nesta importante tarefa.³⁴²

O sol já vai ao alto. Hora de levantar, preparar o café da família e seguir com os afazeres. O trabalho espera, seja ele no interior das casas, na roça, no jirau³⁴³ ou no igarapé a lavar uma trouxa de roupas.

Entre as mulheres, mães indígenas e mestiças, seus filhos estão sempre por perto. Quando estas saem, as crianças ficam em casa tomando de conta dos menores, de pequenos serviços ou então, vão para a lida junto com as suas mães. Havia as que iam à escola enquanto outras corriam soltas pela cidade.

As mestiças que viviam em Vilas estavam àquela altura, mais afeitas as tarefas cotidianas próprias do “mundo civilizado”. É o que podemos depreender dos registros feitos por Elizabeth Agassiz acerca da faina de Esperança, uma mulher mestiça que vivia numa vila entre Manaus e Belém.

O nome do índio que nos hospeda é Laudigari (...) e o de sua mulher, Esperança. O homem, como todos os índios das margens do Amazonas, é pescador (...). Nunca se vê um índio trabalhar nos cuidados internos da casa; não carrega água, nem lenha, nem pega mesmo as coisas mais pesadas. Ora como a pesca só se dá em determinadas estações, ele folga a maior parte do tempo. As mulheres, ao contrário, são muito laboriosas, segundo dizem, e por certo as que temos diante dos nossos olhos justificam perfeitamente essa opinião. Esperança está constantemente ocupada, quer em casa, quer fora. Ela rala a mandioca, seca a farinha, comprime o tabaco, cozinha, varre os quartos. As criancinhas são ativas e obedientes: as mais velhas se mostram úteis indo buscar água no lago, lavando mandioca ou cuidando dos menores.³⁴⁴

Cuidar da casa, manter seus cômodos limpos, arrumados e arejados, enrolar as redes ao alto das paredes de madeira. Varrer e capinar o terreno em volta, preparar a alimentação, tratar das crianças, eram etapas do dia a dia de muitas mulheres da região.

³⁴² MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império in PRIORE, Mary Del. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 147-148.

³⁴³ Espécie de mesa alta construída com madeiras ou ripas para a realização dos mais diversos afazeres domésticos como a lavagem de louças e roupas, trato e secagem de peixes e demais alimentos.

³⁴⁴ AGASSIZ;AGASSIZ. Op. cit, p.120.

Em Manaus deve ter existido muitas mulheres tão atarefadas quanto Esperança e Miquelina, outra mestiça que segundo as observações de Agassiz tinha um marido “folgado”.

O homem se chama Pedro Manuel e sua companheira Miquelina; o marido é um folgado de porte elegante, cuja ocupação principal é tomar atitudes pitorescas contemplando a mulher, aliás bem bonita, que vai e vem pela casa, muito atarefada em ralar a mandioca, em exprimer-lhe o suco e peneira-la, sem abandonar, todavia, um instante sequer o filhinho, enganchado em seus quadris; esta é a maneira habitual de carregarem as índias os seus filhos.³⁴⁵

Os viajantes são quase todos unânimes em afirmar que entre os índios e mestiços a mulher era a que mais trabalhava. Seu dia estava repleto de afazeres: carregando lenha e pesados cestos de frutas, buscando água, entre outras tantas coisas a fazer. As crianças eram grandes assistentes.

A mulher e a terra: plantação, colheita e cerâmica

As mulheres sempre tiveram uma profunda relação com a terra. Por sua função reprodutora tem sua imagem atrelada ao chão, ao lugar de onde nascem e brotam a vida.³⁴⁶ Ao lado dos homens, elas estavam sempre presentes no cultivo da terra. Seu ritmo, pautado por jornadas silenciosas, vergadas sobre a terra onde semeavam o alimento.

No grande sertão amazônico não foi diferente. As populações nativas, assim como as ocidentais, demonstravam que a divisão sexual atingia também o seio destas sociedades. Nestas as mulheres tiveram um papel primordial nas esferas do trabalho e da economia doméstica. Ademais das atribuições na criação dos filhos, atuavam na lavoura e no processo artesanal, aqui de modo particular daremos destaque às peças em cerâmicas.³⁴⁷

³⁴⁵ AGASSIZ; AGASSIZ. Op. cit, p.121.

³⁴⁶ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: mulheres, operários e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 188.

³⁴⁷ AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. *Dicionário topográfico, histórico, descritivo do Alto Amazonas*. Manaus: Grafima, 1984; LÉVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido*. São Paulo: Brasiliense, 1991; TORRES, Iraildes Caldas. A visibilidade do trabalho das mulheres ticunas da Amazônia. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, nº15, v.2, maio-ago, 2007, pp. 469-475.

No campo, a elas cabiam a plantação da pequena horta, a adubação da terra e a colheita de frutos e raízes que formavam a base da alimentação familiar. O trabalho feminino no interior das matas foi registrado pelos viajantes.

Observando famílias de índios e mestiços nos arredores de Tefé, o naturalista inglês Henry Walter Bates escreveu, em 1858, que “*as mulheres cuidam de pequenas plantações de mandioca*”³⁴⁸. Fato semelhante chamou a atenção de Alfred Russel Wallace, quando visitava sítios nos arredores de Manaus, em 1849: “*As mulheres vão arrancar as raízes da mandioca ou de inhame, quando não têm plantações ou colheitas a fazer*”³⁴⁹.

Também em Tefé, em 1865, Elizabeth Agassiz notou que, enquanto realizavam a coleta, as mulheres não descuidavam de seus pequenos, que iam amarrados nas costas. Carregavam ainda um cesto de jamaxi, que servia para levar a carga de mandioca dentre outras.

As mulheres levam às costas essas cestas fundas, muito semelhantes às alcofas dos suíços, presas a cabeça por uma trança de palha, ao mesmo tempo que carregam os filhinhos enganchados nos quadris, para que possam ter as mãos constantemente livres.³⁵⁰

Depois da colheita, as mulheres se encarregavam do beneficiamento desses produtos. Dentre eles ralar e espremer a mandioca para o preparo da farinha, do beiju e de bebidas. Ressaltamos ainda que a responsabilidade pelo cultivo e coleta dos alimentos para subsistência familiar, como os citados, deu-se em especial nas regiões interioranas. Na capital, devido ao novo estilo de vida que se impunha, era comum o cultivo de pequenas roças e hortas no quintal. Estas, sempre atreladas ao cuidado feminino.

Do chão, a mulher indígena também retirava a argila, matéria-prima para a elaboração de seus utensílios do cotidiano. Forjar o barro em cerâmica era uma prática revestida de simbolismo e de liberdade. De modo que é íntimo e secular o entrosamento da mulher com a arte da cerâmica. Mulher feita de barro, mulher símbolo da fertilidade são referências constantes dentro do campo simbólico e da práxis da história da arte.

³⁴⁸ BATES, Op. cit., p.116-117.

³⁴⁹ WALLACE., Op. cit., p. 223.

³⁵⁰ AGASSIZ; AGASSIZ, Op. cit., p.143.

Em Manaus as índias também exerceram essa função, porém, dentro de uma lógica que era alheia a sua. A 1831 havia na cidade uma fábrica de fiar e de louça. Ano em que recebeu a visita de Henry Lister Maw. Este, além de descrever os objetos e seu processo de feitura, notou que nelas predominavam as mulheres.

Em quanto estivemos na Barra passeamos frequentemente de tarde com o Coronel Zany e o Vigário Geral, e fomos algumas vezes ver as fabricas de algodão e louça pertencentes ao Governo; na primeira, não havia outro maquinismo senão as rodas de fiar o algodão, como antigamente praticava em Inglaterra, e os teares eram trabalhados a mão; empregavam geralmente mulheres, que recebiam hum tostão por cada meio carretel de algodão fiado, e o que lhes levava geralmente hum dia, ainda que algumas fiavam um carretel. O fio era ordinário e desigual, e aparentemente inferior ao que fazem em Moyabamba. O comportamento das mulheres não era, segundo diziam, o mais exemplar, a pesar de haver sempre uma sentinela á porta, sobre a qual estavam pintadas as armas imperiais. A fabrica de louça nada tinha de extraordinário, e o barro, ouvimos dizer, era trazido da margem oposta do Rio Negro de que faziam telhas, jarros grandes e alguns outros utensílios caseiros. O barro era trazido e amassado por mulheres.³⁵¹ [grifo nosso]

Da observação de Maw depreendemos o comportamento feminino alheio ao ritmo industrial. As índias não se enquadravam a esse modelo de trabalho compulsório e, em reação, “comportavam-se mal” a ponto de “*haver sempre uma sentinela á porta*”, vigiando-as. A relação das índias com o trabalho estava ligada a uma necessidade vital entre elas e a natureza: “*de quando em quando, têm potes para fabricar*”³⁵². Esta ideia não tinha sentido na mentalidade do industriário.

De modo geral, o indígena sempre se mostrou impositivo a esse sistema. Não à toa, muitas obras nunca foram iniciadas ou então, levavam anos para ser finalizadas como reflexo dessa atitude da população nativa. Tal aspecto legou, a nossa região, uma intensa falta de operários.³⁵³

O fato levou Francisco Antônio Monteiro Tapajóz a aceitar empregar mulheres em sua pequena olaria. Eis seu anúncio:

Francisco Antônio Monteiro Tapajóz então montando seo estabelecimento de Ollaria por machinismo movido a vapor, contrata por tanto pessoas que para este serviço, queirão tratar, homens, mulheres e

³⁵¹ MAW, *Op. cit.*, p. 213.

³⁵² WALLACE, *Op. cit.*, p. 223.

³⁵³ *Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da província do Amazonas pelo Exmo. Sr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha*, presidente da mesma província, na sessão ordinária de 3 de maio de 1862. Pará: Typographia de Frederico Carlos Rhossard, p. 19-20.

peçoas a cima de 10 annos de idade para cima: tambem compra barro de qualidade própria para fazer louça em tal estabelecimento.³⁵⁴

Mesmo tratando especificamente da indústria têxtil e de um período posterior ao nosso é válida a observação de Maria Izilda Matos quando observamos o quadro da mão de obra na região, em especial, em Manaus. Conforme Matos, o baixo grau de complexidade e a falta de operários levaram as primeiras indústrias têxteis que se instalaram no Brasil a dar preferência à mão de obra feminina e infantil, devido ao baixo custo.³⁵⁵ Por outro lado, as mulheres, ao fixar-se mais a casa e a sua rede de solidariedade mútua na criação dos filhos, ou tornaram-se alvo ou enxergaram na indústria a possibilidade de ter uma renda.

Fiandeiras, costureiras e lavadeiras

Nos oitocentos as aptidões para coser e fiar estavam, praticamente, na base da educação feminina de todas as classes. Inclusive nas indígenas, onde mulheres e meninas fiavam e teciam com fibras naturais. Já a ação de lavar estava restrita aquelas pertencentes às camadas populares.

Para nossa sociedade, devido “*a importância do vestuário e da roupa íntima*” a costura tornou-se uma habilidade essencial e, até alguns anos atrás, quase que exclusiva das mulheres. Iniciadas na infância, a técnica da costura legou as mulheres a perícia, a competência para manejar objetos pequenos e minuciosos. Estas competências, assim como outras já mencionadas, levaram as mulheres a dominar o setor têxtil.³⁵⁶

A qualidade e a precisão das costuras das índias da vila de Ega levou Henry Lister Maw a observar, em 1831, que estas “*manufaturam tão bem redes, algumas da quais são inteiramente feitas de fio d’algodão, e outras são feitas parte de palha, e parte d’algodão*”. E acrescenta que costurar “*redes parece terem sido os principais objetos de industria entre os índios.*”³⁵⁷ Anos depois, a presença de índias foi

³⁵⁴ *O Catechista*. Manaus, 19 de Dez. de 1863, n°92.

³⁵⁵ MATTOS, Maria Izilda Santos de. *Trama & Poder. Trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996, p. 70-71.

³⁵⁶ Michelle Perrot. Op. Cit, p. 121.

³⁵⁷ MAW, Op. cit., 240.

marcante na indústria de “*fabricação de tecido de algodão e cordas*” que funcionou durante o ano de 1836 em Manaus.³⁵⁸

No “Paraná-mirim-do-Mucamo”, localidade situada nos arredores de Manaus, o cientista Alfred Russel Wallace observou, em 1849, uma casa índia repleta de mulheres “industriosas”: “*algumas teciam redes numa tosca armação, onde se fixava a urdidura enquanto a lançadeira ia sendo passada com a mão, vagarosamente, ao longo de dois metros de trama; o algodão*”.³⁵⁹

Tempos depois, Wallace hospedou-se na casa do Sr. Brandão no Manaquiri. Este português era viúvo e havia perdido sua esposa num ataque de tribo. Ao pousar sua vista sobre o modo de vida deste senhor e de suas filhas, que eram brancas, relatou o desleixo que o viúvo mantinha com a residência em decorrência de já se encontrar aclimatado aos hábitos da região. Censurou, em especial, o comportamento de uma de suas filhas: “*Era de causar estranheza, outrossim, ver-se uma moça, decentemente trajada, sentar-se numa esteira, no chão, tendo à sua roda meia dúzia de índias, que ficavam fazendo rendas e outros trabalhos de agulha*”³⁶⁰.

A jovem descrita por Wallace cresceu num meio híbrido, entre a cultura dos brancos e a indígena. A sociabilidade entre as raças promovida pelo ato de costurar causou grande “estranheza” ao inglês. Principalmente pelo fato de presenciar uma cena despojada de hierarquia: a jovem branca “*decentemente trajada*” estava sentada “*numa esteira, no chão*” lado a lado, de igual para igual com as indígenas.

³⁵⁸ MESQUITA, Op. Cit., p.28.

³⁵⁹ BATES, Op. cit, p.121.

³⁶⁰ WALLACE, Op. cit, p. 233-234.

**Ilustração 6:
Lavadeiras em Manaus**



Fonte: Álbum do Amazonas: Manaus – 1901/1902.
Acervo: Centro Cultural Povos da Amazônia.

Personagem flagrante da vida citadina eram as lavadeiras. Trajadas de branco, rodeadas pela correria dos filhos pequenos, andavam em passos cadenciados a fim de equilibrar a imensa trouxa que levavam na cabeça.

Guardiãs da higiene, da roupa branca e demais vestimentas, eram figuras essenciais do cotidiano. Eram donas de casa cuidando das roupas de sua família, escravas que quaravam o enxoval de suas patroas. Ou ainda, trabalhadoras livres, como aquela empregada no Educando Artífices,³⁶¹ que dali tirava o sustento de si e de seus filhos.

A lavagem de roupa, ademais de ser um trabalho árduo, representava um momento de sociabilidade para essas mulheres. Enquanto ensaboavam ou esfregavam largos vestidos, as lavadeiras partilhavam suas angústias e felicidades, confidenciavam-se. Aconselhavam as filhas que, juvenzinhas, eram suas auxiliares e companheiras.

Entretanto, as medidas que limitavam o uso dos igarapés de Manaus afetou diretamente o trabalho dessas mulheres. “*Continua o abuso de lavaram-se roupas e*

³⁶¹ *O Catechista*. Manaus, 10 de Out. de 1863, n°82.

*peças no igarapé de Manáos, onde se vai buscar água para ser distribuída para a população para beber-se. – Chamamos a atenção do fiscal da camara*³⁶².

Muito provavelmente as lavadeiras tiveram que burlar as normas públicas para continuarem a exercer suas atividades dentro da cidade. Porém, os Códigos de Posturas de 1872 e 1875 só endureciam a vida dessas trabalhadoras. Ademais de impedirem o uso de alguns igarapés para a lavagem de roupas, proibiam “*assoalhar-se roupa nas janelas, ruas, praças ou armar cordas, varas etc. para estendel-a*”. Aquela que descumprisse a lei recebia uma “*multa de cinco mil réis ou dois dias de prisão e o dobro na reincidência*.”³⁶³

As deliberações que visavam urbanizar e modernizar Manaus desmantelava a vida do pobre, afugentando-o para o arrabaldes da cidade. Para muitas lavadeiras o jeito, e a solução, foram caminhar para os igarapés mais longínquos.

Professoras

A 1855 a esposa do professor Jose Pedro Paraguassú oferecia-se a “*ensinar meninas a Lingua Portuguesa escripta e fallada, Doutrina Christã e costura, mediante a quantia de 2\$000 réis mensais*.”³⁶⁴ O anúncio desta senhora dirigia-se as famílias da elite de Manaus uma vez que era o desejo desta classe instruir suas meninas.

Textos reivindicando a educação para a mulher e o descaso dos governantes com tal projeto eram lugares-comuns na imprensa brasileira desde a primeira metade do século XIX³⁶⁵. Mônica Jinzenji, ao tratar criticamente o periódico *O Mentor das Brasileiras* de São João Del-Rei no período de 1827 a 1835, aponta que a discussão da educação de meninas era extremamente necessária para que estas não dessem maus exemplos a seus familiares e filhos.³⁶⁶ Contudo, foi a partir dos anos setenta daquele século que tal projeto começa a ganhar musculatura.

³⁶² *Correio de Manáos*. Manaus, 28 de Set. de 1869, n°7.

³⁶³ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 25 de Jul. de 1875, n°19.

³⁶⁴ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 5 de Mar. de 1855, n°113.

³⁶⁵ LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula in PRIORI, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 443-444.

³⁶⁶ JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: UFMG, 2010. Ver em especial o capítulo 4 “Gênero e Virtudes”.

Na imprensa imperial, Nísia Floresta destacava-se como uma das primeiras jornalistas a defender a educação feminina. Esta afirmava que “*é uma verdade incontestável que a educação da mulher muita influência teve sobre a moralidade dos povos e que o lugar que ela ocupa entre eles é o barômetro que indica os progressos de sua civilização*”³⁶⁷. Para ela, a chave do desenvolvimento do país estava na educação das mulheres.

Tal concepção começava a tomar corpo, em particular na capital, desde os primeiros anos da província. A ideia de educar a mulher plasmou todo o período imperial amazonense. A essa época o governo provincial estruturava o quadro da instrução pública. Este cenário, porém, já demonstrava a ampliação da instrução feminina com abertura de novas escolas, bem como a contratação de professoras.³⁶⁸

Em 1853 D. Libania Theodora Ferreira, que atuava como professora de primeiras letras do sexo feminino, em Manaus, ganhou um benefício do governo pelo desempenho em sua função e conseguindo manter a frequência de suas pupilas: “*Arbitrando a Libania Theodora Ferreira, na forma do § 4 da lei n. 15 de 18 de novembro de 1853, a gratificação de 100\$000 reis anuaes pelo excesso de alumnas na forma da disposição citada.*”³⁶⁹

A atuação da professora D. Libânia foi elogiada pelo Dr. João Pedro Dias Vieira, então presidente da Câmara Municipal: “*As provas de sufficiencia, que derão as alumnas da Eschola publica de primeiras letras d’esta Capital (...) agradarão-me bastante, e devo, por isso fazer aqui menção honrosa da respectiva Professôra.*”³⁷⁰

Ao largo dos anos, ao contrário do que já ocorria em outras províncias, a imprensa amazonense passou a reforçar e a defender a educação feminina. A 1869 o Correio de Manáos bradava que “*a mulher é hoje um ser social. Na instrução da mulher está o amor da família, o seo primeiro cuidado.*”³⁷¹ O jornalismo sublinhava a tônica entre as similaridades dos papéis de mãe e professora.

³⁶⁷ FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. São Paulo: Cortez, 1989, p. 12.

³⁶⁸ *Exposição feita ao Exmo. 1º vice-presidente da província do Amazonas o Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda, pelo presidente o Conselheiro Herculano Ferreira Penna por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província*. Em 11 de Março de 1855. Cidade da Barra: Typographia de Manoel da Silva Ramos, 1855, p. 29-30.

³⁶⁹ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 6 de Março de 1858, nº 274.

³⁷⁰ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 7 de Março de 1857, nº 199.

³⁷¹ *Correio de Manáos*. Manaus, 7 de Set. de 1869, nº1.

Para muitas mulheres, afora a “carreira do casamento” restavam poucas opções de trabalho fora do lar. O de professora foi um dos mais comuns especialmente pela associação que este passou a ter com a maternidade. Assim, conforme June Hahner, “foi visto magistério como um prolongamento do trabalho da instrutora da infância e guardiã dos valores sociais vigentes.”³⁷² Mulheres, portanto, que muitas vezes não frequentaram a escola, mas que tiveram uma educação familiar de razoável a primorosa e que, por necessidade de sustentar-se, se encaminhavam para as salas de aulas.

Na província o ingresso na carreira de magistério se dava por meio de concurso público. Uma banca avaliava os conhecimentos dessas jovens mulheres: ler e escrever em língua portuguesa, contar e ter noções das quatro operações, doutrina moral e cristã e a feitura de prendas como bordado ou costura. Os editais eram publicados pela imprensa. “De ordem do Ilm. Sr. Dr. Director da Instrução publica declaro que se achão de novo em concurso (...) as seguintes cadeiras [para o] Sexo feminino: Manicoré, Borba, Andirá, Cudajás, Tauapessasú, Fonte Boa.”³⁷³ As aprovadas eram encaminhadas à sua escola ou ao município a qual tinha se candidatado.

Para o interior da província seguiu, em 1855, D. Ignacia Xavier D’Oliveira Conceição “para reger interinamente a Cadeira de Ensino Primario do sexo feminino na Cidade de Teffé”³⁷⁴. Três anos depois temos conhecimento de que D. Ingracia pediu demissão do cargo.³⁷⁵ Os baixos salários e a precária situação da instrução pública durante todo o período provincial devem ter contribuído fortemente para a desistência das professoras.

Porém, insistiam as ações governamentais e, a 1859, a Câmara Municipal de Manaus aprovou o regulamento do Collegio de Nossa Senhora dos Remédios, um educandário feminino. Ali as professoras deveriam “ensinar (...) a cozer, bordar, fazer flores, enfeites, cortar vestidos & dando lição de manhã e de tarde”. Compreendia ainda a “ensinar a ler, escrever, arthematica até regras de juros,

³⁷² HAHNER, June E. A escola normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX. *Revista Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG* – do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social. – v.10, n.2, Niterói: Editora da UFF, 2011, p. 319.

³⁷³ *Amazonas*. Manaus, 16 de Abril de 1875, n° 2, página 4.

³⁷⁴ *Estrella do Amazonas*. Manaus 25 de Agos. de 1855, n°122.

³⁷⁵ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 10 de Fev. de 1858, n°267.

*grammatica, da língua portugueza e noções de deveres moraes e religiosos e muzica*³⁷⁶.

O programa escolar refletia, com clareza, os valores e aptidões que se queria inculcar na mulher. Não havia, como podemos depreender da observação do currículo, a intenção de instruí-la para uma carreira fora do lar e da maternidade. A feitura de objetos decorativos e de roupas, noções de matemáticas com juros eram substanciais para a direção de um lar sólido e feliz.

Entretanto, o estado da educação feminina era desalentador. O relatório do presidente de província de 1860 informa que o educandário foi instalado quase sem recursos. Algumas professoras lecionam gratuitamente e suas despesas eram custeadas por doações. Contudo, o vice-presidente informava com tristeza: “*longe estou de preconizar os benefícios que se esperão de semelhante estabelecimento*”³⁷⁷. Esse desencanto estava estampado nas páginas dos jornais. Ilustrativo é o comentário publicado no Jornal do Amazonas, em 1875: “*Lamentamos profundamente que a educação do sexo feminino d’esta província não se tenha ainda sequer aproximado do graó de aperfeiçoamento que se deve almejar.*”³⁷⁸

O Censo imperial de 1872 apontava que somente 2.815 homens e 385 mulheres, da população livre da província sabiam ler, totalizando 3.200. O documento informa ainda que a população de analfabetos estava assim dividida: 7.198 homens para 6.911 mulheres. Dentre a população escolar, aqueles entre 6 a 15 anos, 401 meninos e 184 meninas frequentavam a escola.³⁷⁹

Ademais das precariedades resultantes do sistema educativo, outros fatores podem ter influenciado o distanciamento das mulheres da sala de aula. O casamento, a maternidade e enfermidades eram circunstâncias que, vez por outra, afastavam a mulher do trabalho realizado fora do lar. Quiçá, tais aspectos tenham levado a professora de Maués, D. Maria Adelaide de Miranda Loureiro a pedir

³⁷⁶ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 7 de Set. de 1859, nº396.

³⁷⁷ *Relatório de Presidente de Província. Organizado pelo vice-presidente sr. Dr. Manoel Gomes Corrêa de Miranda*. Manaus: Tipografia de Francisco José da Silva Ramos, 1860, p. 14.

³⁷⁸ *Amazonas*. Manaus 16 de Abril de 1875, nº2.

³⁷⁹ Censo Demográfico do Império do Brasil de 1879. Disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html;jsessionid=d203e38bfd98a39c60500133c bfe>. Acessado em 02 de janeiro de 2014.

exoneração em 1860.³⁸⁰ Assim também a D. Josephina de Freitas Tenreiro Aranha, professora em Barcelos, que solicitou licença de 3 meses.³⁸¹

Apesar dos vários pontos críticos que envolvia a educação feminina, não podemos deixar de ressaltar a importância desta na vida das mulheres. O estudo aplicado da costura, do bordado e das artes decorativas podiam colocá-las a par de técnicas que até então desconheciam. A aquisição de rudimentos da leitura, escrita e da matemática ampliavam horizontalmente as possibilidades de conhecimento e de trabalho para mulheres que, até outrora eram quase que exclusivamente, sugadas para as atividades do lar. A educação, em maior ou menor grau, “qualificava-as para o exercício de novas profissões em um mercado de trabalho que se expandia.”³⁸² O próprio ofício de professora era, nestes termos, a concretização da ampliação social da mulher no campo do trabalho.

As professoras podiam tornar-se funcionárias públicas, como as supracitadas, bem como profissionais liberais, atuando na esfera do ensino privado. Estas atendiam, em especial, as famílias da elite que desejavam uma educação mais esmerada e restrita. Exemplo disso foi a professora Maria Orminda Pinto Marques. Vinda do Pará e graduada na escola normal daquela província, esta mestra tentava a sorte em Manaus ao fundar a “*Escola do Santíssimo Coração de Maria*” que atendia “*meninas de toda a idade e meninos de até 10 anos.*”³⁸³ De igual modo, ainda que pesasse o diminuto saldo e as árduas condições de trabalho, o magistério público conferia a mulher um *status* de qualificação e uma renda para si e sua família.

Os dados analisados sugerem uma substantiva visão acerca da realidade laboral das mulheres. Remuneradas ou não as mulheres tinham uma grandiosa e variável carga de trabalho que era tida como trabalho menor. Seus labores, pelo contrário, sugerem mulheres com perfis múltiplos e que assumiram comportamentos responsáveis em relação as suas profissões. Estas variantes demonstram que mesmo em uma sociedade na qual o controle ideológico masculino geria as esferas do mundo do trabalho as mulheres buscavam encontrar frestas para o exercício de suas funções e direitos relativos as suas profissões.

³⁸⁰ Estrella do Amazonas. Manaus 3 de Março de 1860, n° 435.

³⁸¹ Amazonas, Manaus 22 de Jul. de 1875, n°18.

³⁸² PINHEIRO. Op. Cit, p. 219.

³⁸³ Jornal do Amazonas. Manaus, 20 de Jan. de 1884, n°889.

CAPÍTULO 3

A CONDIÇÃO FEMININA NO IMPÉRIO: PRIMEIROS PASSOS PARA A CONQUISTA DA CIDADANIA.

3.1 O Poder Patriarcal e a Mulher no Brasil.

No Brasil oitocentista o sistema patriarcal configurou-se numa rede de poder baseado na autoridade, obediência e violência. Instituição essa que atravessou as esferas sociais, privada e pública, e que andava de mãos dadas com a escravidão. A amplitude de tal poder marcou profundamente a cultura brasileira.

O pátrio poder, enquanto sistema de domínio enraizou-se em terras brasileiras no período da colonização enquanto parte do arcabouço cultural do português.³⁸⁴ As estratégias da política colonizadora prepararam terreno fértil para o assentamento do poder pátrio em nosso país. Estas tinham em vista a reprodução da população e assim, povoar e constituir riqueza em terras tão vastas. O exercício impune da sexualidade masculina, a religião e a moral aliadas à força física e bruta do colonizador regularam as relações hostis com mulheres e escravos no território a ser dominado. A religião católica, que teve grande atuação nesta empresa, buscava constituir um pensamento protecionista ao homem. Os sacerdotes perdoavam de forma branda todos os excessos morais e sexuais exercidos pelo homem, o colonizador.³⁸⁵

Ao se estabelecer os grandes latifúndios o poder patriarcal estreitou-se com o sistema escravista. Senhor de terras, de família e de escravos, o grande proprietário tinha um poder ilimitado sobre os seus. Sua autoridade não podia ser contestada. Suas necessidades econômicas, familiares e sexuais deveriam ser atendidas de pronto. A desobediência e desrespeito eram como chagas abertas na

³⁸⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003, p. 84.

³⁸⁵ AGUIAR, Neuma. Patriarcado, Sociedade e Patrimonialismo. *Soc. estado.*, Brasília, v. 15, n. 2, Dec. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-6992200000200006&lng=en&nrm=iso. Acessado em 01.11.2013, p. 308-309.

moral deste senhor que, de modo geral, pouco perdoava.³⁸⁶ Castigos, punições e maus-tratos eram constantes na vida daqueles que eram por direito seus.

Ao comentar sobre a experiência portuguesa na Amazônia o historiador Arthur Reis asseverou a bravura desse povo na conquista de um território tão hostil por natureza. Escreveu ainda que os portugueses aqui “*formaram uma sociedade perfeitamente integrada na paisagem agressiva, que pretendiam domesticar.*”³⁸⁷ Ainda que não discorra sobre o íntimo das relações sociais podemos dialogar com o pensamento de Reis. Vejamos. O termo domesticar usado pelo autor sugere um processo de adaptação cultural. Ou seja, tornar usual e familiar, por exemplo, uma regra que se crê conveniente e verdadeira em um ambiente onde ela inexistente ou tem pouca importância. Ressaltamos, sem sombra de dúvidas, que esse processo de “domesticação” em plagas amazônicas era, assim como supracitados, mediado pela violência do colonizador, exemplar típico do poder patriarcal. A afirmativa de Reis reflete deste modo, uma plácida e benéfica imagem do colonizador como aquele que traz e planta a civilização e o trabalho suplantando assim, a ociosidade e a indolência da população local.

No seio deste sistema de poder Heloisa Lara Campos da Costa realizou estudo sobre os modos como as mulheres se incluíam na política patrimonial da Amazônia em período correlato a nossa investigação. A mesma afirma que havia na esfera familiar e social relações patriarcais. Esta chama atenção ao fato de que algumas sociedades indígenas eram fundamentadas em estruturas patriarcais. Todavia, esta estrutura pátria deve ser entendida dentro de condições simbólicas e mitológicas guardadas pelos tuxauas ou “principais”. Nestas sociedades os papéis de gêneros eram bem definidos, porém objetivavam uma harmonia coletiva e não a coerção.³⁸⁸ Ao se deparar com essa nuance do patriarcado o colonizador introduziu o poder pátrio em terras amazônicas através da domesticação, pela força, dos papéis normativos de homem e mulher.

³⁸⁶ Não podemos deixar de ressaltar que alguns senhores auxiliaram suas escravas. É o caso das escravas Caetana e Inácia, descritas na minuciosa pesquisa de Sandra L. Graham. Estas escravas manejaram as regras sociais da época para garantir suas vontades. GRAHAM, Sandra Lauderale. *Caetana says no: women's stories from a brazilian slave society*. New York: Cambridge University Press, 2002.

³⁸⁷ REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966, p. 18.

³⁸⁸ COSTA, Heloisa Lara Campos da. Op. cit., p. 22.

Assim a figura masculina predominava ao topo desse sistema: colonizadores, eclesiásticos, chefes de famílias, grandes latifundiários e senhores de escravos, homens possuidores de direitos políticos e civis e intelectuais. Através deles irradiava esse poder multidimensional, ilimitado que tinha a capacidade de diminuir e cercear as capacidades daqueles que os rodeavam. Vale notar que o patriarcado enquanto sistema cultural foi incorporado por uma parcela da população brasileira independente de classe, raça e gênero.³⁸⁹ Organizações como a religião, a família e o Estado auxiliaram proficuamente na inculcação de uma moral patriarcal no seio da sociedade brasileira. Estas funcionavam como pontos cardeais.

A religião católica animou com preceitos divinos o discurso patriarcal. No Brasil, desde tempos coloniais, a Igreja foi o braço direito da coroa portuguesa no projeto moralizador da população. Durante o império e em especial na província do Amazonas esse pensamento continuava vivo.

Os preceitos e normas cristãs se dirigiam, sobretudo para a mulher. Ela era o ponto crucial para o sucesso da estrutura católica de família patriarcal. Ainda que esta estrutura ideal tenha concorrido com os mais variados improvisos familiares a Igreja não mostrava desânimo e insistia em seu projeto de família ideal. Também não arrefeceu acerca do ideal de mulher cristã e afável ao marido, pois sua proposta consistia basicamente em adocicar a mulher a fim de que ela se mantivesse definitivamente apartada de seu vínculo com a pecadora Eva.

Não foi a toa que em 1862 o periódico *Estrella do Amazonas* publicou um texto intitulado “*Ligeiras reflexões sobre o christianismo.*”³⁹⁰ Neste ratificava para seus leitores e leitoras os papéis normativos regulados pela doutrina cristã para a “*união matrimonial fundada na monogamia.*” O casamento prescrevia a “*conservação do amor, a comunhão dos bens, o interesse da procreação.*” Juntos, homem e mulher deviam participar nos “*encargos da família.*” Contudo, não se devia esquecer a regra: o “*imperio do marido e a submissão da mulher.*”

O homem, pedra angular do discurso pátrio, era o “*symbolo da protecção na família, a providencia viva, em que a mulher e os filhos encontrarão socorro.*” Entretanto, o texto direcionava toda sua força para a figura feminina, mulher e

³⁸⁹ SAFFIOTI, Heleieth I.B.. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu* (16) 2001: pp. 115-136.

³⁹⁰ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 6 de Set. de 1862, nº 670.

mãe, repisando paulatinamente na sua função de subalterna do homem. De acordo com o pio autor deste texto a mulher deveria ser parceira do homem e sua *“missão é suavizar pelos encantos, com que a natureza lhe dotou, os abrolhos daquela existencia.”* A cristandade tentava inculcar na mulher casada uma devoção incondicional ao marido independente das circunstâncias que os cercavam. E por isso ela salientava que tal feito convertia-se em *“dedicação heroica.”* Assim a igreja chamava as mulheres a cumprirem um papel que poucas conseguiram na vida. Ao contrário, para o homem a Igreja dava mais elasticidade as suas “falhas” uma vez que a esposa deveria encher-se de *“sentimentalismo para infundir no seu anjo protector a coragem precisa aos trabalhos da vida.”*

A mãe cabia um papel sagrado, igual a Virgem Maria Mãe de Deus. A ela *“resume toda a nobresa e incube-se de praticar para com os filhos os instintos, que o amor faz despertar.”* Como mãe a mulher deveria expor com acento o sentimento da ternura e obediência. Estas serviam como exemplo a prole tornando-a figura mediadora entre a autoridade do pai e a inexperiência dos filhos. O autor ressalta que a mãe *“reunindo em sua pessoa a delicadeza e a timidez do menino e a intelligencia e a reflexão do pai, aproxima este a aquelle, constituindo a harmonia da sociedade domestica, sem quebra de independência e obediência.”* A Igreja colocava sobre os ombros da mulher e da mãe uma imensa responsabilidade. Era para o marido, para a família e para o lar que os olhos e todo o corpo das mulheres e mães deviam estar voltados.

Recatada, dócil, diligente e precavida eram qualidades que a mulher, como mãe, deveria munir-se para solidificar uma família cristã. Desse modo, nos explica o autor, *“só o Christianismo nos podia offerecer em seus preceitos sublimes este sacramento, que tanto se coaduna com a lei da natureza, com os dictames da razão pratica.”* O ideal católico, portanto, apresentava-se em consonância com o discurso legislador da época, como veremos.

Este discurso católico estava em simetria com o modelo genérico de família patriarcal. Neste projeto o pai, chefe de família representa a autoridade máxima em relação a todos que estavam ao seu redor: esposa, filhos, demais parentes, serviçais e protegidos. De acordo com Sergio Buarque de Holanda, a organização da família rural colonial era herdeira da família ibérica e estava *“organizada segundo as normas clássicas do velho direito romano-canônico”* e tinha no pai seu

centro regulador.³⁹¹ Essa família foi ganhando novos contornos, pois devemos considerar a miscigenação populacional entre portugueses, índios e negros.

Tão logo não é mais possível pensar que tal modelo tenha sido o que prevaleceu durante os períodos colonial e imperial do Brasil. A historiografia mais recente aponta para uma variedade de arranjos familiares que confronta com o modelo ideal. Famílias chefiadas por homens, mas completamente dependente do trabalho feminino, fogos gerenciados por mulheres sós ou matrifocais, viúvas e matronas ricas são alguns dos exemplos corriqueiros em estudos desta natureza.³⁹² Contudo, é importante frisar que ao mesmo tempo em que as famílias não estavam organizadas ao estilo padrão, o pensamento ideológico patriarcal também demonstrava certa flexibilidade. Verifica-se, portanto, que o patriarcado demonstrava fluidez quando pensado dentro de conjunturas regionais.³⁹³ Por sua vez isto significa dizer que estas uniões consensuais não estiveram imunes ao sistema, absorvendo algumas gotas da moral patriarcal.³⁹⁴

O Estado brasileiro referente ao segundo reinado também possuía contornos patriarcais. Dom Pedro II foi um dos grandes símbolos deste poder devido à aplicação de uma política protecionista.³⁹⁵ Entretanto, este poder não estava restrito a figura do monarca uma vez que as relações de natureza patriarcal atingiam as esferas pública e privada de modo distinto.³⁹⁶ Não obstante, o que nos interessa frisar com precisão é que o poder, no que diz respeito às normas sociais, religiosas e políticas vigentes à época reforçava de bom grado a honra masculina. Vejamos agora como o discurso legislador se alinhou aos já citados.

³⁹¹ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p. 81.

³⁹² SAMARA, Eni de Mesquita. A família no Brasil: história e historiografia. *História Revista*, 2(2): 07-21. Jul./dez. 1997; SAMARA, Eni de Mesquita. A história da Família no Brasil. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9, nº17, pp. 7-35. Set.88/fev.89. Nesta conferência e artigo a historiadora traça um breve levantamento dos trabalhos que se debruçam sobre o tema da família brasileira.

³⁹³ SAMARA, Eni de Mesquita. *A família no Brasil: história e historiografia*, p. 11; Dias, Maria Odila Leite da Silva. Op. cit., p. 29.

³⁹⁴ PRIORE, Mary Del. *Brasil Colonial: Um caso de famílias no feminino plural*. Cadernos de Pesquisa 91, Nov. 1994: 69-75, p. 70-71.

³⁹⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 162.

³⁹⁶ É caloroso o debate acerca do conceito do Estado patriarcal relativo ao segundo reinado principalmente quando se trata de pensar como esse poder atingia as esferas pública e privada. Sobre o tema ver: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. Em especial o capítulo 5 "O homem cordial" pp. 153-167; FAORO, Raymundo. *Os donos do poder I: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2004. O capítulo X trata especificamente do sistema político do segundo reinado.

3.2 A Legislação Imperial e as Mulheres.

Já vimos que as normas patriarcais cristãs e da família frisavam com veemência a inferioridade da mulher. No âmbito jurídico a lógica não foi diferente. Contudo, vamos de início recuperar alguns pontos deste discurso que contribuiu para acentuar a diferença de gênero. Ressaltamos que os dados aplicavam-se, de modo geral, as mulheres livres. Adiante veremos como as mulheres amazonenses enfrentaram tais prerrogativas.

Ao observar a legislação brasileira oitocentista e em especial a Carta Constitucional de 1824, que vigiou durante todo o período imperial, nota-se um verniz liberal, pois declarava que a lei era igual para todos. Tendo em vista uma população altamente estratificada, baseada nos sistemas patriarcal e escravista, não era possível pensar numa lei universal para todos. A Carta, de modo geral, “expressava bem as tendências antidemocráticas e oligárquicas das elites brasileiras.”³⁹⁷ Esta “ocultava a escravidão, excluía as mulheres e a grande maioria da população do país.”³⁹⁸ Assim exercer direitos civis e políticos, isto é, ser cidadão no império não estava ao alcance de todos. De modo que a aplicabilidade da legislação imperial previa premissas distintas para gênero, raça e condição social.³⁹⁹ Esses aspectos tornou complexa a compreensão do discurso jurídico da época.

Superados o entendimento acerca desta inverdade democrática, o termo mulher e seus análogos como esposa, viúva e filha emergem na literatura jurídica da época ressaltando que seu direito estava atrelado ao masculino, seja ele pai ou marido. Ademais notamos sua utilização pela lei quando esta visava coibir determinadas condutas femininas e desse modo sublinhar sua menoridade.⁴⁰⁰

³⁹⁷ COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a República: Momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 142.

³⁹⁸ MARTINS, Daniele Comim. A criação dos cursos jurídicos e a elaboração legislativa do império. *Sequência*. UFSC, v.23, nº 44, 2002, pp. 55-75, p. 69.

³⁹⁹ A historiografia recente vem tratando do tema a partir de diferentes perspectivas como gênero, raça e classe. Sobre o tema ver: MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004; SILVA, Marinete dos Santos. Gênero, cidadania e participação política: as aventuras e desventuras de “cocotte” no movimento abolicionista. *Caderno Espaço Feminino*, v.2, nº1, Jan./Jul. 2009, pp. 239-254; CARVALHO, José Murilo de. Cidadania: Tipos e Percursos. *Estudos Históricos*, nº18, 1996, pp. 337-359.

⁴⁰⁰ VASCONCELLOS, Eliane. *Não as matem*. Fundação Casa de Rui Barbosa, s/d, p.2. Disponível em: http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB_ElianeVasconcellos_Nao_as_mat_em.pdf. Acessado em 1 de Novembro de 2013.

A regulação da legislação brasileira que vigorou durante todo o império era herdeira das leis portuguesas editadas pelas Ordenações Filipinas. Estes regulamentos, por sua vez, estavam impregnados do poder consuetudinário ibérico que assegurava ao homem a autoridade e o exercício do poder social.⁴⁰¹ Na fala do legislador a mulher representava o *fragilitas sexus*. A mulher, a princípio, isto quer dizer desde seu nascimento, estava sob a guarda do pai. Ao contrair matrimônio ela passava a ser tutelada pelo marido. Tais proposições tinham por ideal manter a mulher presa a um quadro onde predominassem as qualidades já previstas pela Igreja, como a fragilidade e o indefeso. Entretanto, esta tese cai por terra quando analisamos mais a fundo o discurso da lei e, principalmente, quando nos deparamos com tramites burocráticos encabeçados por mulheres ou ainda quando envolvem mulheres que passavam ao largo desse estereótipo.

A legislação previa que aos vinte e um anos completos o sujeito, neste caso homem e mulher, saíam do estado de menoridade e tornavam-se pleno dos seus direitos civis. Porém, nem tudo era tão simples. Ao comentar as leis civis do império o Conselheiro Antonio Rebouças advertia que essa prerrogativa não se estendia aos filhos-famílias. Condição esta nas quais os filhos eram tutelados pelo pai independente da idade. Esta regra valia para os dois sexos. Entretanto, a diferença residia na condição de que o filho homem quando se casava recebia de pronto a capacidade de exercer sua cidadania. As mulheres, ao contrário, ao casarem-se continuavam dependentes, continuavam na menoridade.⁴⁰²

Lafayette Pereira Rodrigues, importante jurista do império, em seu livro *Direito de Família* escrito em 1869, tece uma série de comentários acerca da condição feminina dentro do casamento. Lafayette, escreve Emilia Viotti da Costa,

observava que o marido tinha o direito de exigir obediência de sua mulher. Esta estava obrigada a acomodar seus sentimentos aos dele em tudo o que fosse “honesto e justo”. O marido tinha o direito de representar a esposa em atos judiciais e extrajudiciais; administrar as propriedades que pertenciam a ela, podendo dispor de dinheiro, ações e

⁴⁰¹ As Ordenações Filipinas promulgadas em 1603 durante o reinado de Filipe I consubstanciava o código legal português até 1830. Dentre outras disposições previa normas para a vida privada e doméstica. O código está disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>> Acessado em 03 de outubro de 2013.

⁴⁰² FREITAS, Augusto Teixeira de. *Consolidação das Leis Civis. Observações do Conselheiro Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1867, p. 35-36.

bônus do tesouro e até mesmo de imóveis, observadas as restrições da lei.⁴⁰³

Na condição de casada todas as ações civis da mulher dependiam da autorização do marido, pois ele era a “cabeça” do casal e ela era parte de seu patrimônio. Como menor ela não podia administrar seu dote, nem possuir bens de raiz e nem ter conta bancária. Observamos então que na instituição do casamento, moral e propriedade andavam de mãos dadas. O homem como símbolo magno do *pater familias*, figura potencial da moral e do direito, tinha a esposa como propriedade privada.

Por outro lado, algumas solteiras emancipadas e viúvas tinham ganhado o direito de exercer suas capacidades civis. Estamos, portanto, diante de um ponto contraditório. Se o direito pregava a incapacidade civil da mulher como algumas conseguiam exercê-la? Ao comentar o pensamento do jurista Lafayette Pereira Rodrigues, Isabela do Amaral afirma que este via a situação como um problema jurídico. Lafayette afirmava que a incapacidade da mulher não estava em sua condição biológica e sim na letra da lei.⁴⁰⁴ Isto porque ao tornarem-se viúvas as mulheres adquiriam determinados direitos além do exercício de sua capacidade civil, pois se tornavam a “cabeça” do casal. Pensamento que foi reforçado por Clóvis Bevilacqua quando da criação do Código Civil republicano.

A mulher goza da mesma capacidade atribuída ao homem. Casando-se, essa capacidade se restringe, para não estouvar a direção da família entregue ao marido. Quando este temporária ou definitivamente deixa a direção do lar, cessa o motivo da incapacidade da mulher.⁴⁰⁵

A reflexão destes juristas acerca do conceito de incapacidade que pairava sobre a mulher demonstra que havia uma fresta no âmbito jurídico, na qual a categoria era discutível. Ainda que não prevista pela lei, algumas mulheres que se mantiveram solteiras obtiveram, quando havia algum bem ou recurso envolvido, a garantia de seus direitos pleiteando nos tribunais. Estas por sua vez, tinham que

⁴⁰³ COSTA, Op. cit., p. 495.

⁴⁰⁴ AMARAL, Isabela G. Rabelo do. Inferiorizando mulheres no período imperial brasileiro: a influência do direito. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011, p. 3. Disponível em : < http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300298141_ARQUIVO_ArtigoparaANPUH-IsabelaGuimaraes.pdf> Acessado em 30 de novembro de 2013.

⁴⁰⁵ BEVILACQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1949, vol. 2p. 153.

manejar com pais ou parentes argumentos plausíveis para provar que tinham condições de manter-se sem o auxílio de um homem.⁴⁰⁶ Entretanto, as mulheres viúvas eram aquelas que, de acordo com a letra da lei, estavam em condições mais favoráveis a exercer a cidadania.

Quando enviuvava a mulher passava a ser a “cabeça” do casal. Mediante essa condição ela estava legalmente capacitada para gerir sua vida. Não sem razão, Charles Boxer escreve que “*não pode restar dúvida de que uma viúva, rica ou pobre, podia levar uma vida livre, menos presa e recatada do que uma mulher casada e suas filhas.*”⁴⁰⁷ Ela podia dispor de seus bens, continuar os negócios do marido e trabalhar para o sustento próprio e de sua família. Possuindo herdeiros ela tinha que, mediante os meios legais, providenciar de imediato a partilha dos bens conforme vigiava a lei. Tais aspectos a dignificavam como mulher.

Outro ponto significativo é aquele que se refere à prática da violência fundada na letra da lei. As Ordenações Filipinas asseguravam que, diante de casos de adultério por parte da mulher, o marido tinha autoridade para matá-la. E assim dizia: “*Achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assim a ela, como o adúltero.*”⁴⁰⁸ Entretanto, ao ler atentamente o Código Criminal do Império, criado em 1830, percebemos que este avançou um pouco em relação aos crimes e as penas que envolviam mulheres. Porém, este não deixou de ser o filho dileto do código português e previa, na Seção III, ao homem ou mulher casada que cometesse adultério seria punida com prisão por tempo estipulado pela autoridade.⁴⁰⁹ Entretanto, são claras as semelhanças e, na prática, a impunidade prevalecia.⁴¹⁰

⁴⁰⁶ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Vol. 9, nº01/02, jan/dez 1996, pp. 85-98; Maria Odila Leite da S. Dias comenta o caso das irmãs Toledo que viviam de suas propriedades, ver DIAS, Op. cit., p. 27.

⁴⁰⁷ BOXER, Charles. *A mulher na expansão ultramarina ibérica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977, p. 75.

⁴⁰⁸ Ordenações Filipinas. Livro V, título XXXVIII. Disponível em:

<<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas>> Acessado em 3 de outubro de 2013.

⁴⁰⁹ *Código Criminal de 1830*. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm> Acessado em 3 de outubro de 2013.

⁴¹⁰ É interessante notar como esta prática e a ideia de adultério ficaram enraizadas na cultura brasileira. Clássicos são os casos que envolveram Euclides da Cunha, sua esposa Anna e seu amante Dilermando, culminando no assassinato do celebre escritor. O caso é descrito por PRIORE, Mary Del. *Matar para não morrer: a morte de Euclides da Cunha e a noite sem fim de Dilermando de Assis*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. Na literatura Jorge Amado inicia *Gabriela cravo e canela* comentando que o fazendeiro Jesuíno Mendonça mata a tiros e em flagrante de adultério sua mulher D. Sinhazinha e dr. Osmundo. AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 7.

Estes são, portanto, os principais aspectos da legislação que vão balizar nossas análises sobre o modo como as mulheres amazonenses manejaram suas questões com a burocracia. Destes dados pode-se depreender que o discurso legislador tinha por intuito regular as condutas femininas. Além disso, asseverou a ideologia cristã da mulher como ser frágil e incapaz, que devia obediência à autoridade masculina. Esta premissa nos leva ao encontro de mulheres reais a fim de perceber como elas se posicionaram diante das ordens e expectativas dos aparelhos patriarcais.

O dia a dia na província: as mulheres e a burocracia.

As mulheres que viviam na província do Amazonas não cabiam perfeitamente nos moldes propostos pela Igreja e pelo Estado. Em meio a circunstâncias peculiares como a confluência das culturas de elite e indígena, e as iniciativas sociais e urbanas que buscavam alinhar a província com a lógica política do império estavam elas: indígenas, brancas, negras e mestiças. Uma boa parcela delas rejeitou a incapacidade civil como princípio inerente ao feminino. A imagem de mulheres passivas e sujeitadas não era algo corrente na província. As herdeiras das mitológicas Amazonas também abriram combate na esfera legal e pública. As situações que vamos detalhar demonstram como estas mulheres transitaram pela burocracia das normas vigentes.

De modo geral a burocracia imperial não deixou de receber as solicitações femininas.⁴¹¹ Pululam pelos jornais do Amazonas registros de requerimentos e ofícios firmados com nomes femininos. Eram mulheres comuns, professoras, viúvas e lavadeiras solicitando alguma intervenção ou requerendo na esfera legal e

⁴¹¹ Chegamos a essa conclusão pelo fato de os arquivos públicos policiais e administrativos estarem cheios de documentos que implicaram mulheres, seja ela como parte envolvida ou como requerente em algum processo. São muitos os trabalhos históricos que utilizaram processos de divórcio, processos-crimes, entre outros, como fontes para suas pesquisas. Alguns exemplos entre tantos: FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da história: Cotidiano e Trabalho da Mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília/DF: Edunb, 1993; SILVA, Cesar Mucio. *Processos-Crime: Escravidão e Violência em Botucatu*. São Paulo: Editorial Alameda, 2004; ENGEL, Magali Gouveia. *Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930)*. Topoi, Rio de Janeiro, nº1, pp. 152-177.

pública algum direito. Mulheres que, ao lidar com os meios legais que as cingiam, fizeram uso engenhoso deste mesmo sistema para ampliar seus poderes civis.

No dia 10 de Julho de 1877 Margarida Maria da Cruz protocolou junto à secretaria da província um ofício “*pedindo que lhe mande entregar seu filho o educando João Lucas da Cruz.*” Outro documento lhe respondia: “*em tempo opportuno será atendida.*”⁴¹² Segundo as normas legislativas o homem era o chefe da família, portanto aquele que cuidaria de prover o bem estar e a segurança desta. Entretanto, Margarida da Cruz era uma mulher comum e de poucos recursos. Ela, assim como muitas outras, tomou as rédeas da família. Assim que nos segmentos populares os filhos eram por demais necessários na lida cotidiana da sobrevivência. Tais circunstâncias fizeram com que Margarida solicitasse do governo o retorno de seu filho João Lucas a sua casa. O governo prometeu atendê-la.

Situações opostas a de Margarida também existiram. Mães pertencentes aos segmentos populares enviavam ofícios solicitando vagas para suas filhas e filhos nas escolas da capital. Em junho de 1864, Guilhermina Maria⁴¹³ e Maria Magdalena⁴¹⁴ solicitavam colocações para seus filhos na casa dos Educandos Artífices. A 17 de maio de 1887, D. Philomena Serra Lima d’Azevedo pedia a “*admissão de sua filha Zulina, no Collegio Brasileiro.*” Seu pedido foi encaminhado à diretora a fim de tratar da matrícula.⁴¹⁵ Estas solicitações representam o tanto de responsabilidade que essas mulheres como mães tinham em relação a seus filhos. Afora de demonstrar que a educação foi gradualmente percebida como importante para essa parcela da população.

Também através da imprensa conhecemos Catharina Caetana de Carvalho. Esta, em ofício, pedia as autoridades policiais que lhe trouxessem seu filho menor, que estava em Vila Bella da Imperatriz, para esta capital onde residia. O Estado, ainda que regido por um estatuto que previa que o homem era o chefe de família, não deixou de aceitar e atender ao pedido feito por esta mãe.⁴¹⁶

⁴¹² *Jornal do Amazonas*. Manaus, 1 de Set. de 1877, n°203.

⁴¹³ *O Catechista*. Manaus, 18 de Jun. de 1864, n°118.

⁴¹⁴ *O Catechista*. Manaus 25 de Jun. de 1864, n°119.

⁴¹⁵ *Jornal do Amazonas*. Manaus 24 de Maio de 1887, n°1379.

⁴¹⁶ *O Catechista*. Manaus, 18 de Jun. de 1864, n°118.

Notável é o feito da perspicaz Maria Luciana da Silva. Mulher sozinha e o principal arrimo de sua família. Moradora a Rua dos Remédios⁴¹⁷ e empregada como lavadeira no Estabelecimento dos Educandos Artífices Maria Luciana encaminhou, em 14 de setembro de 1861, um ofício ao diretor do mesmo. O teor do documento revela que a funcionária estava “*requerendo aumento de vencimento que percebe por lavar a roupa dos educandos artífices.*”⁴¹⁸ Ao solicitar um pedido dessa natureza Maria Luciana da Silva tornou-se uma das pioneiras na luta pela melhoria salarial na província. Seu pioneirismo torna-se mais original pelo fato de ser uma mulher que argumentou com a máquina burocrática. Eis que no dia 3 de outubro o administrador da fazenda despachou o seguinte informe:

Ao director do estabelecimento dos educandos artífices, comunicando para o seu conhecimento e devidos fins, que esta presidencia attendendo ao que lhe requireo a lavadeira do estabelecimento a seu cargo Maria Luciana da Silva, no requerimento, que acompanhou o seu offício de 17 do mez próximo futuro, informado também pelo administrador da fazenda provincial em data de 2 do corrente resolveo elevar a 25\$000 rs a contar de 1º deste mez em diante a gratificação de 20\$000 que percebia a dita lavadeira pelo seu trabalho.⁴¹⁹

Precisamente 15 dias depois a fazenda publica o desfecho da requerente: “*Da lavadeira do estabelecimento dos educandos artífices Maria Luciana da Silva pedindo que seja elevada a 30\$000 a gratificação mensal de 20\$000, que ora percebe pelo seu trabalho. – Fica elevada a 25\$000 rs.*”⁴²⁰ Maria Luciana conseguiu um pequeno aumento ao seu magro salário. Este, por seu turno, não concedeu o aumento na íntegra, entretanto, não o rejeitou por completo. De modo que Maria Luciana caminhou com muita destreza num território onde mulheres não eram bem-vindas. De modo que vemos na iniciativa dessa lavadeira o oposto do comportamento de sujeição e temos diante de nossos olhos um embrião das lutas trabalhistas e feministas que se consolidaram em nosso país quase um século depois.⁴²¹

⁴¹⁷ Maria Luciana tem seu nome arrolado na lista de Lançamento do Décimo dos prédios urbanos de 1860. Esta aparece na condição de isenta do pagamento do imposto. *Estrella do Amazonas*. Manaus 14 de Abr. de 1860, nº448.

⁴¹⁸ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 9 de Out. de 1861, nº585.

⁴¹⁹ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 9 de Nov. de 1861, nº593.

⁴²⁰ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 9 de Nov. de 1861, nº593.

⁴²¹ Sobre o tema ver: PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003; PEDRO, Joana Maria. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. São Paulo, ANPUH, nº 52, v. 26, 2006, pp. 249-272.

A luta da lavadeira Maria Luciana não foi em vão. Três anos depois, em 1864, o administrador da fazenda provincial anunciava que acrescido ao salário básico “fica augmentado a quantia de quinze mil réis mensaes, a gratificação da lavadeira do estabelecimento”.⁴²² Ainda que a soma monetária não representasse a garantia absoluta do bem estar da família dessa trabalhadora, não podemos deixar de considerar como consequência do diálogo outrora estabelecido.

Outra mulher que travou batalha com o aparelho burocrático da província foi Anna Joaquina Cardozo de Souza Ribeiro. No primeiro trimestre de 1864, Anna Joaquina era a “única concorrente à cadeira de primeiras letras do sexo feminino de Villa-Bella da Imperatriz”. As provas do concurso ocorreram em Manaus a 4 de maio de 1864. Os professores Jose Justiniano Braule Pinto, Irineo Porfirio da Costa e D. Ambrozina Tolentina Ribeiro⁴²³ foram os examinadores que, positivamente, declararam-na capacitada para o cargo. Quase uma década depois D. Anna Joaquina não atuava mais como professora em Vila Bella e, de volta a Manaus pleiteou junto ao tesouro do Estado valores salariais que lhe cabiam.

Sobre o assunto supracitado D. Anna Joaquina enviou, a 21 de junho de 1875, o primeiro ofício ao inspetor do tesouro público provincial. Este através de um “Sim”⁴²⁴ protocolou o recebimento. E assim iniciou a burocrática viagem de idas e vindas dos ofícios de D. Anna que acompanhamos na parte oficial do jornal do Amazonas. A 1 de julho de 1875 outro “requerimento” de D. Anna “Ao thesouro publico provincial”. Nova tentativa foi feita a 3 de julho de 1875: “um requerimento de D. Anna Joaquina Cardoso de Souza Ribeiro.” Foi então que o funcionário do tesouro publico em resposta advertiu que “Estão dadas as providencias á respeito.”⁴²⁵

Na manhã de 1 de dezembro de 1877 D. Anna Joaquina correu para ler o jornal. Seus olhos rapidamente percorriam a seção oficial. Um leve sorriso desenhou-se em sua face. O motivo: depois de 2 anos de espera esta senhora leu seu nome escrito na “relação de credores da fazenda provincial cujos pagamentos foram autorizados por acto da presidência da província de 1º do corrente.”⁴²⁶ Os processos burocráticos aquela época se caracterizavam pela lentidão. Porém, é

⁴²² *O Catechista*. Manaus, 25 de Jun. de 1864, nº119.

⁴²³ *O Catechista*. Manaus, 7 de Maio de 1864, nº112.

⁴²⁴ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 12 de Julho de 1875, nº15.

⁴²⁵ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 15 de Jul. de 1875, nº16.

⁴²⁶ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 14 de Dez. de 1877, nº217.

interessante notar a persistência desta senhora em não desistir dos valores salariais que o Estado lhe devia. Aspecto que se torna relevante em um momento histórico no qual a economia da província passou a ter uma renda mais elevada.⁴²⁷ D. Anna Joaquina com muita paciência abraçou sua própria causa e apresentou-se como uma mulher emancipada. Experimentou o ofício do magistério e, quando não foi mais possível, buscou seus direitos junto ao governo. Além de que representou a si própria em todos os ofícios.

Atuaram nessa esfera também as viúvas, uma vez que tinham sua emancipação respaldada pela lei. Assim que D. Amélia Brandão Amorim, viúva e herdeira do comendador Alexandre Paulo de Brito Amorim, enviou um ofício a fazenda provincial. Esta senhora estava “*pedindo pagamento (...) da rescisão havida a sentença do poder judiciário*” sobre o contrato de navegação realizado por seu marido.⁴²⁸ Já o ofício de D. Maria Carlota de Borralho Bentes era destinado à comissão de poderes da presidência. A viúva do capitão Antonio dos Reis Macedo Bentes solicitava “*a adoção da descoberta feita por seu falecido marido, e o privilegio correspondente a mesma.*”⁴²⁹

A legislação da época, como vimos, assegurava a estas duas senhoras receber provimentos que outrora eram vinculados somente ao marido. Na condição em que se encontravam como “cabeça” do casal, D. Amélia e D. Maria Carlota estavam em plenos poderes de exigir seus direitos sobre os feitos dos maridos.

A imprensa também serviu de espaço para que meia dúzia de mulheres declarassem suas opiniões acerca das situações cotidianas que as cercavam. Escrito por moradores a moradoras do povoado de Marabitanas, este anúncio revela a consciência e a participação das mulheres sobre temas sociais

Nos abaixo assignados declaramos que o sr. comandante e subdelegado de S. Gabriel, tem estado duas vezes nesta povoação e todos os moradores tem ficado muito satisfeitos com o comportamento quando

⁴²⁷ Segundo relatório do presidente de província a renda desta para o exercício 1868/1869 estava em 20:432\$000. Anos depois percebemos que o valor da renda vai subindo gradualmente. Em 1877/78 a província tinha em seus cofres o montante de 191:975\$665. *Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, na Abertura da 2ª Sessão da 16ª Legislatura, em 25 de março de 1883, pelo presidente José Lustoza da Cunha Paranaguá*. Manaós: Typographia do Amazonas, 1883, p. 100.

⁴²⁸ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 24 de Maio de 1887, n°1379.

⁴²⁹ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 24 de Maio de 1887, n°1379.

tem uzado para com todos pois, tratando também aos pobres como aos ricos, sentindo muito a sua separação, pois pessoas como o sr. alferes Cardoso (...) fazendo á esta povoação o que outros q' tem estado annos não tem feito; aqui se sepultava os cadáveres na porta do templo e em suas immediação (...) mandando faser um cemitério.

Nada mais temos a diser sobre o sr. alferes Cardoso, senão que volte a occupar a commandancia e subdelegacia de S. Gabriel.

Marabitanas 29 de Janeiro de 1875.

Candido Chaves

Regina Mayorca Chaves

Simeão Soares da Silva

Delfina Bueno de Carvalho

Ignacia Antonia Garrido.⁴³⁰

Dos cinco assinantes desta carta três eram mulheres que, por detrás do elogio a pessoa do alferes Cardoso, estavam buscando melhorias para sua vila e por isso não demonstram alienação aos serviços públicos. Esta esfera, tão associada ao masculino, era também espaço de atuação e de entendimentos femininos.

A carta de Julia Maria, publicada no jornal do Amazonas a 16 de maio de 1877, tinha, à similitude da dos moradores de Marabitanas, o intuito de agradecer os serviços prestados por um homem. Mas, vamos lê-la:

Ilm. Sr. Nuno Nery da Fonseca.

Já fora de perigo lembrando-me, porem, do prompto socorro a mim e a meu filhinho que no dia 3 deste mez, por occasiao em que banhava-me com elle na Cachoeira Grande, e fomo arrebatados para o largo por uma forte corrente a qual não me poude oppôr, e já tínhamos hido duas vezes ao fundo e estávamos quasi asphixiados, quando vmc, veio em nosso auxilio e conseguiu levar-nos para a margem, pondo-nos a salvo de uma terrível e inevitável morte; não posso resistir ao desejo de mais uma vez e agora por escripto manifestar o grande reconhecimento que devemos a vmc. Não só por esse acto de humanidade, como por havel-o completado dando-nos agasalho em sua casa e ministrados os primeiros socorros que o caso exigia, até que recuperássemos as forças esgotadas nessa lucta com que vcm. Salvou-nos a vida, com risco da própria. (...) Com reconhecimento e admiração de vmc.

Julia Maria Procopia.

Maria Rudessinda Catita.

Maria Romana do Espirito Santo.

Hermelinda Maria Simão dos Reis.⁴³¹

A primeira assinante e, por consequência, personagem central na história relatada, Julia Maria e seu filhinho tiveram suas vidas resgatadas pelo sr. Nuno Nery. Esta não pensou em acanhamento ao tornar público seu agradecimento. A

⁴³⁰ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 23 de Abril de 1875, n°3.

⁴³¹ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 16 de Maio de 1877, n°182.

missiva, além de homenagear o sr. Nuno, revela o quanto a autora admirava a condição de estar ela e seu filho, em vista do acidente que havia sofrido. Assim que o anúncio de Julia Maria nos remete ao pensamento da proto feminista inglesa Mary Wollstonecraft. Esta escreveu: *“Quiero al hombre como compañero; pero su cetro, real o usurpado, no se extiende hasta mi, a no ser que la razón de un individuo reclame mi homenaje; e incluso entonces la sumisión es a la razón y no al hombre.”*⁴³² Percebemos na autora uma luzidia razão: era uma mulher comum, só e com filho que, ao desafiar os padrões da época, tornou público e sem censura sua opinião e agradecimento.

Vemos nestas duas cartas, a das moradoras de Marabitanas e a de Julia Maria, a revelação do posicionamento destas mulheres perante a vida como sujeitos históricos. Demonstra ainda um paulatino avanço da participação delas como leitoras ativas e, principalmente, dotadas de opinião acerca da vida em sociedade. Disto depreendemos que uma parcela das mulheres não se encaixava nos moldes da passividade e do privado.

Mulheres posseiras e proprietárias.

A letra da lei previa uma série de estatutos para as mulheres, conforme suas prerrogativas ideais de filha, esposa e viúva. Com a burocracia que envolvia as posses e os bens imobiliários a legislação tentava imobilizar as ações femininas. Mas os resquícios da realidade passada indicam diversas nuances do agir feminino. Mulheres como proprietárias ou posseiras de casas e sítios não eram algo incomum no Amazonas imperial.

Pelo direito civil poucas eram as possibilidades de mulheres administrarem suas próprias posses. Mas, os estudos de Maria Beatriz Nizza da Silva para o período colonial nos mostram que *“gerir um patrimônio era trabalho e as mulheres o faziam, administrando engenhos, supervisionando feitores e capatazes, responsabilizando-se por um estabelecimento mercantil quando o marido morria.”*⁴³³

⁴³² WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindicación de los derechos de la mujer*. Barcelona: Istmo, 2005, p. 4.

⁴³³ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*. Vol. 9, nº01/02, jan/dez 1996, p. 95.

Bens de raiz, negócios, propriedades ou posses, fazendas, casas, sítios, dinheiro, sempre houve o que gerir para mulheres ricas ou pobres.

As normas matrimoniais que vigiam no Brasil desde a época colonial buscavam regulamentar os bens adquiridos pelo casal durante o casamento. Uma mulher casada participava legalmente dos negócios com o marido. Ainda que com seus direitos restritos aos dele, seu aval era essencial para efetivar a compra ou venda de bens. É como podemos observar na negociação realizada pelo casal Francisco e Anna Rodrigues que comprou um sítio e seringal⁴³⁴ do casal Joaquim e Anna Roza. Eis um trecho do documento que se fez público através da imprensa para garantia dos direitos de compra.

Nazareth do Rio Purus 3 de Junho de 1883

Tendo eu comprado ao sr. Joaquim Vicente de Lima e sua mulher d. Anna Roza do Sacramento o seo sitio denominado – Nazareth – e seringal correspondente, situado a margem direita do rio Púrus districto de subdelegacia de Canutama como provo com a escriptura particular passada em duplicata e assignada por todos: compradores e vendedores, para cujo pagamento assignei duas letras no valor de 10:000\$000 dez contos de reis em duas prestações de 12 e 24 mezes.

Portanto para que não hajão duvidas a allegar a respeito dos limites do seringal assim como também para defender o meu direito relativamente ao numero de estradas abaixo publico o contexto da escriptura.

Não é com intenção de votar qualquer desconfiança a respeito do sr. Joaquim Vicente de Lima com quem me entretenho boas relações de amisades, mas unicamente para salvaguardar os meus direitos de propriedades.

Eis a escriptura:

CONTRACTO DE COMPRA E VENDA

Nós abaixo assignado Joaquim Vicente de Lima e sua mulher d. Anna Roza do Sacramento como vendedores, e Francisco Rodrigues de Almeida e sua mulher d. Anna Rodrigues de Almeida, como compradores, moradores neste rio Purús, accordamos e concluímos o seguinte:

Nós os vendedores de um sitio denominado – Nazareth – e seringal correspondente, situado a margem direita do rio Purús (...) com uma casa nova de telha assoalhada, com três portas e duas janellas de frente de madeira acapu (...) com quarenta a cincoenta estradas de seringueiras (...).

E para constar se lavra por duas vezes digo por duas vias este contracto que celebramos sendo ambos por nós assignado e as testemunhas que assistirão; accerdando-se mais que em qualquer tempo so passar a escriptura publica visto não haver tabellião publico no lugar.

Rio Purús, Nazareth 19 de novembro de 1883. – Em dez mil reis de sello. – Joaquim Vicente de Limas, a rogo de Jose Joaquim da Silveira Lima, Francisco Rodrigues de Almeida, Anna Rodrigues de Almeida, testemunhas, Anastacio Ferreira de Mendonça, João Luiz Correia, Conegundes Alves de Lima.

⁴³⁴ Os estudos de gênero em antigas comunidades rurais da Amazônia, ou em seus seringais – essa unidade produtiva que se expandiu desde 1850 e se mantém, modificada, até hoje – ainda contam com poucos trabalhos, destacando-se o de: WOLFF, Cristina Sheibe. *Mulheres da Floresta*. Op. cit.

Manáos 1º de setembro de 1883.
Francisco Rodrigues de Almeida.⁴³⁵

Podemos perceber como a lei conseguia se aplicar a casos dessa natureza. As duas mulheres, Anna Roza e Anna Rodrigues, foram partes essenciais para que a transação fosse legalizada. Entretanto só quem assinou o documento de compra foi Francisco, pois cabia a ele administrar o patrimônio família. Ademais da questão de gênero, o documento revela a fragilidade do aparato burocrático da província. Como já comentamos, havia poucos profissionais (e isso serve para todas as áreas) para atuar em um território tão vasto. Também percebemos o alcance e a força pública da imprensa na região. Pois, o documento, como deixou explícito o Sr. Francisco, foi publicado no intuito de “*salvaguardar os meus direitos de propriedades.*”

Com efeito, a lei apertava na cintura da mulher, mas, por outro lado, isso não significa dizer que ela era completamente alienada. Ela também devia ou não consentir sobre os bens familiares.⁴³⁶ Certa da necessidade de sua meia participação nos negócios que tinha com seu marido Anna Joaquina da Silva publicou, em 1885, seu protesto contra o marido.

Anna Joaquina da Silva, constando-lhe que seu marido Flauzino Jozé da Trindade pretende vender umas cazas que possuem no lugar – Boa Vista – n’esta Cidade, previne que ninguém contracte a compra da dita caza pois que *ella não concorda* a annunciante. Cidade da Barra do Rio Negro 10 de Setembro de 1885.⁴³⁷ [grifo nosso]

Em verdade, a decisão anunciada de Anna Joaquina enfraquece o estereótipo do casamento patriarcal no Amazonas, no qual o marido domina e a mulher submissa. A insatisfação desta senhora sugere a busca de uma relação mais simétrica com seu marido em relação aos seus bens.

Sobre o tema dos bens Maria Beatriz Nizza da Silva aponta que para aquelas pertencentes a uma família com recursos “*a administração do patrimônio familiar pelas mulheres ocorria apenas durante um curto período de suas vidas.*”⁴³⁸ Isto se deve ao fato que de elas passavam largo período de suas vidas abrigadas sob o

⁴³⁵ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 8 de Setembro de 1883, nº846.

⁴³⁶ SILVA, Op. Cit, p. 86.

⁴³⁷ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 3 de Out. de 1855, nº 126.

⁴³⁸ SILVA, Op. Cit, p. 85-86

poder pátrio do pai ou do marido. Entretanto, Maria Odila Leite da Silva Dias comenta sobre mulheres sós e pobres que chefiavam suas famílias e posses sem nunca ter contraído casamento. Assim foi com as irmãs Toledo e muitas outras que buscavam intermediar com o poder a garantia de seus bens de raiz.⁴³⁹ A historiadora Joana Maria Pedro encontrou em Florianópolis, em período correlato a nossa pesquisa, mulheres pobres e de elites como “*proprietárias de casas, terrenos, chácaras.*”⁴⁴⁰ Com estes dados ressaltamos as variantes e fluidez com que as circunstâncias da vida apossavam as regras legais.

A leitura dos jornais provinciais também nos revelou vestígios de mulheres que tornaram público questões relativas a seu patrimônio. Sozinha, casada ou viúva observamos mulheres que nada possuíam de incapacitadas ao lutar pelo seu pedaço de chão. Foi o caso de D. Lourença. Leiamos sua *Declaração*

Lourença Maria das Neves faz publico que tem o seu sitio na margem direita do Solimões da parte da bocca de baixo do paraná-miry do Careiro, que o terreno de que está de posse extrema com o de Manoel de Carvalho e tem por limite uma arvore de assacuseiro e pela parte de cima com o terreno de Serafim de tal.

Ali tem sua casa, roças de mandioca e plantações de cação e mais fruteiras.

No dia 12 do corrente ali appareceu-lhe o dito Carvalho, seu visinho, intimando-lhe que se retirasse do lugar porque, diz elle toda aquella extensão de terreno é de sua propriedade.

Declara que não se retira do lugar senão à vista de mandado da autoridade competente, e depois de medidas demarcadas as terras de Carvalho, se é que elle já as obteve por compra do Estado, do que alias não mostrou documento algum, e quando as terras occupadas pela declarante tenham sido incluídas na extensão vendida a Carvalho somente depois de pagas as benfeitorias, como permite a lei, caso a medição seja julgada valida etc.

Desde já protesta contra qualquer violência ou esbulho que lhe possa fazer o dito Manoel de Carvalho.

Manáos 27 de Agosto de 1883.

Lourença Maria das Neves.⁴⁴¹

D. Lourença era uma posseira, uma vez que na sua declaração cogitava deixar o lugar mediante “*mandado da autoridade competente*” e “*caso a medição seja julgada valida*”. Tal conjectura se faz importante uma vez que o Amazonas, ainda pouco povoado de gente branca, era um local que possibilitava a ocupação de

⁴³⁹ DIAS, Op. Cit., p. 27-28.

⁴⁴⁰ PEDRO, Op. Cit., p. 97.

⁴⁴¹ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 8 de Set. de 1883, n°846.

terras devolutas.⁴⁴² Seu anúncio também informa que não se intimidou com a ameaça de seu vizinho. Foi até a imprensa e tornou público a ameaça que lhe foi feita com o intuito de lhe retirar seu sítio. De modo que esta senhora demonstrou conhecer seus direitos. Sabia também que publicando sua declaração na imprensa agia num campo de poder.

Na pequena Manaus encontramos registros de várias mulheres como proprietárias de casas. O jornal *Estrella do Amazonas* publicava com frequência os balanços referentes aos impostos cobrados pelo governo provincial. Um deles era o *Lançamento da Décima* que correspondia ao imposto cobrado sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos. Os valores arrecadados eram enviados aos cofres públicos para as despesas da província. O imposto era cobrado mediante avaliação prévia realizada por um funcionário público. Pelo valor cobrado é possível ter uma noção da condição do patrimônio. Alguns nomes não acompanham seu respectivo tributo (que nós assinalamos ao lado do nome) podendo isso indicar que a proprietária estivesse isenta da cobrança por possuir poucos recursos.⁴⁴³

Mesmo diante de um sistema jurídico que dava às mulheres poucos direitos houve, para elas, possibilidades de possuir uma casa, destacamos algumas. A propriedade podia pertencer ao casal, na qual a mulher tem direitos legais sobre o imóvel. Ou a posse por herança ou doação de família e ainda devido à morte do marido. Ou ainda a construção de uma benfeitoria em terreno ocupado por longo tempo.

Para o ano de 1856 encontramos em Manaus as seguintes proprietárias arroladas da lista da Décima. Tinham casas na Rua de Manaus: Roza Maria da Conceição (84\$000), Veronica Maria da Costa (60\$000), herdeiros da finada Genoveva Maria (72\$000), Domingas Maria (48\$000). À Rua da Estrella estavam as casas dos Herdeiros da finada Eduviges (100\$000) e de Roza Maria da Conceição (156\$000). Na Rua Brasileira eram proprietárias Victoria Maria da Costa Guimarães (240\$000), o casal Angela Antony e Luiz Antony (76\$000) e Guiomar

⁴⁴² Maria Odila Leite Dias fornece alguns dados de mulheres que se tornaram posseiras em terras devolutas localizadas nas margens da cidade de São Paulo. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Op. cit.*, p. 243. A situação da regularização das terras na província era tema corrente na imprensa. Para citar alguns: *Estrella do Amazonas*. Manaus, 13 de Maio de 1854, nº 89-90; *Jornal do Amazonas*. Manaus, 30 de Jul. de 1875, nº 21; *Jornal do Amazonas*. Manaus, 4 de Agos. de 1875, nº 22.

⁴⁴³ As informações sobre o funcionamento deste tributo foram retiradas da Memória da Administração Pública Brasileira do Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2748>> Acessado em 22 de agosto de 2013.

Maria (24\$000). As casas de Delfina Maria Soares (60\$000), Raymunda Maria Lopes (60\$000) e Maria Monteiro (60\$000) estavam à Rua do Sol. À Travessa do Oriente viviam Angelica Francisca (120\$000) e a viúva do finado Innocencio (300\$000). Aquele ano Maria Marcella Ferreira do Prado (36\$000) era a única proprietária à Travessa do Cumá. À Rua da Lua tinham casas Caetana Maria (60\$000) e Joanna Baptista (96\$000). Residentes à Rua da Palma eram Albertina Maria da Conceição (36\$000) e Marcellina Francisca (60\$000).⁴⁴⁴

O Censo de 1861 indica que a população geral e livre da província estava em 24.557 sendo 12.850 homens, e 11.707 mulheres. Nessa mesma época havia na capital, 9.525 homens e 8.620 mulheres, todos livres.⁴⁴⁵ Porém, nas décadas de 1860 e 1870 a província passou a receber um fluxo cada vez mais intenso de pessoas, em especial os nordestinos, atraídos pela oportunidade de trabalho nos seringais. Fator este que influenciou nos dados populacionais da província que apresentava uma predominância de indivíduos masculinos.⁴⁴⁶ Em 1874, Manaus tinha 17.028 habitantes nos quais 9.783 homens e 7.245 mulheres.⁴⁴⁷

Ao passar dos anos a província demonstrou um gradual crescimento populacional. A capital era a cidade que mais crescia, bem como sua população feminina.⁴⁴⁸ Ainda que menor se comparada com os homens em termos gerais, é interessante notar que subia o número de mulheres com bens prediais e como proprietária de terras não só em Manaus.

Em 1877 D. Francisca Marcollina tinha um terreno na Travessa da Matriz. D. Gertrudes Joaquina dos Anjos era dona de um terreno à Rua da Independência e Augustina Maria da Piedade “*um terreno que possui nesta cidade a margem do Rio-Negro, no lugar denominado Boa-Vista*”. Todas estavam em trâmite com a secretaria provincial da Comissão de Terras a fim de legalizar seus terrenos. E

⁴⁴⁴ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 2 de Abril de 1856, n°139.

⁴⁴⁵ *Falla dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas*. Manaós: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, 1861, p. 25

⁴⁴⁶ *Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, na 2ª Sessão da 11ª Legislatura, em 25 de março de 1873, pelo presidente da Província bacharel Domingos Monteiro Peixoto*. Manaós: Typographia de Gregório José de Moraes, 1873, anexo 11.

⁴⁴⁷ *Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, na 1ª Sessão da 12ª Legislatura, em 25 de março de 1874, pelo presidente da Província bacharel Domingos Monteiro Peixoto*. Manaós: Typographia do Comércio do Amazonas, 1874, p. 60.

⁴⁴⁸ *Exposição apresentada ao Exmo. Sr. 2º vice-presidente da Província do Amazonas major Gabriel Antônio Ribeiro Guimarães, pelo Dr. Agesilao Pereira da Silva*. Manaós: Typographia do Jornal do Amazonas, mapa s/n.

aguardavam as medições e audiências do comissário Feliciano Antonio Benjamim para tornarem-se, definitivamente, donas de suas propriedades.⁴⁴⁹

Quando já possuíam a garantia da propriedade, as donas decidiam sobre sua gerência. Angela Maria do Carmo, por exemplo, que vivia na capital resolveu sobre a venda de sua casa.

A abaixo assignada faz publico que vende a sua caza cita na rua do Espirito Santo a qual é nova, com oito braças de frente, própria para família; quem a pretender dirija-se a mesma caza ou falle ao Sr Francisco Gomes da Silva que também mora na dita caza com o qual também poderá tratar do preço. Manáos 5 de Fevereiro de 1861.
Angela Maria do Carmo.⁴⁵⁰

Mesmo sendo a proprietária Angela deixou claro que a venda podia ser também tratada com o Sr. Francisco. Esta observação sugere que ambos dividiam a responsabilidade da venda da casa. Outro exemplo que sugere a possibilidade de uma relação mais simétrica entre homem e mulher e de cada um destes com seus bens.

Na condição de viúva a lei respaldava a mulher para a gerência dos bens e patrimônios familiares. Porém, as coisas não eram tão simples. A efetiva aplicação desta norma tinha que estar de acordo com as disposições do contrato matrimonial que eram de dois tipos: meação ou arras. O contrato de meação previa casamento constituído em comunhão de bens. Já a contração de matrimônio com arras resguardava os direitos de bens individuais de cada cônjuge. Entretanto, Hildete Melo e Teresa Marques argumentam que tal disposição legal muitas vezes não garantia o direito das mulheres.

Observa-se que as mulheres tinham direitos legais à propriedade, mas o exercício do poder sobre os bens estava condicionado a práticas sociais. Solteiras, esposas e mesmo viúvas dependiam de que não houvesse oposição de parentes do sexo masculino, ou do juiz de órfãos da localidade, para usufruir o patrimônio.⁴⁵¹

Artifício engenhoso. Era necessário, portanto, que nenhum parente do sexo masculino ou autoridade requeresse sobre o patrimônio das mulheres. Mediante

⁴⁴⁹ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 20 de Abril de 1877, nº177.

⁴⁵⁰ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 6 de Fev. de 1861, nº520.

⁴⁵¹ MELO, Hildete Pereira de; MARQUES, Teresa Cristina Novaes. A partilha da riqueza na ordem patriarcal. *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, 5(2): 155-179, jul./dez. 2001.p. 159.

tais prerrogativas as viúvas tinham que se manter alertas. Foi assim que procedeu D. Narcisa Joaquina. Passados alguns dias de luto pela morte de seu marido buscou garantir a herança e a partilha dos filhos.

Dona Narcisa Joaquina de Carvalho Pinheiro, precisando fazer partilhas amigáveis com os co-herdeiros de seu finado marido o capitão Manoel Joaquim da Costa Pinheiro, roga a todas as pessoas que se julguem credoras ao casal do dito falecido, hajão de apresentar suas contas legalizadas, da data deste a trinta dias, ao seu procurador na Villa de Serpa, o Snr. Raymundo Candido Ferraz. – Serpa 18 de Janeiro de 1859.⁴⁵²

O caso de D. Narcisa Joaquina é exemplar para percebermos a aplicabilidade do discurso jurídico. Para que esta senhora tivesse o pleno acesso a gerência de seus bens na condição de “cabeça” do casal era necessária a legitimação da partilha. E esta só ocorria quando todo o patrimônio do casal estivesse legalmente descrito. O anúncio de D. Narcisa demonstra que ela estava tendo uma atitude responsável ao cuidar do tramite que visava assegurar seus direitos de viúva.

Mas o contrário também ocorreu. Muitas viúvas tiveram judicialmente seu acesso limitado ou negado às heranças deixadas pelos maridos por impedimento de outrem. Para um período semelhante ao de nossa pesquisa, Joana Maria Pedro comenta o caso de diversas viúvas que instauraram processos em Florianópolis exigindo o direito de elas próprias assumirem seus bens e propriedades.⁴⁵³ Evento semelhante ocorreu na Vila de Serpa. Em 1864 D. Anna Callada se viu viúva com filhos menores e deserdada.

Raymundo Candido Ferraz, tenente da 5º companhia do 1º batalhão de caçadores da guarda nacional (...) eleitor da parochia, vereador da Camara municipal de Serpa, delegado de policia do termo de mesmo nome, e juiz de paz em exercício naquela Villa.

Faço saber que por parte de D. Anna Maria Callada me foi feita uma petição pela qual me pedia que admitisse justificar a ausência e incerteza da residência de Francisco Rodrigues da Trindade e João Rodrigues da Trindade e, justificando quando bastasse lhe mandasse passar carta de editos para serem citados a fim de virem a primeira audiência deste juízo qu'eu fizer, passados trinta dias, para se conciliarem com a requerente sobre o legado deixado pelo falecido marido João Evangelista da Trindade cujo testamento pretende querellar de inofficioso, visto esbulhar sua mulher a dita requerente da meação que em direito lhe compete, instituindo herdeiros aos referidos citados. E porque justificou

⁴⁵² *Estrella do Amazonas*. Manaus, 29 de Janeiro de 1859, nº354.

⁴⁵³ PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas, mulheres faladas*: uma questão de classe, p. 150-152.

o deduzido em sua petição, lhe mandei passar a presente minha carta de editos de trinta dias, pela qual cito, chamo e requeiro a Francisco Rodrigues da Trindade e João Rodrigues da Trindade afim de que venhão a primeira audiência deste juízo que se fizer findo o dito do termo, sendo as audiências nas cazas de minha residência, nos dias de sábado, sob pena de se proceder á revelia em todos os termos da causa. E para qu' chegue a noticia de todos mandei passar o presente que será affixado nos lugares públicos e do costume e publicado pela imprensa.

Villa de Serpa 14 de Maio de 1864. E eu – Pedro Pereira da Costa Fonseca escrivão o escrevi – Raymundo Candido Ferraz – Carta de editos de trinta dias pela qual são citados Francisco Rodrigues da Trindade e João Rodrigues da Trindade para o que na mesma se declare – Raymundo Candido Ferraz.⁴⁵⁴

Em seu testamento, João Evangelista da Trindade, falecido marido de D. Anna, distribuiu seus bens entre seus dois irmãos e a mulher. No entanto, coube a viúva uma ínfima parte, fato que a deixou inconformada. Raymundo Candido, juiz de paz da vila de Serpa fez questão de salientar em sua declaração o ânimo da requerente: “*visto esbulhar sua mulher a dita requerente da meação que em direito lhe compete*”. Estamos diante de uma assimetria social. Com a morte do marido D. Anna estava em vias de perder sua casa, seus poucos bens e com filhos para criar.

Em 1886 Luciana Soares Rodrigues, residente em Manaus, viúva de Francisco Rodrigues Santiago, ex-praça do exército da província, se viu na iminência de perder sua propriedade. Esta vivia “*há mais de trinta annos*” na propriedade que lhe deixou como herança seu marido. No entanto, a viúva passou a ser ameaçada por Francisco Euzebio de Souza que morava também em Manaus, no distrito de Terra Nova. Xico sapateiro, como era popularmente conhecido, dizia ser dono do terreno em que morava a viúva, pois “*requereu por compra ao governo da província*”. Luciana era pobre e tinha pouca instrução. Conquanto, conhecia o valor e o poder da imprensa como veículo para assegurar seus direitos. Procurou o auxílio de Vicente Cesar Amazonas, que sabia ler e escrever, e mandou publicar seu protesto contra aquele que lhe ameaçava. A “*rogo de Luciana Soares Rodrigues*” Vicente escreveu:

vem por meio da imprensa protestar o esbulho que lhe quer semelhante individuo, prejudicando assim a uma pobre viúva e a seus netos. Pede, por isso, a intervenção de todas as autoridades, afim de fazeram cessar semelhante abuso.⁴⁵⁵

⁴⁵⁴ *O Catechista*. Manaus, 4 de Jun. de 1864, n° 116.

⁴⁵⁵ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 15 de Abr. de 1886, n° 1207.

Dias depois, Francisco Euzebio refutou pela imprensa o protesto de Luciana. Este alegava “*perante as autoridades administrativas e judicias e, bem assim pelo publico em geral, que nunca teve pretensão sobre o terreno allegado pela protestante.*” Francisco explica que requereu o terreno devoluto que estava contiguo ao da viúva Luciana. Para sustentar sua defesa argumentou que “*é contra expressa determinação da lei [de Terras de 1850], possuir terreno por espaço de trinta annos e não o ter cultivado.*”⁴⁵⁶ Cabe ressaltar que a situação vivida por estes dois personagens reflete o momento em que o governo estava regularizando terrenos em várias instâncias da província.⁴⁵⁷ O que vemos são populares, e em especial mulheres, buscando garantir sua terra. De modo que o comportamento desta viúva demonstra sua inquietação ao sentir que poderia perder seus direitos sobre sua propriedade.

Homens ausentes eram algo assaz comum no Brasil desde a colônia. A necessidade de trabalhar estava entre as principais motivações que levavam os homens a partir. A ausência prolongada do marido era também um meio pelo qual a mulher tomava o controle e o direito sobre a propriedade em que vivia.⁴⁵⁸

A 1858 D. Raymunda Delfina de Medeiros vivia em Silves, município próximo de Manaus. De repente esta senhora se viu só, rodeada de seus filhos e atarefada com a lida diária da família e do sítio. Esta senhora sabia que se seu marido a tivesse abandonado ela poderia usar de tal argumento para dar um novo destino a sua vida. Decidida procurou papel e o tinteiro pelos baús. Rascunhou algumas palavras e mandou publicar no jornal as seguintes linhas:

A abaixo assignada, mulher de Raymundo Antonio Moreira, que se ausentou de sua companhia, ha quase um anno, previne que ninguem faça transacções com o dito seu marido, relativamente á seu escravo e outros bens, pois á abaixo assignada vae tratar de seu divorcio.
Silves 28 de Maio de 1858.
Raymunda Delfina de Medeiros.⁴⁵⁹

A iniciativa desta senhora não revela traços de sujeição. Pelo contrário, o fato de se deparar na condição de casada e chefiando sozinha sua família apenas reforçou seu entendimento de que ela tinha plena consciência de sua capacidade

⁴⁵⁶ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 22 de Abr. de 1886, nº 1211.

⁴⁵⁷ Os jornais e os relatórios de províncias são ricos de informações a esse respeito.

⁴⁵⁸ MELO; MARQUES. Op. Cit., p. 168. SILVA. Op. Cit., p. 94-95.

⁴⁵⁹ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 9 de Jun. de 1858, nº298.

civil. Sua queixa, marido que abandona o lar, era argumento perfeitamente plausível às normas jurídicas da época que previa que o homem era quem devia chefiar a família. Neste particular Raymundo não estava cumprindo com seu papel de pai e marido provedor.

Como temos visto, muitas mulheres chefiaram sós suas famílias e seus bens. Houve também aquelas que chefiaram sós suas vidas. Conforme as prerrogativas legais da época quando da morte de uma mulher que possuía bens estes deviam ser partilhados entre os filhos ou entregues para parente próximo, ao caso de a falecida não deixar registro em testamento. Se houvesse ausência de herdeiros os bens eram confiscados pelo governo, leiloados e seus rendimentos guardados no tesouro provincial. Encontramos nos periódicos dois casos nos quais a lei se aplicou conforme os dispositivos jurídicos.

Vejamos um primeiro caso. D. Clementina Maria Joaquina Gato faleceu na Vila de Moura em 1863, era só, possuía bens e era proprietária de uma menina escrava “*de cerca de oito annos de idade de nome Maria*”. Esta senhora não deixou filhos nem testamento. Entretanto, a falecida tinha um sobrinho distante, Miguel Affonso Gato, que foi considerado seu herdeiro universal. Porém, ninguém “*sabe onde existe o referido*” sobrinho. Cumprindo com suas obrigações, o capitão Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães, “*juiz municipal supplente em exercício desta cidade de Manaus e seu termo*” convidou Miguel Affonso, por meio de edital, a se apresentar perante a autoridade jurídica a fim de receber seus bens. De acordo com o juiz o edital “*será publicado por três vezes nos periódicos desta Cidade*”. Em caso de não comparecimento do herdeiro os bens de D. Clementina, assim como “*a dita escrava ser avaliada, arrematada, e seu liquido producto recolhido ao cofre da Fazenda Nacional, nos termos do regulamento de 15 de junho de 1859, que rege as arrecadações de benz de auzentes*”.⁴⁶⁰

Outra situação em que se aplicaram com eficácia os dispositivos da lei foi em relação aos bens de D. Laudegaria Maria da Piedade. Falecida em Manaus a 1875, D. Laudegaria não deixou marido, nem filhos, muito menos testamento. E, de acordo com a norma, seus bens foram recolhidos e leiloados pelo juiz municipal.

⁴⁶⁰ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 18 de Julho de 1863, nº759.

O dr. Antonio Columbano Seraphico de Assis Carvalho, juiz municipal desta capital e seu termo, etc.

Faço saber aos que o presente virem, hindo por mim assignado, que no dia trinta do corrente as onze horas da manha às portas da Camara municipal se hade arrematar, por quem mais der e maior lanço offerecer sobre a avaliação, os bens deixados por fallecimento de Laudegaria Maria da Piedade, e são os seguintes: 1 relógio, em mau estado, galvanizado a ouro com corrente, medalha e chave de ouro avaliado por cincoenta mil reis, uma volta de contas de ouro graúdas, entremeadas com cores por cinco mil reis, uma volta de contas de ouro miudas entremeadas com corões com uma pequena cruz de ouro por oito mil reis, uma pequena volta de corões entremeadas com contas de ouro e uma pequena figa de coral encastada em ouro por dois mil reis, um peixinho de ouro por 2\$000, 2 pares de argolas usadas, sendo uma com pedras verdes por quatro mil reis, 1 par de brincos de ouro por treze mil reis, um par de brincos de ouro com pedras verdes por treze mil reis, um par de argolas pequenas por dois mil reis, um par de brincos faltando uma roseta por dois mil reis, um anel de ouro hamburguez por dois mil reis, um pente travesso de casco por cinco mil reis, uma mesa marupá usada com cinco palmos por cinco mil reis, trez baús de marupá com treze palmos cada um por dezoito mil reis, um bahu de marupá com dois palmos e meio por dois mil reis, um porta balaio com seis frascos por seis mil reis, um bole de metal usado por mil reis, duas bacias de zinco usadas por seis mil reis, uma chocolateira de cobre usada por mil reis, um ferro gomar a vapor mil reis, um thear e uma roda de fia por cinco mil reis, 2 bahus cobertos de couro com cinco palmos cada um por vinte mil reis, 1 terreno nos Remedios próximo a estrada Correa de Miranda, limitando-se pelo lado do nascente com o igarapé de Manaus e fronteiro as terras de Jose Pereira de Moraes, pelo lado do poente com uma travessa ainda não denominada e pelo lado do sul próximo aos terrenos de Alexandre Paulo de B. Amorim, tendo de frente para o lado da nascente 266 palmos, de largura pelo lado do poente, nos fundos, 169 palmos (...) de conformidade com o titulo de compra passado na thesouraria da fazenda (...) o dito terreno dentro uma casa térrea coberta de palha com duas saletas, duas portas e duas janellas em roda (...).⁴⁶¹

Os bens de D. Laudegaria apontam que ela possuía uma pequena “fortuna” em joias e utensílios domésticos como baús e uma chocolateira de bronze.⁴⁶² Ademais era proprietária de um terreno com casa “coberta de palha”. Portanto, a descrição de seus bens demonstra que D. Laudegaria era uma mulher de posição numa cidade tão acanhada como era Manaus. Aspectos esses que reunidos numa mesma figura chamam a atenção principalmente por se tratar de uma mulher. A falecida D. Laudegaria teve um destino não tanto usual: era solteira, proprietária de sua casa e ia à missa enfeitada com joias.

⁴⁶¹ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 23 de Abr. de 1875, nº3.

⁴⁶² Patrícia Sampaio pesquisou sobre as fortunas de Manaus no século XIX e aponta que eram muito inferiores se comparadas com outras cidades do Império. Sublinha também que o “*estudo da composição das fortunas*” demonstra como era pequeno e restrito o capital financeiro na cidade. Para mais detalhes ver SAMPAIO, Patrícia. Nas teias da fortuna: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX. *Revista de Humanidades* da UFRN, V. 03. N. 06, out./nov. de 2002, p. 56.

Tempo de mulheres oprimidas? Voltando nossos olhos para o Amazonas do passado diríamos que sim e que não. É impossível continuar pensando num arquétipo único de mulher oitocentista que gira em torno das santinhas, recatadas e obedientes. Mesmo cerceada por uma série de discursos que diminuía as ações femininas encontramos mulheres fluídas numa sociedade patriarcal. Assim como o líquido que escorrega e perpassa lugares improváveis, assim foram muitas mulheres amazonenses que, em algum momento de suas vidas, fluíram pelo sistema e tomaram outras formas, que não aquela ditada.

Nossos dados nos permitem afirmar que um elevado número de mulheres populares assumiram comportamentos responsáveis em relação a seus filhos e a suas propriedades. Vimos também àquelas que apresentaram sentimentos de raiva ou se posicionaram contrárias ao marido, refutando assim a autoridade masculina.

Elas que perante a lei eram qualificadas como *fragilitas sexus* e que possuíam poucos poderes buscaram pela legalidade ampliá-los. Pelas frestas do sistema elas conseguiram empilhar um montante de ofícios nos escaninhos provinciais. Estes dados são significantes para compreender como se deu os modos de organização social no Amazonas. E, nesse meio, a elasticidade do sistema patrimonial com a demanda cada vez maior de mulheres proprietárias ou lutando pela legitimação de suas propriedades.

As mulheres no movimento abolicionista do Amazonas.

Importante também foi a participação das mulheres de elite na luta abolicionista do Amazonas. Associadas em grupos mistos ou só de mulheres, elas foram partes essenciais na formação de uma ideologia e no cotidiano político nesse momento buliçoso da história brasileira. Para uma grande maioria das mulheres, não só no Amazonas, o abolicionismo representou sua entrada na esfera política. É certo que suas ações tinham mais afinidades com as sociabilidades típicas aos recônditos femininos, como doações e recitais. Entretanto, foi no âmbito destes aspectos femininos que se operou o pensamento e o exercício do ato político. Atuar na causa abolicionista fez delas sujeitos vivenciando experiências que estavam

para além do ambiente doméstico e da maternidade. São vestígios de que elas estavam inscritas na complexidade social da época.

Desde a década de 1870 políticos liberais já debatiam no parlamento imperial que a escravidão era um entrave ao desenvolvimento econômico e social do país. O fim do conflito com o Paraguai alimentou as insatisfações com o sistema. A literatura⁴⁶³ e a imprensa⁴⁶⁴ passaram a retratar com mais veemência os contrastes e as problemáticas sociais da escravidão, rascunhando assim os primeiros traços abolicionistas. Contudo, como projeto político, o abolicionismo tomou grande vulto a partir de 1880. Época em que José do Patrocínio e Joaquim Nabuco fundaram a *Sociedade Brasileira Contra a Escravidão* no Rio de Janeiro. Este último escreveu que no Brasil o Abolicionismo foi

antes de tudo um movimento *político*, para o qual, sem dúvida, poderosamente concorre o interesse pelos escravos e a compaixão pela sua sorte, mas que nasce de um pensamento diverso: o de reconstruir o Brasil sobre o trabalho livre e a união das raças na liberdade.⁴⁶⁵

Desejo esse que se espalhou pelos quatro cantos do império. E o Amazonas foi, juntamente com o Ceará, foram as primeiras províncias a se adiantarem na Abolição da escravatura em 1884.⁴⁶⁶ A imprensa, citada brevemente acima, foi um dos principais meios de ventilação das ideias abolicionistas também no Amazonas. De modo geral o discurso da imprensa assim como o dos governantes prescrevia que a libertação dos escravos devia ser um movimento circunscrito pela ordem e controle patriarcal. Não a toa se discutia calorosamente o tema na câmara provincial, bem como a constituição de fundos de indenização.

⁴⁶³ Para citar alguns: o clássico de MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas algozes: quadros da escravidão*, lançado em 1869. Disponível em: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2134 Acessado em 5 de dezembro de 2013; REIS, Maria Firmina. *Úrsula*. Florianópolis: Mulheres; Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.

⁴⁶⁴ Exemplos entre tantos: Rio de Janeiro: *Gazeta da Tarde*; em Goiás *A Tribuna Livre* e *O Publicador*; no Ceará *Aves Libertas* e em Minas Gerais *A Provincia de Minas*.

⁴⁶⁵ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionista*. Petrópolis/RJ: Vozes de Bolso, 2012, p. 22.

⁴⁶⁶ Fator de grande relevância para a historiografia regional que vem redimensionando seu olhar sobre a população escrava e negra no Amazonas. Sobre o tema ver FUNES, Eurípedes. *Nasci nas matas, nunca tive senhor: História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas*. Tese de Doutorado – USP: São Paulo, 1995; PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *De mocambeiro a cabano: Notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX*. *Revista Terra das Águas*, v.1, n.1, 1999; SAMPAIO, Patrícia M. (org.). *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Belém: Açaí/CNPQ, 2011; NETO, Provino Pozza. *AVE LIBERTAS ações emancipacionistas no Amazonas Imperial*. Dissertação de Mestrado em História – UFAM, 2011; CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. *“Uma viva e permanente ameaça”: resistência, rebeldia e fugas escravas no Amazonas Imperial (1850-1882)*. Dissertação de Mestrado em História, UFAM, 2013.

A 4 de maio de 1884, veio a luz o periódico *Abolicionista do Amazonas* pertencente a *uma Associação Beneficente* composta por mulheres. O número de estreia exaltava a criação da Lei Áurea, nº 632 de 24 de abril de 1884. Criada pelo governo geral da província esta lei criava um “*fundo de 300:000\$ réis para o auxilio da libertação dos escravos desta província*”. Fato que se constituiu em uma “*data legendária de uma conquista para a história da Província do Amazonas*”.⁴⁶⁷ Ademais, festejava que

O movimento abolicionista n’esta capital, todos os dias toma maior incremento. Todas as classes da sociedade se congregam diariamente e constituem sociedades abolicionistas, para levar a effeito a grandiosa ideia da emancipação do elemento servil do sólo amazonense.⁴⁶⁸

Provino Pozza Neto demonstra que, desde a década de 1870, na província do Amazonas já havia meios legais e econômicos além de pessoas associadas que garantiam e trabalhavam em prol do processo de libertação do braço escravo. Os valores eram estipulados em quotas e provinham, principalmente, dos cofres imperiais.⁴⁶⁹

A participação feminina foi essencial ao funcionamento da máquina abolicionista. Os modos de sociabilidade foram primordiais para angariar uma porcentagem do montante relativo ao fundo de libertação.⁴⁷⁰ Bailes, bazares, leilões e doações em dinheiro eram geridos por associações que contribuíram para o pagamento de algumas cartas.⁴⁷¹ Foi o caso da associação *Primeiro de Janeiro*

⁴⁶⁷ *Abolicionista do Amazonas*. Manaus, 4 de Maio de 1884, nº1.

⁴⁶⁸ *Abolicionista do Amazonas*. Manaus, 4 de Maio de 1884, nº1.

⁴⁶⁹ A Lei do Rio Branco ou do Ventre Livre (1871) previa a criação de um fundo emancipatório para a libertação dos escravos, conforme descrito no artigo 3º. Já o artigo 4º considerava ao escravo a “*formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças*”. As associações que angariavam fundos se encaixavam, portanto, nesta medida legal. Lei de 28 de Setembro de 1871, disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Hist%C3%B3ricos-Brasileiros/lei-do-ventre-livre.html>> Acessado em 1 de outubro de 2013. Para mais detalhes sobre as quotas abolicionistas na província do Amazonas ver: NETO. Op. cit., p. 50-51 e, em especial, o tópico “Impacto do Fundo de Emancipação no Amazonas” pp. 73-85.

⁴⁷⁰ HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p.46.

⁴⁷¹ Por todo o império do Brasil houve associações abolicionistas mistas e algumas exclusivamente composta de mulheres. No Recife a agremiação *Aves Libertas* era composta somente por mulheres. Nesta tiveram vulto as figuras de Leonor Porto e Ines Sabino que tanto defenderam como trabalharam em prol da causa. SCHUMAHER, Maria Aparecida, Érico Vital Brasil. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade* biográfico e ilustrado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 274; SIQUEIRA, Elizabeth Angelica Santos; DANTAS, Marluce Oliveira Raposo. A temática dos poemas femininos no Recife no século XIX: algumas constantes. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/article/download/.../15735> Acessado em 01.10.2013. Para as ações de mulheres abolicionistas em Goiás ver: SANT’ANNA, Thiago de. *Mulheres goianas*

organizada pelo tenente coronel Francisco Ferreira de Lima e da qual “fazem parte pessoas de ambos os sexos”. Esta “conforme o seu estatuto, tem por fim constituir por meio de seus associados e bazares, um fundo de abolição.”⁴⁷²

Sabemos que, para a sociedade da época, a esfera política era apanágio quase que exclusivo dos homens. E que por isso uma dada corrente da historiografia brasileira considerou as ações das mulheres envolvidas nos movimentos abolicionistas como simplórias extensões de sentimentalismos e amabilidades. Visão esta que refletia bem a dualidade do homem público e político e da mulher encastelada e promotora de distrações. Nosso olhar sobre as mulheres abolicionistas vai além desta estreiteza dual de gênero, uma vez que sua atuação “ocorre no espaço da política e do poder, independentemente das diversas estratégias adotadas”.⁴⁷³

A imprensa, por nós usada como fonte primária para seguir os vestígios das mulheres abolicionistas no Amazonas, deve ser lida com atenção. Mesmo se tratando de um jornal escrito por mulheres, como é o caso do *Abolicionista do Amazonas*. Ademais dos cuidados comentados no capítulo 1, ressaltamos como a linguagem periodista acentuou os limites entre o feminino e o masculino. Assim que neste discurso a mulher aparece sempre atrelada a sua condição nobre de caridosa.

Ao ler o jornal *Abolicionista do Amazonas* ficamos conhecendo algumas associações nas quais a diretoria era composta exclusivamente por mulheres. Eram elas que, mesmo consideradas não cidadãs, fizeram uso de sua liberdade física⁴⁷⁴ para atuar simbolicamente no campo do poder. Uma dessas associações foi a *Amazonas Libertadoras*. Fundada em 24 de abril de 1884, a seção de abertura foi celebrada no interior do Palácio da Presidência. A associação estava

(...) composta de senhoras, cujo fim, segundo a acta da instalação, que no lugar competente publicamos, é cuidar da abolição dos escravos. Felicitamos as exm^{as} sr^{as} creadoras de tão nobre instituição. A directoria ficou assim composta:

em ação: praticas abolicionistas, práticas políticas. (1870-1888). Mestrado em História. Brasília: Universidade de Brasília, 2005.

⁴⁷² *Abolicionista do Amazonas*. Manaus 4 de Maio de 1884, n.º1, página 2.

⁴⁷³ MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; MACENA, Fabiana Francisca. Mulheres e política: a participação nos movimentos abolicionistas do século XIX. *Revista Mosaico*, v.5, n.1, pp. 45-54, jan./jun. 2012, p. 48.

⁴⁷⁴ HAHNER. Op. cit., p. 17-18.

Presidente – D. Elisa de Faria Souto.
Vice-presidente – D. Olympia Fonseca.
1º Secretaria – D. Philomena Amorim.
2ª Secretaria – D. Izabel Bittencourt.
Thesoureira – D. Clotilde Albuquerque.
Diretoras – DD. Tertuliana Moreira, Albina Sarmento, Guilherina Faria de Souza, Maria Bessa Teixeira, Carolina Braga, Adelina Fleury, Jovina Cabral, Carlota Baird, Evarista Moraes e Celina Hosannah.⁴⁷⁵

O mesmo jornal anunciou a criação do *Club Juvenil Emancipador*. Outra “*sociedade emancipadora de moças filhas do Amazonas*” que tinha “*por fim promover a libertação dos escravos da provincia, animando a iniciativa particular e auxiliando os poderes públicos.*” Tendo a frente, como presidente, uma jovencinha de 13 anos, D. Olivia Aranha. Faziam ainda parte da diretoria: “*Vice-presidente – D. Maria Sympson de Amorim, 1ª Secretaria – D. Josephina Moreira, 2ª Dita – D. Angela Camara, Thesoureira – D. Othilia Sarmento.*”⁴⁷⁶ Consta ainda que esta agremiação recebeu da sócia D. Maria de La Salecte Castro e Costa a “*quantia de 68\$000 rs*”⁴⁷⁷ que formava parte de seu fundo monetário.

Estes dados apontam que as mulheres da elite ao dirigir clubes e associações demonstraram sua plena capacidade de atuar na esfera pública e política borrando assim o limite entre o masculino e o feminino. Estas mulheres lidavam com a burocracia que envolvia não só aquelas que gravitavam em torno das estratégias da política abolicionista. Havia ainda a burocracia necessária para a fundação de associações e aquela relativa a gerência dos valores de entrada e saída dos fundos monetários para a emancipação. Temos, portanto, mulheres manejando documentos e discutindo temas que estavam além de receitas culinárias e histórias de folhetins. Tais perspectivas nos levam a redimensionar o pensamento a cerca das atitudes e participação das mulheres na luta abolicionista a fim de enfraquecer a ideia de que as ações masculinas são sempre únicas e dominantes e nas quais as mulheres não passam de meras coadjuvantes.⁴⁷⁸

Com relação às alforrias assinadas na província percebemos que a maior parte das cartas beneficiavam as mulheres. “*Elas representam 56% do total dos alforriados, corroborando com o padrão típico de alforriados encontrados em outras*

⁴⁷⁵ *Abolicionista do Amazonas*. Manaus, 4 de Maio de 1884, nº1.

⁴⁷⁶ *Abolicionista do Amazonas*. Manaus, 4 de Maio de 1884, nº 1.

⁴⁷⁷ *Abolicionista do Amazonas*. Manaus, 4 de Maio de 1884, nº 1.

⁴⁷⁸ SCOTT, Joan. História das Mulheres in BURKE, Peter (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992, p. 77-78.

áreas do Brasil."⁴⁷⁹ De acordo com Provino Pozza Neto estes números sustentam-se no escopo de que houve para as mulheres melhores condições para a libertação, uma vez que elas entabulavam laços afetivos com seus senhores. Em oposição, os homens eram mais requisitados para o trabalho, tal fator contribuía para que continuassem como cativos. Algumas cartas de alforrias de mulheres foram publicadas na imprensa e demonstravam as motivações com que seus ex-proprietários concediam a liberdade plena a sua ex-cativa.

O sr. Antonio Sabino da Silva e sua virtuosa consorte a exma^a sr^a d. Amaziles Gonçalves de Campos, ao chegar a esta capital, no dia 28 do corrente, deram liberdade sem ônus ou condição alguma a sua escrava de nome Raymunda com 28 annos de idade.

Actos desta ordem estão acima de todo o elogio, por isso cingimos a registral-o, publicando em seguida a referida carta:

"Nós abaixo assignados, em homenagem ao movimento abolicionista, e quereudo concorrer na medida de nossas forças para extincção do elemento servil, declaramos q' n'esta data concedemos alforria a nossa escrava Raymunda, sem ônus algum. E para que possa gosar de sua liberdade como se livre nascera, lhe passamos a presente carta que assignamos."

Manaus, 28 de abril de 1884.

Antonio Sabino da Silva.

Amaziles Gonçalves Campos.

Testemunhas

Antonio Ribeiro dos Santos Silva.

Sergio do Areal Souto.⁴⁸⁰

A nota é extensa, mas nela temos condições de perceber como a imprensa abolicionista fazia o uso pedagógico de semelhante ato como um exemplo a ser seguido. Outrossim, diz respeito ao processo de concessão "*sem ônus*" de alforria dada a escrava Raymunda. Este foi realizado dentro da esfera privada e animado pela campanha abolicionista amazonense. Podemos notar ainda que a decisão de alforriar Raymunda deu-se logo na chegada do casal de proprietários a Manaus. Isto significa dizer que a pequenina cidade estava exaltada, haja vista um número significativo de mulheres e homens atuando na causa.

Esta animação abolicionista foi efusivamente comemorada com a entrega das cartas de alforria aos últimos escravos da capital. Eram 23 de maio de 1884 e Manaus estava em festa, "*tudo era movimento e vida. Tudo denotava*

⁴⁷⁹ POZZA NETO. Op. cit., p. 105.

⁴⁸⁰ *Abolicionista do Amazonas*. Manaus, 4 de Maio de 1884, n° 1

contentamento” dizia a folha Abolicionista do Amazonas.⁴⁸¹ Reunidas junto a seus pares abolicionistas ou acompanhadas de seus maridos, as mulheres estavam às voltas pela praça D. Pedro II e pela Câmara municipal no centro da cidade. No interior da casa de governo, em meio a calorosos discursos destacaram-se D. Maria Telles, D. Zara Teixeira, umas tantas alunas do Colégio Amazonense e “*uma jovem representante do Club Escolas Abolicionista*”. Essas mulheres subiram a tribuna e se pronunciaram evocando a importância política, o pioneirismo e o exemplo que a província do Amazonas dava ao restante do império.⁴⁸²

No dia seguinte, a 24 de maio de 1884, o presidente da província Dr. Theodoro Souto declarou “*em nome do governo, da paz e da província do Amazonas, que a cidade de Manaós não tem mais homem escravo, nem homem senhor.*”⁴⁸³ Assim que a cidade estava repleta e agitada. Às 5 horas da tarde deu-se o início do desfile festivo nas principais ruas da cidade “*os collegios Amazonense e Brasileiro acompanhados de suas directoras formavam duas linhas distintas*”, a banda de música dava a nota a 19 alunas do Colégio Amazonense que cantavam e “*representavam as 19 cidades livres do Império*”. No carro da agremiação Libertadora 25 de Maio desfilava “*a interessante filha do sr. Dr. Barbosa Rodrigues, representando Manáos livre*”.⁴⁸⁴

Pelas notícias veiculadas na imprensa amazonense percebemos que as mulheres estiveram em cena e a frente em diversas ocasiões enquanto durou o processo abolicionista. Pertencente a pequena elite da cidade, elas saíram de casa e interviram ativamente nesse movimento. Nesse deslocamento observamos que as mulheres não eram um ser débil, mas sujeitos político e ideológico. De modo silencioso e sem afrontar radicalmente as normas da época elas se apropriaram do poder, ingressando assim na esfera pública.

⁴⁸¹ *Abolicionista do Amazonas*. Manaus, 1 de Jun. de 1884, n° 5.

⁴⁸² *Abolicionista do Amazonas*. Manaus, 1 de Junho de 1884, n° 5.

⁴⁸³ POZZA NETO. Op. cit., p. 138.

⁴⁸⁴ *Abolicionista do Amazonas*. Op. Cit.

3.3 Faces da violência no Amazonas: da casa a rua

Escondidas entre o conteúdo político da imprensa ou entre anotações acerca da geografia, e da exuberante fauna e flora do Amazonas encontramos o traço sutil da violência. Assim como uma cicatriz sobre a pele, foi um tanto comum encontrar dados que indicam mulheres envolvidas em casos de violências e maus tratos. Praticadas por maridos, desconhecidos, amantes, senhores, pais ou mesmo entre mulheres.

A violência contra as mulheres é um fenômeno construído historicamente e tem como base a ideia de superioridade do homem em relação à mulher. No Brasil, desde tempos coloniais o usufruto da força bruta que o homem praticava sobre a mulher era tida como costume e estava prevista na lei. A agressão era, portanto, algo inerente à sociedade brasileira como um todo.

A sociedade estava organizada em razão do domínio e da prepotência. A prepotência do pai sobre o filho, do marido sobre a mulher, do senhor sobre o escravo, das autoridades sobre o povo. A agressão física fazia parte integrante desse quadro que, em certos aspectos, persiste ainda em algumas regiões do país.⁴⁸⁵

Assim que o homem foi, de fato, o grande protagonista dessa tradição de ações violentas durante o período imperial. Igualmente na província do Amazonas. Por sua vez as mulheres, em menor escala, também reproduziram atos de violência.

Que motivos levaram os homens a utilizarem da força contra as mulheres? Um modo de refletir sobre isso decorre da aceitação da tradição patriarcal presente nos diversos recônditos da sociedade imperial. Este poder invisível tinha no exercício da força bruta uma substancial ligação com a honra masculina. Quando o homem tinha sua autoridade desafiada pela mulher este fazia uso do costume: a violência como revide.

De igual modo, faz-se necessário refletir sobre os motivos que levaram as mulheres a usarem também da violência para com homens e entre elas mesmas. Embora se revele de forma diminuta, as mulheres também praticaram atos

⁴⁸⁵ COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a República: Momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 292.

violentos contra eles. O que demonstra que as mulheres nem sempre foram vítimas, mas também agressoras, como veremos ao final deste tópico.

Há ainda outras questões que minam as relações sociais como a pobreza, a embriaguez e o ciúme. Viver em condições econômicas e sociais limitadas torna-se, muitas vezes, fator preponderante nos relacionamentos. O trabalho mal remunerado, o desemprego, a escassez de alimentos e viver em moradias fora dos padrões previstos por uma política civilizatória são alguns dos aspectos comuns ao cotidiano das classes populares. Feições essas que fazem com que as pessoas improvisem meios de sobrevivência. A instabilidade provocada pela pressão do viver em limite esmorece os relacionamentos.

O uso do álcool em demasia trouxe uma série de problemas para as relações sociais. A revolução industrial operou uma transformação no ato de beber. O entusiasmo do bebedor das festividades coletivas converteu-o em um bebedor dependente e cabisbaixo, que sente o peso do trabalho e da moral. O alcoolismo, portanto, refletia a dimensão da dificuldade de viver em uma sociedade em trânsito.⁴⁸⁶ A anestesia atizada pelo álcool permitia ao usuário extravasar seus sentimentos. No âmbito familiar o homem bêbado cobrava e reclamava as tarefas e a submissão feminina. E se este suspeitava da mulher fazia, muitas vezes, o uso da violência. Mesmo sendo apanágio masculino muitas mulheres consumiam bebidas alcoólicas. Esta prática, mais vinculada às populares, conferia-lhe uma série de preconceitos, como veremos mais adiante.

O ciúme é um sentimento que divisa e fragiliza os seres humanos. É, por vezes, comum nos relacionamentos. Nos oitocentos este sentimento foi o agravante de muitos crimes passionais. Sentido pelo homem, o despeito caracterizava-se pela incapacidade que este tinha de manter a mulher sob sua obediência. De modo que, afrontado o homem cheio de ciúme tornava-se impulsivo e violento.

São estes alguns dos elementos que contribuíram, e ainda contribuem, para o exercício da violência. Contudo, ressaltamos que estes aspectos também atingiram as mulheres. A pobreza, o ciúme e uso do álcool por parte de uma parcela das mulheres oitocentistas foram, portanto, estratégias que elas encontraram para burlar uma sociedade que privilegiava o homem.

⁴⁸⁶ CORBAIN, Alain. Gritos e cochichos in PERROT, Michelle (org.). *História da Vida Privada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, vol. 4, p. 542-543.

Faces da violência: assassinatos, raptos e defloramento.

Os fatores acima citados foram marcantes nas relações sociais da população da província do Amazonas. A essa época, como já anunciamos, as culturas dos brancos, as indígenas e a negra se atropelavam também na esfera dos sentimentos. Em especial nas relações entre homens e mulheres. Com isso o exercício das emoções podia variar dependendo da classe social. Para os populares os espaços abertos da cidade (ainda repleta de afinidades com a floresta) e dos sítios representavam os principais locais de sociabilidade e, logo, da experiência sentimental. Encontros furtivos de casais nas matas e igarapés; conversas intermináveis que se davam entre os baioços das redes nos quintais; passeios pelas trilhas ou ainda, ao fim da tarde para selar o dia, homens e mulheres se encontravam para tragar o fumo ou provar da aguardente. E em meio a essa aparente harmonia a violência se fez sutil. Assim foi o caso da índia Joaquina que foi assassinada em plena rua por seu amante.

Hontem pela volta das 7 horas da noite, na ponte do Espirito Santo, deu-se um facto bárbaro e lamentável.

Bernardo de tal, ex-praça do corpo provisório munido d'um cacete de quatro quinas, assassinou a índia Joaquina, aggregada da casa do sr. Capitão Manoel Ferreira dos Anjos. Tamanha pancada descarregou o assassino sobre o craneo de sua victima, que fez-lhe saltar os miolos e cahir instantaneamente por terra. Depois disso continuou a infligir-lhe outras cacetadas até certificar-se de que estava bem morta; e carregando o cadáver lançou da ponte para o rio, de onde foi tirado pouco tempo depois.

(...) Parece que o ciúme desordenado foi a causa efficiente deste lamentável successo.⁴⁸⁷

O ciúme foi o grande motivador do crime. Joaquina era índia e agregada na casa de um senhor da elite de Manaus. Ela, assim como muitas, estava encarregada dos desvalorizados serviços domésticos e das demais necessidades que exigia seu patrão. Contudo, Joaquina manteve com Bernardo uma relação na qual não acatava com placidez sua autoridade. Esta encontrou meios de se movimentar dentro da sociedade, inclusive movia-se com liberdade pela cidade, fosse de dia ou de noite. Como na situação em que foi assassinada. Bernardo era um homem também pobre e que tinha poucas condições de se tornar um marido para Joaquina, como previa

⁴⁸⁷ *Jornal Amazonas*. Manaus, 9 de Jun. de 1870, n° 233.

as normas sociais. Esta incapacidade levou-o ao extremo do ciúme. Ferido em sua honra masculina Bernardo partiu para o incontrolável, o uso da violência para com Joaquina.

Encontramos outros eventos semelhantes. Um deles se deu na vila de Rio Branco em 1857. João de Castro Pinto era acusado de assassinar “*sua própria mulher*.” Estava foragido e sendo procurado a mando do chefe de polícia da província.⁴⁸⁸ Anos depois, em princípios de 1859 foi preso por “*ordem do subdelegado da Cidade de Teffé o guarda nacional Antonio Correia da Silva por crime de tentativa de homicídio na pessoa de sua mulher*.”⁴⁸⁹ Esta esposa provavelmente não suportou com resignação os mandos do marido, o guarda nacional. Quando por ele repreendida esta mulher não se mostrou passiva e por isso sofreu tal atentado. Entretanto, Antônio enquanto homem e guarda nacional conseguiu rapidamente desvencilhar-se do processo prisional, pois, como já comentamos o discurso jurídico inclinava-se a defesa da honra masculina. Além de que era escasso o contingente de homens atuando nos baixos escalões do governo. Encontramos seu nome no ofício do dia 17 de Setembro de 1859, no qual havia, junto com outros praças, participado da escolta de alguns recrutas no trajeto de Tefé até Manaus.⁴⁹⁰

O contrário, a mulher matar o homem, também ocorreu no território da província. Da longínqua vila de Crato, ao alto do rio Madeira, o jornal Estrella do Amazonas noticiou o assassinato do soldado Ignacio Francisco. Pelo que consta das investigações D. Lourença de Barros França e seu escravo, “*o preto Felipe*”, foram os responsáveis pelo assassinio do marido.⁴⁹¹ Já vimos como era sobrecarregada a vida de mulher casada que habitava no interior. Ademais desta função tradicional a mulher tinha que servir, sem queixumes, as vontades de seu marido. Assim que todos estes fatores pesaram sobre D. Lourença que a levou a encabeçar o ato violento. O desfecho trágico demonstra que esta mulher passa ao largo do estereótipo da submissão.

Os estudos de Joana Maria Pedro assinalam que a imagem e reputação da mulher na imprensa eram de extrema importância para sua família dentro da

⁴⁸⁸ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 29 de Abr. de 1857, n° 210.

⁴⁸⁹ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 9 de Fev. de 1859, n° 356..

⁴⁹⁰ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 26 de Fev. de 1859, n° 361.

⁴⁹¹ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 29 de Abr. de 1857, n° 210.

esfera política. As mulheres eram grandes espelhos das famílias, sua honra dependia da sua conduta, que devia ser polida e cuidadosa. Portanto, calúnias e intrigas eram fatais para o descrédito político dos seus.⁴⁹² Para o Amazonas encontramos um caso com características semelhantes. Uma calúnia que tinha como personagem central a esposa do Sr. Bernardo Garcia, acusada de assassinato por adultério incestuoso.

...corria a noticia de um assassinato perpetrado por uma mulher casada na pessoa de seu marido e de uma sua filha, por te-los encontrado em adultério incestuoso.

Esta noticia de um crime por uma causa tão repugnante á natureza occupava a attenção de todos, e chegando ao conhecimento da policia é logo chamada a indicada authora deste crime, e perguntada por seu marido e filhas respondeo que existião em seu sitio; é Ella com tudo posta em custodia ate que sejião apresentados á authoridade policial aquelles que se dizião mortos; e com effeito vêm e são reconhecidos os próprios, o Sr. Bernardo Garcia e suas filhas, depois de cuja averiguação é posta em liberdade sua mulher, victima da calumnia e da mentira que tanto dezar trazia á sua família.⁴⁹³

A esposa do Sr. Bernardo Garcia foi a protagonista de um embuste que tinha ao que parece, por intenção denegrir a imagem, não só sua, mas de toda sua família. Isto se depreende pelo fato de o inventor ter-se utilizado de duas práticas sociais que na época eram consideradas vergonhosas. Ela como mulher casada e mãe foi acusada de assassina por ter tido lugar em sua casa um episódio de adultério e incesto. Ora, duas situações as quais a igreja e o Direito condenavam com veemência. Sobre o adultério masculino, já vimos como o discurso jurídico e o da religião se situavam, protegendo este. Contudo, a calúnia trazia o agravante do incesto.

O incesto é um comportamento que consiste na união ou copula ilícita entre membros consanguíneos e/ou da mesma família. De modo que se trata de um tema caro tanto para a Igreja como para a literatura.⁴⁹⁴ O Brasil conhece, desde a colônia, casos de incestos que eram tidos com naturalidade no seio de famílias improvisadas. O que confirma a inviabilidade de um único modelo de família. De acordo com o catolicismo, o incesto representava um dos mais baixos graus da

⁴⁹² PEDRO. Op. Cit., p. 58-59.

⁴⁹³ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 28 de Jul. de 1858, n° 308.

⁴⁹⁴ SÓFOCLES. *Édipo Rei*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1998; SÊNECA. *Fedra*. Porto/PT: Porto Editora, 2003; ASSIS, Machado de. Helena. São Paulo: Ática, 1970; QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.

“*transgressão do casamento de da lei de Deus.*”⁴⁹⁵ A igreja, via na fornicção um ato pecaminoso e que só era perdoado quando realizado dentro do casamento. Entretanto, o incesto, qualificado como fornicção complexa e entre parentes tornou-se pela religião uma representação monstruosa e bestial. A imagem da culpa promíscua foi largamente ventilada e, como decorrência, o desespero e a difamação social foram taxativos a tal prática.

A mulher enquanto mãe devia zelar pela honra de sua família ao proteger filhos e filhas de manterem relações sexuais antes do casamento, além de evitar a união entre parentes. Do contrário a mulher como mãe não estava cumprindo com seu divino papel. Entretanto, no caso em questão não só a mulher estava envolvida. O esposo caluniado era um senhor de respeito e chefe de família que era acusado de manter copula ilícita com suas filhas. Conduta promíscua e não condizente com a de um pai.

Temos, então, um caso em que a calúnia visava desmantelar a conduta dos membros desta família ao se utilizar de tais prerrogativas. Pois, o incesto e o adultério eram experiências amorosas e sexuais que aos olhos da religião, do direito e de uma parcela da sociedade converteram-se em pecado e desacato. Não à toa o jornalista ter utilizado o termo “repugnante” em sua redação.

Também os raptos eram uma das faces da violência assaz comum na região. O termo rapto significa, além de tirar alguém contra a sua vontade de sua família ou lugar, remete ao roubo. O verbo roubar, por sua vez, refere-se à ação de tirar algo sem o consentimento do proprietário/a. Ou seja, a mulher quando raptada era roubada de seu proprietário, ela era propriedade de seu pai, mãe, tutor, marido.

Na Amazônia, desde o período da conquista, é constante encontrar informações de meninas e mulheres indígenas retiradas à força do seio de sua família pelo colonizador. Torres e Oliveira sinalizam que no século XVIII o padre missionário João Daniel descreveu que eram costumeiras as práticas de “*pais oferecerem suas filhas ao colono português que veio para Amazônia*” como sinônimo de melhoria de vida. A sedução tinha várias faces: recaía sobre a promessa de uma mobilidade social e aquela associada à sexualidade, ao exotismo do corpo moreno “*quente e feroso*”. Assim deram-se início um sem-número de raptos na região que,

⁴⁹⁵ LONDOÑO, Fernando Torres. O crime do amor in Maria Angela D’Incao (org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989, p. 23.

contemporaneamente veio a ser conhecido como tráfico de mulheres. De maneira que *“essas práticas patrimonialistas foram responsáveis por vezes de escravidão arraigados aos processos sociais, difíceis de serem removidos e depurados”*.⁴⁹⁶

Um ofício de 1864, redigido por autoridade da província ao gerente da companhia de navegação, mandava *“dar transporte no vapor Belém, desta capital para Villa-bella da Imperatriz a índia menor que o chefe de polícia fará embarcar para ser entregue naquella Villa, correndo despesa por conta da província.”*⁴⁹⁷ Tratava-se de Maria, índia de 7 anos de idade. Esta pequena foi raptada pelo padre Antonio Augusto de Mattos que era diretor da aldeia de índios Mamurú, a qual pertencia, em Vila Bela da Imperatriz. Segundo os jornais o padre tinha parte em um esquema que enviava ilegalmente índios da província do Amazonas para o Pará. As autoridades policiais expediram *“as mais terminantes ordens para averiguação do facto”* já que este *“era muito grave”*. Maria passou algum tempo escondida na casa de Francisco Cavalcante d’Albuquerque em Belém. Em seguida as notícias dão conta que ela passou mais algum tempo ocultada em Manaus. Encontrada pela polícia foi enviada de volta a sua família. Do padre sabemos que foi destituído do cargo.⁴⁹⁸

De modo geral, as crianças e as mulheres raptadas eram enganadas com diversas promessas. Na província, em virtude de suas características, muitos padres tiveram o papel de convencer as vítimas e efetivar o roubo, uma vez que eles estavam à frente de diversas diretorias de índios. Por outro lado, não podemos esquecer que uma parcela dos eclesiásticos também vivia em promiscuidade a revelia dos mandamentos religiosos. As raptadas eram enviadas para casas de famílias a fim de auxiliarem em serviços domésticos e no trato das crianças menores. De igual modo, também sofriam violência sexual do raptor e de seu senhor.

Josepha foi uma indígena seduzida e raptada pelo português Francisco Joaquim de Amorim Junior na vila de Tauapessassú, interior da província. A denúncia foi feita por carta enviada ao jornal *O Catechista*, e estava assinada pelo

⁴⁹⁶ TORRES, Iraíldes Caldas; Oliveira, Márcia Maria de. *Tráfico de mulheres na Amazônia*. Florianópolis: Mulheres, 2012, p. 16-17.

⁴⁹⁷ *O Catechista*. Manaus, 4 de Jun. de 1864, n° 116.

⁴⁹⁸ *O Catechista*. Manaus, 16 de Abr. de 1864, n° 109.

pseudônimo de *O Maruim*.⁴⁹⁹ Este leitor e denunciante tinha por intenção causar o desconforto moral do português e querelar pela justiça. Dono de ar confiante, Amorim Junior aproveitou-se da sua condição de estrangeiro para concretizar seu desejo de possuir uma jovem mulher da terra. Para conquistar Josepha este convenceu “*seus simplórios pais com promessas de casamento, prometendo mais perdoar-lhe o debito que estes lhes são devedores [e] ajuda-los a cabar uma caza que estão construindo*”. Os pais da jovem então concederam de bom grado a filha. Contudo, “*depois da entrega desta menor [Amorim Junior] nada cumpro*”. Diante de tal fato *O maruim* mostrou-se um leitor esclarecido.

Sr. Redactor. Convencido de que o silencio não é o corretivo do homem avezado ao crime (...) forçado sou, vencer a repugnância que tenho de escrever para o publico denunciando (...) aos actos infames e iníquos praticados pelo portuguez Francisco Joaquim de Amorim Junior.

E citou com minúcias o Código Criminal:

Chamamos a attenção do sr. dr. Chefe de policia o para que vamos expor (...). Diz o código criminal secc. Art. 227, tirar para fim libidinozo por meio de afagos e promessas, alguma mulher virgem ou reputada tal, que seja menor de descesete annos, de casa de seu pai, tutor, curador ou outra qualquer pessoa em cujo poder ou guarda estiver. Penas de prizão por um a trez annos e doctar a offendida.

O sr. Amorim Junior está incurso neste art.⁵⁰⁰

Deste caso podemos depreender dois aspectos. Trata-se primeiramente da denúncia feita por um leitor, uma voz masculina que, de acordo com o discurso da época previa uma ética para a conduta da família. Ou seja, os pais de Josepha viram na proposta de casamento feita por Amorim Junior a possibilidade de melhorar sua condição de vida. *O Maruim*, portanto, também denuncia que o caso desmoralizava a imagem da família perante a sociedade. Destaca ainda, o discurso jurídico em favor da preservação ética da família, pois a mulher era tutelada pelo pai, representação máxima deste núcleo. O segundo aspecto revela como a atitude de Amorim Junior coincidia com a imagem do colonizador branco dos séculos anteriores, conforme já anunciamos. Observamos assim o alcance da tradição colonizadora e da persistência do modelo autoritário tão pronunciado pelo Código Filipino.

⁴⁹⁹ O maruim é um inseto pequenino que quando pica o homem causa um incomodo que pode desencadear um processo alérgico.

⁵⁰⁰ *O Catechista*. Manaus, 11 de Jun. de 1864, n° 117.

Tais práticas de raptos e sedução ligam-se aquelas do defloramento e estupro, nas quais a perda da honra feminina traía a distinção do chefe de família. Nos oitocentos “honra feminina” significava virgindade. Esta honra tem por fundamento a ideia de mulher como propriedade do pai e do marido, pois é o homem quem a legitima. A virgindade representava a presença do pai, logo, uma conduta familiar que zelava pelos costumes. Sua perda devia ser realizada dentro do matrimônio dando continuidade, dessa maneira, a preservação da ordem familiar e do efetivo controle sobre o corpo e sexualidade feminina. Como podemos perceber para a ética vigente a vontade da mulher sobre seu corpo e seu sentimento, era o que menos importava.⁵⁰¹ A perda da honra fora da condição acima descrita trazia a família da mulher um desmerecimento social.

Atentar contra a honra feminina e, melhor dizendo, de sua família, era crime previsto pela legislação de caráter patriarcal. Dentre os casos destacavam-se a defloração e o estupro. O defloramento caracterizava-se como crime praticado pelo homem através da força e sedução com consumação do ato sexual em mulheres virgens. Já o estupro consistia na cópula que o homem praticava a força, sem o consentimento da mulher. Os dois atos considerados crimes tinham punição prevista pelo Código Criminal, entretanto, no caso de estupro contra uma mulher prostituta a pena masculina era mais branda.⁵⁰² Esse medo, portanto, teve efeito restrito e punitivo sobre as mulheres, eis a causa de tanta vigilância.

Na noite de 15 do corrente desapareceu da caza do Snr. Antonio José Lopes Braga uma sua tutelada, menor de 17 annos. Achada no dia seguinte pela Policia, que procedo a busca, a requisição da parte interessada, foi depositada em caza do Sur. Tenente Coronel Pinto: consta de seo interrogatório, que fora seduzida, e do exame dos peritos se reconheceo o defloramento como muito anterior a data de seo desaparecimento.⁵⁰³

⁵⁰¹ SOIHET, Rachel. *Condições feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989, p. 303-304; HOUBRE, Gabrielle. Inocência, saber, experiência: as moças e seu corpo fim do século XVIII/começo do século XX in MATTOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003, p. 96.

⁵⁰² *Código Criminal do Império do Brasil*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm> Acessado em: 01 de Outubro de 2013.

⁵⁰³ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 21 de Maio de 1856, nº 144.

O Sr. Antonio José Lopes Braga era um homem instruído e com distinção na sociedade amazonense⁵⁰⁴ e por isso, sabia que deveria zelar pela honra de sua família vigiando suas tuteladas. Ao notar a ausência de uma delas tomou as iniciativas cabíveis a um responsável chefe de família para encontrá-la. Lopes Braga sabia muito bem como proceder, conhecia as leis nas quais o defloramento e a sedução de menor eram crimes previstos no Código Criminal.⁵⁰⁵ O curioso é que aproximadamente um mês depois o mesmo senhor alforriou “*por livre espontanea vontade*” sua escrava Joaquina de 17 anos.⁵⁰⁶ Do fato é possível conjecturar que Lopes Braga, ao saber que esta sua tutelada já estava desonrada e que se encontrava seduzida por um homem, não tinha mais interesse em manter uma jovem com tais características entre os seus. Este senhor não queria nem manchada, nem corrompida a honra da família.

Algumas prisões por estupro também foram anunciadas nos jornais da província. Em Manaus no dia 5 de dezembro de 1858 o português Manuel de Souza “*idade de 28 annos, branco, casado*” foi preso acusado de estupro.⁵⁰⁷ José Côrrea “*natural desta cidade idade 48 annos, tapuio, cazado, analphabeto*” foi recolhido a cadeia pública de Manaus a 24 de abril de 1859, por ter praticado crime de estupro na vila de Silves.⁵⁰⁸ O subdelegado de Tauapessasú prendeu a 3 de outubro de 1862 Domingos Rodriguez Tavares enquadrado no crime de estupro.⁵⁰⁹ Com exceção do último, o português Manuel de Souza e o tapuio José Côrrea eram casados. Já vimos como a igreja condenava imperiosamente a fornicação fora casamento. Estes episódios, e tantos outros, demonstram como os paradoxos das práticas sexuais cotidianas deram-se à turva imagem do discurso católico e também do jurídico.

⁵⁰⁴ Antonio José Lopes Braga era inscrito na Irmandade de N. Senhora dos Remédios (*Estrella do Amazonas*. Manaus, 15 de Fev. de 1854, nº 78); possuía uma casa comercial em associação com seu irmão (*Estrella do Amazonas*. Manaus, 4 de Março de 1854, nº 81); fazia parte do corpo de jurados da capital (*Estrella do Amazonas*. Manaus, 13 de Mai. de 1854, nº 89-90).

⁵⁰⁵ Código Criminal do Império do Brasil. Op. Cit.

⁵⁰⁶ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 28 de Jun. de 1856, nº 153.

⁵⁰⁷ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 22 de Dez. de 1858, nº 345.

⁵⁰⁸ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 18 de Mai. de 1859, nº 374.

⁵⁰⁹ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 22 de Nov. de 1862, nº 691.

Desordeiras e ordeiras: as mulheres e as prisões na província.

Veza por outra davam entrada na delegacia de policia de Manaus e de outras vilas interioranas, com voz de prisão, sujeitos do sexo feminino. Em sua maioria eram mulheres populares. Eram bêbadas, escravas, acusadas de roubo ou de baderna. Desordeiras que abalavam a tranquilidade do lugar com atitudes que contrariavam a norma prescrita para seu sexo. Recuperamos ainda as prisões que eram solicitadas pelas/os proprietárias/os. Estes mandavam prender com frequência suas escravas/os no intuito de corrigi-los. Prática que, como veremos, foi constante na província.

Ao tratar de prisões femininas, isto é, de um comportamento que não condizia com a imagem que se queria para a mulher o discurso jornalístico, de modo geral, era ácido. Joana Maria Pedro, ao discorrer sobre as prisões de mulheres na cidade de Florianópolis em período semelhante ao nosso, comenta que a linguagem jornalística “tratava-a com descaso.”⁵¹⁰ A imprensa amazonense compreendida entre 1880 e 1920, estudada por Maria Luiza Ugarte Pinheiro, aponta o uso da ironia e do deboche para com as mulheres.⁵¹¹ Porém, para o caso dos jornais analisados observamos que elas foram apenas descritas. Sem julgamento de valor e com escrita sumária, os redatores nos fazem conhecer seus nomes e seus crimes.

Os comportamentos avessos àqueles previstos para o sexo feminino foram os grandes motivadores que levaram mulheres a prisão. Vale ressaltar que uma parcela significativa dessas prisões deu-se em espaços públicos. Isto porque no sistema patriarcal brasileiro o Estado tinha maior ingerência em casos que se limitavam a esta esfera. No espaço privado, ou seja, no núcleo familiar, as problemáticas a ela inerentes tinha que ser resolvidas pelo chefe de família. Sendo assim, o governo só poderia atuar se fosse solicitado por membros da família.

A rua como já anunciamos, enquanto espaço público, era frequentada por populares que ali exerciam suas funções e aspecto de lazer. Logo, como um local público estava sob os cuidados do governo. Se algo ou alguém perturbasse ou procedesse de modo a violar as regras sociais deste espaço, as forças policiais

⁵¹⁰ Pedro. Op. Cit. p. 133.

⁵¹¹ PINHEIRO. Op. cit., p. 175-217. Ver em especial capítulo 5 “O Humor no periodismo amazonense”.

adiantavam-se em nome da ordem pública. Assim que algumas mulheres ao infringir essas normas foram levadas presas.

Dentre os crimes e acusações que levaram as mulheres para as prisões na província estava o furto, crime previsto no Código Criminal. Em nossas fontes jornalísticas encontramos dois casos. Disso depreendemos que não foi dada tanta publicidade para as mulheres que cometiam tais infrações. O que nos leva a pensar que a correção tenha sido feita sob o espaço privado.

Num dia morno do mês de agosto de 1876, Luciana Maria de Moraes foi ter com o subdelegado de Manaus, pois, era “*accusada de haver furtado a José Ignacio de Castro a quantia de 400\$000 em dinheiro. Esta autoridade procedendo as devidas diligencias poudé ainda apprehender a quantia de 310\$ que foi restituída ao queixoso.*”⁵¹² Já Rita Maria da Conceição foi presa a 28 de janeiro de 1876 pelo mesmo tipo de crime.⁵¹³

De acordo com a arquitetura econômica da sociedade imperial as mulheres, grosso modo, sempre tiveram pouca ou nenhuma renda. De modo que eram mais pobres que os homens.⁵¹⁴ Em uma sociedade tão desigual como a que temos em vista, aliadas as necessidades que demandavam as circunstâncias da vida, levaram, portanto, Luciana Maria e Rita Maria a praticarem o furto. Com esta atitude afrontaram o sistema e a propriedade masculina.

Os manuais de condutas da época solicitavam às mulheres que reprimissem seus sentimentos de modo a não corromper a moral de sua família. Extravasar era expressamente proibido a elas.⁵¹⁵ A despeito desta norma muitas mulheres deram vazão a seus sentimentos e, como turbulentas foram presas. Rufina Amelia da Trindade não controlou seus achaques e passou alguns dias presa em maio de 1887.⁵¹⁶ Quase um ano depois, Rosa Maria do Rozario passou a noite do dia 26 para 27 de maio na prisão, foi detida “*por gatunagem.*”⁵¹⁷

Barulhentas e embriagadas estavam Raymunda Maria da Conceição⁵¹⁸, a tapuia Maria Roza⁵¹⁹, Carolina Maria da Conceição⁵²⁰ e a francesa Jane Catherine

⁵¹² *Jornal do Amazonas*. Manaus, 24 de Ago. de 1876.

⁵¹³ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 11 de Fev. de 1876, nº 76.

⁵¹⁴ WOOLF, Op. Cit., p. 141; PEDRO, Op. Cit., p. 129.

⁵¹⁵ SANCHES, Nanci Patrícia Lima. Fora do tom, fora da ordem: vadios, mulheres e escravos no império do Brasil. *Caderno Espaço Feminino*, v. 17, nº 01, Jan./Jul. 2007, pp. 79-108, p. 91-92.

⁵¹⁶ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 24 de Mai. de 1887, nº 1379.

⁵¹⁷ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 2 de Jun. de 1888, nº 1540.

⁵¹⁸ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 4 de Set. de 1888, nº 1578.

Lecampeon⁵²¹. Estas mulheres perturbaram a paz pública ademais estavam em condições que não eram dignas de mulheres decentes. Foram recolhidas à cadeia de Manaus por terem bebido além da conta.

O consumo do álcool por parte das mulheres era tema preocupante para os homens, uma vez que anestesiadas elas subvertiam as regras do sistema. Assim que, em 1875 o *Jornal do Amazonas* transcreveu uma notícia “curiosa”. Tratava-se de uma inglesa que bebia demais.

Um processo curioso: - O tribunal supremo de Leeds, em Inglaterra acaba de lavrar uma sentença que tem atraído a atenção publica naquelle paiz.

O dr. Jay, medico pratico em Scarborough, desposou, há 4 annos, uma viúva chamada madame Luphon, cuja vida segurou na companhia *Gaeshum* pela somma de 1,000 libras.

Madame Jay morreu em 1873 de uma apoplexia. A companhia recusou pagar, sustentando que se lhe representava que a senhora de que se havia feito o seguro era uma pessoa sóbria, emquanto que os excessos habituaes de bebidas lhe haviam abreviado a vida.

O dr. Jay intentou um processo de calumnia contra a companhia, e pediu indemnização de 4:500\$000.

O tribunal ouviu depoimento de mais um grande numero de testemunhas; mais de 60 dellas affirmaram o contrario.

Também pela sua parte o tribunal se divide nas opiniões; mais afinal, depois de uma longa deliberação, foi a companhia *The Greshum* condemnada a pagar a quantia de 4:500\$000 em que importava o seguro e mais 9:000\$000 de indemnisação.

Que a memoria da viúva seja ao doutor. Assim concluiu o jornal de que extrahimos a esta noticia. ⁵²²

A nota, com matizes jocosos, tendia a formar uma opinião sobre o assunto, alertando os maridos e as mulheres quanto ao excesso da bebida. Mais ainda, como o uso desmedido do álcool implicava na vida moral e econômica do usuário e de seus dependentes. Esse alerta deitava sobre os casos já costumeiros na região e que não eram novos. A 1829 de passagem pela vila de Ega, Henrique Lister Maw observou que *“algumas mulheres que passam embriagadas vierão á porta e começarão a fazer muita bulha”*. ⁵²³

⁵¹⁹ *O Catechista*. Manaus, 11 de Jun. de 1864, nº 117.

⁵²⁰ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 8 de Dez. de 1875, nº59.

⁵²¹ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 11 de Fev. de 1876, nº 76.

⁵²² *Jornal do Amazonas*. Manaus, 23 de Abr. de 1875, nº 3.

⁵²³ MAW. *Op. cit.*, p. 198.

Todavia, mulheres de diversas classes tinham acesso a bebidas alcoólicas.⁵²⁴ A publicidade do período atesta que, além da produção local de aguardente, chegavam pelos vapores bebidas oriundas de outras províncias e do estrangeiro. Entre tecidos e luvas encontramos uma dada variedade de vinhos e cervejas. A Loja Esperança, por exemplo, em 1875 vendia “*Vinho Bordeaux; Dito Branco; Dito Tinto*” e ainda cervejas a “*meias garrafas*”.⁵²⁵ Dois meses depois a mesma loja renovava seus estoques com “*Cerveja da Baviera em meias garrafas; Licor do coração (garrafas); Idem de ginja*”.⁵²⁶

É provável que as mulheres da elite também consumissem, vez por outra ou em pequenas doses, licor e bebidas alcoólicas. Mulheres populares consumiam o destilado da terra⁵²⁷, mais conhecido como cachaça. Esta bebida podia ser encontrada “*por módico preço*” no Deposito da Travessa Formosa nº04.⁵²⁸ Talvez, por ocasião de uma vida permeada de violências e de uma convivência menos formal com homens essas mulheres, escravas, negras forras ou índias empobrecidas eram, como explica Ramos de Viesca, “*una población en riesgo de beber alcohol*”.⁵²⁹ O uso também era comum entre prostitutas e atrizes que viviam da noite e da companhia de homens.⁵³⁰

Como anunciamos ao início deste tópico outra modalidade de prisões era corrente na província. Trata-se das prisões de escravos e escravas com efeito corretivo. Embora percorresse com muita frequência os espaços públicos, a condição de cativo era permeada pela vigilância. Esta era realizada pelo proprietário e pela polícia. Cabe aqui notar que o Estado garantia ao dono do escravo o direito de propriedade. Entretanto, houve momentos nos quais o poder

⁵²⁴ Há referências de mulheres cervejeiras na América e, principalmente, na Europa. AZCONA, Emílio Luque. Producción y consumo de cerveza en la América Colonial: primeras tentativas de Alonso de Herrera en el Valle de México. *Revista Estudios sobre América: siglos XVI-XX*. Sevilla, AEA, 2005, pp. 921-930. Maria Odila faz menção há algumas mulheres que fabricavam aguardente da terra. DIAS. Op. cit, p. 76.

⁵²⁵ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 13 de Mai. de 1875, nº6.

⁵²⁶ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 12 de Jul. de 1875, nº15.

⁵²⁷ É comum encontrarmos nos jornais a lista dos produtos e gêneros que geram arrecadação de impostos para os cofres públicos. Dentre eles esta a sempre constante “*aguardente de cana fabricada no paiz*”. *Jornal do Amazonas*. Manaus, 22 de Jul. de 1875, nº18.

⁵²⁸ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 13 de Mai. de 1875, nº6.

⁵²⁹ VIESCA, María Blanca Ramos de. La mujer y el alcoholismo en México en el siglo XIX. *Salud Mental*, vol. 24, nº3, junio/2001, pp. 24-28, p. 25.

⁵³⁰ “Não sentis que o sono da embriaguez pesa negro naquelas pálpebras onde a beleza sigilou os olhares da volúpia?” Trata-se de uma prostituta descrita em AZEVEDO, Alvares de. *Noites na Taverna*. Porto Alegre: L&PM, 2012, p. 13.

público e o privado agia em consonância sobre o escravo.⁵³¹ Era assim nas prisões para correção. Nestas os proprietários buscavam auxílio junto à polícia para prender os cativos que não aceitavam os mandos de seus senhores.

Dentre os motivos mais comuns para a prisão de escravos na província encontramos: fuga, distúrbios em espaços públicos e correção. No Amazonas, tais quais nas outras províncias do império, também havia mulheres proprietárias de escravos. Eram às vezes muito severas, mandando castigar e prender seus escravos para fins de obediência.⁵³² Assim procedeu D. Maria Clara Guimarães que solicitou das forças policiais a captura e prisão de seu escravo Domingos “*por andar em fuga*”.⁵³³ Os senhores da elite também utilizavam de tal estratégia para com suas escravas. O Sr. Henrique Barboza d’Amorim, político local, mandou prender sua escrava Laura para correção.⁵³⁴ Pelo mesmo motivo foi presa a escrava Roza, de propriedade do Sr. Manoel de Mesquita Bastos.⁵³⁵

A polícia, enquanto órgão fiscalizador e responsável pela ordem pública recolhia os escravos contraventores e aqueles que circulavam depois do toque de recolher sem autorização de seu senhor.⁵³⁶ Por causar desordem pública foram presos o escravo Simão, de propriedade de D. Maria Barroso, e a escrava Antonia, pertencente a D. Eduarda Guimarães Mac-Collok.⁵³⁷ A escrava Venância, de propriedade do Sr. Raymundo Candido Ferraz foi parar na cadeia “*por insultos a patrulha*”.⁵³⁸

Burlar a ordem vigente foi algumas das possibilidades que esses sujeitos encontravam para exercer um mínimo de liberdade. Logo, as principais motivações que justificavam tais prisões. Fazer “bulha” e escapar pela noite foram maneiras que estas mulheres tinham de vivenciar suas vontades. Nesta intrincada relação de

⁵³¹ ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998, p. 102-103 e 197-198.

⁵³² As imagens de matronas que regiam a mãos de ferro suas famílias e propriedades ficaram marcadas não só na história como na arte. Alguns retratos realizados por pintores famosos daquele século traduziam em pinceladas a sobriedade dessas mulheres. Sobre o assunto ver COSTA, Cristina. *A imagem da mulher: Um estudo de arte brasileira*. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2002, em especial a parte 3; MAUAD, Ana Maria. Imagem e autoimagem do Segundo Reinado in NOVAES, Fernando A.; ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, vol. 2, 2010. Com atenção às páginas 211-229.

⁵³³ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 19 de Dez. de 1875, n° 62.

⁵³⁴ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 17 de Jan. de 1876, n° 70.

⁵³⁵ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 3 de Fev. de 1876, n° 74.

⁵³⁶ *Estrella do Amazonas*. Manaus, 15 de Set. de 1860, n° 481.

⁵³⁷ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 19 de Dez. de 1875, n° 62.

⁵³⁸ *Jornal do Amazonas*. Manaus, 17 de Jan. de 1876, n° 70.

forças patronais as mulheres descobriram trilhas não autorizadas de poder para desafogar sentimentos comprimidos pelas opressões do dia a dia. Tais conjecturas não podem ser desconsideradas, uma vez que estas eram tidas como válvulas de escape.

Maus-tratos e violência doméstica.

Uma das características básicas do patriarcado, como já vimos, era a obediência que garantia a continuidade dessa tradição. Todavia, vale ressaltar que o poder pátrio, enquanto poder privado, não poderia sob nenhuma hipótese ter sua autoridade contestada pela justiça, representado pela esfera pública. Entretanto, “*o sistema patriarcal pode constranger o senhor a tratar seus súditos de forma protetora.*”⁵³⁹ Ora, isto significa dizer, grosso modo que todas as ações do proprietário, do marido, do chefe de família visavam à proteção, o zelo com aquilo que era seu. A saber, as pessoas e os bens patrimoniais. Devemos, portanto, entender que a proteção e o zelo implicava expressamente a obediência. Quando esta falhava, o homem recorria a violência.

De modo que a violência e os maus-tratos que ocorriam dentro do ambiente doméstico, que circunscrevia o espaço privado era da ordem dos problemas familiares e devia ser resolvido ali mesmo. O Estado não interferia deixando o problema à margem de seu alcance. Tal aspecto do patriarcalismo reforçava o domínio arbitrário que o marido tinha sobre a esposa na qual ela tinha a “*obrigação de atender aos desejos masculinos, independente das circunstâncias, e de sua própria vontade.*”⁵⁴⁰

Mesmo em casos no qual o homem estava implicado em arranjos familiares não convencionais, este fazia uso de sua autoridade sobre os seus. Exemplo de caso dessa natureza é citado pelo naturalista Russel ao descrever um caso de violência doméstica ocorrida em Tomo⁵⁴¹, na casa de Antonio Dias, um português que há muito vivia ali. Este “*gosava de uma fama não muito boa, por causa de suas tendências patriarcais.*” E assim, Russel inicia o relato da ocorrência.

⁵³⁹ AGUIAR. Op. cit., p. 314.

⁵⁴⁰ Idem, p. 305.

⁵⁴¹ Vila localizada no Amazonas sobre o limite entre Brasil e Venezuela.

Devido a demora do Sr. Antonio Dias, sua casa foi o palco de um verdadeiro escândalo doméstico. Como era de se esperar, suas mulheres não viviam lá em grande harmonia e paz. A mais velha, particularmente, tinha um ciúme muito grande das duas índias jovens, e aproveitava toda e qualquer oportunidade para maltrata-las. Agora que o patrão estava ausente, presumo que os maus tratos haviam atingido o grau acima do normal. Em consequência disto, uma das jovens fugira de casa. O imprevisível desfecho deixou as outras num verdadeiro estado de pânico, pois a mocinha era a favorita do Sr. Antonio, e se ele não a encontrasse ao chegar, ia ser um deus-nos-acuda! A moça fugira numa canoa, levando consigo uma criancinha de cerca de um ano de idade. A noite estava tempestuosa e úmida, mas não havia de ser isso o que iria deter uma índia. (...) A própria causadora da fuga saiu com sua filha a procura da fujona, debaixo de uma terrível chuva. Mas também estas nada conseguiram. (...) A busca continuou (...) até que, daí a dois dias, chegou o Sr. Antonio. E, com ele, a moça! Ela estivera escondida todos aqueles dias num sítio ali perto, esperando o Sr. Antonio passar por ali. Quando isso aconteceu, ela pôde contar-lhe antes das outras sua própria versão da história. (...) Estou inclinado a pensar que seu sermão foi complementado por umas poucas e boas lambadas.⁵⁴²

Em consonância com o relato ficamos sabendo que Antônio Dias possuía mais de uma mulher. O que demonstra que este organizou em torno de si uma família permeada por relações ilícitas de amancebamentos e de permissividade sexual. Sua figura patrão e “marido” exercia uma forte dominação sob suas mulheres inspirado, em especial, no fato de ele possuir “uma favorita”. O inglês, por sua vez, ressalta a imagem patronal de Antonio quando insinua estar de acordo com o uso de algumas “boas lambadas”. Ademais reforça a associação da mulher com a criança dando a narrativa um tom infantil. Como elas, as mulheres surgem no relato como que envoltas numa traquinagem de pouca importância.

As rixas e ciúmes entre as mulheres eram alimentados pela relação de protecionismo que Antonio tinha com elas, uma vez que, mesmo fugindo, “a preferida” retornou a casa patronal por vontade própria. E cingidas por tal relação elas acabaram por reproduzir o comportamento do macho. É possível conjecturar também que estas mulheres vivessem em condições de solidariedades e ajuda mútua, em especial devido às condições da região. Este caso de violência doméstica demonstra como as problemáticas inerentes a ela, ao espaço privado da casa de Antonio, eram resolvidas internamente, sem o dedo do Estado.

Na capital e nas vilas nas quais já se havia instalado algum mecanismo do poder estatal percebemos o desenho de uma mentalidade que opina sobre os

⁵⁴² WALLACE, Op. Cit., p. 171.

limites e atuação do poder público e privado. Em carta ao jornal Abolicionista do Amazonas, um anônimo recupera uma notícia de violência ocorrida na esfera privada. Compilada de outra folha, o assinante acrescenta seu repúdio contra o poder público em face aos maus-tratos contra uma jovem escrava que estava em poder do seu senhor. Esta também chama atenção pelos valores sociais aí contidos, como a comiseração e o tabu religioso representado pelo incesto.

O Jornal do Amazonas de 29 do mez passado dá a seguinte noticia para a qual chamamos a atenção de quem de direito competir:

“Uma infeliz rapariga, que dizem ser filha e escrava ao mesmo tempo, de um sr. Terço do lugar Ressaca, parente do deputado Farias e do tenente coronel Garcia, etc., appareceu em principio de julho do anno passado horivelmente mutilada, por se não ter querido prestar aos instinctos brutaes de lebidinagem de seu pae e senhor. (...)

Escandalo.

Que diz a isto o governo da província, que dizem os srs. abolicionistas?

So escravos que tiverem em Manáos são dignos de commiseração – ou todos os escravos existentes na província?

Reclamamos o cumprimento da lei e o reinado da justiça na comarca de Silves.⁵⁴³

Esta missiva denuncia como “*escandalo*” os maus-tratos sofridos por uma escrava residente na vila de Silves um mês depois da promulgação da Lei Áurea da província. O fato demonstra que a violência ocorria independente da presença ou não da escravidão. Significando que dentro de uma esfera patriarcal os homens possuíam os mecanismos “*para punir o que se lhes apresenta como desvio.*”⁵⁴⁴ O Sr. Terço acreditava ser dono de sua filha e escrava e, nesse lógica, esta devia-lhe obediência e serviços sexuais. Ao estorvar a autoridade paterna a jovem foi vítima de incesto forçado. Ademais sofreu uma série de maus tratos, dentre eles a mutilação. Da denúncia depreendemos ainda como a violência pautava as relações sexuais entre homens e mulheres, entre senhores e escravas.

Em fins do ano de 1864 encontramos no jornal O Catechista, uma série de cartas que denunciavam diversos crimes de abuso de poder cometidos pelo capitão João Evangelista Nery da Fonseca na vila da Tabatinga. *O informante*, aquele que assinava as denúncias, destacou a morte da índia Thereza. Esta vivia e trabalhava na propriedade do dito capitão e veio a óbito em decorrência dos maus-tratos

⁵⁴³ *Abolicionista do Amazonas*. Manaus, 1 de Junho de 1884, nº 5.

⁵⁴⁴ SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu* (16), 2001, pp.115.136, p. 115.

recebidos por ele.⁵⁴⁵ Dias depois, em nova missiva, *O informante* declarou que o sr. Nery “*assignou a pancadas a índia Thereza que a forçorium tinha em seu serviço particular.*”⁵⁴⁶ Afora o caso de Thereza, o capitão espalhava ameaças, violentava os populares, ademais de desacatar as autoridades locais. O capitão Nery, de acordo com os dados, apresentava traços autoritários que o levava ao exercício das várias faces da violência (física e psicológica). Cabe notar que, em casos desse tipo, poucas providências eram tomadas. Primeiramente estava a dificuldade de ação do poder público em relação a geografia da província. E o segundo aspecto refere-se a imprecisão da intervenção do poder público sobre o privado.

Como anunciamos ao início, as mulheres também fizeram uso da violência. Enquanto agressoras as mulheres incidiram violentamente contra homens e contra suas congêneres. Avançando, deste modo, para a condição de vitimador. Neste sentido a observação de Heleieth Saffioti é extremamente válida, pois “*as mulheres como categoria social não têm, contudo, um projeto de dominação-exploração dos homens. E isto faz uma gigantesca diferença.*”⁵⁴⁷ Nesses casos elas escapavam ao estereotipo da fragilidade e acabaram se enquadrando nos moldes psiquiátricos, em aberrações.⁵⁴⁸ Entretanto, essa lógica pressupunha uma não reflexão acerca da pressão social que recaia sobre os modos de viver das mulheres.

A rixa e o comportamento violento também fez parte do cotidiano de muitas mulheres oitocentistas. Estes deitam sobre questões familiares, alimentícias, filhos, trabalho e até mesmo o amor.⁵⁴⁹ Vejamos então, uma carta anônima publicada n’O *Catechista*. Seu autor pedia que o chefe de polícia verificasse o descaso das autoridades interioranas em relação ao desentendimento entre duas mulheres.

O mez passado, em Borba foi uma mameluca de nome Agostinha gravemente exbordada por Lucia Maria, e ate hoje soffre os effeitos do espancamento. Indo queixar-se ao juiz de paz este a enviou ao subdelegado que disse que as bordoadas estavam dadas e que nada lhe podia fazer, voltando depois ao juiz de paz disse lhe este que a vista do que dizia o subdelegado devia resignar-se com a sua sorte. São

⁵⁴⁵ *O Catechista*. Manaus, 5 de Nov. de 1864, n°138; Manaus, 19 de Nov. de 1864, n°140; Manaus, 17 de Dez. de 1864, n° 144.

⁵⁴⁶ *O Catechista*. Manaus, 26 de Nov. de 1864, n°141.

⁵⁴⁷ SAFFIOTI. Op. Cit. p. 116.

⁵⁴⁸ ENGEL, Magali. Op. Cit., p. 226.

⁵⁴⁹ O livro de Rachel Soihet “Condição feminina e formas de violência: Mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920” estão repletas de casos de rixas entre mulheres. SOIHET. Op. Cit.

testemunha destes factos Gregorio Nunes da Cruz, José Pedro Bartolomeo, Joanna e Christovão Nunes Valente.⁵⁵⁰

A dinâmica doméstica inerente ao dia-a-dia das mulheres levou Agostinha e Lucia Maria a se estranharem. Contudo, este foi além da palavra, passando ao verbo. Segundo a denúncia, Agostinha foi a mais lastimada fisicamente pela briga. Ela, ao buscar auxílio perante a justiça, recebeu uma devolutiva negativa. Ainda mais, a autoridade emitiu opinião que tanto denegria quanto negligenciava a motivação de um desentendimento de mulheres. Elas que, a todo custo, buscavam afirmar, mediante o uso da violência, seus pontos de vista.

Joana Maria Pedro⁵⁵¹ e Maria Odila Leite da Silva Dias⁵⁵² em seus respectivos estudos sinalizam para comportamentos semelhantes para as autoridades judiciais de Santa Catarina e São Paulo oitocentistas. Já Rachel Soihet, em um estudo localizado em anos posteriores ao nosso, observa que:

De um modo geral, ao relatar o conflito, o delegado costuma argumentar que este teria ocorrido a partir de razões sem maior importância, num evidente descaso contra as razões consideradas válidas para os segmentos populares, principalmente aquelas que mais de perto dizem respeito às mulheres.⁵⁵³

Tal colocação aponta que, de modo geral, as rixas e brigas de mulheres eram ações que não demandam importância aos olhos e discursos masculinos independente de seu lugar social. Isto só reforça o grau de desvalorização que estes discursos previam sobre o cotidiano dessas mulheres, misto de tarefas e sentimentos. Por outro lado, estas brigas refletem como as mulheres divergem do ideal proposto pela igreja e pelas normas sociais.

⁵⁵⁰ *O Catechista*. Manaus, 7 de Jan. de 1865, n°147.

⁵⁵¹ PEDRO. Op. Cit., p. 133.

⁵⁵² DIAS. Op. cit., p. 19.

⁵⁵³ SOIHET. Op. cit., p. 182-183.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo destes capítulos buscamos seguir os vestígios das mulheres no Amazonas Provincial. Por fim, observamos que, ainda que correndo uma série de riscos, agora temos mais condições de afirmar como estas mulheres viviam e como lidavam com as várias esferas da sociedade.

Em particular no capítulo segundo, podemos observar que o estereótipo da mulher doce e submissa não eram parâmetros confiáveis para as mulheres da região. Tanto as da elite como as populares encontraram diversas formas para exercer seus poderes dentro de uma sociedade patriarcal. Para as mulheres da elite, as novas características que rondavam o ritual do casamento, como a aproximação pelo amor e a autonomia da noiva em cuidar dos preparativos do enlace foi uma maneira de esta tomar as rédeas de ações de extrema importância para sua vida.

A vestimenta e todos os aparatos que decorrem da indústria da moda foi outro aspecto que salientavam a imagem feminina. A roupa em si afirmava a classe, mas também possibilitava a ela sair do espaço privado do lar, ver-se e ser vista, relacionar-se com outras pessoas que estavam além do seu círculo. Para as menos abastadas, a roupa, em particular a confecção, oferecia a mulher um ofício (bem como aprimoramento deste) que lhe proporcionava uma renda.

Exercer suas profissões, como domésticas, lavadeiras, professoras, etc, exigia das mulheres o constante transitar pelos espaços urbanos. As idas e vindas dessas mulheres populares em Manaus demonstram o quanto elas eram livres e que, mesmo diante de tantas imposições normativas, elas persistiam, inquietavam a moral andando a noite e namorando pelas pontes e igarapés da cidade.

A despeito da imposição legislativa que negava à mulher o direito a cidadania, as amazonenses estiveram presentes nas causas que acreditavam que lhes eram justas. Assim, escreviam para os jornais em agradecimento a algum auxílio ou benfeitoria, ou ainda para anunciarem a venda de sua casa, ou exigir o divórcio. Redigiam também para os escritórios dos governos pedindo o aumento do vencimento, uma vaga na escola para sua filha ou uma passagem para mandar transladar seu filho. Tão importantes foram as abolicionistas, mulheres da elite

que tomaram a frente de reuniões e temas políticos tão bem como seus pais e maridos.

Por outro lado, a resistência aos mandos e desmandos de seus patrões, patroas e amantes desdobrou-se no exercício físico da violência. Prisões, raptos, defloramentos e assassinatos foram algumas das respostas que algumas, ao contrariar o modelo idealizado de mulher, receberam na pele.

Estes dados, brevemente aqui esboçados no intuito de finalizá-lo, dão-nos a impressão de que ele não está pronto, pois as fontes, em especial os periódicos se mostraram repletos de dados sobre as mulheres. Notamos que elas ainda têm muito a nos dizer acerca dos comportamentos e dos costumes das mulheres, bem como dos demais habitantes da província. Esta fertilidade também aponta para novos olhares sobre o período, principalmente para o que diz respeito a questão indígena.

Nossa pesquisa também demonstra que na província os projetos de modernização, urbanização e o gosto pelo francesismo já estavam sendo colocados, ainda que em menor escala se comparado com o período que se inicia com a república.

Munidas da sensação de que não esgotamos o tema, nosso trabalho abre passagem para o contínuo, para o fluir da História das Mulheres no Amazonas.

REFERÊNCIAS

Periódicos

A Estrella do Amazonas -1852-1866
O Cinco de Setembro -1851
Abolicionista do Amazonas -1884
Amazonas -1866-1921
Amazonas Comercial -1895-1900
O Amazonense -1889
Amazônia -1884-1885
O Catechista -1862-1871
Cidade de Manaus -1888-1889
Comercio do Amazonas -1869-1904
Correio de Manaus -1869-1881
Diário do Amazonas -1873-1915
Echo do Norte -1887
Folha de Manaus -1898
Gazeta de Manaus -1885-1887
Jornal do Rio Negro -1867-1868
O Americano -1889
Apolo -1882
A Borboleta -1892
O Chicote -1882

Relatórios de Presidentes de Províncias

Auto da Instalação – 1852.

Falla de instalação da Sessão Extraordinaria da Assembleia Legislativa da Província do Amazonas – 1 de Outubro de 1852.

Falla dirigida á Assembleia Legislativa da Província do Amazonas - em 5 de Setembro de 1852.

Relatorio sobre o estado da Provincia do Amazonas - 1852.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas – 1 de Outubro de 1853

Relatório do Presidente da Província do Amazonas Snr. João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Manaus 30 de Abril de 1853. Amazonas: Tipografia de Manoel da Silva Ramos.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas - 1 de Agosto de 1854.

Exposição do Conselheiro Herculano Ferreira Penna – 11 de Março de 1855.

Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas - 3 de Maio de 1855.

Exposição do Dr. João Pedro Dias Vieira – 28 de Janeiro de 1856.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial - 8 de Julho de 1856.

Exposição do Dr. João Pedro Dias Vieira – 26 de Fevereiro de 1857.

Exposição do Dr. Manoel Gomes Correa de Miranda – 12 de Março de 1857.

Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas - 1 de Outubro de 1857.

Relatorio a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas - 7 de Setembro de 1858.

Relatorio a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas - 3 de Maio de 1859.

Exposição do Dr. Manuel Gomes Correa de Miranda – 24 de Novembro de 1860.

Falla dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas - 3 de novembro de 1860.

Falla dirigida a Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas - 3 de maio de 1861.

Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa da Provincia do Amazonas - 3 de Maio de 1862.

Relatório de Província – 1863.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa da Provincia do Amazonas - 1 de Outubro de 1864.

Relatorios da Provincia - 1864.

Relatorio da Provincia do Amazonas - 1865.

Exposição do Dr. Antonio Epaminondas de Mello – 30 de Abril de 1867.

Exposição do Tenente-Coronel Joze Bernardo Michiles – 25 de Novembro de 1867.

Relatório de Província – 9 de Setembro de 1867.

Relatório de Província – 25 de Setembro de 1867.

Relatorio da Provincia do Amazonas - 5 de setembro de 1866.

Discurso Sr. Vice-Presidente da Provincia, tenente coronel Sebastião Joze Bazilio Pyrrho 15 de Maio de 1867.

Relatório de Província – 9 de Fevereiro de 1868.

Relatorio da Provincia do Amazonas - 4 de Abril de 1869.

Relatorio da Provincia - 1 de Junho de 1868.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amasonas - 25 de Março de 1873.

Falla dirigida á Assembléa Provincial do Amasonas - 25 de Março de 1874.

Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas - 29 de março de 1875.

Exposição da 1ª Secção da Presidencia do Amazonas em Manaus - 27 de Maio de 1876.

Exposição de Nuno Alves Pereira de Mello Cardozo – 26 de Julho de 1876.

Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas - 25 de Março de 1876.

Falla do presidente da Provincia do Amazonas - 4 de junho de 1877.

Exposição do Major Gabriel Antonio Ribeiro Guimarães – 1878.

Falla com que abriu no dia 25 de Agosto de 1878 a 1.a sessão da 14.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas o exm.o sr. Barão de Maracajú, presidente da Provincia.

Relatorio apresentado ao exm.o sr. dr. Agesiláo Pereira da Silva, presidente da provincia do Amazonas pelo dr. Domingos Jacy Monteiro, depois de ter entregue a admimistração da provincia em 26 de Maio de 1877.

Falla com que o exm.o sr. Barão de Maracajú, presidente da Provincia do Amazonas, no dia 29 de Março de 1879 abriu a 2.a sessão da 14.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial.

Relatorio com que o exm.o sr. tenente coronel José Clarindo de Queiroz, presidente da provincia do Amazonas, abriu a 1.a sessão da 15.a legislatura da Assembléa Legislativa Provincial, 31 de março de 1880.

Falla com que o exm. sr. dr. Satyro de Oliveira Dias, presidente da provincia do Amazonas, abriu a 2.a sessão da 15.a Legislatura da Assembléa Provincial em 4 de abril de 1881.

Falla apresentada á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da primeira sessão da decima-sexta legislatura em 25 de março de 1882 pelo presidente, José Lustosa da Cunha Paranaguá.

Relatorio Provincial do Amazonas - 25 de março de 1883

Exposição apresentada á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas na abertura da primeira sessão da decima setima legislatura em 25 de março de 1884 pelo presidente, dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto.

Exposição com que o Coronel Guilherme José Moreira 1.o vice-presidente da provincia do Amazonas entregou a administração da mesma ao presidente, dr. Theodoreto Carlos de Faria Souto em 11 de março de 1884.

Falla que o exm. sr. dr. José Jansen Ferreira Junior - 25 de março de 1885.

Relatorio de presidente da provincia do Amazonas - 25 de março de 1886.

Relatorio com que o exm. sr. dr. Joaquim Cardoso de Andrade abriu a 1.a sessão da 19.a legislatura da Assembléa Provincial do Amazonas em 5 de setembro de 1888.

Relatorio com que o exm. sr. dr. Joaquim de Oliveira Machado, presidente da provincia do Amazonas, installou a sessão extraordinaria da Assembléa Legislativa Provincial no dia 2 de junho de 1889.

Viajantes e Memorialistas

- ACUÑA, Cristobal. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
- AGASSIZ, Louis; AGASSIZ, Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil, 1865-1866*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.
- AMAZONAS, Lourenço da Silva Araújo. *Dicionário topográfico, histórico, descritivo do Alto Amazonas*. Manaus: Grafima, 1984.
- ARANHA, Bento. *Um olhar sobre o passado*. Manaus: Imprensa Oficial, 1897.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *No Rio Amazonas (1859)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- BIARD, Françoise August. *Dois anos no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1945.
- BRAGA, Genesino. *Chão e graça de Manaus*. Manaus: Grafitec Ltda, 1995.
- CARVAJAL, Fray Gaspar de. *Descubrimiento del río de las Amazonas*. Edición y notas de M^a de las Nieve Pinillos Iglesias. Babelia/El País: Madri, 2011.
- LA CONDAMINE, Charles-Marie de. *Viagem pelo Amazonas*. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp/Nova Fronteira, 1992.
- MAW, Henrique Lister. *Do Pacífico ao Atlântico*. Manaus: A.C.A., 1989.
- MAW, Henrique Lister. *Narrativa da passagem do Pacífico ao Atlântico através dos Andes nas Províncias do Norte do Peru e descendo pelo rio Amazonas até o Pará*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas/ Fundo Editorial, 1989, p. 182-183.
- MAW, Henry Lister. *Journal of a passage from the Pacific to the Atlantic, crossing the Andes in the northern provinces of Peru, and descending to the river Marañon, or Amazon*. London: John Murray, 1829.
- Príncipe Adalberto da Prússia. *Amazônia-Xingu*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002.
- WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelo Amazonas e rio Negro*. Brasília: Senado Federal, 2004.
- WALLACE, Alfred Russel. *Viagens pelos rios Amazonas e Negro*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979.

Bibliografia

- ALATORRE, Antonio. *Sor Juana a través de los siglos (1668-1910)*. Cidade do México: El Colégio de México, 2007.
- ALBERT, P. TERROU, F. *História da Imprensa*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Família e Vida Doméstica in Laura de Mello e Souza. História da vida privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América Portuguesa, vol. 1*, São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 101-102.

- ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e devotas: mulheres da colônia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.
- ALVES, Márcia Eliane. Educação, trabalho e dominação. Casa dos Educandos Artífices: 1858-1877 in *Amazônia em Cadernos: História em Novos Cenários*. Universidade do Amazonas, Museu Amazônico: 1993/1994, V. 2 no 2/3.
- AMADO, Jorge. *Gabriela, cravo e canela*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARISTOFÁNES. *Lisístrata a greve do sexo*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2005.
- ASSIS, Machado de. Crônica sobre A Honra de uma Família. *O Espelho*, Revista de Litteratura, modas, industria e artes. Rio de Janeiro, 25 de Setembro de 1859, nº04, página 8.
- ASSIS, Machado de. *Helena*. São Paulo: Ática, 1970.
- ASSIS, Machado de. *Iaiá Garcia*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011.
- ASTETE, Francisco Hernández. La coya em la organización de Tahuantinsuyo in GUARDIA, Sara Beatriz; ANDREO, Juan. *Historia de las mujeres en America Latina*. Murcia: Universidad de Murcia, España, 2002.
- AZEVEDO, Alvares de. *Noites na Taverna*. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa: Brasil 1800-1900*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2010.
- BARROS, José D'Assunção. *O campo da história: Especialidade e Abordagens*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.
- BARTHES, Roland. *Mitologías*. Coyoacán/México: Siglo Veinteuno, 1999.
- BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: Do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006, p. 213.
- BAUDELAIRE, Charles. *Sobre a Modernidade*. Rio de Janeiro: 1996.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BENCHIMOL, Samuel. *Amazônia: Formação Social e Cultural*. Manaus, Editora Valer, 1999.
- BERNARDES, Iêda Maria Rocha. *A prostituição feminina em Manaus no período da Borracha, 1890-1922*. TCC – Graduação em História: UFAM, 2004.
- BEVILACQUA, Clovis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1949, p. 153.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2002.
- BOXER, Charles. *A mulher na expansão ultramarina ibérica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1977.
- BRANCO, Lúcia Castello. *O Que é Escrita Feminina*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

- BUITONI, Dulcilia Schroeder. *Imprensa feminina*. São Paulo: Ática, 1990.
- BUITONI, Dulcilia Schroeder. *Mulher de papel*. São Paulo: Summus, 2009.
- BURKE, Peter (Org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo, Editora da Unesp, 1992.
- CAMPOI, Isabela Candelori. O livro “Direito das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. *Revista História*, v. 30, n. 2, ago/dez 2011, p. 199.
- CAMPOS, Raquel Discini dos. *Mulheres e crianças na imprensa paulista, 1920-1940: educação e história*. São Paulo: Unesp, 2009.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. *A imprensa na história do Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.
- CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania: Tipos e Percursos*. Estudos Históricos, nº18, 1996, pp. 337-359.
- CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. “Uma viva e permanente ameaça”: resistência, rebeldia e fugas escravas no Amazonas Imperial, 1850-1882. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Amazonas, 2013.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da UFGR, 2002.
- CHARTIER, Roger. *A historia cultural entre práticas e representações*. Algés/Portugal: Difel, 2002.
- CHARTIER, Roger. Defesa e ilustração da noção de representação. *Fronteiras: Revista de História*. Universidade Federal da Grande Dourados, v. 13, n. 23, jan./jun. 2011, p. 23.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e a dominação simbólica. *Cadernos Pagu* (4) 1995: pp. 37-47.
- CORBIN, Alain. *El perfume y el miasma: el olfato y lo imaginario social. Siglos XVIII y XIX*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1987.
- CORBIN, Alain. Gritos e cochichos in Michelle Perrot (org.). *História da Vida Privada* Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. Michelle Perrot (org.). *História da vida privada*, vol. 4: São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CORPO & CULTURA (Dossiê). *Projeto História*, São Paulo, 25, 2002.
- COSTA, Cristina. *A imagem da mulher: Um estudo de arte brasileira*. Rio de Janeiro: Senac Rio, 2002.
- COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia a Republica: Momentos decisivos*. São Paulo: UNESP, 1999.
- COSTA, Heloisa Lara Campos da. *As mulheres e o Poder na Amazônia*. Manaus: EDUA, 2005.

- COSTA, Luciane Maria Dantas de. *Trabalho e Emancipação: um olhar sobre as mulheres de Manaus, 1890-1940*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas, 2010.
- D'INCAO, Maria Ângela (org.). *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.
- D'INCAO, Maria Angela. Mulher e família burguesa in Mary Del Priore (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- DAOU, Ana Maria. *A belle époque amazônica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.
- DEL PRIORE, Mary. Brasil Colonial: Um caso de famílias no feminino plural. *Cadernos de Pesquisa* 91 (Nov. 1994): 69-75, p. 70-71.
- DEL PRIORE, Mary. História das Mulheres: as vozes do silêncio. IN. FREITAS, M.C. (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.
- DEL PRIORE, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.
- DEL PRIORE, Mary. *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*. São Paulo: Planeta, 2011.
- DEL PRIORE, Mary. *Matar para não morrer: a morte de Euclides da Cunha e a noite sem fim de Dilermando de Assis*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- DIAS, Edinea Mascarenhas. *A ilusão do Fausto: Manaus (1890-1920)*. Manaus: Valer, 1999.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- DUARTE, Constância Lima. Nísia Floresta e a educação feminina no século XIX. LÔBO, Yolanda; FARIAS, Lia (orgs). *Vozes femininas do império e da república*. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2008.
- DUBY, George. *El Caballero, la mujer y el cura*. Buenos Aires: Taurus, 2013.
- DUBY, George. *Mujeres del siglo XII – vol III*. Santiago de Chile: Editorial Andres Bello, 1998.
- ENGEL, Magali Gouveia. Paixão, crime e relações de gênero (Rio de Janeiro, 1890-1930). *Topoi*, Rio de Janeiro, nº1, pp. 152-177.
- ENGEL, Magali. *Meretrizes e Doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade in PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder I: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2004.
- FIGUEIREDO, Luciano. *O avesso da história: Cotidiano e Trabalho da Mulher em Minas Gerais no século XVIII*. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília/DF: Edunb, 1993.
- FLAUBERT, Gustave. *Madame Bovary*. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

- FLORESTA, Nísia. *Opúsculo Humanitário*. São Paulo: Cortez, 1989.
- FREIRE, José Ribamar Bessa (coord.). *Cem Anos de Imprensa no Amazonas, 1851-1950*. Catálogo de Jornais. Manaus: Calderaro, 1990.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. *Da "fala boa" ao português na Amazônia brasileira*. Manaus, mimeo., 1987.
- FREITAS, Augusto Teixeira de. *Consolidação das Leis Cíveis*. Observações do Conselheiro Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1867.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2003.
- FUNES, Eurípedes. *Nasci nas matas, nunca tive senhor: História e memória dos mocambos do Baixo Amazonas*. Tese de Doutorado – USP: São Paulo, 1995.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves; Leitão, Wilma; Mello, Alex Fiúza de. *Povos das águas: realidade perspectivas na Amazônia*. Belém: MCT/CNPq/Museu Goeldi, 1993.
- GALEANO, Eduardo. *As Amazonas in Mulheres*. Porto Alegre: L&PM, 2011, p. 77.
- GARCIA, Carol (org.). *Imigrantes Errantes: Ambiguidade, resistência e cultura de moda*. São Paulo: Estação das Letras, 2010.
- GÊNERO, Cidade e Cotidiano (Dossiê). *Dimensões*, Vitória, 22, 2009.
- GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não: História de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência: criadas e seus patrões no Rio de Janeiro, 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- GRAHAM, Sandra Laudergale. *Caetana says no: women's stories from a brazilian slave society*. New York: Cambridge University Press, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- HAHNER, June E. A escola normal, as professoras primárias e a educação feminina no Rio de Janeiro no fim do século XIX. *Revista Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG – do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social*, v.10, n.2, Niterói: Editora da UFF, 2011.
- HAHNER, June E. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- HERÓDOTO. *História*. Brasília: Editora da UnB, 1988.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- HOBSBAWM, Eric. *Bandidos*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.
- HOBSBAWM, Eric. *História Social do Jazz*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- HOSBBAWN, Eric. Introducción al libro la invención de tradiciones. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, nº04, año 1990, pp. 97-107.

- HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- HOMERO. *Íliada*. São Paulo: Penguin, 2013.
- HOUBRE, Gabrielle. Inocência, saber, experiência: as moças e seu corpo fim do século XVIII/começo do século XX in MATTOS, Maria Izilda Santos de; SOIHET, Rachel (orgs.). *O corpo feminino em debate*. São Paulo: Unesp, 2003.
- HUFTON, Olwen. Mulheres, trabalho e família in DAVIS, Natalie Z., FARGE, Arlette (orgs.). *História das Mulheres no Ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna*. Porto: Afrontamento, 2000, p. 27.
- HUNT, Linn (Org.) *A Nova História Cultural*. São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura impressa e educação da mulher no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- LAJOLO, Marisa (org). *Poesia romântica brasileira*. São Paulo: Moderna, 2003.
- LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LE GOFF, Jacques; TRUONG, Nicolas. *Uma história do corpo na Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- LEITE, Miriam Moreira; MASSAINI, Márcia Ignez. Representações do Amor e da Família in D'INCAO, Maria Angela (org.). *Amor e Família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O cru e o cozido*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- LIMA, Regina Márcia de Jesus. *A Província do Amazonas no sistema político do Segundo Reinado (1852-1889)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Fluminense: 1978.
- LIPOVETSKY, Gilles. *La tercera mujer*. Barcelona: Anagrama, 1999.
- LIPOVETSKY, Gilles. *O império do efêmero. A moda e seu destino nas sociedades modernas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- LONDOÑO, Fernando Torres. O crime do amor in D'INCAO, Maria Angela (org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula in Mary Del Priori (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2012.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. Carla Bassanezi Pinsky. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- LUQUE Azcona, Emílio. *Producción y consumo de cerveza en la América Colonial: primeras tentativas de Alonso de Herrera en el Valle de México*. Revista Estudios sobre América: siglos XVI-XX. Sevilla, AEA, 2005.
- LUSTOSA, Isabel (Org.). *Imprensa, História e Literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *A Moreninha*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1997.
- MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. In Sevcenko, Nicolau. *História da Vida privada no Brasil*. v. 3. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998, p. 367-421.

- MARQUES, Vera Regina Beltrão. *Robert Avé-Lallemant: viajantes e a febre amarela no Rio de Janeiro*. Anais ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História, Londrina, 2005.
- MARTINELLI, Pedro. *Amazônia: o Povo das Águas*. São Paulo: Terra Virgem, 2000.
- MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida burguesa. Michelle Perrot (org.). *História da vida privada*. vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.
- MARTINS, Daniele Comim. A criação dos cursos jurídicos e a elaboração legislativa do império. *Sequência*. UFSC, v.23, nº 44, 2002, pp. 55-75.
- MASCARENHAS, Edneia Dias. *A ilusão do Fausto: Manaus 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999.
- MATOS, Maria Izilda S. de. *Por uma história da mulher*. Bauru/SP: EDUSC, 2000.
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Trama & Poder: Trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria para o café (São Paulo, 1888-1934)*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1996.
- MATOS, Maria Izilda Santos. *O Rio Amazonas: gênero e crônicas de viagem*. *Revista Amazonense de História*, Manaus, 1, 2002.
- MATOS, Maria Izilda Santos; SOIHET, Rachel (Org.). *O Corpo Feminino em Debate*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.
- MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- MATTOS, Maria Izilda Santos. Encontros, Desencontros e Recriações. Imagens Perdidas no Rio das Amazonas in BRAIT, Beth; BASTOS, Neusa Barbosa. *Imagens do Brasil 500 anos*. São Paulo: Editora da PUC-SP, 2000.
- MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império in Priore, Mary Del. *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MAUAD, Ana Maria. Imagem e autoimagem do Segundo Reinado in NOVAES, Fernando A., ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil*, vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- MEDINA, José Toribio. *Descubrimiento del Río de las Amazonas*. Sevilla: Imprenta de E. Rasco: 1894.
- MELLO E SOUZA, Gilda. *O espírito das roupas: A moda no século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- MELO, Hildete Pereira de; Marques, Teresa Cristina Novaes Marques. A partilha da riqueza na ordem patriarcal. *Revista Economia Contemporânea*, Rio de Janeiro, 5(2): 155-179, jul./dez. 2001.
- MÉRIMÉE, Prosper. *Carmem*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2011.
- MESQUITA, Otoni M. *Manaus: História e Arquitetura (1852-1910)*. Manaus: Valer, 2006.

- MESQUITA, Otoni Moreira de. *La Belle Vitrine: Manaus entre dois tempos (1890-1900)*. Manaus: EDUA, 2009.
- MEYER, Marlise. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. *Leituras Femininas no século XIX (1850-1900)*. Tese de Doutorado em Educação: UNICAMP, 2000.
- MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.
- MOTT, Luiz. As Amazonas: um mito e algumas hipóteses. *LPH/Revista de História*, v. 1, 1990, pp. 13-35.
- MOTTA-MAUÉS, Maria Angelica. Pesca de homem/ peixe de mulher: repensando gênero na literatura acadêmica sobre comunidades pesqueiras no Brasil. *Revista Etnográfica*, Vol. III, nº2, 1999, pp. 377-399.
- MULHERES (Dossiê). *História*, São Paulo, 12, 1993.
- MUNIZ, Diva do Couto Gontijo; Macena, Fabiana Francisca. Mulheres e política: a participação nos movimentos abolicionistas do século XIX. *Revista Mosaico*, v.5, n.1, pp. 45-54, jan./jun. 2012.
- NABUCO, Joaquim. *O Abolicionista*. Petrópolis/RJ: Vozes de Bolso, 2012.
- NASH, Mary. Invisibilidad y Presencia de la Mujer en Historia. *Historia*, México, 10, 1985.
- NEGRO, Antonio Luigi, Silva, Sergio (orgs). *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2001.
- NETO, Provino Pozza. *AVE LIBERTAS ações emancipacionistas no Amazonas Imperial*. Dissertação de Mestrado em História – Universidade Federal do Amazonas, 2011.
- NUNES, Maria José Rosado. *Freiras no Brasil*. Mary Del Priore (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.
- PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de gênero*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1994.
- PEDRO, Joana Maria. *Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978)*. São Paulo, ANPUH, nº 52, v. 26, 2006.
- PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Revista Topoi*, v. 12, n. 22, jan-jun. 2011.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica *in História*. São Paulo, 2005, v. 24, n. 1.
- PEREIRA, Claudia Gomes. A poesia esquecida de Beatriz Brandão (1779-1868). *Revista Navegações*, v. 3, n. 1, jan/jul 2010.
- PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru/SP: Edusc, 2005.
- PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PERROT, Michelle. *Mujeres en la ciudad*. Santiago do Chile: Editorial Andres Bello, 1997.

- PERROT, Michelle. *Mulheres públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PINHEIRO, Geraldo Pantaleão Sá Peixoto. *Portugueses Letrados na Amazônia: Imprensa, Política & Etnicidade*. Tese de Doutorado em História. Universidade do Porto: 2012.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. De mocambeiro a cabano: Notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX. *Revista Terra das Águas*, v.1, n.1, primeiro semestre 1999.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 2003.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Apontamentos Acerca da Instrução Pública no Amazonas Provincial (1880-1880). *Amazônida*, Manaus, ano 9, n.º 2, jul./dez. de 2004, p. 45-58.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do norte: letramento e periodismo no Amazonas*. Tese de Doutorado em História. São Paulo, PUC-SP, 2001.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. O Espelho Francês na “Paris das Selvas”. In VIDAL, Laurent e LUCA, Tania Regina de (Orgs). *Franceses no Brasil: séculos XIX e XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Pinheiro, Luiz Balkar Sá Peixoto. *Gavroche*. Boletim do Laboratório de História da Imprensa no Amazonas. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2007.
- PINSKY, Carla Bassanezi. Estudos de Gênero e História Social in *Estudos Feministas*. Florianópolis, 2009, v. 17, n.1.
- PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.
- PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003;
- PONTES, Heloísa. *Modas e modos: uma leitura enviesada de O espírito das roupas*. Cadernos Pagu, n.º22, 2004.
- QUEIROZ, Eça de. *Os Maias*. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.
- RABELO, Ana Paula de Souza. *Do Templo de taipa ao Templo de pedra: A construção da Igreja Matriz de Manaus (1850-1878)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas: 2008.
- RAGO, Margareth. *Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- RAGO, Margareth. Pensar Diferentemente a História, Viver Femininamente o Passado. In Guazzelli, Cezar; Petersen, Sílvia; Schmidt, Benito; Xavier, Regina (Orgs). *Questões de Teoria e Metodologia da História*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- RAMOS, Viesca de; BLANCA, María. La mujer y el alcoholismo en México en el siglo XIX. *Salud Mental*, vol. 24, n.º3, junio/2001, pp. 24-28.

- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *Aspectos da experiência portuguesa na Amazônia*. Manaus: Edições do Governo do Estado do Amazonas, 1966.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.
- REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil. Fernando A. Novaes, Luiz Felipe de Alencastro. *História da vida privada no Brasil*. Volume 2. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- REIS, Maria Firmina. *Úrsula*. Florianópolis: Mulheres – Belo Horizonte: PUC Minas, 2004.
- RELAÇÕES de Gênero e Escrita da História (Dossiê). *Esboços*, Florianópolis, 17, 2007.
- SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cadernos Pagu* (16), 2001, pp.115.136.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família no Brasil: história e historiografia*. *História Revista*, 2(2): 07-21. Jul./dez. 1997.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A história da Família no Brasil*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.9, nº17, pp. 7-35. Set.88/fev.89.
- SAMPAIO, Patrícia (org.). *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Belém: Açaí/CNPQ, 2011.
- SANCHES, Nanci Patrícia Lima. *Fora do tom, fora da ordem: vadios, mulheres e escravos no império do Brasil*. *Caderno Espaço Feminino*, v.17, nº 01, Jan./Jul. 2007, pp. 79-108.
- SANT'ANA, Denise Bermuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo*. São Paulo: Senac/SP, 2007.
- SANT'ANNA, Denise Bermuzzi de. Prefácio in RODRIGUES, Mariana Christina de Faria T.. *Mancebos e Mocinhas: Moda na literatura brasileira do século XIX*. São Paulo: Estação das Letras, 2010.
- SANT'ANNA, Thiago de. *Mulheres goianas em ação: praticas abolicionistas, práticas políticas. (1870-1888)*. Mestrado em História. Universidade de Brasília, 2005.
- SCHANN, Denise Pahl; SILVA, Wagner Fernando da. O povo das águas e sua expansão territorial: uma abordagem regional de sociedades pré-coloniais na ilha de Marajó. *Revista Arqueologia*, 2004, nº17, pp. 13-32.
- SCHUMACHER, Schuma. Brazil, Erico Vital. *Dicionário Mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2000. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria de análise histórica in *Educação e Realidade*. Porto Alegre, v. 16, n.2, jul/dez., 1990.
- SCOTT, Joan. História das mulheres. Peter Burke (org). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- SCOTT, Joan. *Las mujeres y los derechos del hombre*. Buenos Aires: Siglo Veinteuno, 2012.

- SÊNECA. *Fedra*. Porto/PT: Porto Editora, 2003.
- SILVA, Cesar Mucio. *Processos-Crime*. Escravidão e Violência em Botucatu. São Paulo: Editorial Alameda, 2004.
- SILVA, Claudia Amoedo da. *Perfis femininos na revista Redenção (1924-1932)*. TCC – Graduação em História: UFAM, 2002.
- SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo: Contexto, 2009.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Mulheres e patrimônio familiar no Brasil no fim do período colonial. *Acervo Revista do Arquivo Nacional*. Vol. 9, nº01/02, jan/dez 1996.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Sistema de Casamento no Brasil Colonial*. São Paulo: T.A. Queiroz; EDUSP, 1984.
- SILVA, Marinete dos Santos. Gênero, cidadania e participação política: as aventuras e desventuras de “cocotte” no movimento abolicionista. *Caderno Espaço Feminino*, v.2, nº1, Jan./Jul. 2009, pp. 239-254.
- SMITH, Bonnie G. *Gênero e História: homens e mulheres na prática histórica*. Bauru/SP: EDUSC, 2003.
- SÓFOCLES. *Édipo Rei*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 1998.
- SOIHET, Rachel. *Condições feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989
- SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In Cardoso, Ciro Flamarion; Vainfas, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. PRIORE, Mary Del (org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2001.
- THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- THOMPSON, E.P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social in *Cadernos Pagu* (3), 1994, p. 42-43.
- TORRES, Iraildes Caldas. A visibilidade do trabalho das mulheres ticunas da Amazônia. *Revista de Estudos Feministas*: Florianópolis, nº15, v.2, maio-ago, 2007, pp. 469-475.
- TORRES, Iraildes Caldas; OLIVEIRA, Márcia Maria de. *Tráfico de mulheres na Amazônia*. Florianópolis: Mulheres, 2012.
- TOUSSANT-SAMSON, Adèle. *Uma parisiense no Brasil*. Rio de Janeiro: Capivara, 2003.
- TRIGO, Maria Helena Bueno. Amor e casamento no século XX in D'INCAO, Maria Ângela (org.). *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

- UGARTE, Auxiliomar Silva. *Sertões de Bárbaros*. O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos – séculos XVI-XVII. Manaus: Valer, 2009.
- VASCONCELLOS, Eliane. SAVELLI, Ivette Maria. Imprensa feminina. *Revista Verbo de Minas: Letras*, 2006, v. 5.
- VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo et al. A Imprensa Como Fonte Para a Pesquisa Histórica. *Projeto História*, nº 3. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1984, p. 47-54.
- VILLANOVA, Simone. *Sociabilidade e Cultura: a história dos “pequenos teatros” na cidade de Manaus*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal do Amazonas: 2008.
- WOLFF, Cristina Scheibe. *Mulheres da Floresta: uma história*. Alto Juruá (1890-1945). São Paulo, Hucitec, 1999.
- WOLFF, Cristina Scheibe. Profissões, trabalhos: coisas de mulheres. *Revista Estudos Feministas*, v. 18, p. 503-506, 2010.
- WOLLSTONECRAFT, Mary. *Vindicación de los derechos de la mujer*. Barcelona: Istmo, 2005.
- WOOLF, Virginia. *Um teto todo seu*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.

Documentos disponíveis na internet:

1. Aguiar, Neuma. *Patriarcado, Sociedade e Patrimonialismo*. Soc. estado, Brasília, v. 15, n. 2, Dec. 2000. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922000000200006&lng=en&nrm=iso. Acessado em 01.11.2013.
2. Censo Demográfico do Império do Brasil de 1879. Disponível em:
<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/index.html;jsessionid=d203e38bfd98a39c60500133cbfe>. Acessado em 02 de janeiro de 2014.
3. Código Criminal do Império do Brasil de 1830. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acessado em 3 de outubro de 2013.
4. Christo, Maraliz Castro Vieira. *Memórias de um leque*. Revista de História da Biblioteca Nacional. Disponível em:
<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/perspectiva/memorias-de-um-leque>. Acessado em 01 de janeiro de 2014.
5. Isabela G. Rabelo do Amaral. *Inferiorizando mulheres no período imperial brasileiro: a influência do direito*. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho de 2011, p. 3. Disponível em:
http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300298141_ARQUIVO_ArtigoparaANPUH-IsabelaGuimaraes.pdf. Acessado em 30 de novembro de 2013.

6. Lei do Rio Branco ou do Ventre Livre de 28 de Setembro de 1871. Disponível em:
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Hist%C3%B3ricos-Brasileiros/lei-do-ventre-livre.html>. Acessado em 1 de outubro de 2013.
7. Memória da Administração Pública Brasileira do Arquivo Nacional. Disponível em: <http://linux.an.gov.br/mapa/?p=2748>. Acessado em 22 de agosto de 2013.
8. Macedo, Joaquim Manuel de. *As vítimas algozes: quadros da escravidão*. Disponível em:
http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=2134 Acessado em 5 de dezembro de 2013.
9. Menezes, Lená de Medeiros. *À francesa, dos pés à cabeça*. Revista de História. Disponível em:
<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-francesa-dos-pes-a-cabeca>.
10. Ordenações Filipinas de 1603. O código está disponível em:
<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/>. Acessado em 03 de outubro de 2013.
11. Raminelli, Ronaldo. *Lucien Febvre no caminho das mentalidades*. R. História, São Paulo, n. 122, p. 97-115, jan/jul.1990. Disponível em:
<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18622>. Acessado em 24 de junho de 2013.
12. Sampaio, Patrícia. Nas teias da fortuna: acumulação mercantil e escravidão em Manaus, século XIX. *Revista Mneme*, v.03, n.06, out./Nov. 2002. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/157/147>. Acessado em 02 de novembro de 2013.
13. Simioni, Ana Paula. Bordado e transgressão: questão de gênero na arte de Rosana Paulino e Rosana Palazyan. *Revista Proa*, nº02, vol. 01, 2010. Disponível em:
<http://www.ifch.unicamp.br/proa/ArtigosII/PDFS/anasimioni.pdf> Acessado em 01 de janeiro de 2014.
14. Siqueira, Elizabeth Angelica Santos; Dantas, Marluce Oliveira Raposo. *A temática dos poemas femininos no Recife no século XIX: algumas constantes*. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/travessia/index>. Acessado em 01.10.2013.
15. Vasconcellos, Eliane. *Não as matem*. Fundação Casa de Rui Barbosa, s/d, p.2. Disponível em:
http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/oz/FCRB_ElianeVasconcellos_Nao_as_matem.pdf. Acessado em 1 de Novembro de 2013.